

COMPETITIVIDADE TERRITORIAL E COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL

RELATÓRIO FINAL

**VOLUME 3
COMPETITIVIDADE, COESÃO E CONVERGÊNCIA: A
ÓPTICA ESPECÍFICA DAS REGIÕES PORTUGUESAS**

REGIÃO DO ALENTEJO

JULHO DE 2005



FICHA TÉCNICA

Competitividade Territorial e a Coesão Económica e Social

*Volume 3 – Competitividade, coesão e convergência: a óptica específica das regiões portuguesas.
Região do Alentejo*

Julho de 2005

Autoria: *Consórcio liderado pela Augusto Mateus e Associados e que integra CIRIUS, GeoIdeia e CEPREDE*

Coordenação global: *Augusto Mateus*

Coordenação executiva: *Gonçalo Caetano e Paulo Madruga*

Equipa Técnica: *Cátia Fernandes, Diogo Martins, Fernando Moreira, Filipa Ferrão, Francisco Abreu, Isabel André, Joana Chorincas, José António Cabral Vieira, José António Oliveira, Manuel Laranja, Miguel Fernandes, Nuno Crespo, Sandra Primitivo, Sérgio Lorga, Vânia Rosa, Vítor Dionízio e Vítor Escária*

**VOLUME III -
COMPETITIVIDADE, COESÃO E
CONVERGÊNCIA: A ÓPTICA ESPECÍFICA
DAS REGIÕES PORTUGUESAS**

-

REGIÃO DO ALENTEJO

ÍNDICE

ÍNDICE.....	4
LISTA DE CAIXAS	5
LISTA DE FIGURAS.....	5
NOTA INTRODUTÓRIA.....	9
1. COMPETITIVIDADE E COESÃO NA REGIÃO DO ALENTEJO: UMA PERSPECTIVA DE SÍNTESE	13
1.1. ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO	13
1.2. A APLICAÇÃO DO ISCCT À REGIÃO DO ALENTEJO	17
2. COMPETITIVIDADE NAS REGIÕES PORTUGUESAS: EM BUSCA DA EFICIÊNCIA E EFICÁCIA	27
2.1. POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU E NACIONAL	28
2.2. TRAJECTÓRIA E PROCESSO COMPETITIVO	37
2.3. INTERACÇÃO ENTRE CONDIÇÕES E RESULTADOS DE COMPETITIVIDADE: UMA AVALIAÇÃO TEMÁTICA	62
2.3.1. <i>Demografia</i>	62
2.3.2. <i>Capital Humano</i>	72
2.3.3. <i>I&D e Tecnologia</i>	78
2.3.4. <i>Especialização produtiva</i>	93
2.3.5. <i>Estrutura da procura</i>	114
2.3.6. <i>Infraestruturas de suporte</i>	119
3. COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL NAS REGIÕES PORTUGUESAS: EM BUSCA DA EQUIDADE	123
3.1. GRANDES RESULTADOS DA COESÃO	124
3.2. MODELO DE COESÃO: A ARTICULAÇÃO ENTRE AS ESFERAS ECONÓMICA E SOCIAL.....	141
3.3. INTERACÇÃO ENTRE CONDIÇÕES E RESULTADOS DE COESÃO: UMA AVALIAÇÃO TEMÁTICA.....	152
3.3.1. <i>Dotação e Acessibilidade aos Equipamentos</i>	153
3.3.2. <i>Ambiente</i>	162

LISTA DE CAIXAS

Caixa 1.1.1 – Síntese metodológica subjacente à construção do ISCCT: os indicadores da análise fina das condições, processos e resultados da competitividade e da coesão	14
Caixa 2.2.1- Decomposição do topo da pirâmide da competitividade territorial	39
Caixa 2.2.2 – Desenvolvimento de um Projecto Estruturante: Efeitos e Impactos da Barragem do Alqueva	45
Caixa 2.3-1 – Envelhecimento e Dependência da População Residente do Alentejo	69
Caixa 2.3.2 - Tipologia de classificação por graus de intensidade tecnológica	81
Caixa 2.3-3 –Sector terciário, capital Social e desenvolvimento Criativo: o Caso de Alcáçovas	89
Caixa 2.3-4 – A Estrutura Fundiária como Entrave ao Desenvolvimento do Alentejo	96
Caixa 2.3.5- Tipologia de classificação por factores chave de competitividade: a identificação de segmentos competitivos	109
Caixa 3.1.1- Metodologia de cálculo dos índices de pobreza	139

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.2.1 – Competitividade e coesão territorial das regiões portuguesas: os rankings globais em 2000-2002	18
Figura 1.2.2 – Competitividade e coesão territorial das regiões portuguesas os rankings parciais da competitividade em 2000-2002	19
Figura 1.2.3 – Articulação entre coesão e competitividade nas regiões portuguesas (2000-2002)	21
Figura 1.2.4 – Articulação entre coesão económica e social nas regiões portuguesas (2000-2002)	22
Figura 1.2.5 – A articulação entre competitividade e coesão na Região do Alentejo: condições, processos e resultados (2000-2002)	24
Figura 1.2.6 – A evolução da competitividade e coesão na Região do Alentejo, <i>as trajectórias 1991-95 → 2000-02(*)</i>	26
Figura 2.1.1 – PIB <i>per capita</i> e variação média anual do PIB: posicionamento da região no contexto europeu	29
Figura 2.1.2 – Evolução do PIB <i>per capita</i> nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional e intra-regional	30
Figura 2.1.3 – Resultado de Convergência com a UE nos anos 90 (PIB <i>per capita</i>)	31
Figura 2.1.4 – Taxa de atractividade de população nos anos 90	33
Figura 2.1.5 – Taxa de atractividade de população com ensino superior nos anos 90	35
Figura 2.1.6 – Dimensão da actividade exportadora nos anos 90	36
Figura 2.2.1 – PIB <i>per capita</i> e produtividade: posicionamento da região no contexto europeu	38
Figura 2.2.2 – PIB <i>per capita</i> e taxa de emprego da população dos 15-64 anos: posicionamento da região no contexto europeu	39
Figura 2.2.3 – Decomposição do topo da pirâmide da competitividade territorial nos anos 90	41
Figura 2.2.4 – Evolução da produtividade nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional e intra-regional	43
Figura 2.2.5 – Evolução da taxa de utilização dos recursos humanos nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional e intra-regional	44
Figura 2.2.6 – Trajectórias regionais de competitividade nos anos 90	50
Figura 2.2.7 – Trajectórias regionais de produtividade e remunerações nos anos 90	51

Figura 2.2.8 – Estrutura do tecido empresarial por escalões de dimensão, nos anos 90	52
Figura 2.2.9 – Taxa de iniciativa empresarial nos anos 90	54
Figura 2.2.10 – Taxa de iniciativa empresarial: perspectiva concelhia (1999/2000)	55
Figura 2.2.11 – Taxa de sobrevivência empresarial nos anos 90	56
Figura 2.2.12 – Taxa de sobrevivência empresarial: perspectiva concelhia (1998/1999)	57
Figura 2.2.13 – Indicador de dependência do emprego regional nos anos 90	58
Figura 2.2.14 – Indicador de dependência do emprego regional: perspectiva concelhia (2001)	59
Figura 2.2.15 – Presença do capital estrangeiro no tecido empresarial regional, nos anos 90	60
Figura 2.2.16 – Mobilidade laboral nos anos 90	61
Figura 2.3.1 – PIB <i>per capita</i> e densidade populacional: posicionamento da região no contexto europeu	63
Figura 2.3.2 – PIB <i>per capita</i> e índice de envelhecimento: posicionamento da região no contexto europeu	64
Figura 2.3.3 – Densidade populacional nos anos 90	65
Figura 2.3.4 – Densidade populacional: perspectiva concelhia (2001)	66
Figura 2.3.5 – Estrutura etária da população residente nos anos 90	67
Figura 2.3.6 – Índice de envelhecimento nos anos 90	68
Figura 2.3.7 – Índice de envelhecimento: perspectiva concelhia (2001)	68
Figura 2.3.8 – Contribuição dos saldos natural e migratório para a evolução da população nos anos 90	71
Figura 2.3.9 – Contribuição dos saldos natural e migratório para a evolução da população nos anos 90: perspectiva concelhia	72
Figura 2.3.10 – PIB <i>per capita</i> e peso da educação superior: posicionamento da região no contexto europeu	73
Figura 2.3.11 – Estrutura de habilitações da população residente (2001)	74
Figura 2.3.12 – População residente com ensino superior em % da população residente com mais de 20 anos, nos anos 90	76
Figura 2.3.13 – Pessoal ao serviço com ensino superior em % do total, nos anos 90	77
Figura 2.3.14 – Pessoal ao serviço com ensino superior em % do total: perspectiva concelhia (2000)	78
Figura 2.3.15 – PIB <i>per capita</i> e pedidos de patentes por milhão de habitantes: posicionamento da região no contexto europeu	79
Figura 2.3.16 – PIB <i>per capita</i> , tecnologia ^(*) e conhecimento: posicionamento da região no contexto europeu	80
Figura 2.3.17 – Vantagens comparativas reveladas por níveis de intensidade tecnológica (2000)	82
Figura 2.3.18 – VAB industrial em sectores de média/alta tecnologia em % do total da indústria, nos anos 90	83
Figura 2.3.19 – VAB dos sectores de serviços intensivos em conhecimento em % do total dos serviços, nos anos 90	84
Figura 2.3.20 – VAB dos sectores intensivos em conhecimento e tecnologia em % do total, nos anos 90	85
Figura 2.3.21 – Emprego em tecnologias de informação e comunicação (TIC), em % do total, nos anos 90	86
Figura 2.3.22 – Intensidade em I&D nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional	87
Figura 2.3.23 – Estrutura das despesas em I&D por sector institucional nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional	88
Figura 2.3.24 – Pessoal em I&D em % da população activa nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional	92
Figura 2.3.25 – Estrutura do pessoal em I&D por sector institucional nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional	92
Figura 2.3.26 – PIB <i>per capita</i> e emprego no sector terciário: posicionamento da região no contexto europeu	94
Figura 2.3.27 – VAB por sectores de actividade nos anos 90	96
Figura 2.3.28 – Emprego por sectores de actividade: perspectiva concelhia (2001)	99
Figura 2.3.29 – Produtividade por sectores de actividade	101
Figura 2.3.30 – Especialização sectorial (VAB) nos anos 90	104

Figura 2.3.31 – Decomposição dos diferenciais de produtividade nos anos 90: Análise <i>shift-share</i>	108
Figura 2.3.32 – Estrutura do VAB industrial por factores chave de competitividade nos anos 90	111
Figura 2.3.33 – Vantagens comparativas reveladas por factores chave de competitividade (2000)	112
Figura 2.3.34 – Produtividade por factores chave de competitividade nos anos 90	113
Figura 2.3.35 – Intensidade exportadora nos anos 90	114
Figura 2.3.36 – Composição das despesas dos agregados familiares nos anos 90	115
Figura 2.3.37 – Consumo em serviços avançados em % das despesas das famílias nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional	116
Figura 2.3.38 – Taxa de urbanização nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional e intra- regional	117
Figura 2.3.39 – Taxa de urbanização: perspectiva concelhia (2001)	118
Figura 2.3.40 – Índice de polarização: perspectiva concelhia (2001)	119
Figura 2.3.41 – PIB <i>per capita</i> e densidade de auto-estradas: posicionamento da região no contexto europeu	120
Figura 2.3.42 – Distâncias aos principais mercados	121
Figura 2.3.43 – Despesas em I&D nas Entidades de Suporte em % do VAB nos anos 90	122
Figura 3.1.1 – Rendimento colectável <i>per capita</i> : posicionamento da região no contexto nacional e intra- regional (2001)	125
Figura 3.1.2 - rendimento colectável <i>per capita</i> : perspectiva concelhia (2001)	126
Figura 3.1.3 - Dispersão concelhia do rendimento colectável: Posicionamento da região nacional e intra- regional (2001)	127
Figura 3.1.4 – Capacidade relativa de retenção/atração de rendimento face à capacidade relativa de criação de valor acrescentado (2001)	128
Figura 3.1.5 – Esperança média de vida à nascença, nos anos 90	129
Figura 3.1.6 – Esperança média de vida à nascença: Perspectiva Concelhia (1996/1998)	130
Figura 3.1.7 – N° médio de anos de escolaridade: posicionamento da região no contexto nacional e intra- regional (2001)	131
Figura 3.1.8 – N° médio de anos de escolaridade: perspectiva concelhia (2001)	132
Figura 3.1.9 – taxa de analfabetismo nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional e intra- regional	133
Figura 3.1.10 – taxa de analfabetismo: perspectiva concelhia (2001)	134
Figura 3.1.11 – Idosos isolados nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional e intra-regional	135
Figura 3.1.12 – Idosos isolados: perspectiva concelhia (2001)	136
Figura 3.1.13 – Principal meio de subsistência da população residente nos anos 90	138
Figura 3.1.14 – Índice de pobreza segundo o rendimento (2000)	140
Figura 3.1.15 – Índice de pobreza segundo as condições de vida (2000)	141
Figura 3.2.1 – PIB <i>per capita</i> e taxa de desemprego: posicionamento da região no contexto europeu	142
Figura 3.2.2 – PIB <i>per capita</i> e desemprego de longa duração: posicionamento da região no contexto europeu	143
Figura 3.2.3 – Taxa de desemprego e variação do desemprego nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional e intra-regional	144
Figura 3.2.4 - Taxa de desemprego: perspectiva concelhia (2001)	145
Figura 3.2.5 - Variação do desemprego nos anos 90: perspectiva concelhia	146
Figura 3.2.6 – Desemprego feminino nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional e intra- regional	147
Figura 3.2.7 – Estrutura do desemprego por escalão etário: posicionamento da região no contexto nacional e intra-regional (2001)	148

Figura 3.2.8 – Estrutura do desemprego por níveis de habilitação nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional e intra-regional.....	149
Figura 3.2.9 – Saída antecipada do sistema educativo: posicionamento da região no contexto nacional e intra-regional (2001).....	150
Figura 3.2.10 – Saída antecipada do sistema educativo: perspectiva concelhia (2001).....	151
Figura 3.2.11 – Variação da Taxa de Desemprego e da Especialização Produtiva nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional e intra-regional.....	152
Figura 3.3.1 – PIB <i>per capita</i> e camas de hospital por mil habitantes: posicionamento da região no contexto europeu	154
Figura 3.3.2 – população dos concelhos que reside em freguesias com equipamentos de educação até ao nível secundário, em % do total (1998)	155
Figura 3.3.3 – população dos concelhos que reside em freguesias com equipamentos de educação até ao nível secundário, em % do total : perspectiva concelhia (1998).....	156
Figura 3.3.4 – população dos concelhos que reside em freguesias com equipamentos culturais e de lazer, em % do total (1998)	157
Figura 3.3.5 – população dos concelhos que reside em freguesias com equipamentos culturais e de lazer, em % do total: perspectiva concelhia (1998).....	158
Figura 3.3.6 – População dos concelhos que reside em freguesias com centros de saúde, em % do total (1998).....	159
Figura 3.3.7 – População dos concelhos que reside em freguesias com centros de saúde, em % do total: perspectiva concelhia (1998)	160
Figura 3.3.8 – População dos concelhos que reside em freguesias com equipamentos de acção social, em % do total (1998).....	161
Figura 3.3.9 – População dos concelhos que reside em freguesias com equipamentos de acção social, em % do total: perspectiva concelhia (1998)	162
Figura 3.3.10 – Resíduos sólidos urbanos (RSU) recolhidos (1998 e 2001)	164
Figura 3.3.11 – Resíduos sólidos urbanos (RSU) recolhidos: perspectiva concelhia (2001).....	165
Figura 3.3.12 – Taxa de reciclagem de resíduos sólidos urbanos (1998 e 2001).....	166
Figura 3.3.13 – População servida com sistemas de drenagem e de tratamento de águas residuais, em % do total (1998 e 2001).....	167
Figura 3.3.14 – População servida com sistemas de drenagem e de tratamento de águas residuais, em % do total: perspectiva concelhia (2001)	168

NOTA INTRODUTÓRIA

O presente estudo, intitulado “Competitividade Territorial e Coesão Económica e Social”, tal como identificado na proposta apresentada por este consórcio, decorrente da nossa leitura do seu Caderno de Encargos, visa, fundamentalmente, avaliar, a partir da construção prévia de um quadro conceptual e analítico rigoroso, sólido e reprodutível, a evolução da competitividade territorial e da coesão económica e social das regiões portuguesas por um período que envolve os anos 90 e o início da presente década, numa perspectiva dinâmica e espacial, que privilegie, de igual forma, a análise das relações entre a competitividade e a coesão, identificando situações passíveis de justificar inflexões ou ajustamentos nas políticas públicas de base territorial.

Neste sentido, e tendo presentes os objectivos atrás mencionados, o presente estudo desagrega-se nos seguintes *outputs*:

- As Grandes Questões Conceptuais e Metodológicas (Volume 1);
- Competitividade, Coesão e Convergência: a Óptica Global da Economia Portuguesa (Volume 2);
- Competitividade, Coesão e Convergência: a Óptica Específica das Regiões Portuguesas (Volume 3, em que cada relatório corresponde a cada uma das NUTS II nacionais).

No primeiro, faz-se uma identificação e caracterização das grandes questões conceptuais e metodológicas que se colocam a propósito da análise da evolução da competitividade territorial e da coesão económica e social das regiões portuguesas, havendo que destacar, a este nível, a precisão dos conceitos de competitividade, produtividade, coesão económica e social e de coesão e competitividade de base territorial, em termos da definição das suas dimensões, determinantes e eixos estruturantes fundamentais, e a construção de um índice sintético de competitividade e coesão económica e social das regiões portuguesas, aplicável às NUTS II e NUTS III, subdividido em índices parciais de competitividade e de coesão, subdivididos, por sua vez, cada um deles, em índices parciais de condições e resultados, e do quadro de indicadores que o alimentam, de forma a assegurar a sua reprodutibilidade.

No relatório nacional (Volume 2), enquadradas que foram as questões chave conceptuais e metodológicas a ter em conta na análise da evolução da competitividade territorial e da coesão económica e social das regiões portuguesas, no período referenciado, faz-se, no seu primeiro ponto, um balanço sintético das grandes transformações ocorridas no nosso país ao longo dos anos 90, com base numa análise transversal do desenvolvimento económico, social e territorial de Portugal, situando as principais dinâmicas económicas e sociais internas e externas, caracterizando o modelo de crescimento económico e o processo de convergência nacional no período posterior à plena integração na União Europeia e projectando as principais dinâmicas territoriais em acção na sociedade portuguesa, tendo em atenção os referenciais regionais das actividades e as tendências e alterações do padrão de dinamismo urbano e social.

Neste relatório, procura-se fazer uma aplicação da metodologia definida de avaliação da evolução da competitividade e coesão territoriais ao caso global da economia portuguesa, no seu todo, procurando, no seu segundo ponto, feito previamente o balanço das dinâmicas em acção na década de 90, fornecer uma visão de longo prazo do papel dos fundos estruturais na convergência económica no seio da União

Europeia, no novo quadro de articulação entre aprofundamento e alargamento, com particular enfoque na análise da evolução da convergência das economias nacionais na Europa Alargada no período de vigência dos QCA (1989-2006), valorizando, neste contexto, o desempenho específico da economia portuguesa e, neste âmbito, o papel dos fundos estruturais e de outras políticas de base nacional no seu processo de convergência estrutural.

Finalmente, no terceiro ponto do Volume 2, aplica-se o índice sintético construído ao estudo comparado da competitividade e coesão de base territorial das diversas regiões portuguesas, sejam elas NUTS II, ou NUTS III, estruturando esta análise em termos do cruzamento dos seus sub-índices de competitividade e coesão, subdivididos, por sua vez, cada um deles, em sub-índices de condições e resultados.

Este volume é concluído com a produção das conclusões da avaliação da evolução da competitividade territorial e da coesão económica e social das regiões portuguesas, que podem justificar inflexões ou ajustamentos nas políticas públicas de base territorial, sendo, nessa medida, enunciadas um conjunto de recomendações tendo em vista, designadamente, a preparação do próximo ciclo de programação estrutural.

Os relatórios regionais (Volume 3) desenvolvem, por sua vez, uma abordagem centrada no posicionamento quantitativo e qualitativo relativo de cada uma das regiões NUTS II em matéria de competitividade e coesão territorial, com base inicialmente, numa lógica, agregativa, de síntese, no ISCTT (Índice Sintético de Competitividade e Coesão Territorial) - e da identificação das especificidades de carácter regional que a sua análise traduz, e que devem ser avaliadas tendo presente que, à semelhança de qualquer “índice sintético”, traduzem um resultado agregado que “esconde” diversos aspectos passíveis de identificação, apenas, em análises de carácter mais aprofundado -, e, em segundo lugar, num desenvolvimento, neste quadro, destas temáticas, onde se adopta, como fio condutor de análise, a articulação entre os indicadores de condições, de processos e de resultados afectos às diferentes dimensões e domínios de análise da competitividade e da coesão, e que consubstanciam o conjunto de opções metodológicas assumidas no contexto deste trabalho.

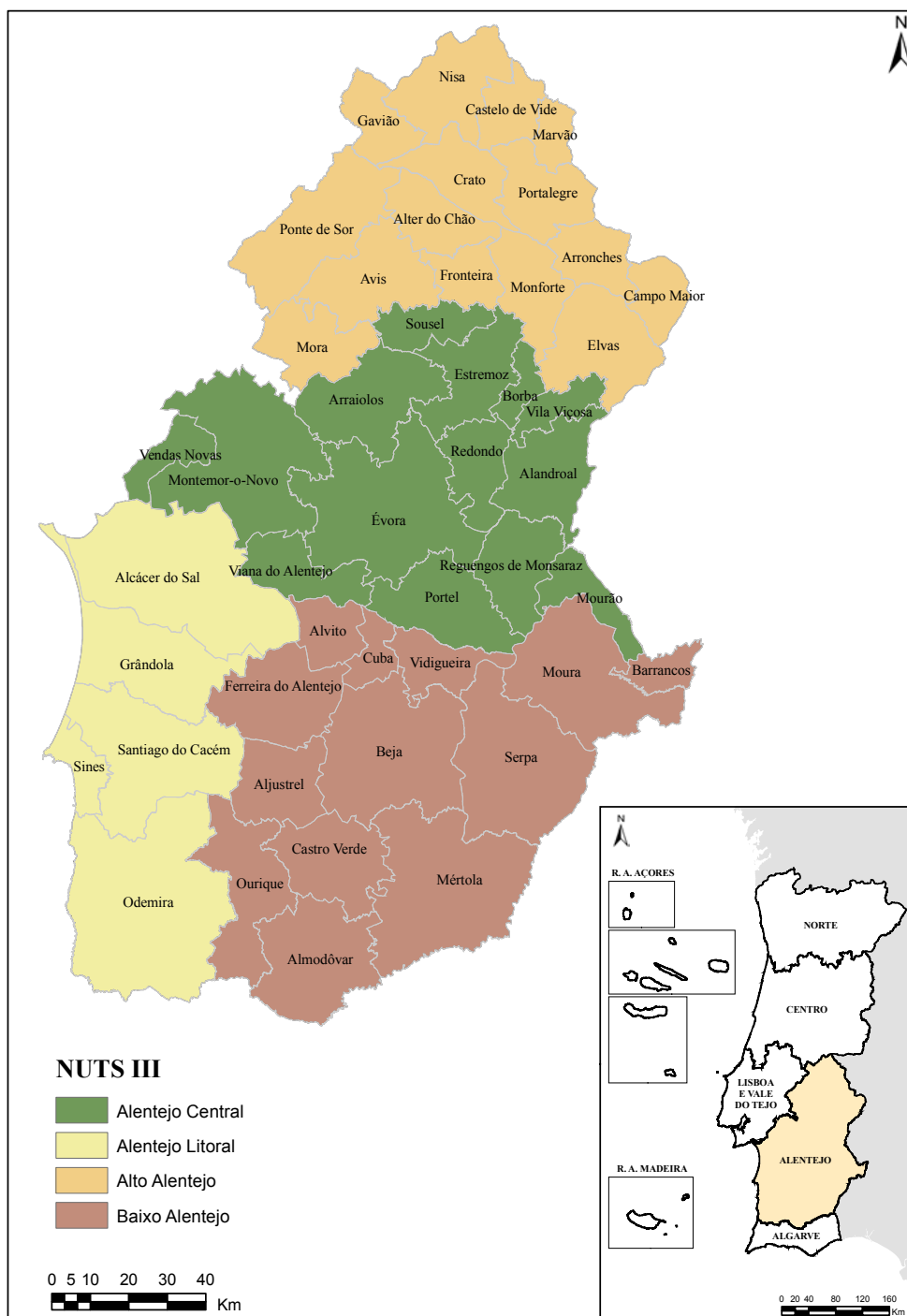
Desta forma, desce-se da perspectiva de síntese inicial para uma abordagem posterior, relativamente extensiva e compreensiva, numa lógica sequencial de apresentação de resultados-trajectórias/processos-condições, de toda a temática da competitividade e crescimento e das questões fundamentais da coesão económica e social e dos avanços registados em matéria de equidade, ao longo dos anos 90, em cada uma das regiões NUTS II nacionais.

Neste processo de caracterização, procurar-se, na medida da informação, primária e trabalhada, disponível, enquadrar o posicionamento da região no contexto europeu, considerando, designadamente, as regiões europeias equiparáveis, e no contexto nacional, confrontando-a com o posicionamento médio do país e, sempre que assuma alguma posição de destaque, na confrontação com as restantes NUTS II. A perspectiva intra-regional, ao nível das NUTS III e dos concelhos que a constituem, permitirá aprofundar ainda mais a avaliação da competitividade e coesão de base regional, possibilitando a identificação de diferentes dinâmicas, trajectórias e condições ao nível sub-regional, ao longo das diversas dimensões de análise consideradas.

O presente relatório está integrado no Volume 3 do presente estudo, correspondendo à abordagem específica do caso da região do Alentejo.

A este propósito, importa referir ainda, em jeito de guia de leitura e interpretação dos gráficos e mapas apresentados ao longo deste relatório, que a região do Alentejo é composta pelas seguintes unidades territoriais (NUTS III e concelhos):

A Região do Alentejo



1. COMPETITIVIDADE E COESÃO NA REGIÃO DO ALENTEJO: UMA PERSPECTIVA DE SÍNTESE

1.1. ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

A avaliação do desempenho das regiões portuguesas é entendida, no contexto dos vectores de monitorização assumidos no presente trabalho, nomeadamente no que se refere aos instrumentos e metodologias de ordem técnica seleccionados para a sua concretização, quer numa lógica de complementaridade entre os vectores da competitividade e da coesão territorial, onde se concede destaque particular ao posicionamento regional no equilíbrio estabelecido entre estas duas vertentes do desenvolvimento, quer numa lógica de circularidade entre os aspectos que sustentam a sua análise, onde se destaca a pertinência da internalização de um raciocínio interactivo e dinâmico.

A abordagem adoptada no presente estudo, ao privilegiar uma sistematização de resultados globais centrada nas relações que se estabelecem entre, por um lado, os resultados obtidos e as trajetórias verificadas, e, por outro lado, os processos utilizados e as condições existentes, permite que, do ponto de vista da análise regional específica de cada uma das NUTS II nacionais, seja possível posicioná-las no referencial dos resultados obtidos com base no ISCCT (Índice Sintético de Competitividade e Coesão Territorial) como forma de obtenção de uma percepção do seu posicionamento no contexto relativo nacional da competitividade, da coesão e do equilíbrio estabelecido entre estas duas vertentes, e que, com base nesta visão, esteja mais facilitado o levantamento de dúvidas metodológicas sobre os aspectos que justificam e sustentam esse posicionamento relativo e se fomente um nível de sensibilidade especificamente orientado para o encadeamento dos factores (na lógica de análise de condições → processos → resultados) que poderão contribuir para a sua clarificação.

Interessa, pois, destacar as características específicas associadas ao modelo de crescimento da região do Alentejo, que, de um ponto de vista sumário e sintético, são passíveis de tradução nos resultados da aplicação do ISCCT, mas que não podem, contudo, constituir o único instrumento de suporte à (re)formulação de políticas estruturais de desenvolvimento económico e social, uma vez que, a este respeito, se torna particularmente recomendada uma leitura que ultrapasse uma análise centrada, exclusivamente, nos “resultados obtidos” ou nas “condições existentes”, abarcando, igualmente, o “conjunto dos processos” que sustentam, justificam e explicam esse posicionamento.

A estrutura adoptada para o presente relatório apresenta, como tal, em primeiro lugar, uma abordagem inicial centrada no posicionamento quantificado relativo da região do Alentejo em matéria de competitividade e de coesão territorial, com base no ISCCT, e, em segundo lugar, um aprofundamento destas temáticas, onde se adopta, como fio condutor de análise, a articulação entre os indicadores de condições, de processos e de resultados afectos às diferentes dimensões e domínios de análise da competitividade e da coesão (Caixa 1.1.1), e que traduzem o conjunto de opções metodológicas¹ assumidas no contexto deste trabalho.

CAIXA 1.1.1 – SÍNTESE METODOLÓGICA SUBJACENTE À CONSTRUÇÃO DO ISCCT: OS INDICADORES DA ANÁLISE FINA DAS CONDIÇÕES, PROCESSOS E RESULTADOS DA COMPETITIVIDADE E DA COESÃO

O Índice Sintético de Competitividade e Coesão Territorial, construído com o objectivo de identificação dos diferentes modelos e formas de articulação entre competitividade e coesão, bem como as diferentes capacidades regionais de transformação de condições em resultados, permite que se estabeleçam as seguintes articulações:

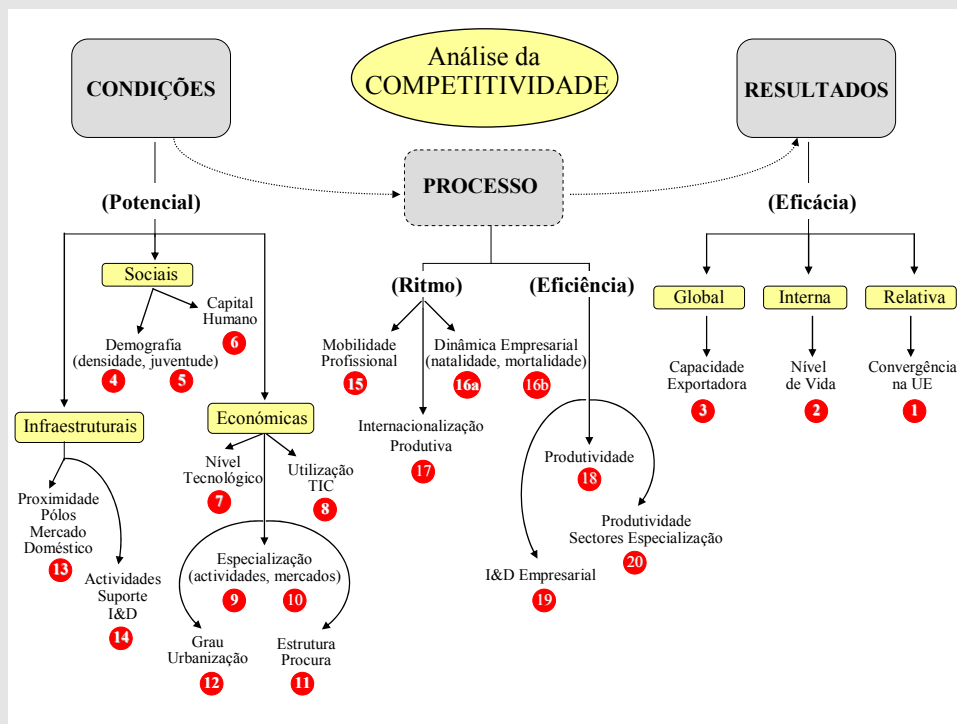
- Decomposição do índice sintético agregado global nos *Índices Sintéticos Parciais de Competitividade e de Coesão*, sendo o primeiro índice orientado por critérios de referência aos níveis de *eficiência* presentes nos *processos de coordenação económica*, e o segundo índice orientado por critérios de *equidade* presentes nos *processos de coordenação social*. No contexto do funcionamento dos mercados e da democracia, a articulação entre ambos tem vindo a assumir-se como instrumento decisivo orientador das reformas estruturais nas políticas públicas;
- Decomposição, ao nível dos *resultados da competitividade*, das componentes global (criação de valor internacional), interna (poder de compra) e relativa (convergência do poder de compra no espaço europeu), com o objectivo de promoção da articulação complementar entre, por um lado, aspectos estáticos e dinâmicos, e, por outro lado, referenciais internos e externos;
- Decomposição, ao nível das *condições da competitividade*, das condições económicas, sociais e infraestruturais, com o objectivo de introduzir uma visão global e pluridimensional do conceito de competitividade, que ultrapasse o enfoque “económico” que lhe é normalmente concedido;
- Decomposição, ao nível dos *resultados da coesão*, das componentes de coesão económica e de coesão social, com o objectivo de identificar as diferentes trajectórias, complementares, de construção da coesão territorial;
- Identificação, ao nível das *condições da coesão*, do nível de acesso às redes de equipamentos colectivos, matéria onde o ordenamento do território assume um papel muito relevante.

Os indicadores de base subjacentes à construção do índice sintético de competitividade e coesão das regiões portuguesas foram seleccionados por referência aos domínios de análise desenvolvidos a propósito do desenvolvimento destes conceitos de competitividade e de coesão, e incorporando (entre diversos outros factores) preocupações acrescidas de robustez estatística, de possibilidade de actualizações periódicas e de equilíbrio na distribuição dos vários indicadores pelas diferentes dimensões e domínios.

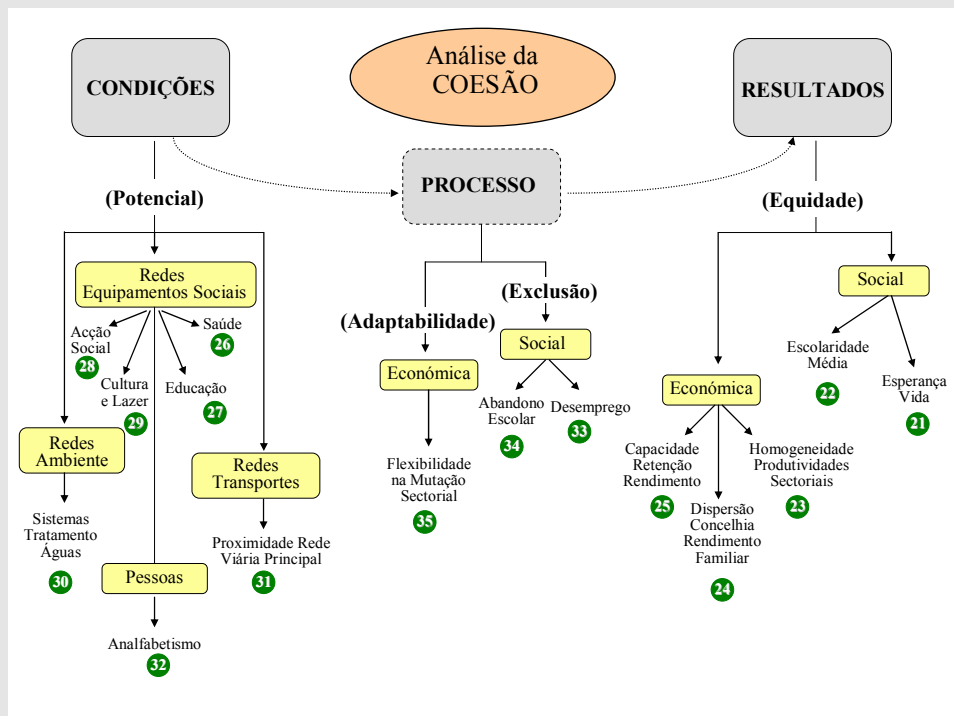
O ISSCT é construído com base em técnicas de tratamento estatístico de dados especificamente orientadas para o efeito, podendo ser subdividido em vários índices específicos parciais - de *competitividade*, de *coesão*, de *coesão económica* e de *coesão social* -, que, por sua vez, podem ser analisados numa lógica de identificação dos contributos em termos de condições, processos e resultados.

¹ Apresentadas de forma sistemática e completa no Volume I, *As Grandes Questões Conceptuais e Metodológicas*, Parte II, *Um Índice Sintético de Competitividade e Coesão Territorial para as Regiões Portuguesas: As Grandes Linhas Metodológicas*.

O DESENVOLVIMENTO DA ANÁLISE DA COMPETITIVIDADE



O DESENVOLVIMENTO DA ANÁLISE DA COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL



A interpretação do ISCCT, ao permitir estabelecer ópticas de abordagem compartimentadas por domínios de análise - o Índice Sintético Parcial de Competitividade (ISpComp), o Índice Sintético Parcial de Coesão (ISpCoes) e, em particular, o Índice Sintético Parcial de Coesão Social (ISpCoesS) e de Coesão Económica (ISpCoesE) -, é aqui apresentada numa lógica orientada para o posicionamento específico da região do Alentejo, que, no entanto, não poderá nem deverá ser isolada de uma análise integrada no contexto das restantes regiões portuguesas².

A análise centrada neste posicionamento relativo das diversas regiões portuguesas permitiu que se desenvolvesse uma tipologia³ das sub-regiões NUTS III, com capacidade de reflectir a articulação estabelecida entre o respectivo posicionamento relativo nos índices sintéticos parciais de competitividade e de coesão, face aos valores médios nacionais tomados como termo de referência. A inserção de cada sub-região no grupo das Regiões “finas” deverá ser perspectivada no contexto do equilíbrio estabelecido entre o seu posicionamento específico nos referenciais da competitividade e da coesão (ver Quadro 1.1.1).

**QUADRO 1.1.1 – AS GRANDES SITUAÇÕES NA ARTICULAÇÃO ENTRE COESÃO E COMPETITIVIDADE
COMO BASE DE UMA TIPOLOGIA DAS REGIÕES PORTUGUESAS (NUTS III)**

<i>Grupo</i>	<i>Tipologia</i>	<i>Competitividade</i> <i>Valor do ISpComp (*)</i>	<i>Coesão</i> <i>Valor do ISpCoes (*)</i>	<i>Regiões “Finas”</i> <i>(NUTS III)</i>
<i>I</i>	<i>Regiões globalmente “avançadas”</i>	$ISpComp \geq 100$	$ISpCoes \geq 100$	Grande Lisboa, Península de Setúbal, Grande Porto e Baixo Vouga
<i>II</i>	<i>Regiões “seguidoras”</i>	$100 > ISpComp \geq 75$	$ISpCoes \geq 100$	Alentejo Central, Pinhal Litoral, Lezíria do Tejo e Baixo Mondego
			(**)	Alentejo Litoral e Entre Douro e Vouga (Algarve, se considerada)
<i>III</i>	<i>Regiões intermédias</i>	$75 > ISpComp \geq 50$	$ISpCoes \geq 80$	Médio Tejo, Oeste, Beira Interior Sul, Dão-Lafões, Beira Interior Norte e Alto Alentejo
<i>IV</i>	<i>Regiões menos desenvolvidas</i>	$75 > ISpComp \geq 50$	$ISpCoes \geq 70$	Minho-Lima, Cova da Beira, Pinhal Interior Norte, Baixo Alentejo, Serra da Estrela e Pinhal Interior Sul (Madeira, se considerada)

² No Volume 2, *Competitividade, Coesão e Convergência: a Óptica Global da Economia Portuguesa*, Parte III, *A Competitividade e a Coesão Económica e Social das Regiões Portuguesas*, apresenta-se uma análise global do ISCCT e dos Índices Sintéticos Parciais, aplicada ao conjunto das Regiões NUTS II e NUTS III portuguesas.

³ Apresentada de forma sistemática e completa no Volume 2, *Competitividade, Coesão e Convergência: a Óptica Global da Economia Portuguesa*, Parte III, *A Competitividade e a Coesão Económica e Social das Regiões Portuguesas*.

V	Regiões industriais com reduzida coesão	$ISpComp \geq 70$	$ISpCoes < 70$	Cávado e Ave
VI	Regiões globalmente “atrasadas”	$ISpComp < 50$	$ISpCoes < 60$	Tâmega, Douro, Alto Trás-os-Montes e Açores (***)

(*) A notação obtida no respectivo índice sintético parcial (ISp) constitui a base da afectação de cada “região fina” ao respectivo grupo de acordo com os critérios definidos no quadro.

(**) Estas duas regiões, que apresentam notações no índice parcial de coesão ligeiramente acima, respectivamente, de 90 e de 85, constituem como que uma “charneira” entre os grupos II e III, mais próximas do primeiro em matéria de competitividade e do segundo em matéria de coesão.

(***) A região dos Açores é aqui incluída por apresentar a notação mais baixa no índice parcial de coesão, apesar de registar uma notação ligeiramente abaixo de 60 no índice parcial de competitividade.

1.2. A APLICAÇÃO DO ISCCT À REGIÃO DO ALENTEJO

A determinação dos valores obtidos pelas regiões portuguesas e, em particular, pela região do Alentejo e suas sub-regiões no índice sintético de competitividade e coesão territorial, para o período mais recente com informação credível disponível, isto é, para o período 2000-2003, que tem em 2001 o seu principal ano de referência, permite obter um primeiro grande resultado da metodologia desenvolvida, que se traduz na elaboração de uma hierarquia consistente das regiões portuguesas, considerando globalmente, no seu conjunto, aquelas duas dimensões.

Os valores assumidos pelo ISCCT nas regiões NUTS II e suas sub-regiões, com destaque particular, neste caso, para o posicionamento inter e intra-regional da região do Alentejo, permite, com efeito, traçar um quadro global da organização territorial da economia portuguesa e da região, que surge suficientemente rico e diversificado para poder contribuir para a fundamentação técnica dos processos de tomada de decisão que envolvem as políticas públicas orientadas por objectivos de competitividade e coesão, enquanto alavancas da convergência económica e social na Europa alargada.

As notações apuradas, a este propósito, para o índice sintético global de competitividade e coesão territorial são apresentadas de seguida (Figura 1.2.1), num referencial hierárquico descendente, onde a sua média ponderada pela respectiva população é tomada como valor de base, isto é, o valor obtido por cada região e sub-região representa, também, a sua posição relativa em relação à situação média do país (Portugal=100).

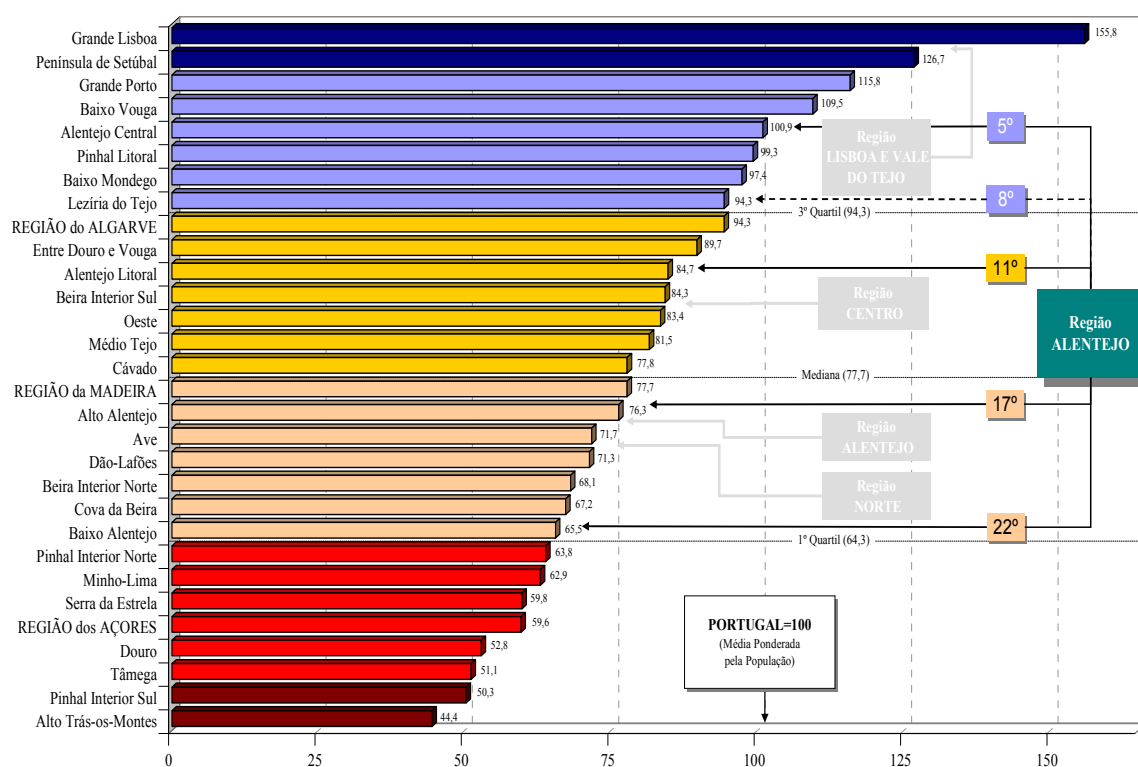
A região do Alentejo apresenta um débil posicionamento no *ranking* global de competitividade e coesão territorial das regiões portuguesas, o qual é, no essencial, condicionado pelo comportamento evidenciado pela Região em matéria de competitividade, tendo em conta que por um lado, no contexto das NUTS II a posição relativa do Alentejo no Índice Sintético Parcial de Competitividade apenas supera a posição relativa da Região Autónoma dos Açores, e por outro lado, no campo da coesão a posição relativa regional é bastante próxima da situação média do país.

Do ponto de vista intra-regional, a NUTS III Alentejo Central regista uma posição de destaque sobretudo pelo efeito da capitalidade de Évora, que se manifesta num reforço da capacidade atractiva regional sobre novas actividades económicas e profissionais qualificados e, em menor grau, na NUTS III Alentejo

Litoral, estando ambas as NUTS III posicionadas no grupo das regiões *seguidoras*. Com efeito, na região do Alentejo, as regiões referidas revelam uma maior densidade relativa do tecido económico, capaz de propiciar a criação de emprego e de atrair novos residentes, particularmente de residentes com melhores níveis habilitacionais, o que decorre, no caso do Alentejo Central, das especificidades do perfil de especialização produtivo do mesmo, dado ser esta a sub-região que, na região do Alentejo, concede maior relevo a sectores que valorizam factores mais avançados de competitividade, tais como os sectores com maiores níveis intrínsecos de intensidade tecnológica, requerendo, como tal, os recursos estratégicos necessários para o seu desenvolvimento e, no caso do Alentejo Litoral, do perfil produtivo exigente em mão-de-obra da indústria e da logística.

A região do Alto Alentejo (17ª no ranking) posiciona-se no grupo das *regiões intermédias*, e a região do Baixo Alentejo evidencia o comportamento mais débil no seio da região do Alentejo (22ª no ranking), sendo colocada no grupo das *regiões menos desenvolvidas* (ver Figura 1.2.1 e Quadro 1.1.1).

FIGURA 1.2.1 – COMPETITIVIDADE E COESÃO TERRITORIAL DAS REGIÕES PORTUGUESAS: OS RANKINGS GLOBAIS EM 2000-2002



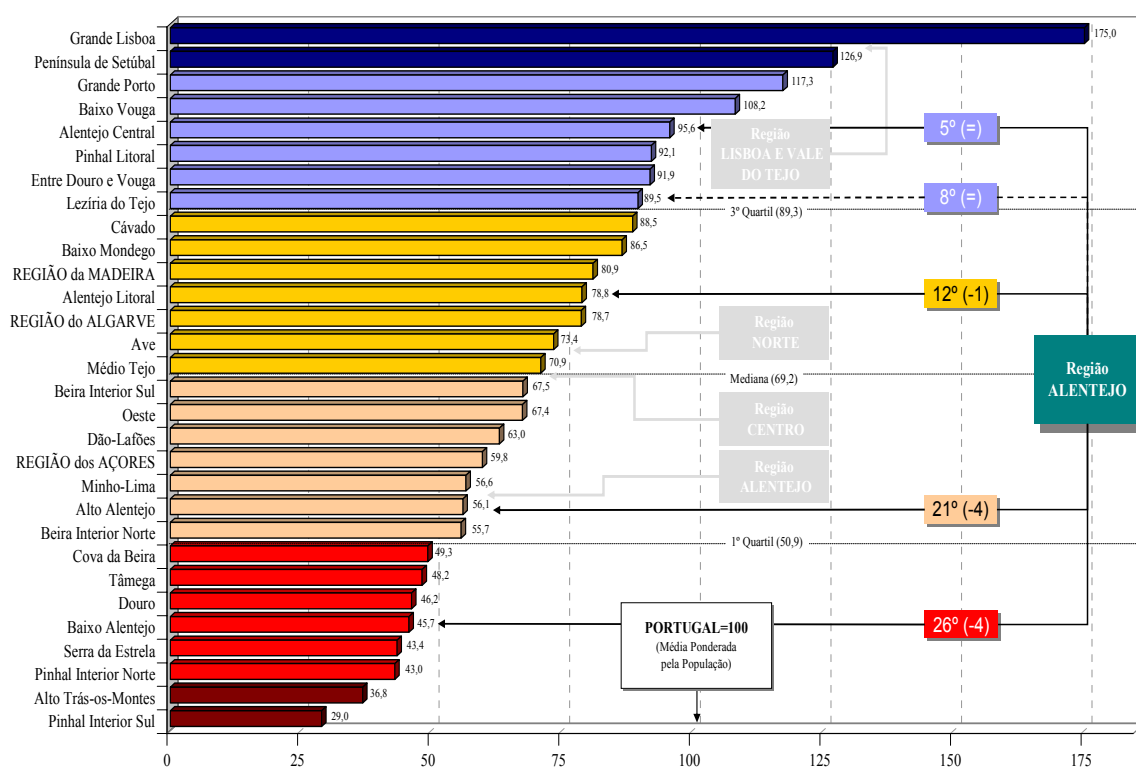
Fonte: Cálculos próprios (cf. As Grandes Questões Conceptuais e Metodológicas, Volume I)

O grande traço da análise das regiões portuguesas em matéria, agora, exclusivamente de posicionamento competitivo, revelado pelos resultados das notações obtidas no respectivo índice sintético parcial, é, por seu lado, o de uma vulnerabilidade significativa e relativamente generalizada, tanto mais, convém não esquecer, que o referencial da média nacional apresenta, também ele, uma particular vulnerabilidade na configuração actual do processo de convergência económica numa União Europeia alargada. Os

resultados obtidos no plano da competitividade revelam, por outro lado, que as assimetrias entre as regiões portuguesas são ainda mais significativas que as registadas no plano global da coesão e da competitividade.

No plano da competitividade, a região do Alentejo evidencia uma vulnerabilidade significativa, com um nível de competitividade que corresponde a cerca de 56,4% da média nacional, o que lhe confere um dos mais débeis posicionamentos à escala nacional. Do ponto de vista das NUTS III, destaque, pelas razões já mencionadas para a região do Alentejo Central, que se aproxima ligeiramente da média nacional e, em menor grau, para o Alentejo Litoral. As sub-regiões menos competitivas são o Alto Alentejo (21ª no ranking) e o Baixo Alentejo (26ª no ranking), ambas com um registo competitivo inferior ao seu registo global, tendo em conta que os seus posicionamentos no ranking global de competitividade e coesão territorial beneficiam dos seus desempenhos relativamente mais favoráveis em matéria de coesão – ver Figura 1.2.2.

**FIGURA 1.2.2 – COMPETITIVIDADE E COESÃO TERRITORIAL DAS REGIÕES PORTUGUESAS
OS RANKINGS PARCIAIS DA COMPETITIVIDADE EM 2000-2002**



Fonte: Cálculos próprios (cf. As Grandes Questões Conceptuais e Metodológicas, Volume I)

No plano da coesão, a região do Alentejo ostenta um posicionamento bastante mais favorável que em matéria de competitividade, dada a sua considerável proximidade da média nacional (94,8% da média nacional). Ao nível das NUTS III, o Alentejo Central, volta a salientar-se como a sub-região com o posicionamento relativo mais favorável no seio da NUTS II onde se insere. No entanto, importa ressaltar que em matéria de coesão, todas as NUTS III da Região evidenciam posicionamentos relativos muito

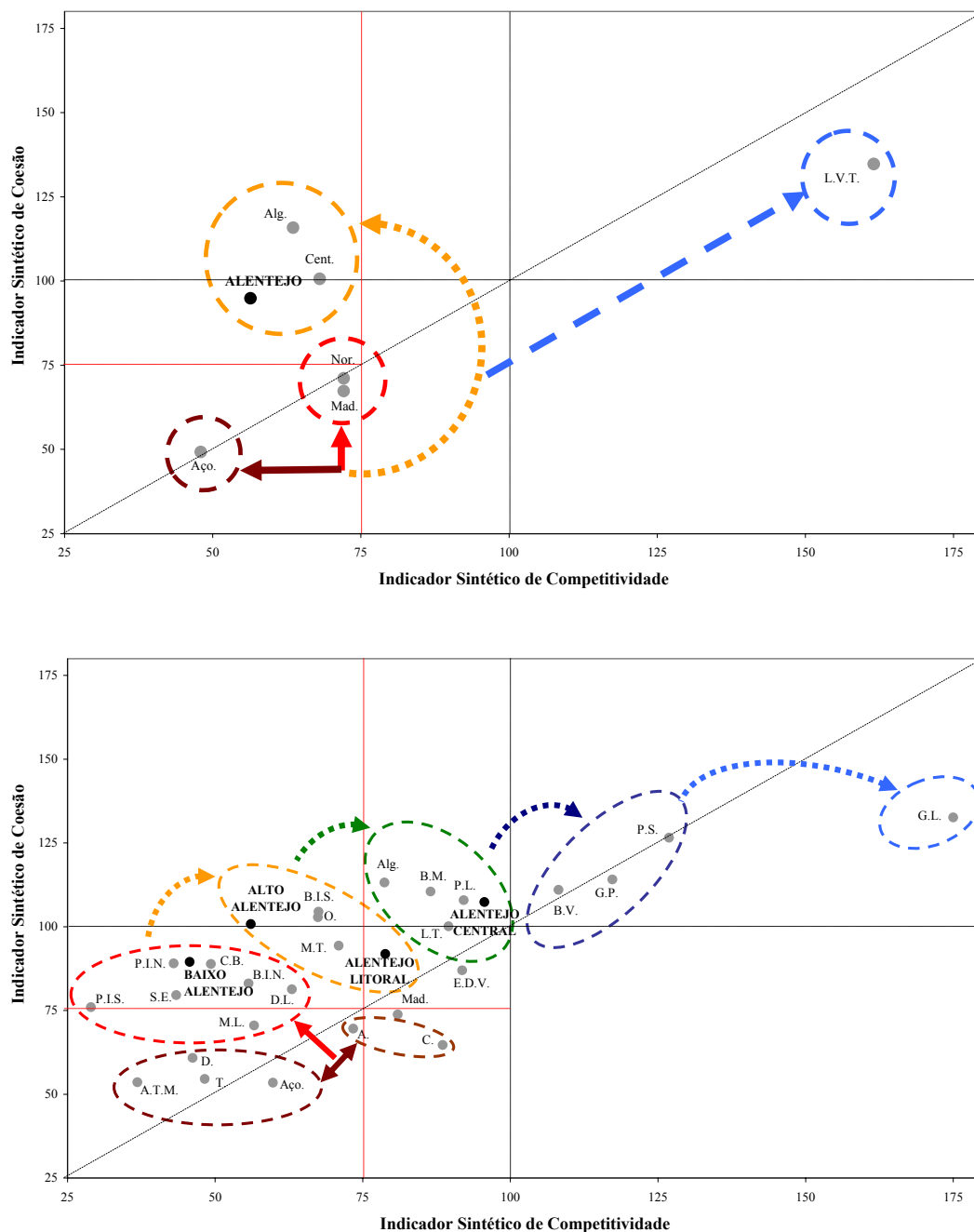
próximos da média nacional, o que traduz um baixo grau de dispersão regional, evidenciando, como tal, a presença de um grau de homogeneidade significativo ao nível dos débeis patamares de desenvolvimento económico evidenciados.

A leitura, por outro lado, das grandes características e tendências da organização espacial, na economia e sociedade portuguesa, e, em particular, na região do Alentejo e suas sub-regiões, baseada nos resultados do índice sintético de competitividade e coesão territorial, permite partir para um aprofundamento analítico valorizando a construção de um sistema de articulações entre as suas grandes dimensões (competitividade versus coesão e coesão económica versus coesão social).

A análise, neste quadro, da articulação entre coesão e competitividade pode ser desenvolvida através da comparação dos níveis relativos alcançados pelas regiões numa e noutra dimensão.

Esta comparação permite confirmar não só a existência de assimetrias regionais significativas no nível de desenvolvimento económico e social, como evidenciar, igualmente, quer a existência de desequilíbrios significativos na promoção daquelas duas dimensões cruciais, quer uma clara preponderância dos desvios para cima e para a esquerda, isto é, a preponderância de situações de vulnerabilidade competitiva, para um determinado nível de coesão considerado, ou de situações de “excesso” de dotação nas condições da coesão, para um determinado nível de competitividade alcançado. Constata-se, desta forma, que parece existir uma tendência significativa para a colocação da “coesão à frente da competitividade”, que pode ser mais “desejada” (opções de política pública, escolhas dos eleitores, comportamentos dos cidadãos e dos agentes económicos) ou mais “sofrida” (consequências do aprofundamento da integração europeia e da globalização).

A região do Alentejo coloca-se, tal como acima referido, num posicionamento bastante mais desfavorecido ao nível da competitividade do que da coesão, o que resulta das vulnerabilidades competitivas evidenciadas pelas suas NUTS III (à excepção da região do Alentejo Central) seguindo, todas as suas sub-regiões a tendência geral de mais coesão do que competitividade - ver Figura 1.2.3.

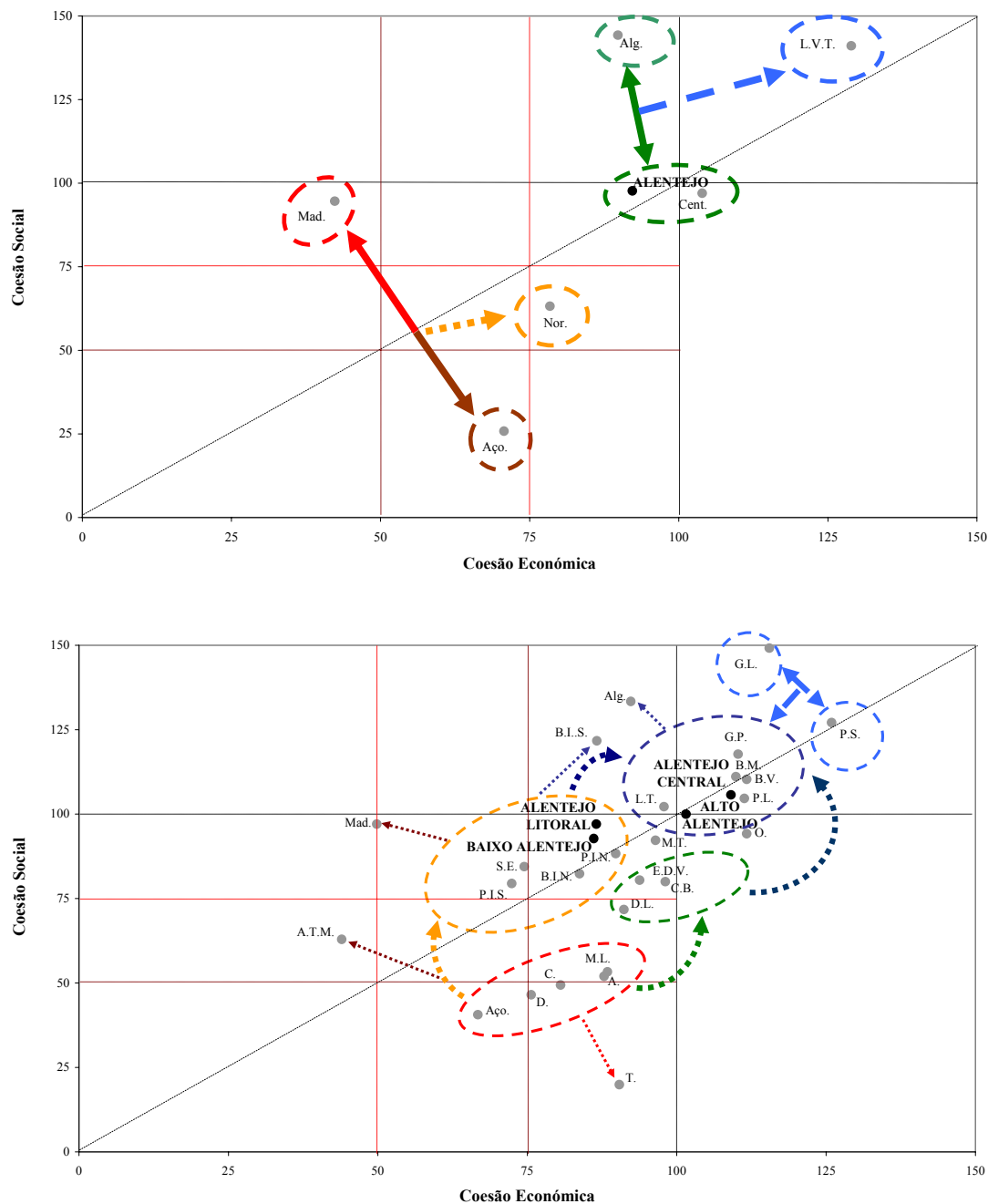
FIGURA 1.2.3 – ARTICULAÇÃO ENTRE COESÃO E COMPETITIVIDADE NAS REGIÕES PORTUGUEASAS (2000-2002)

Fonte: Cálculos próprios (cf. As Grandes Questões Conceptuais e Metodológicas, Volume I)

Ao nível da articulação mais fina entre coesão económica e social, verifica-se que as diferenças intra-regionais na região do Alentejo tendem a ser maiores ao nível da coesão económica do que da coesão social. Por outro lado, verifica-se que as regiões do Alentejo Central e, em menor grau, do Alto Alentejo, revelam um comportamento mais favorável em ambos os eixos de coesão económica e coesão social,

superando ligeiramente a média nacional, enquanto o Baixo Alentejo e o Alentejo Litoral se posicionam abaixo deste referencial – ver Figura 1.2.4.

FIGURA 1.2.4 – ARTICULAÇÃO ENTRE COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL NAS REGIÕES PORTUGUESAS (2000-2002)



Fonte: Cálculos próprios (cf. As Grandes Questões Conceptuais e Metodológicas, Volume I)

A metodologia utilizada para a construção do índice sintético de competitividade e coesão territorial permite, ainda, um aprofundamento adicional das conclusões avançadas com base na interpretação do

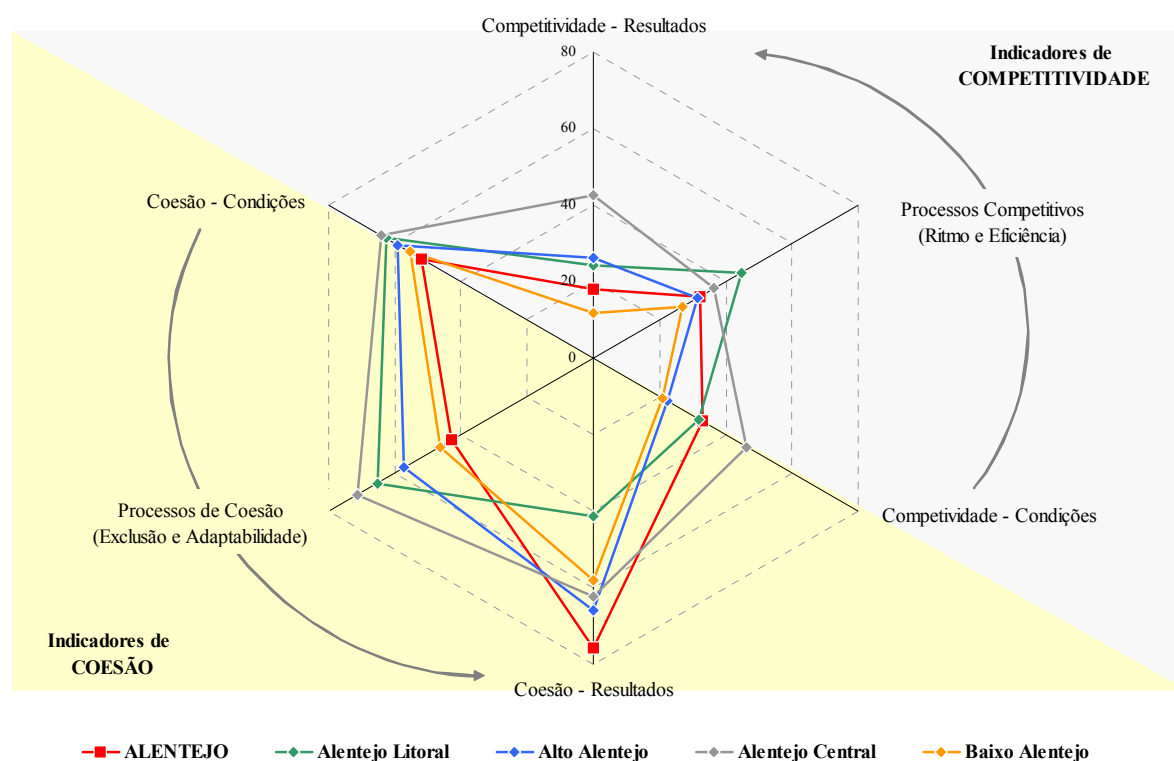
sistema de articulações entre a competitividade e a coesão, através do tratamento mais detalhado do desempenho específico de cada região nas condições, processos e resultados de cada uma dessas grandes dimensões de análise.

A comparação das notações obtidas por cada região nas condições e nos resultados da competitividade permite-nos aproximar, respectivamente, o seu potencial competitivo e a eficácia da sua utilização, isto é, a capacidade efectivamente demonstrada na criação de riqueza à escala nacional e internacional. As notações nos processos permitem, pelo seu lado, aproximar os níveis alcançados em matéria de eficiência produtiva e de ritmo de evolução, encontrando, desse modo, fundamento para a interpretação dos principais desequilíbrios identificados.

A comparação das notações obtidas por cada região nas condições e nos resultados da coesão permite-nos, por sua vez, aproximar, respectivamente, o acesso das pessoas às grandes infraestruturas e equipamentos colectivos e o grau de equidade económica e social daí resultante. As notações nos processos permitem, pelo seu lado, aproximar os níveis alcançados pelos fenómenos de exclusão e adaptabilidade, encontrando, desse modo, fundamento para a interpretação dos principais desequilíbrios identificados.

A leitura do gráfico em radar (Figura 1.2.5) utilizado permite, nesta linha, evidenciar a posição debilitada da região do Alentejo nas condições, processos e resultados de competitividade. No eixo da coesão, os resultados obtidos colocam-se claramente acima da média nacional, apesar das debilidades evidenciadas no que concerne ao nível dos processos e condições. Numa perspectiva intra-regional, destaque para a posição liderante do Alentejo Central ao nível quer da competitividade, quer da coesão e, do Alto Alentejo no que concerne aos resultados, processos e condições de coesão. É de salientar que esta última NUTS III, enquadrada no grupo das sub-regiões *intermédias*, partilha de um desequilíbrio relativamente expressivo entre coesão (superior à média nacional) e competitividade (inferior à média nacional), ao nível das condições, processos e resultados, havendo, nesta medida, que privilegiar, designadamente, intervenções que visem actuar sobre o nível e a qualidade/eficácia de utilização dos investimentos já realizados em equipamentos e infraestruturas.

A região do Baixo Alentejo revela o posicionamento mais débil, colocando-se entre as *sub-regiões menos desenvolvidas*, manifestando fortes vulnerabilidades competitivas com um traço comum ao nível de condições, processos e resultados, acompanhadas por fragilidades ao nível das condições e processos da coesão.

FIGURA 1.2.5 – A ARTICULAÇÃO ENTRE COMPETITIVIDADE E COESÃO NA REGIÃO DO ALENTEJO: CONDIÇÕES, PROCESSOS E RESULTADOS (2000-2002)

Fonte: Cálculos próprios (cf. As Grandes Questões Conceptuais e Metodológicas, Volume I)

A caracterização aprofundada da competitividade e coesão territorial das regiões portuguesas, e, em particular, da região do Alentejo, realizada a partir da determinação dos valores assumidos pelo índice sintético, concebido de raiz para o efeito, se permitiu construir uma visão suficientemente rigorosa e detalhada da situação específica de cada região e sub-regiões, dos eixos de convergência e divergência nos respectivos problemas, necessidades e desafios e das grandes diferenças nos seus modelos económicos e sociais, não permitiu, no entanto, construir uma visão das dinâmicas em acção, isto é, da evolução da competitividade e da coesão económica e social nas regiões portuguesas e na região do Alentejo, em particular, no período de vigência dos QCA.

A análise desta evolução exigiu a determinação dos valores obtidos pelas regiões portuguesas num índice sintético de competitividade e coesão territorial que fosse comparável em dois períodos suficientemente afastados para cobrir o período de vigência dos QCA (1989-93, 1994-1999, 2000-2006).

As dificuldades enfrentadas situaram-se, não no plano conceptual, mas no plano da disponibilidade de informação. A solução encontrada consistiu em configurar uma nova estrutura de indicadores de base para o índice sintético, maximizando o número de indicadores a conservar⁴ para o período mais recente

⁴ O índice sintético de competitividade e coesão territorial utilizado para a análise das dinâmicas de evolução das regiões portuguesas, e da RLVT, em particular, no período de vigência dos QCA é, assim, um “índice depurado” em

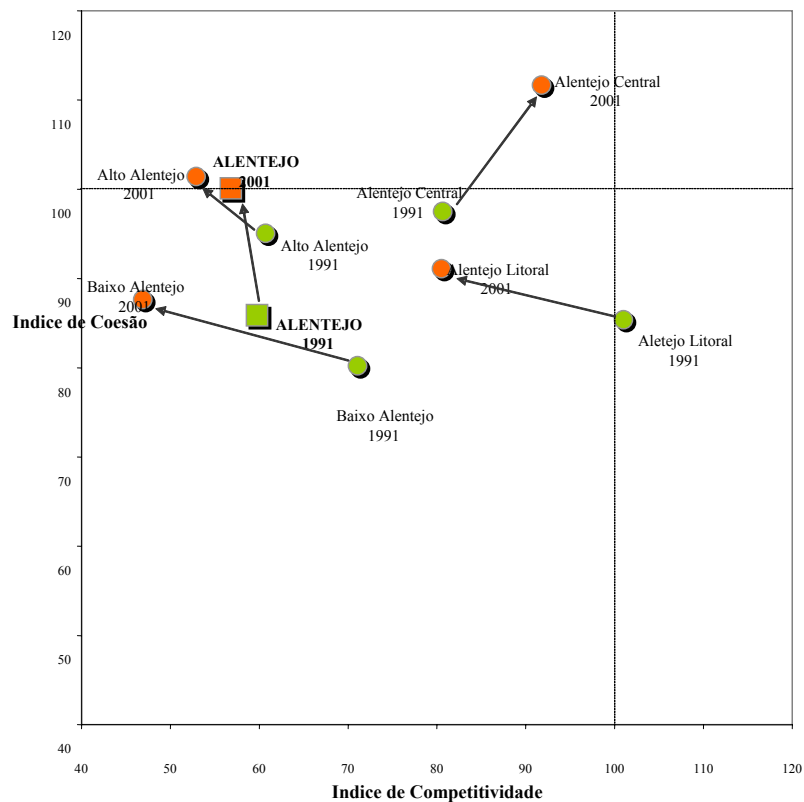
com informação credível disponível, isto é, para o período 1990-1995, que tem em 1991 o seu principal ano de referência. Os resultados desta análise, para o caso da região do Alentejo, estão vertidos na Figura 1.2.6.

A região do Alentejo, ao longo da última década, desenhou uma evolução no sentido de melhoria dos níveis de coesão, acompanhada por uma deterioração dos níveis de competitividade. As sub-regiões do Baixo Alentejo, Alto Alentejo e Alentejo Litoral acompanham esta evolução, constituindo, portanto, a região do Alentejo Central, a única excepção, com progressos relativos registados tanto em matéria de competitividade como de coesão.

relação ao que foi possível calcular para caracterizar a situação mais recente, englobando 27 indicadores de base, 18 na dimensão “competitividade” e 9 na dimensão “coesão”. Os indicadores não incluídos, por razões de indisponibilidade estatística directa ou indirecta (casos em que não era possível proceder, com níveis de confiança adequados, a estimativas) foram os relativos à convergência económica no espaço da UE (1), à mobilidade global de mercadorias e pessoas (13), ao nível de escolaridade alcançado (22), à dispersão concelhia do rendimento familiar (24), à capacidade de retenção do rendimento gerado (25), à perifricidade (31), ao abandono escolar (34) e à flexibilidade e adaptabilidade (35).

O ISCCT “depurado”, com base no qual se procede à análise da dinâmica de evolução da competitividade e coesão territorial, penaliza menos, neste quadro, as regiões periféricas, menos coesas no plano económico, com menor nível de educação e com maior desemprego e rigidez na especialização produtiva, quando comparado com o ISCCT “completo”, utilizado para caracterizar a situação mais recente.

**FIGURA 1.2.6 – A EVOLUÇÃO DA COMPETITIVIDADE E COESÃO NA REGIÃO DO ALENTEJO,
AS TRAJECTÓRIAS 1991-95 → 2000-02(*)**



(*) - Por razões de comodidade na representação gráfica, utilizam-se os anos base para representar os períodos de referência.

Fonte: Cálculos próprios (cf. As Grandes Questões Conceptuais e Metodológicas, Volume I)

2. COMPETITIVIDADE NAS REGIÕES PORTUGUESAS: *EM BUSCA DA EFICIÊNCIA E EFICÁCIA*

Neste ponto específico do relatório regional, procurar-se-á abordar, de forma relativamente extensiva e compreensiva, numa lógica sequencial de apresentação de resultados-trajectórias/processos-condições, toda a temática da competitividade e crescimento da região do Alentejo, situando, nesta medida, em primeiro lugar, os principais resultados, no terreno da eficiência e da eficácia, do processo competitivo ao longo dos anos 90, em torno, designadamente, da evolução do nível de vida regional, dos avanços registados em matéria de convergência com a média da União Europeia, da capacidade regional de atracção de população, mormente de quadros qualificados, e da conquista de posições nos mercados internacionais globalizados, traduzida na evolução da dimensão da sua actividade exportadora.

Apresentados os principais resultados, passa-se, seguindo a lógica referida, à caracterização da trajectória competitiva e do modelo de crescimento seguidos, em termos, nomeadamente, da natureza mais ou menos intensiva/extensiva deste, da sua maior ou menor orientação para o exterior, da dinâmica empresarial e profissional envolvida, dos avanços registados ao nível da eficiência produtiva e da sofisticação das estruturas organizacionais e de gestão facilitada e catalisada pela crescente afirmação do capital estrangeiro na estrutura financeira das unidades empresariais da região.

Analisam-se, por fim, as condições/determinantes de competitividade e crescimento, estruturadas em torno dos seguintes domínios:

- Demografia
- Capital Humano
- I&D e Tecnologia
- Especialização Produtiva
- Estrutura da Procura
- Infraestruturas de Suporte às actividades económicas

Neste processo de caracterização, procurar-se-á, na medida da informação, primária e trabalhada, disponível, enquadrar o posicionamento da região no contexto europeu, considerando, designadamente, as regiões europeias equiparáveis, isto é, com baixa densidade populacional e com elevado peso do sector primário, e no contexto nacional, confrontando-a com o posicionamento médio do país e, sempre que assuma alguma posição de destaque, na confrontação com as restantes NUTS II. A perspectiva intra-regional, ao nível das NUTS III e dos concelhos que a constituem, permitirá aprofundar ainda mais a avaliação da competitividade regional, possibilitando a identificação de diferentes dinâmicas, trajectórias e condições ao nível sub-regional, ao longo das diversas dimensões de análise consideradas.

Trabalhada a temática da competitividade, passar-se-á, no ponto seguinte, à abordagem específica das questões da coesão económica social e dos avanços na equidade ao longo dos anos 90, numa lógica sequencial, uma vez mais, dos resultados para as condições de coesão económica e social.

2.1. POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU E NACIONAL

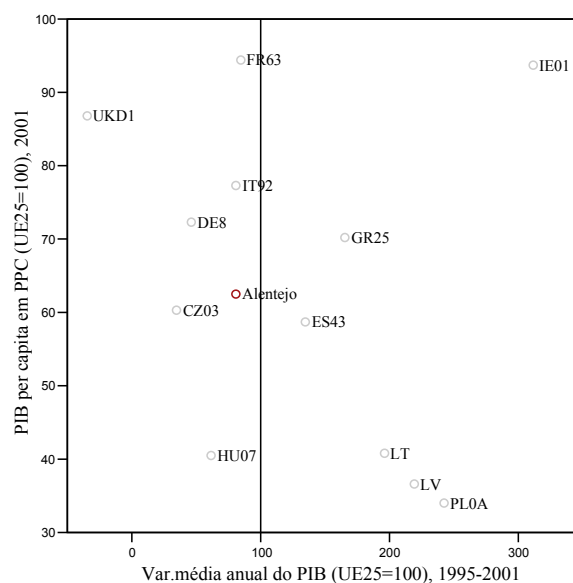
A região do Alentejo revela um nível de vida inferior quer à média da UE25, quer à média nacional, tendo-se demonstrado incapaz para traçar um processo de convergência dos seus níveis de PIB per capita, ao longo da década de 90, o que agravou o seu posicionamento no panorama nacional e no referencial comunitário. A competitividade regional no domínio da sua capacidade de penetração em mercados externos apresenta debilidades inerentes, tendo em conta a reduzida dimensão da actividade exportadora da Região no contexto nacional.

A situação interna é bastante contrastada, indiciando fracos níveis de coesão, em resultado das diferenças significativas entre o Alentejo Litoral e o Alentejo Central, por um lado, e o Baixo e o Alto Alentejo, por outro. Nos dois primeiros casos, os indicadores de desenvolvimento e as condições de competitividade revelam-se bem mais favoráveis, não obstante terem na base factores e evoluções distintos: no caso do Alentejo Litoral, o investimento turístico e, sobretudo, o complexo industrial de Sines, justificam alguns grandes destaques em termos de PIB per capita e produtividade, embora se detecte, nos últimos anos, um processo de declínio; no caso do Alentejo Central a capitalidade de Évora e a afirmação de um eixo de forte acessibilidade que prolonga a AML em direcção a leste (e à fronteira espanhola), traduzem-se num reforço da capacidade atractiva sobre novas actividades económicas e profissionais qualificadas. O Alto Alentejo e o Baixo Alentejo apresentam situações bem menos favoráveis em termos de desenvolvimento e condições de competitividade, não se verificando, em muitos domínios, uma evolução favorável ao longo dos anos 90.

A região do Alentejo apresenta um nível de vida, aferido pelos níveis de PIB *per capita* regional, consideravelmente inferior à média da UE25. No ano 2001, o PIB *per capita* da Região estava abaixo da média da UE25 em mais de 35 pontos percentuais – ver Figura 2.1.1. Por outro lado, a Região revelou, particularmente na segunda metade da década de 90, uma dificuldade em acompanhar a taxa de variação média anual do PIB no espaço comunitário, o que coloca sérias dificuldades ao processo de *catching-up* da Região e acentua a sua divergência face ao referencial comunitário.

Com efeito, utilizando o PIB e o PIB *per capita* como indicadores-síntese de desempenho, verifica-se que o Alentejo se configura como uma região economicamente frágil (PIB *per capita* em ppc próximo de pouco mais de 60% do valor médio europeu) e, sobretudo, que a dinâmica de evolução do PIB para o período 1995-2001 foi inferior à de várias das regiões europeias com características equivalentes (baixa densidade populacional e elevado peso do sector primário). Esta evolução traduz, por um lado um comportamento pouco favorável em termos de melhoria de nível de vida e, por outro, uma perda de competitividade relativa face a diversas regiões dos novos países de Leste da UE, que parecem estar a construir condições mais favoráveis para o crescimento da economia.

**FIGURA 2.1.1 – PIB *PER CAPITA* E VARIAÇÃO MÉDIA ANUAL DO PIB:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU**



Legenda:

DE8-Mecklenburg-Vorpommern
GR25-Peloponnisos
ES43-Extremadura
FR63-Limousin
IE01-Border, Midland and Western
IT92-Basilicata
PT14-Alentejo

UKD1-Cumbria
CZ03-Jihozápad
HU07-Dél-Alföld
LT-Lietuva
LV-Latvija
PL0A-Podlaskie

Nota: Variação média anual do PIB da UE25 (1995-2001) = 2,6%.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto com base em Comissão Europeia (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

A incapacidade de desenhar um processo de convergência na segunda metade da década de 90, por parte da região do Alentejo, no contexto europeu, replica-se também no panorama nacional. Colocando o foco no posicionamento do Alentejo, no contexto nacional, verifica-se que a Região apresentou uma trajetória de divergência face à média nacional, em finais da década de 90, o que contribuiu para agravar as disparidades evidenciadas no início da década, acabando o PIB *per capita* por se situar 20% abaixo da média do país – ver Figura 2.1.2.

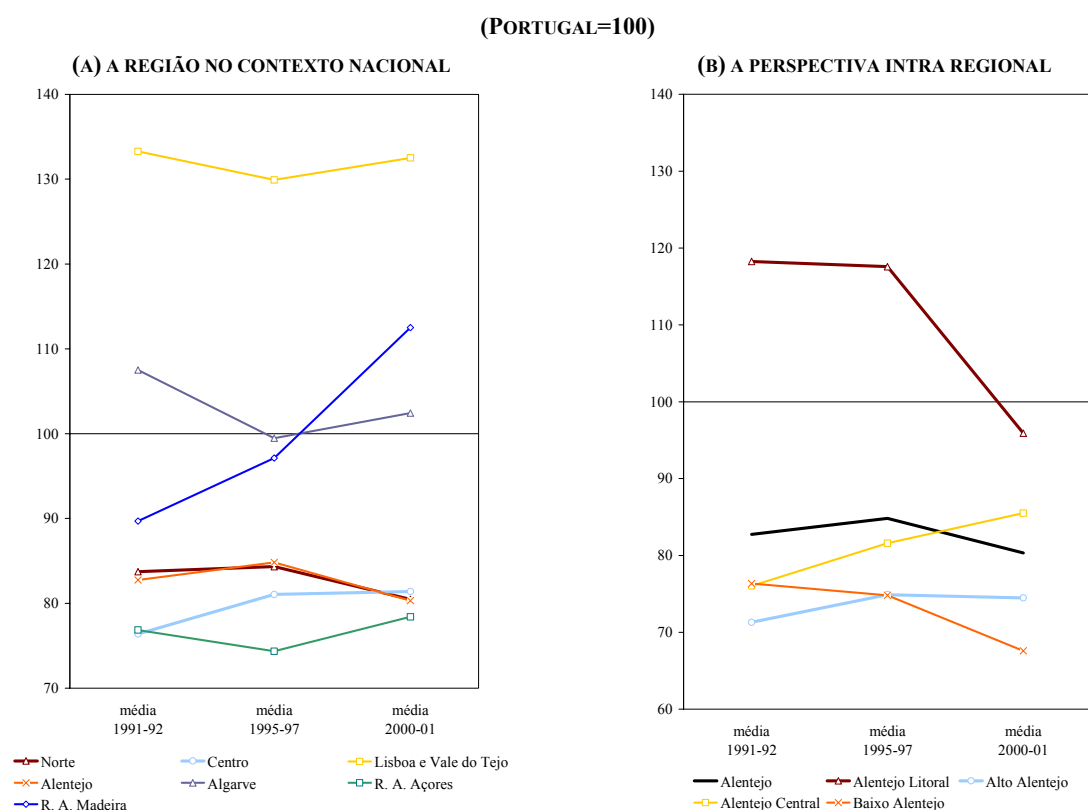
A análise dos níveis de PIB *per capita* seguindo uma perspectiva intra-regional, na década de 90, traduz a existência de algumas disparidades nas NUTS III da região do Alentejo. A região do Alentejo Litoral evidenciou, no início da década, níveis de PIB *per capita* superiores à média nacional, contrastando, como tal, com o posicionamento relativo das restantes sub-regiões do Alentejo. Apesar do diferencial favorável apresentado no início da década, o Alentejo Litoral, conheceu, contudo, nos últimos anos, uma trajetória descendente dos seus níveis de PIB *per capita* colocando-se, no período 2000-2001, abaixo da média nacional mas, ainda assim, superando as restantes NUTS III da Região.

A posição relativa mais favorável do Alentejo Litoral, face às restantes NUTS III da Região, é o fruto de investimentos importantes ocorridos nos anos 70 e 80 (complexo turístico de Tróia, porto e complexo industrial de Sines, obra hidro-agrícola do Mira) que, na segunda metade dos anos 90, passaram por processos de multiplicação (novos empreendimentos turísticos – Atlantic Company, CostaTerra,

Montalvo...) mas também de reestruturação (empreendimento original de Tróia, Terminal XXI e ZAL de Sines...) com repercussões ao nível do emprego, da produtividade e da dinâmica de geração de riqueza.

A única NUTS III que apresentou uma evolução positiva no período considerado foi o Alentejo Central, o que reflecte as vantagens induzidas pelo corredor rodoviário Lisboa-fronteira de Elvas, que colocou concelhos como Vendas Novas e Montemor-o-Novo no espaço que prolonga a Área Metropolitana de Lisboa.

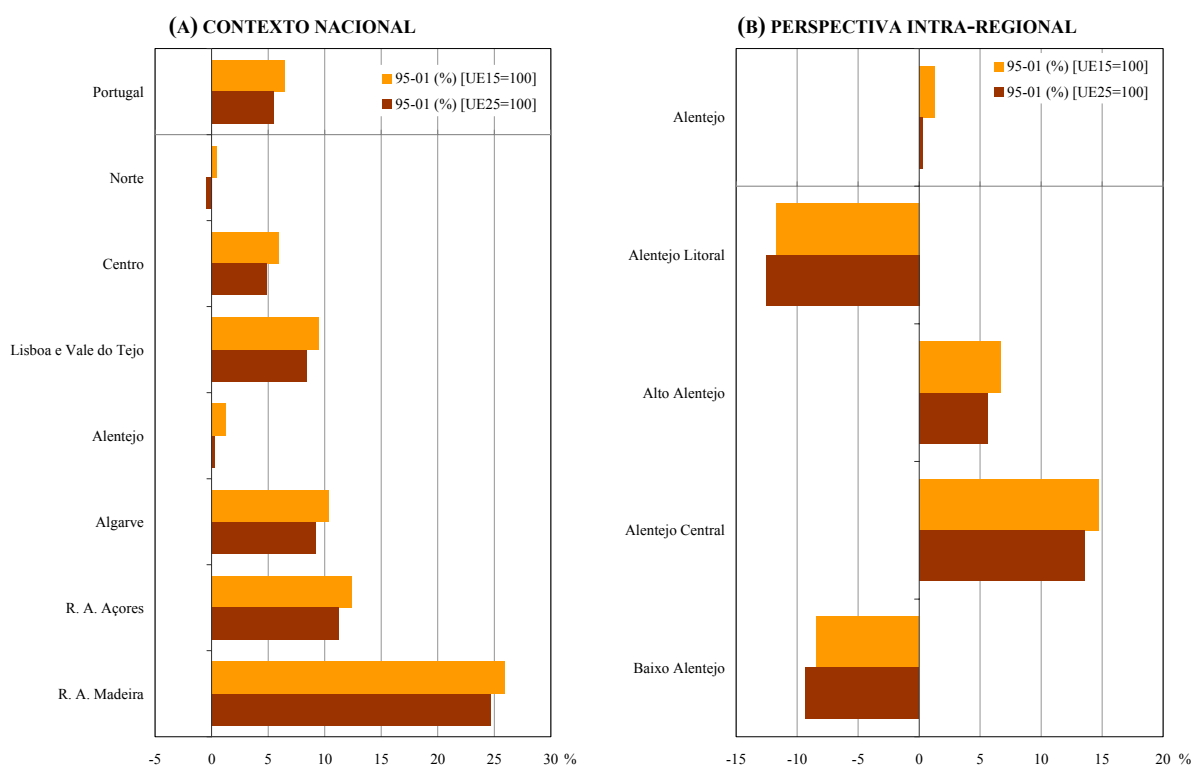
FIGURA 2.1.2 – EVOLUÇÃO DO PIB *PER CAPITA* NOS ANOS 90: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL E INTRA-REGIONAL



A capacidade de convergência dos níveis médios de PIB *per capita* da região do Alentejo, face à média comunitária, evidencia um ritmo de convergência regional inferior à performance nacional – ver Figura 2.1.3. Com efeito, no período 1995-2001, a taxa de crescimento do PIB *per capita* da Região foi, face à UE15, de apenas 1,3% (tendo a taxa de crescimento média nacional sido de 6,5%), e face à UE25, foi ainda mais diminuta, 0,3% (sendo a taxa de crescimento média nacional de 5,5%). A diminuição relativa do ritmo de convergência no contexto do processo de Alargamento Europeu resulta do facto de alguns dos mais recentes membros do espaço comunitário apresentarem ritmos de convergência significativos, com taxas de crescimento superiores à média europeia.

O fraco ritmo de convergência, face ao nível médio europeu, evidenciado pela região do Alentejo, no contexto nacional, contribuiu, deste modo, para acentuar o grau de assimetrias da região no espaço nacional. Do ponto de vista intra-regional, a NUTS III Alentejo Central, em resultado da trajetória positiva desenhada no espaço nacional, evidenciou o ritmo de convergência face ao nível médio europeu, mais acentuado na região do Alentejo. Por oposição, as NUTS III Baixo Alentejo e Alentejo Litoral registaram taxas de crescimento do PIB *per capita*, face ao espaço comunitário, negativas traduzindo no primeiro caso, debilidades e carências no tecido económico regional e no segundo caso, os processos de reestruturação efectuados e a quebra de produtividade assinalada no sector energético.

FIGURA 2.1.3 – RESULTADO DE CONVERGÊNCIA COM A UE NOS ANOS 90 (PIB *PER CAPITA*)



Nota: Variação percentual do índice do PIB *per capita* regional relativamente à média europeia.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto com base em Comissão Europeia (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

A trajetória do nível de vida de uma região, aproximada pelo comportamento evidenciado nos seus níveis de PIB *per capita*, exerce necessariamente repercussões no grau de atractividade intrínseco a cada território.

Na maioria dos concelhos do Alentejo, a capacidade de atracção de migrantes oriundos de outros municípios é bastante fraca. Embora o saldo migratório da Região, na década de 90, seja ligeiramente positivo, os municípios com uma capacidade de atracção interessante neste período, são relativamente poucos. No entanto, é de ressaltar que a existência de um saldo migratório positivo no conjunto da Região evidencia a ocorrência de dinâmicas favoráveis nalguns municípios (fruto de alguns investimentos estruturantes, da dinâmica do Eixo Central e dos principais aglomerados populacionais, de algumas actividades económicas como a extracção de mármore, a produção vitivinícola ou o turismo), capazes de

gerar emprego e de atrair novos residentes. Eventualmente, alguns municípios registarão, igualmente, uma lógica de atracção idêntica à de certas sub-regiões algarvias, muito centrada, portanto, em reformados que transferem a sua residência para fora das áreas metropolitanas.

Uma análise geograficamente mais fina baseada na informação contida na Figura 2.1.4⁵, permite destacar os seguintes espaços de atracção:

i. Associados às dinâmicas sócio-económicas do espaço urbano

- Em 1991 alguns concelhos da envolvente da cidade adquirem uma capacidade atractiva superior à do próprio município de Évora, como Montemor-o-Novo, Vendas Novas e Viana do Alentejo. Note-se que alguns destes municípios beneficiam de dinâmicas próprias que podem ter contribuído para sustentar esta capacidade atractiva. Por exemplo, Montemor-o-Novo e Vendas Novas tiram partido da sua localização entre Évora e Lisboa, para além do último concelho corresponder a um pólo militar e da indústria automóvel. Ao longo da década, Évora, beneficiando das dinâmicas económicas fortes decorrentes do seu efeito de capitalidade reforça consideravelmente a sua capacidade de atracção populacional;
- A cidade de Beja reforça a sua capacidade de atracção de 1991 para 2001;
- A área de Sines-Santiago do Cacém-Grândola (a que se pode acrescentar, nos anos 90, Odemira), que possui um triângulo urbano constituído por um conjunto de cidades médias (Sines, Santiago e Santo André, funcionando Grândola e Odemira como pólos complementares) e que beneficia do dinamismo associado ao complexo portuário-industrial. Note-se que o comportamento destes municípios não é homogéneo no período em análise – enquanto o sistema Sines-Santiago reforça ligeiramente a sua capacidade atractiva entre os finais de 80 e os finais de 90, o que está associado à dinâmica dos sectores industrial e portuário, Grândola e Odemira atenuam os níveis de atracção.

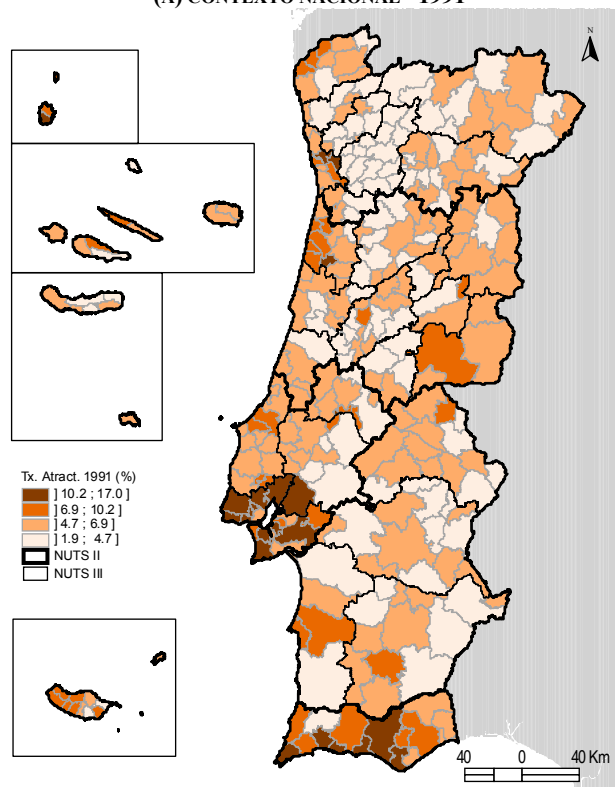
ii. Associados a factores competitivos locais:

- Castelo de Vide, que tira partido de se situar entre Portalegre e a fronteira de Espanha, registando também alguma dinâmica nos ramos do turismo e do engarrafamento de águas;
- Castro Verde, cuja actividade mineira de Neves-Corvo tem suportado a atracção de novos residentes.

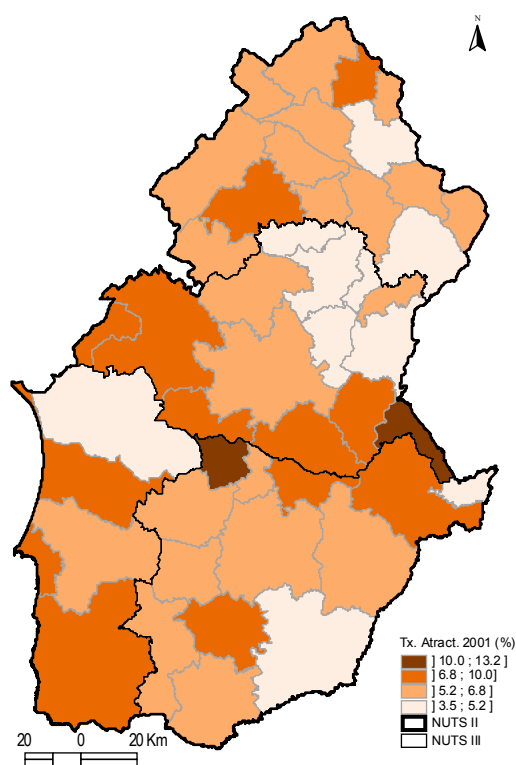
⁵ É importante destacar que, ao longo do relatório, as classes de estratificação utilizadas nos mapas nacionais e regionais variam consoante a perspectiva adoptada, em função do referencial médio utilizado em cada um deles, que no primeiro caso, corresponde à média nacional do respectivo indicador e, no segundo, corresponde à média do mesmo na região em causa. Assim, é possível que um mesmo concelho seja sombreado com cores diferentes de um mapa para outro.

FIGURA 2.1.4 – TAXA DE ATRACTIVIDADE DE POPULAÇÃO NOS ANOS 90

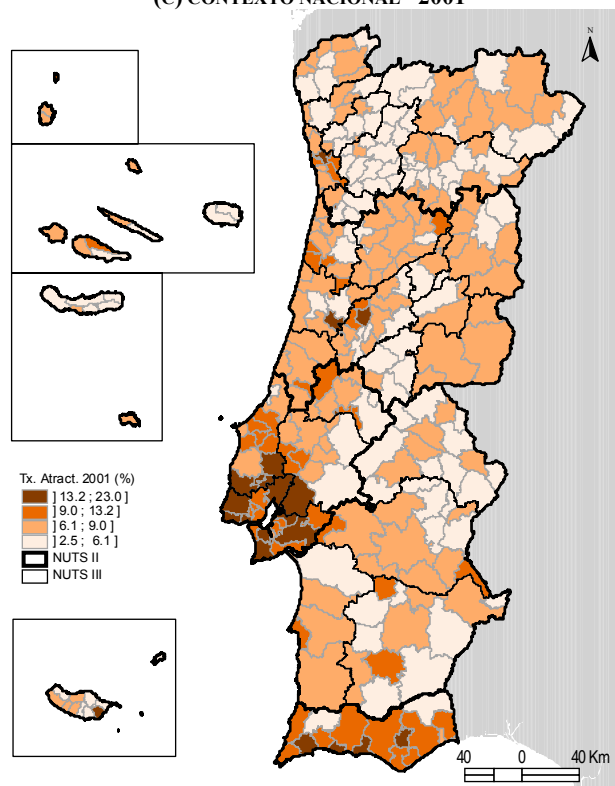
(A) CONTEXTO NACIONAL - 1991



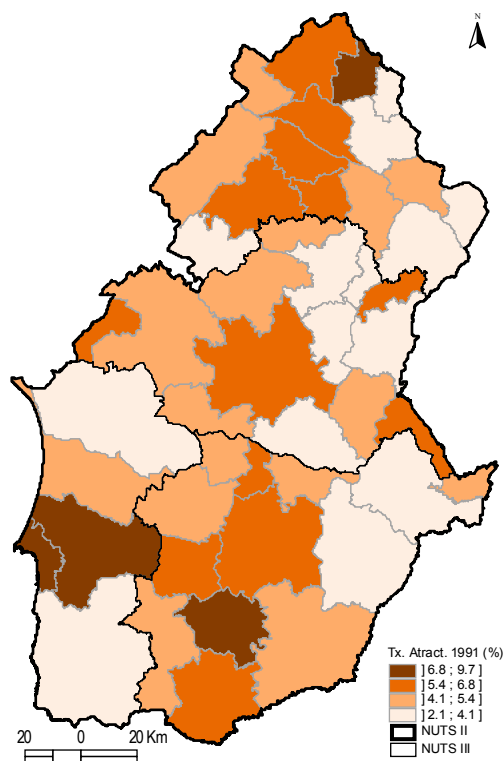
(B) PERSPECTIVA INTRA-REGIONAL - 1991



(C) CONTEXTO NACIONAL - 2001



(D) PERSPECTIVA INTRA-REGIONAL - 2001



Nota: Taxa de atractividade = % da população residente que vivia noutro concelho há 6 anos atrás.

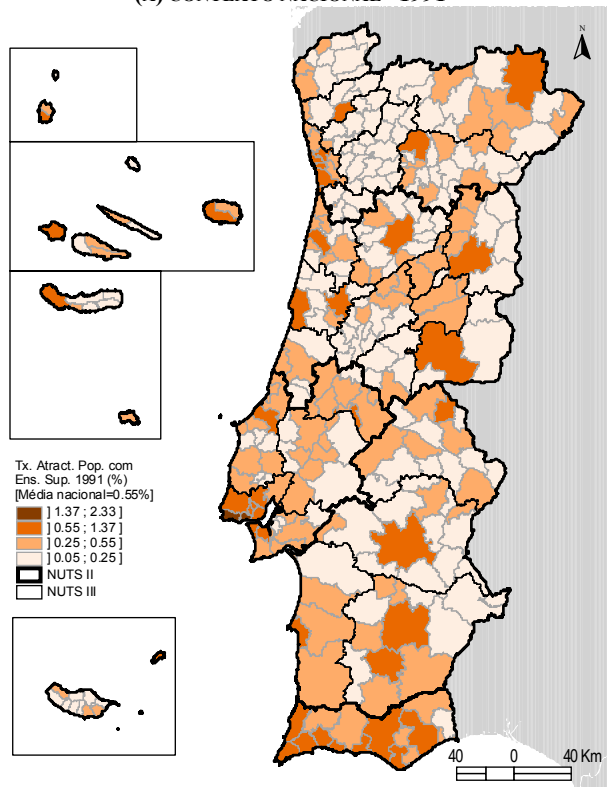
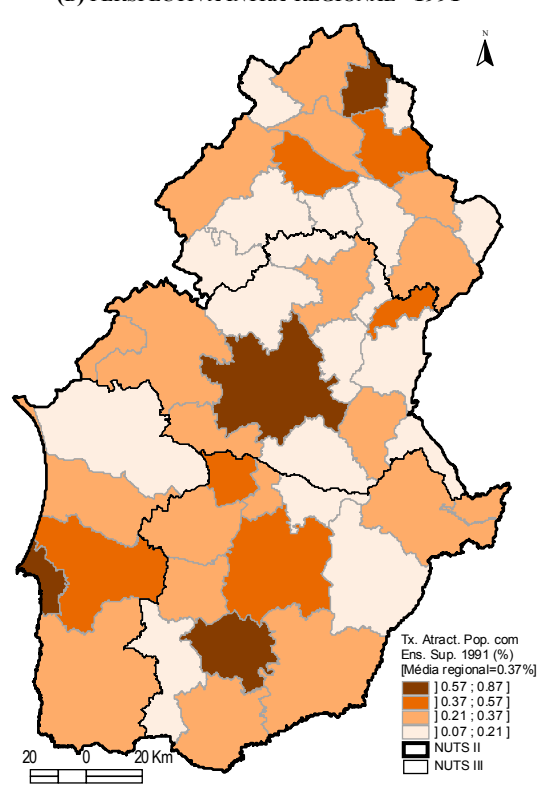
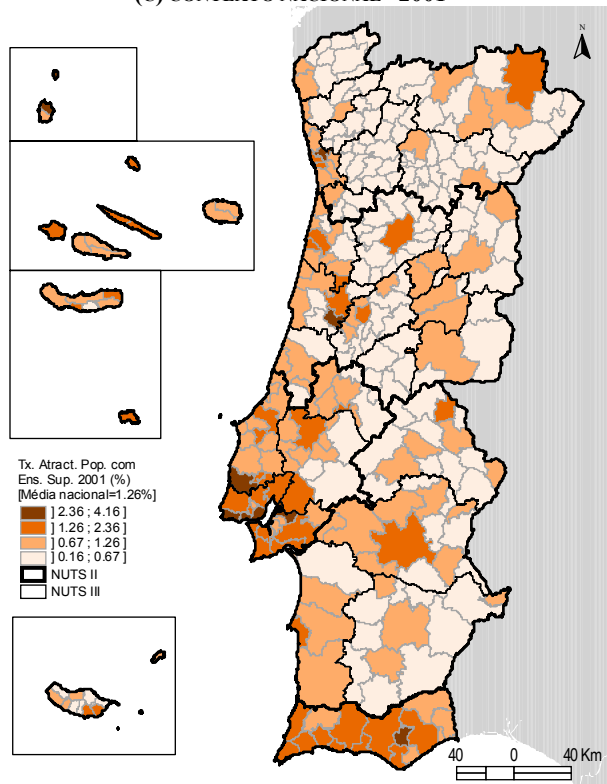
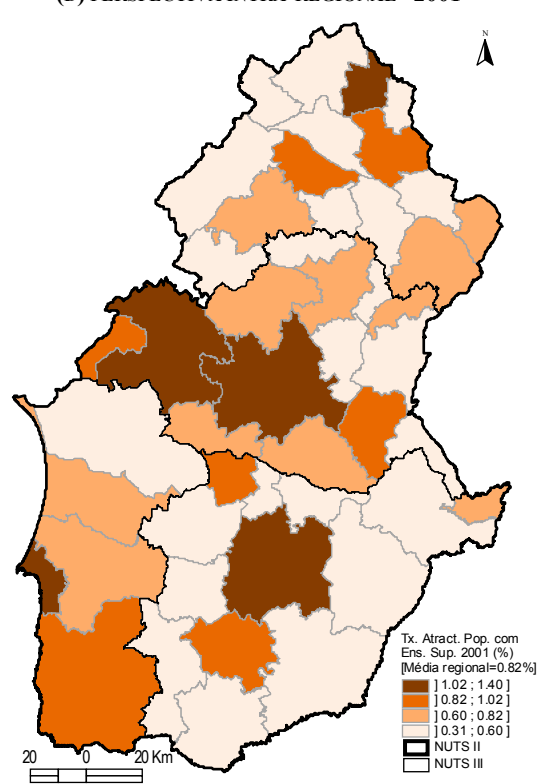
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

Os concelhos que revelaram uma maior capacidade de atracção da população com habilitações ao nível do ensino superior, na região do Alentejo, ao longo da década de 90, foram Évora, Beja, Sines, Montemor-o-Novo e Castelo de Vide – Figura 2.1.5.

A maior taxa de atractividade revelada pelos concelhos de Évora e Beja decorre da condição de principais aglomerados populacionais e da maior densidade relativa do tecido económico destes dois concelhos, capazes de propiciar a criação de emprego e de atrair novos residentes, e particularmente de residentes com melhores níveis habilitacionais. Por outro lado, a concentração da maioria das instituições universitárias do Alentejo nas cidades de Évora e Beja, não só ao nível de variedade de cursos oferecidos mas também ao nível de número de diplomados⁶ gera dinâmicas próprias de fixação que fomentam esta capacidade atractiva.

As elevadas capacidades de atracção reveladas por Montemor-o-Novo, Sines e Castelo de Vide devem ser enquadradas, respectivamente, com a localização entre Évora e Lisboa de Montemor-o-Novo, com a condição de Sines como um dos principais centros urbanos e industriais do Alentejo, decorrente do dinamismo associado ao complexo portuário-industrial, e com alguma dinâmica registada no sector do turismo por parte de Castelo de Vide.

⁶ A Universidade de Évora foi responsável por mais de 39% do total de diplomados no ano lectivo de 2002/2003, no Alentejo, surgindo o Instituto Politécnico de Beja, com a segunda maior importância relativa, com cerca de 27% dos diplomados da região – dados da Direcção de Serviço de Estatísticas e Indicadores do Observatório da Ciência e do Ensino Superior.

FIGURA 2.1.5 – TAXA DE ATRACTIVIDADE DE POPULAÇÃO COM ENSINO SUPERIOR NOS ANOS 90**(A) CONTEXTO NACIONAL - 1991****(B) PERSPECTIVA INTRA-REGIONAL - 1991****(C) CONTEXTO NACIONAL - 2001****(D) PERSPECTIVA INTRA-REGIONAL - 2001**

Nota: % da população residente que vivia noutro concelho há 6 anos atrás e que detém habilitações ao nível do ensino superior.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

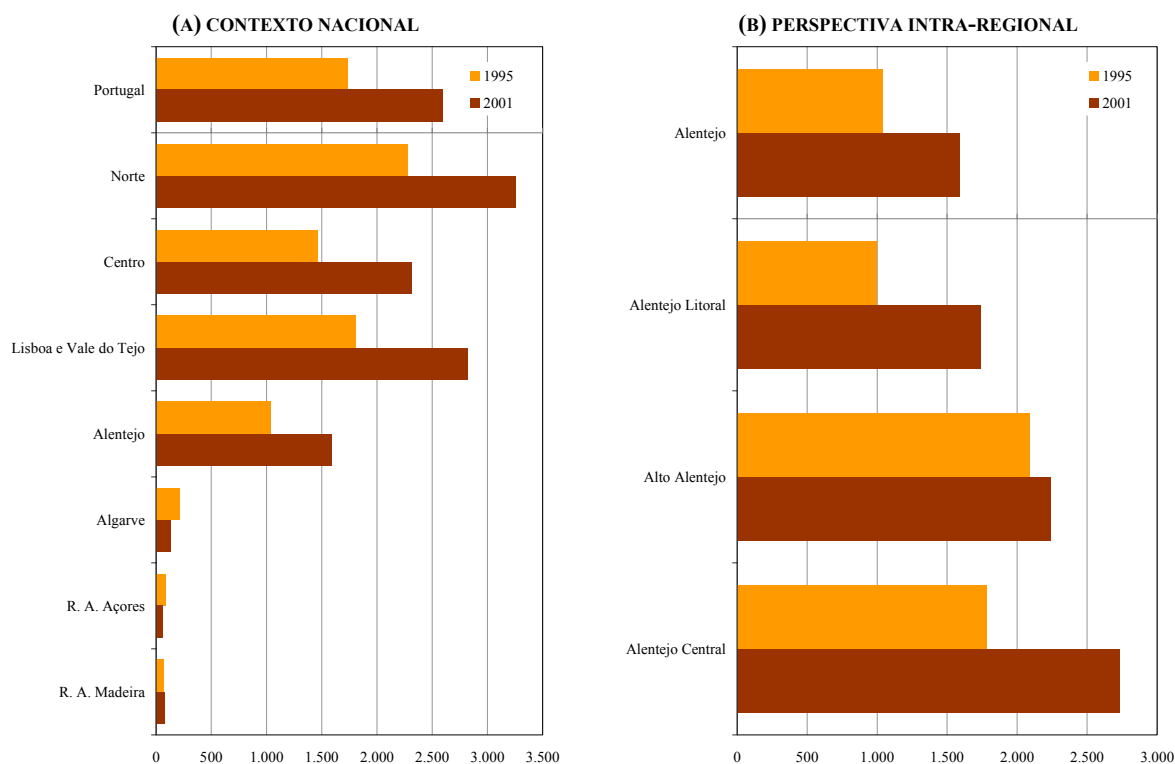
A performance competitiva de uma determinada economia regional, para além de poder ser aferida pelo seu nível de vida interno, aproximado pelo indicador PIB *per capita*, deve ser complementada com a capacidade de penetração e afirmação da região nos mercados internacionais, a qual traduz a capacidade regional para criar valor internacional.

No que concerne ao nível de competitividade evidenciado pela região do Alentejo no campo da sua capacidade de penetração em mercados externos, aferida por um indicador de dimensão da actividade exportadora – as exportações *per capita* – verifica-se que a Região evidencia uma propensão exportadora abaixo da média nacional – ver Figura 2.1.6.

Apesar do reforço da dinâmica exportadora da Região, ao longo do período 1995-2001, as exportações *per capita* da Região continuaram bastante inferiores à média nacional. Com efeito, o tecido empresarial da região do Alentejo encontra-se ainda, excessivamente voltado para o mercado local e regional, em virtude da dimensão reduzida das empresas e de frágeis estruturas de capital, facto este que determina uma deficiente inserção do sector produtivo da região no mercado internacional.

Numa perspectiva intra-regional, as maiores orientações exportadoras, em 2001, são reveladas pelas NUTS III Alentejo Litoral e Alentejo Central, em resultado da dinâmica exportadora registada no final da década de 90. Em oposição, os menores níveis de exportações *per capita* são registados nas NUTS III Baixo Alentejo e Alto Alentejo.

FIGURA 2.1.6 – DIMENSÃO DA ACTIVIDADE EXPORTADORA NOS ANOS 90
(EUROS *PER CAPITA*)



Nota: Indicador de exportações *per capita*

Fonte: Elaborado pela equipa do projecto com base em dados do INE, Estatísticas do Comércio Internacional e Contas Regionais

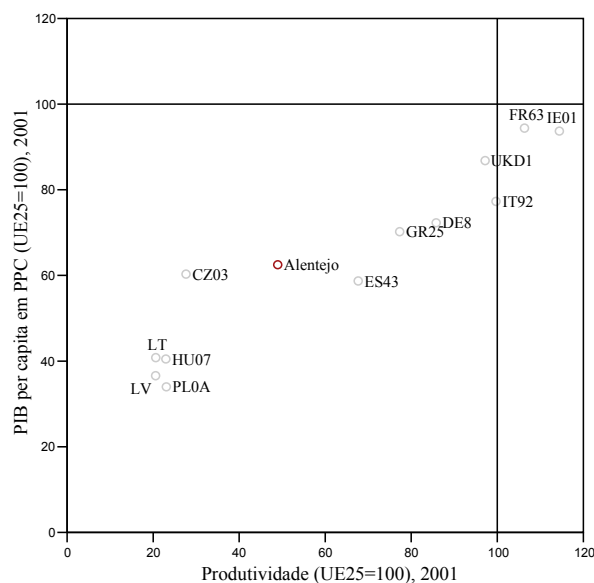
2.2. TRAJECTÓRIA E PROCESSO COMPETITIVO

Apresentados os principais resultados em matéria de evolução da competitividade e nível de vida da região do Alentejo ao longo dos anos 90, é agora altura de passar a analisar a trajectória competitiva e o modelo de crescimento que têm vindo a ser privilegiados na região. A região do Alentejo posiciona-se abaixo da média nacional, quer no que concerne aos níveis de produtividade exibidos, quer ao nível das taxas de utilização dos recursos humanos. No entanto, ao longo da década de 90, estes indicadores revelaram trajectórias distintas, permitindo aferir que o agravamento da disparidade entre os níveis de PIB per capita da região do Alentejo e o espaço nacional, detectado no final da década, é fundamentalmente explicado pela quebra nos níveis de produtividade da Região, ou seja, é essencialmente o resultado de uma redução na criação de valor acrescentado por trabalhador.

A decomposição dos vários elementos que compõem o padrão competitivo da região do Alentejo, no contexto nacional, permite constatar debilidades competitivas mais expressivas, na Região, associadas aos níveis de produtividade exibidos, à estrutura etária particularmente envelhecida face ao contexto nacional, e também, apesar de com menor intensidade relativa, ao nível da taxa de emprego e taxa de actividade.

O tecido empresarial da Região revela uma estrutura fragmentada, pautando-se por um peso relativo de empresas dos escalões dimensionais mais reduzidos acima da média nacional. No início da década 90, observa-se, na Região, um dinamismo empresarial, ao nível da propensão para a criação de novas iniciativas empresariais, superior à taxa de iniciativa empresarial nacional, posicionando-se, contudo, aquém desta última no final da década. A trajectória de aumento das taxas de iniciativas empresariais na Região foi acompanhada por uma redução das taxas de sobrevivência das empresas indiciando que o aumento das iniciativas empresariais não se repercutiu no aumento da capacidade de sustentação das mesmas no mercado. Deste modo, a região do Alentejo, analogamente ao espaço nacional, revelou-se incapaz de transformar o aumento dos níveis de empreendedorismo regional em favoráveis níveis de sobrevivência empresarial fomentando, como tal, os níveis de turbulência no mercado.

No que concerne ao comportamento da região do Alentejo, no campo das produtividades exibidas no contexto europeu, observa-se um posicionamento desfavorável da Região comparativamente quer com a média comunitária, quer com a maioria das regiões europeias utilizadas como termo de comparação – ver Figura 2.2.1.

FIGURA 2.2.1 – PIB PER CAPITA E PRODUTIVIDADE: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU

Legenda:

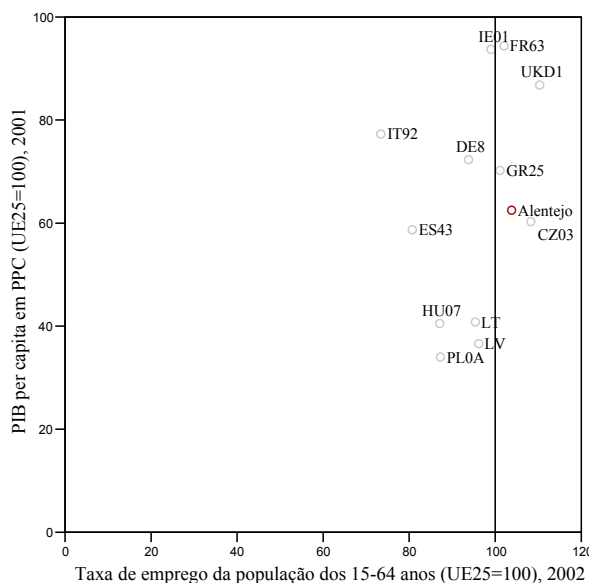
DE8-Mecklenburg-Vorpommern	UKD1-Cumbria
GR25-Peloponnisos	CZ03-Jihozápad
ES43-Extremadura	HU07-Dél-Alföld
FR63-Limousin	LT-Lietuva
IE01-Border, Midland and Western	LV-Latvija
IT92-Basilicata	PL0A-Podlaskie
PT14-Alentejo	

Nota: Produtividade (VAB/Emprego) na UE25 = 46,52 milhares de euros por indivíduo empregado.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Comissão Europeia (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

A região do Alentejo apresenta uma taxa de emprego da população na faixa etária dos 15-64 anos, relativamente favorável, face ao contexto europeu, registando-se acima da média da UE25, no ano 2002. Este posicionamento pode, contudo, ser influenciado por uma entrada mais precoce no mercado de trabalho por via de um abandono antecipado do sistema escolar, bem como por um prolongamento da vida activa até idades que ultrapassam o valor médio registado em muitos países da UE – ver Figura 2.2.2.

**FIGURA 2.2.2 – PIB PER CAPITA E TAXA DE EMPREGO DA POPULAÇÃO DOS 15-64 ANOS:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU**



Legenda:

DE8-Mecklenburg-Vorpommern

GR25-Peloponnisos

ES43-Extremadura

FR63-Limousin

IE01-Border, Midland and Western

IT92-Basilicata

PT14-Alentejo

UKD1-Cumbria

CZ03-Jihozápad

HU07-Dél-Alföld

LT-Lietuva

LV-Latvija

PL0A-Podlaskie

Nota: Taxa de emprego da população dos 15-64 anos na UE25 (2002) = 62,8%.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Comissão Europeia (2004),
Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

CAIXA 2.2.1- DECOMPOSIÇÃO DO TOPO DA PIRÂMIDE DA COMPETITIVIDADE TERRITORIAL

A decomposição do topo da pirâmide da competitividade territorial permite “isolar” os vários elementos que compõem o padrão competitivo de uma região e fornece dados importantes sobre o contributo de cada um destes elementos e sobre o grau de influência, positiva ou negativa, que exercem sobre a posição competitiva da região no contexto nacional (Figura 1.2.3). A sua medição é, normalmente, apresentada de forma integrada - o nível de PIB per capita -, e apreendida em termos do nível de vida que lhe está associado. A sua decomposição constitui um instrumento útil de orientação das políticas públicas no sentido de adequação das respectivas prioridades de actuação à dissipação dos factores que, efectivamente, condicionam esse posicionamento competitivo e, naturalmente, de orientação dos objectivos de desenvolvimento regional à luz de um conhecimento equilibrado dos motivos que influenciam o padrão de desenvolvimento regional, nomeadamente, se este é mais influenciado por:

- Factores associados ao nível de produtividade. As regiões cujo padrão de competitividade se alicerça em diferenças positivas de produtividade face à média nacional traduzem uma capacidade acrescida de orientar os seus resultados produtivos no sentido de um equilíbrio mais eficiente entre a afectação dos recursos disponíveis e os respectivos objectivos de inserção no mercado;
- Factores associados à mobilidade geográfica da população empregada. As regiões cujo padrão de competitividade se alicerça em diferenças positivas deste indicador face à média nacional traduzem uma estrutura produtiva dinâmica e cujo patamar competitivo é sustentado, em parte, por uma significativa capacidade de absorção de recursos humanos residentes noutras regiões;

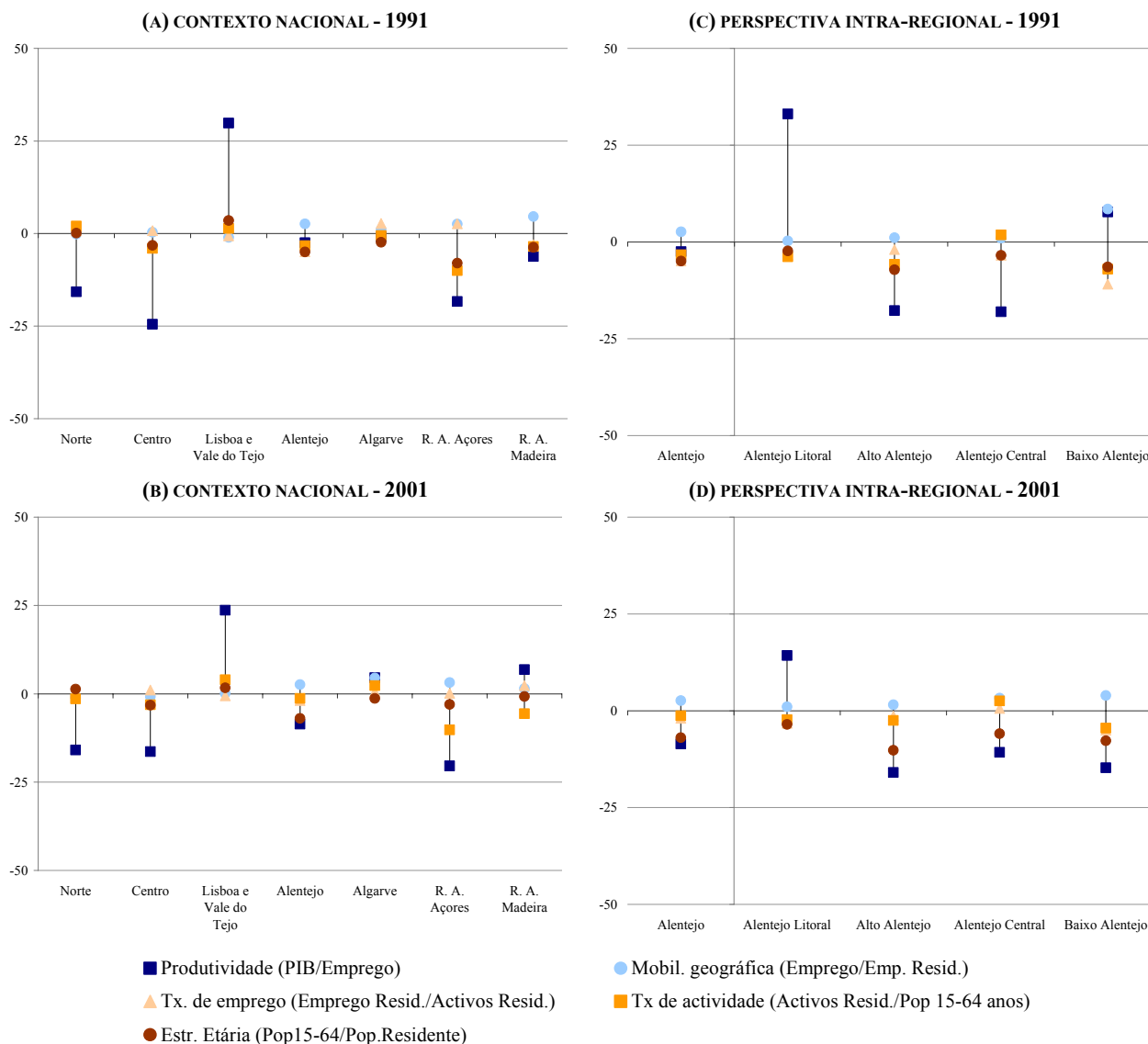
- Factores associados à taxa de emprego. As regiões cujo padrão de competitividade se alicerça em diferenças positivas da sua taxa de emprego face à média nacional traduzem um patamar competitivo sustentado, em parte, na sua capacidade de manter empregada a sua população activa. A tónica coloca-se do lado da oferta de emprego, em termos da disponibilidade de postos de trabalho;
- Factores associados à taxa de actividade. As regiões cujo padrão de competitividade se alicerça em diferenças positivas da sua taxa de actividade face à média nacional traduzem uma capacidade mais significativa de manter em actividade parcelas mais elevadas da respectiva população em idade activa, o que se pode entender como um maior dinamismo da população que é indutor de uma redução dos normais desfaseamentos temporais que se verificam na compatibilização dos recursos humanos em idade activa e os postos de trabalho disponíveis na região. A tónica coloca-se do lado da procura de emprego, em termos da disponibilidade da população para o trabalho;
- Factores associados à estrutura etária. As regiões cujo padrão de competitividade se alicerça em diferenças positivas da sua estrutura etária face à média nacional traduzem uma relação mais virtuosa do peso de população em idade activa na população residente, destacando-se, assim, pela negativa, as regiões especialmente jovens ou particularmente envelhecidas.

A decomposição dos vários elementos que compõem o padrão competitivo da região do Alentejo, no contexto nacional, permite constatar debilidades competitivas mais expressivas na Região associadas aos níveis de produtividade exibidos e à estrutura etária particularmente envelhecida. Apesar de com menor intensidade relativa a Região apresenta também um diferencial desfavorável, face ao espaço nacional, no que concerne à sua taxa de emprego e à taxa de actividade – ver Figura 2.2.3.

A mobilidade geográfica da população empregada, reflectida na capacidade de absorção de recursos humanos residentes noutras regiões, assume-se como o único factor considerado, nos anos 1991 e 2001, susceptível de exercer uma influência positiva, ainda que pouco expressiva, sobre a posição competitiva da Região no contexto nacional.

Numa óptica intra-regional destacam-se os níveis mais acentuados de produtividade da NUTS III Alentejo Litoral, exercendo, como tal, um contributo positivo sobre os níveis de PIB *per capita* desta Região. Nas restantes regiões o contributo dos elementos que compõem os respectivos padrões competitivos reveste-se de um cariz bastante menos favorável, sendo que, à excepção do efeito positivo exercido pela mobilidade geográfica da população empregada em todas as NUTS III, apenas a NUTS III Alentejo Central, evidencia, em 2001, um ligeiro posicionamento relativo favorável ao nível da taxa de emprego e da taxa de actividade.

FIGURA 2.2.3 – DECOMPOSIÇÃO DO TOPO DA PIRÂMIDE DA COMPETITIVIDADE TERRITORIAL NOS ANOS 90
(DIFERENÇAS EM PONTOS PERCENTUAIS FACE À MÉDIA NACIONAL)



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais

O nível de vida de um determinado território, aproximado pela análise do indicador PIB *per capita*, que permite, tal como em cima abordado, analisar a competitividade territorial segundo uma “óptica de resultado”, pode resultar da conjugação de duas componentes: a produtividade (PIB por pessoa empregada) e a taxa de utilização de recursos humanos (número total de pessoas empregadas relativamente à população residente).

Deste modo, a melhoria dos níveis de PIB *per capita* de uma região pode ser incentivada quer pela melhoria dos níveis de produtividade (ou de qualidade de emprego), quer pelo aumento no número de postos de trabalho ocupados, isto é, para atingir níveis elevados de PIB *per capita* é necessário por um lado, produzir com eficiência, e por outro lado, sem negligenciar esses níveis de eficiência, conseguir criar postos de trabalho que permitam mobilizar os recursos humanos disponíveis. Deste modo, na análise

da evolução do nível de vida de uma região é possível identificar o grau de combinação e substituição entre uma “melhor” ou “maior” utilização dos recursos humanos.

Neste sentido, é possível verificar que a região do Alentejo se coloca abaixo da média nacional, quer no que concerne aos níveis de produtividade exibidos – ver Figura 2.2.4 –, quer ao nível das taxas de utilização dos recursos humanos – ver Figura 2.2.5. Contudo, ao longo do período 1991-2001, estes indicadores revelaram trajectórias distintas, permitindo aferir que o agravamento da disparidade entre os níveis de PIB *per capita* da região do Alentejo e o espaço nacional, detectado no final da década de 90, é fundamentalmente explicado pela quebra nos níveis de produtividade da Região, ou seja, resulta, essencialmente, de uma quebra na criação de valor acrescentado por trabalhador uma vez que a taxa de utilização dos recursos humanos disponíveis apresentou uma recuperação, face ao espaço nacional, no final da década.

A região do Alentejo apresentou uma evolução positiva dos seus níveis de produtividade na primeira metade dos anos 90, aproximando-se da média nacional, no entanto, a segunda metade da década foi marcada por um rápido declínio da produtividade que se reflectiu desfavoravelmente, tal como em cima mencionado, na evolução do PIB *per capita*. O posicionamento da Região nos níveis de produtividade é o resultado da coexistência de ramos de muito baixa produtividade (agricultura tradicional, comércio retalhista, segmentos pouco qualificados da administração pública) com ramos com produtividade muito elevada (empresas do complexo de Sines, sector das obras públicas, agricultura e pecuária de mercado que experimentaram processos recentes de modernização⁷ e de algumas agro-indústrias como a vitivinícola).

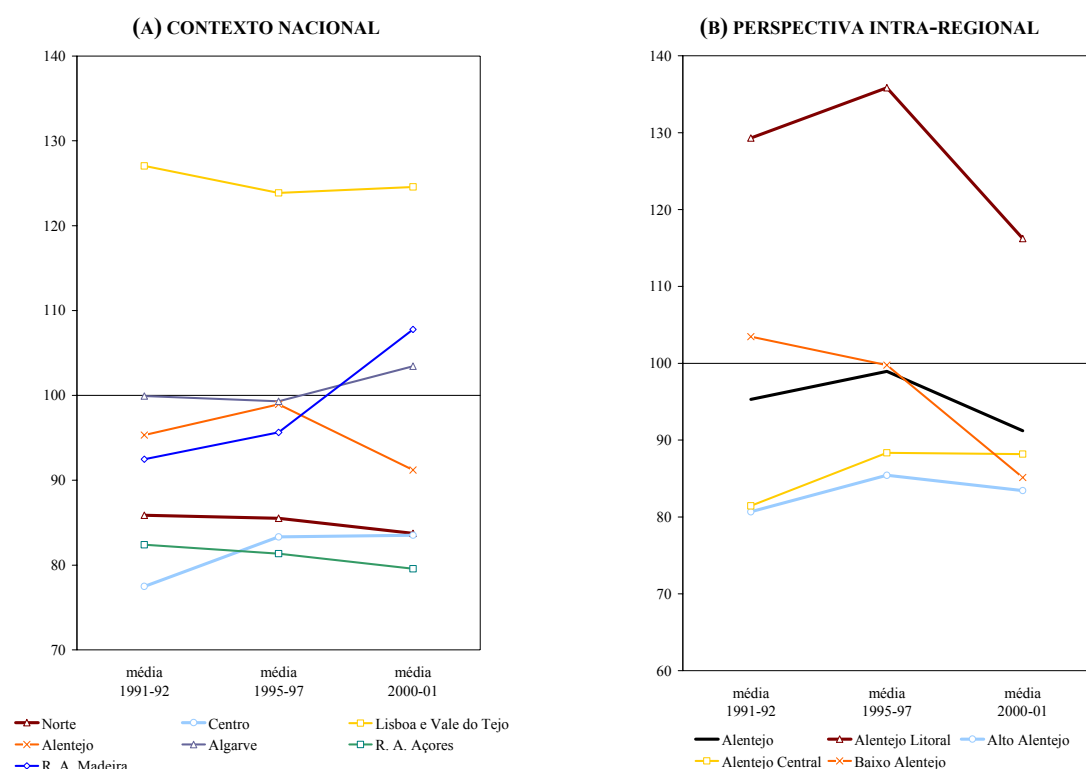
A análise intra-regional dos níveis de produtividade da região do Alentejo, confirma que o bom desempenho no PIB *per capita* da NUTS III Alentejo Litoral se deve essencialmente aos seus níveis de produtividade, uma vez que estes se situam claramente acima da média nacional, para o período 1991-2001. No entanto, a tendência decrescente nos níveis de produtividade, desenhada por esta Região, ao longo dos últimos anos, contribuiu para reduzir o diferencial positivo apresentado face à média nacional.

As regiões do Baixo Alentejo e do Alto Alentejo registam, em 2000-01, os valores de produtividade mais reduzidos na região do Alentejo, reflectindo-se esta situação necessariamente nos níveis de PIB *per capita* exibidos. Contudo, as suas trajectórias dos níveis de produtividade foram contrastadas: enquanto o Baixo Alentejo experimentou um declínio progressivo, o Alto Alentejo observou um incremento na geração de riqueza e na produtividade, ao longo dos anos 90. Se no primeiro caso, a reduzida diversificação do tecido económico associado ao declínio das actividades primárias (agricultura e extracção de minério em Aljustrel e mesmo em Neves Corvo) funcionam como constrangimentos à criação de emprego e ao aumento de produtividade, no segundo emergem algumas subunidades geográficas (e.g. Campo Maior; Portalegre-Castelo de Vide...) que tiram partido da boa acessibilidade (à sede de distrito, a Espanha...) e da capacidade de inovação de ramos de actividade como a torrefacção de cafés, o engarrafamento de águas minerais ou o turismo.

⁷ Refira-se que o emprego agrícola no Alentejo representa apenas 4% do total nacional, mas o contributo da Região para o produto nacional do sector se aproxima dos 16% (CCDRA/CEDRU/TIS-PT (2004) – *Avaliação das Oportunidades de Desenvolvimento Regional do Alentejo*).

Em síntese, o Alentejo Central emerge como a sub-região que tem experimentado um percurso favorável em termos de reforço da competitividade e da geração de riqueza, embora ainda se situe abaixo dos valores médios nacionais. O Alentejo Litoral, embora continue a revelar-se como a sub-região mais dinâmica e competitiva do Alentejo, passa por um processo de desaceleração, que poderá ser invertido, caso os investimentos recentes no sector turístico tenham sucesso económico, assim como a reestruturação do complexo de Sines, que poderá ter efeitos interessantes, tanto no próprio município como na sua envolvente.

FIGURA 2.2.4 – EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE NOS ANOS 90: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL E INTRA-REGIONAL
(PORTUGAL=100)



Nota: Produtividade do trabalho = PIB/Emprego.

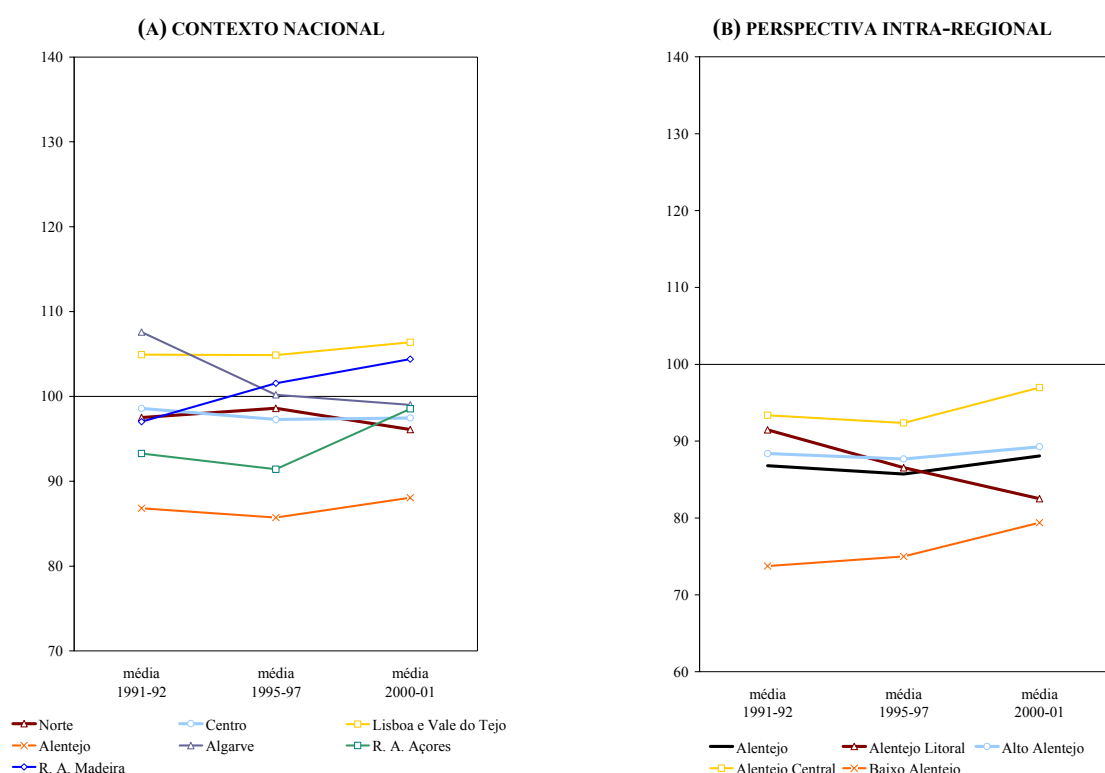
Fonte: Elaborado pela equipa do projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais

No que respeita à taxa de utilização dos recursos humanos, o Alentejo ocupa a posição menos favorável do país. Na verdade, a conjugação de uma economia pouco diversificada, que apresenta uma reduzida capacidade para gerar emprego, com índices de envelhecimento muito elevados conduz, necessariamente, a uma baixa taxa de utilização dos recursos humanos.

Numa óptica intra-regional, é possível constatar que todas as NUTS III da região do Alentejo apresentaram, ao longo do período 1991-2001, taxas de utilização de recursos humanos inferiores à média nacional. O Alentejo Central é a NUTS III que evidencia taxas de utilização mais elevadas e, como tal, mais próximas da média nacional, tendo inclusive esboçado uma tendência de convergência face a esta última, ao longo do período em causa. Com efeito, a função de capitalidade de Évora origina dinâmicas

económicas mais fortes, tanto por parte do sector público, como por parte do sector privado, que se reflectem em níveis de inovação mais acentuados (no contexto específico do Alentejo) e na fixação de mão-de-obra mais qualificada. A conjugação de maiores níveis relativos de inovação tecnológica e organizacional com uma presença de profissionais mais qualificados, no concelho de Évora, acaba por se reflectir na dinâmica ascendente de toda a região do Alentejo Central. Por último, a construção do empreendimento Alqueva poderá ter contribuído, quer de modo directo, quer de forma indirecta, para os acréscimos de produtividade e de intensificação na taxa de utilização dos recursos humanos ocorridos no Alentejo Central, na segunda metade dos anos 90 (ver caixa de texto relativa aos efeitos e impactos da barragem do Alqueva).

FIGURA 2.2.5 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS NOS ANOS 90: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL E INTRA-REGIONAL (PORTUGAL=100)



Nota: Taxa de utilização dos recursos humanos = Emprego em % da população residente.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais

CAIXA 2.2-2 – DESENVOLVIMENTO DE UM PROJECTO ESTRUTURANTE: EFEITOS E IMPACTOS DA BARRAGEM DO ALQUEVA

Há cerca de 100 anos surgiram as primeiras referências à necessidade de criar uma reserva de água no rio Guadiana, mas o projecto, enquanto Empreendimento de Fins Múltiplos, data de 1957, altura em que foi criado o Plano de Rega do Alentejo. Em 1968 foi celebrado o Convénio Internacional Luso-Espanhol, para regular a utilização deste rio internacional, que já contemplava a construção da Barragem de Alqueva, elemento fundamental do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA). A construção desta barragem visa a criação de uma reserva estratégica de água que garanta a sua regular distribuição a um conjunto de actividades na sua zona de influência.

Entre avanços e recuos, a decisão governamental de 1975 deu corpo ao Empreendimento e os trabalhos iniciaram-se em 1976 (as obras preliminares duraram apenas dois anos). Entrou-se numa fase de avaliações e novos estudos, tendo o Governo decidido retomar o Projecto em 1993. Foi então criada a Comissão Instaladora da Empresa do Alqueva que preparou e lançou os primeiros concursos públicos internacionais com vista à retoma do Empreendimento. Em 1995 essa Comissão deu lugar à EDIA (Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S. A.) que reiniciou os trabalhos. Em 1998 fizeram-se as primeiras betonagens e em 2002 concluiu-se o corpo principal da Barragem, tendo o enchimento da albufeira começado no início desse ano.

Com sede em Beja, centro da região beneficiária deste Empreendimento, a EDIA é a primeira empresa de capitais exclusivamente públicos sediada no interior do País e foi criada com o objectivo de conceber, executar, construir e explorar o EFMA. Posteriormente, o âmbito de intervenção desta empresa foi alterado, ficando responsável pela concepção, execução, construção e exploração das infra-estruturas que asseguram o desenvolvimento da actividade de captação, adução e distribuição de água "em alta", definidas como infra-estruturas primárias do EFMA.

A EDIA participa no capital social de empresas estratégicas para o desenvolvimento do projecto e da Região, nomeadamente Gestalqueva, Águas do Centro Alentejo, EDAB, ADRAL e COTR. Na sua orientação estratégica, a EDIA definiu como prioritária a diversificação das áreas de negócio, nos seguintes sectores:

- Águas, elemento central do Projecto;
- Energias Renováveis, nas suas diferentes origens;
- Turismo, enquanto actividade potenciada pelo EFMA;
- Ambiente, nas fileiras da preservação, gestão e da requalificação;
- Agricultura, enquanto actividade associada às infra-estruturas de rega;
- Inovação e Tecnologia, enquanto ferramentas de apoio à concepção e desenvolvimento de estratégias e projectos, nomeadamente informação georeferenciada (SIG's, cartografia e cadastro).

Tendo em vista a criação e reforço de parcerias estratégicas, é objectivo da EDIA estabelecer parcerias e outras acções em áreas como:

- A produção de biocombustíveis;
- A produção de energia eólica e fotovoltaica;
- A certificação de produtos agro-industriais;
- O abastecimento de água e tratamento de resíduos sólidos urbanos;
- A monitorização ambiental;
- O turismo e ordenamento do território.

A agricultura é uma das actividades que irá beneficiar da reserva de água permitida por este Empreendimento. Efectivamente, é possível garantir uma progressiva reconversão do modelo agrícola do Alentejo com a introdução de novas culturas, mais exigentes em água, mas também com maiores opções produtivas e de maior rentabilidade.

Os modernos perímetros de rega de Alqueva permitem gerir a água de forma racional e equilibrada (reduzir desperdícios e aumentar eficiência), fornecendo água sob pressão, controlando a sua distribuição por processos automatizados e disponibilizando-a em qualquer equipamento de rega, aspersão ou gota-a-gota. A definição dos perímetros de rega de Alqueva assenta na análise de um conjunto de características físicas e ambientais e de estudos que avaliam a viabilidade da sua instalação tendo em conta, para a sua delimitação, o cadastro, as cotas altimétricas, a capacidade de uso de solo, os limites físicos existentes como linhas de água e estradas, o montado de sobro e azinho, lagoas naturais e outras zonas de valor ecológico relevante e a expansão urbana.

O Sistema Global de Rega de Alqueva irá beneficiar uma área com cerca de 115 mil hectares e será constituído por 15 barragens de regularização, 314 km de canais a céu aberto, 9 estações elevatórias principais, 16 centrais micro-hídricas, 31 depósitos de regularização, 56 estações elevatórias secundárias, 2.240 km de condutas enterradas, cerca de 10.000 hidrantes e cerca de 1.000 km de estradas e redes de drenagem.

A produção de energia hidroelétrica foi, desde o início, um dos principais objectivos do EFMA, daí o facto deste Empreendimento ter integrado uma Central Hidroelétrica. Esta Central é a terceira em potência instalada e a oitava em produção média anual, de entre as 27 grandes hídricas nacionais. A energia produzida pela Central de Alqueva poderá evitar a emissão anual de 360.000 toneladas de CO₂, contribuindo para a redução das emissões a que Portugal se comprometeu com a ratificação do Protocolo de Quioto.

Complementarmente, e tendo como principal objectivo a optimização desta infraestrutura, foi construída também no rio Guadiana a Barragem de Pedrógão - equipada com uma pequena central hidroelétrica - essencial para a recuperação dos caudais utilizados na operação de turbinamento, para posterior recuperação, por bombagem, para a albufeira de Alqueva.

Foram ainda equacionadas as oportunidades de instalação de pequenas unidades de produção de energia hidroelétrica ao longo da rede primária de Alqueva. Pretende-se dotar estas infraestruturas com pequenas centrais micro-hídricas, aproveitando as diferenças de cotas existentes para instalação destas unidades. Os estudos identificaram 16 localizações.

Procurando potenciar a produção de energias renováveis no Alentejo, a EDIA e a Câmara Municipal de Moura preparam-se para a implementação de uma central fotovoltaica que constituirá um importante reforço da capacidade energética associada ao EFMA. Esta Central poderá induzir a criação de 1.200 a 2.400 novos postos de trabalho indirectos.

A EDIA prepara-se também para instalar em Alqueva uma pequena instalação fotovoltaica que integrará o parque temático sobre energias renováveis.

Ainda no âmbito da produção de energia eléctrica, a EDIA e o INEGI vão desenvolver um projecto para um parque de aerogeradores a ser instalado na área da Barragem. Com base no potencial eólico do local seleccionado, a viabilidade do projecto será equacionada com base na avaliação do interesse do investimento (possibilidade de candidatura a programas de investimento, etc.).

Sabendo que o biodiesel pode constituir uma alternativa válida aos combustíveis fósseis, ajudando a diminuir a dependência energética do País face ao petróleo e a atingir os objectivos em termos de emissões de CO₂, o Projecto Biodiesel de Alqueva procura avaliar a viabilidade técnica e ambiental da produção de biodiesel na área do EFMA. O biodiesel pode ser produzido a partir de uma grande variedade de matérias-primas tendo, algumas delas, tradição de cultivo na Região. Este projecto poderá dar origem ao desenvolvimento de uma fileira de produção de biodiesel que, pelas suas múltiplas vantagens, constituirá mais um factor de dinamização para o Alentejo e permitirá, no País, a criação de um mercado emergente com benefícios ambientais e uma menor dependência de produtos energéticos externos.

O bioetanol, à semelhança do biodiesel, também é uma alternativa aos actuais combustíveis fósseis, apresentando-se como um biocombustível de elevado potencial de desenvolvimento que poderá dar um contributo relevante para o progresso do Alentejo.

Com a Central Hidroelétrica de Alqueva, projectos como o Biodiesel e Bioetanol de Alqueva, centrais fotovoltaicas e eólicas, a EDIA procura desenvolver outras fontes que permitam contribuir para atingir o objectivo nacional de, em 2010, 39% da energia consumida ser produzida a partir de fontes renováveis reduzindo, também, a nossa dependência de combustíveis fósseis.

Intervir para minimizar e compensar impactes, mas também valorizar os recursos disponíveis, são objectivos associados à gestão do EFMA, no sentido de garantir a sua sustentabilidade a prazo. Neste domínio a intervenção é desenvolvida em diferentes vertentes:

- Estudos de Impacte Ambiental e respectivos procedimentos formais de avaliação de impacte ambiental para os projectos das infra-estruturas integradas no EFMA (sistema Alqueva/Pedrogão, rede primária e secundária do EFMA);
- Minimização de Impactes e Valorização de Recursos, na óptica da minimização e compensação de impactes, quer ambientais (fauna, flora, zona a submergir), quer no património cultural (levantamento, salvaguarda e valorização);
- Gestão ambiental (Programa de Gestão Ambiental do EFMA, gestão e exploração de recursos naturais e acompanhamento ambiental);
- Monitorização ambiental (meteorologia, hidrometria, qualidade da água das albufeiras Alqueva/Pedrogão, qualidade da água subterrânea, piezometria, fauna e flora).

A água é um bem reconhecidamente escasso e, no caso do Alentejo, essa escassez assume maiores proporções. No entanto, este Empreendimento veio tornar o Alqueva numa reserva estratégica de água, recurso aqui disponível para garantir a sua distribuição, desde que gerido com critérios de rigor e sustentabilidade.

Nesta óptica, várias acções têm de ser levadas a cabo, desde a caracterização hidrográfica, à monitorização de uma série de parâmetros. O Plano de Ordenamento das Albufeiras Alqueva e Pedrogão vai contribuir para a gestão da água como recurso, compatibilizando necessidades tão diferentes como o abastecimento público, as actividades económicas, a produção de energia, a náutica e o turismo/lazer.

Pelas características únicas que o Alentejo apresenta e, sendo a albufeira de Alqueva o maior lago artificial da Europa (250 km² de superfície, 83 km de comprimento e 1.160 km de margens), a EDIA aposta num crescimento turístico sustentável e consequentemente no desenvolvimento desta Região que, com este Empreendimento, tem condições para se tornar num destino turístico de eleição em Portugal.

O produto turístico de base, onde se insere o património natural, cultural, arqueológico e histórico, é complementado pela oferta derivada, como o alojamento, restauração, animação, lazer, desporto e diversão. Também a preservação e promoção dos valores ambientais, a revitalização do interior, das zonas rurais e de fronteira, a articulação dos recursos hídricos com o planeamento e ordenamento do território, são encarados como forma de potenciar o desenvolvimento turístico da Região.

- **Projecto Terras do Grande Lago / Alqueva** - projecto diversificado, agregador de outros projectos, assenta no aproveitamento e exploração do espaço da albufeira. Neste âmbito, a execução do Plano Estratégico de Qualificação Urbana e Ambiental, prevê acções destinadas a promover a recuperação ambiental e urbanística das 16 aldeias ribeirinhas das albufeiras de Alqueva e de Pedrógão.
- **Turismo de Natureza** - dirigido para o ecoturismo está constituído o Parque de Natureza de Noudar, para desfrutar de comunidades faunísticas e florísticas importantes e de património cultural de relevo. É um exemplo do aproveitamento multi-funcional e da conservação de um espaço rural único.

- **Turismo Desportivo** - os desportos associados ao espelho de água encontram aqui uma oportunidade única para se desenvolverem. A pesca desportiva ou de competição (de margem ou embarcada), poderá colocar o Alqueva na rota das principais albufeiras mundiais para a prática destas modalidades. Outras actividades, como as provas de resistência e orientação, também têm aqui condições ideais para a sua prática. Como exemplos, refira-se a realização do Campeonato Nacional de Pesca Desportiva Embarcada ao Achigã ou o Portugal XPD race.
- **Náutica** - para apoiar a navegação (turística/recreativa) a albufeira dispõe de uma rede de 8 cais flutuantes (2 junto à barragem e 6 próximos de aldeias ribeirinhas) que possibilitam o embarque e desembarque dos passageiros e carga sem recorrer às margens da albufeira. Já estão disponíveis 5 embarcações (com capacidade entre os 7 e os 25 lugares) para visitas organizadas.
- **Alojamento** - destaque para a Casa do Grande Lago (um antigo monte transformado num hotel de charme com 9 quartos, 2 suites e um restaurante panorâmico sobre a albufeira) e para a Estalagem de Alqueva/Hotel da Marina (de 3 estrelas, 120 quartos, restaurante, cortes de ténis e piscina que aproveitará as antigas instalações, sobranceiras à albufeira, da "Pousada da EDP" construídas nos anos setenta para apoio às obras).

Com as acções executadas e consolidadas, estarão criadas as condições para que o território em volta da albufeira de Alqueva venha a obter o estatuto de Área de Protecção Turística.

O Alentejo é considerado uma das regiões mais pobres e envelhecidas da União Europeia onde as taxas de desemprego e a desertificação humana e física atingem valores preocupantes. Neste contexto, a barragem de Alqueva foi durante décadas considerada como o projecto que poderia mudar o rumo da Região. Ainda será cedo para avaliar se a concretização deste Empreendimento em todas as suas vertentes irá, ou não, vencer este desafio.

Deve referir-se que a EDIA tem a preocupação de garantir que, no seu quadro de pessoal, mais de dois terços dos efectivos sejam naturais da Região, contribuindo ainda, de forma significativa, para o desenvolvimento curricular dos estudantes da região, através da realização de estágios.

Este Empreendimento, situado no espaço transfronteiriço, poderá ser uma via de abertura de novos mercados e de promoção do intercâmbio cultural, para além de poder contribuir para o reforço das relações transfronteiriças em vários domínios.

A título de exemplo refira-se que é a partir da subestação de Alqueva, através da linha Alqueva/Balboa, que se faz a interligação com Espanha, um contributo importante para a concretização do Mercado Ibérico de Electricidade (MIBEL).

Há, no entanto, que referir alguns constrangimentos provocados por este Empreendimento: supressão de território, bem como de algum património cultural edificado, histórico e arqueológico, para além da deslocalização e desagregação de núcleos populacionais.

A trajectória da competitividade da região do Alentejo revestiu-se de contornos pouco favoráveis, ao longo dos anos 90, mantendo-se a Região com um índice de recursos humanos bastante inferior às restantes NUTS II e com uma taxa de produtividade que, ao longo da segunda metade dos anos 90, foi divergindo dos valores médios nacionais – ver Figura 2.2.6. Os reduzidos níveis de produtividade e as baixas taxas de utilização de recursos humanos registados na região do Alentejo, na segunda metade dos anos 90, enquadram-se com os baixos níveis médios de qualificação dos recursos humanos da região (o

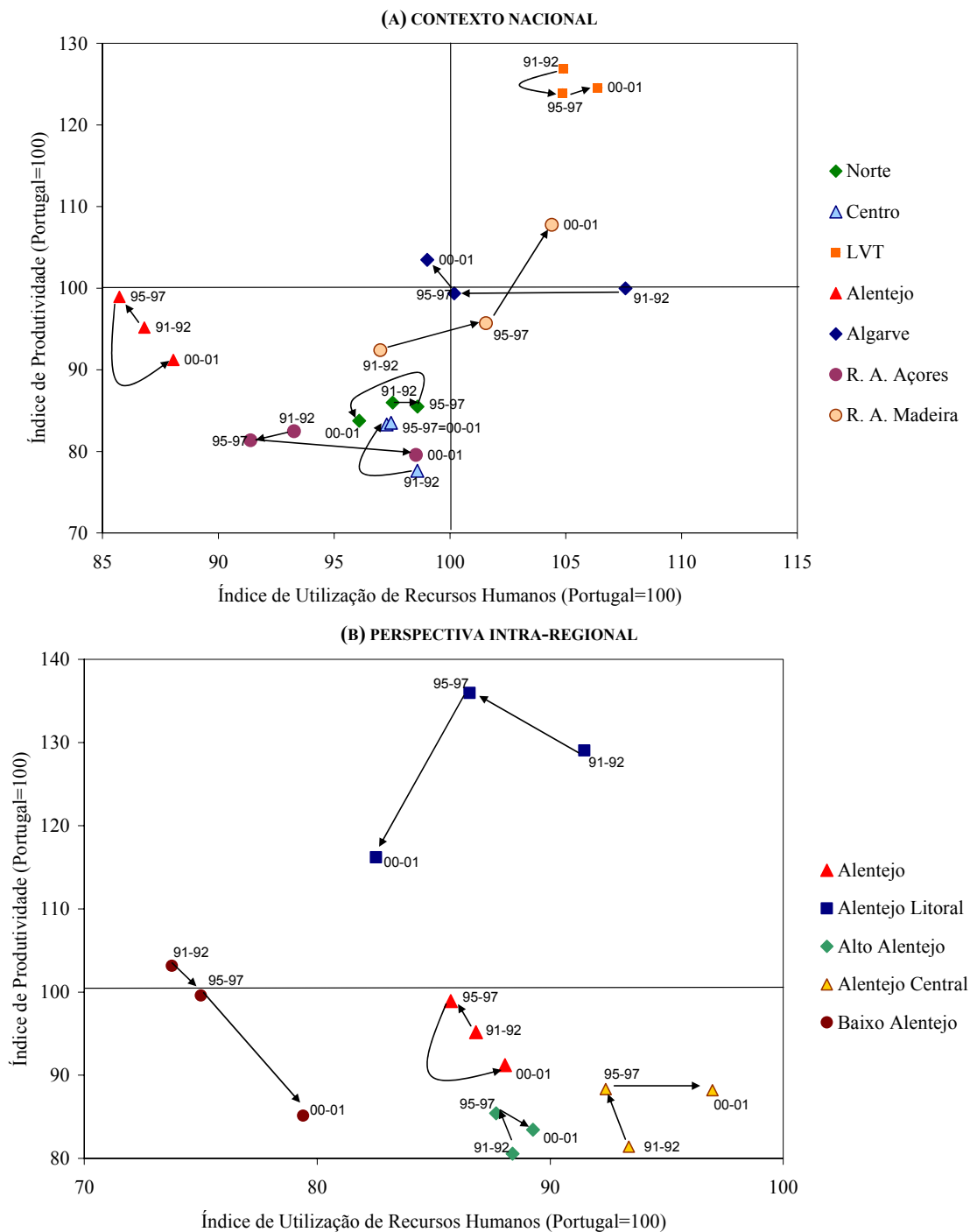
Alentejo é a região portuguesa com maior taxa de analfabetismo e, no contexto da UE, tem uma das percentagens mais elevadas de população jovem com níveis de ensino mais baixos)⁸.

Relativamente ao comportamento das quatro sub-regiões:

- *Alentejo Central* – apresenta a única trajetória globalmente favorável, ao longo do período em análise, beneficiando de vantagens competitivas em termos de acessibilidades, funções de capitalidade e capacidade de inovação, com reflexos importantes sobre a fixação de recursos humanos qualificados e a dinâmica do tecido económico. Adicionalmente, têm aqui boa expressão alguns dos sectores mais competitivos do Alentejo: componentes para automóveis, extracção (e transformação) de rochas ornamentais (eixo dos mármore), produção vitivinícola, serviços intensivos em conhecimento.
- *Alentejo Litoral* – apresenta uma trajetória com traços negativos na segunda metade dos anos 90, embora continue a registar os níveis de produtividade mais elevados da região do Alentejo. O processo de reestruturação em curso nos sectores turístico e na fileira portuário-energética-industrial associada ao Porto de Sines será crítico para a inversão da tendência registada entre 1995 e 2001.
- *Alto Alentejo* – apresenta uma evolução positiva, ao longo dos anos 90, quer na taxa de utilização de recursos humanos, quer nos níveis de produtividade, embora acompanhe o declínio da produtividade registado no conjunto do Alentejo, na segunda metade da década. A evolução, positiva registada não foi suficiente para que o Alto Alentejo deixasse de ter o índice de produtividade mais baixo de toda a região.
- *Baixo Alentejo* – fortemente dependente das actividades primárias (agricultura, pecuária e indústria extractiva – faixa piritosa) e do emprego gerado por serviços públicos, esta sub-região apresenta um declínio muito significativo nos índices de produtividade, que não é compensado pela evolução positiva do índice de utilização de recursos humanos, que continua a ser o mais reduzido de todas as NUT III do Alentejo. Dotada de menor acessibilidade do que outras sub-regiões, com um capital humano envelhecido e pouco instruído e bastante dependente de sectores que passaram por situações de declínio ou recessão (cultura de cereais, pecuária de ovinos, extracção de minério⁹), o Baixo Alentejo está, mais do que qualquer outra sub-região, dependente da implementação bem sucedida dos projectos estruturantes actualmente em curso. Os efeitos induzidos do Empreendimento Alqueva e do Porto de Sines, associados à transformação da Base Aérea de Beja para utilização civil e ao recente aumento das acessibilidades rodoviárias (conclusão da auto-estrada Lisboa-Algarve e do IP2) parecem encerrar um potencial interessante, no sentido de inverter o processo detectado no último decénio.

⁸ *Censos de 2001 e 3º Relatório sobre Coesão Económica e Social.*

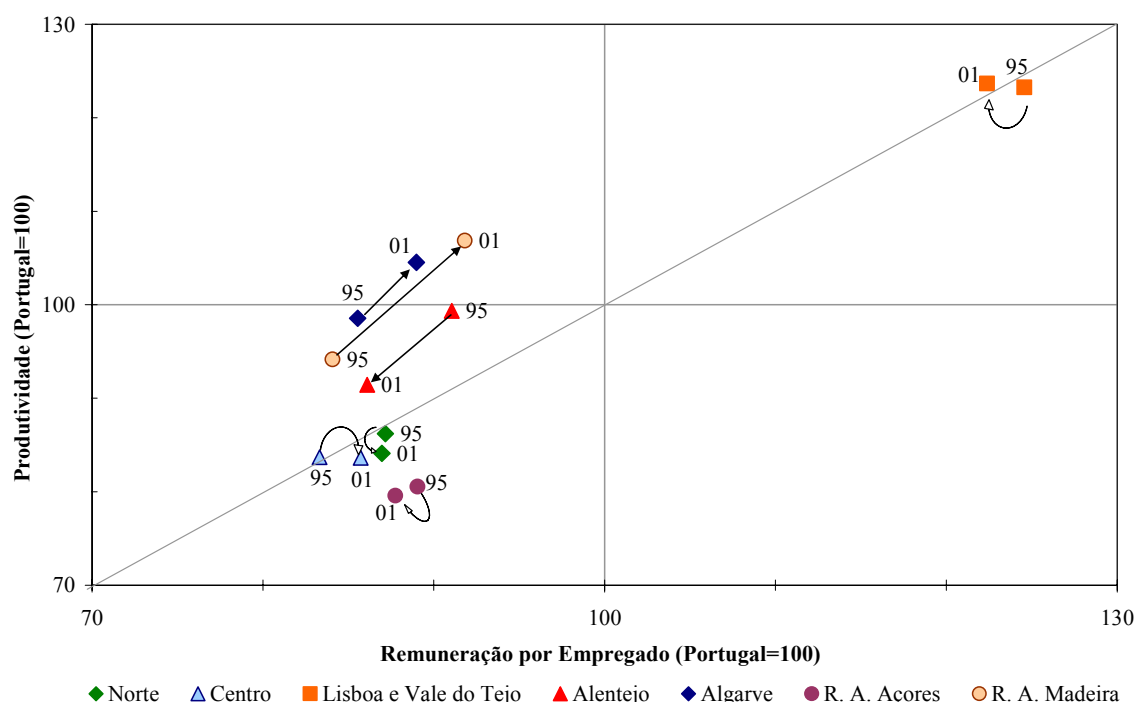
⁹ Nos anos 90 verificou-se o encerramento de várias unidades de extracção de minério, processo que está associado ao esgotamento de filões, mas, sobretudo, à forte concorrência registada nos mercados internacionais do zinco e do cobre (minerais extraídos, por exemplo, em Aljustrel).

FIGURA 2.2.6 – TRAJECTÓRIAS REGIONAIS DE COMPETITIVIDADE NOS ANOS 90

Com base no padrão evolutivo dos níveis médios de produtividade e das remunerações por empregado, pode concluir-se que a região do Alentejo apresenta uma trajectória de eficiência produtiva bastante

desfavorável, comparativamente com a média nacional. Com efeito, a Região deteriorou o seu posicionamento relativo no período 1995-2001, revelando, neste último ano, quer níveis médios de produtividade, quer de remunerações por empregado mais reduzidos face à média nacional – ver Figura 2.2.7. Este posicionamento menos atractivo da região do Alentejo deve ser enquadrado com a presença, na Região, de mão-de-obra com níveis habilitacionais mais desfavoráveis, promotores de menores níveis de sustentabilidade competitiva, os quais tendem, em geral, a estar associados a níveis remuneratórios mais reduzidos.

FIGURA 2.2.7 – TRAJECTÓRIAS REGIONAIS DE PRODUTIVIDADE E REMUNERAÇÕES NOS ANOS 90



A estrutura de concentração empresarial de uma economia regional tem intrínseca um maior ou menor grau de rivalidade entre os agentes empresariais influenciando, como tal, necessariamente a performance empresarial. Deste modo, procede-se, em seguida, à análise da evolução da estrutura do tecido empresarial, por escalões de dimensão, da região do Alentejo, na década de 90, com vista a reter as principais especificidades da estrutura de concentração empresarial, bem como as principais mudanças operadas na Região – ver Figura 2.2.8.

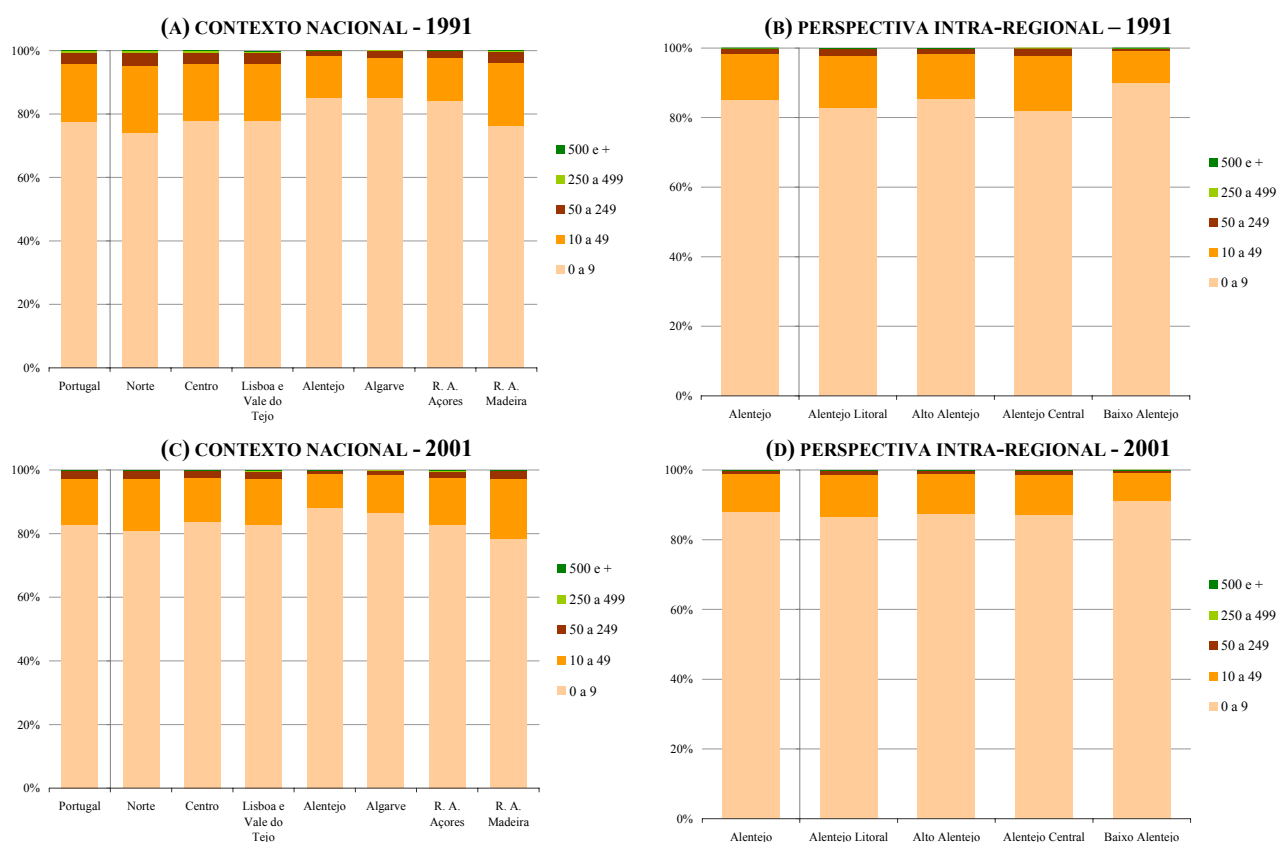
A estrutura do tecido empresarial, por escalões de dimensão, da região do Alentejo, aponta para um peso relativo, na Região, de microempresas (menos de 10 pessoas ao serviço) superior à média nacional (respectivamente, 88% e 82,7%, em 2001) e para um peso relativo dos escalões dimensionais mais elevados consideravelmente inferior na Região, dada a importância assumida pelas médias empresas (entre 250 e 499 trabalhadores) e pelas grandes empresas (acima de 500 trabalhadores) ser, respectivamente, na Região e no espaço nacional, 0,09% e 0,3%, em 2001. Não obstante a propriedade rústica estar mais concentrada nesta Região do que em qualquer outra área do país, na actualidade,

mesmo as grandes explorações agrícolas requerem relativamente pouca mão-de-obra, devido às possibilidades oferecidas pela mecanização dos processos de trabalho.

Com efeito, a região do Alentejo, tal como a generalidade do país, apresenta uma estrutura do tecido empresarial caracterizada, na sua maioria, por empresas de micro dimensão, tendência que tem sido reforçada ao longo dos anos, como se pode verificar, pela comparação dos dados entre 1991 e 2001. Ao longo da década de 90, é possível, deste modo, reter uma evolução do tecido empresarial, por escalões de dimensão, pautada por uma atenuação do grau de concentração do tecido empresarial à escala nacional, dado o reforço dos escalões empresariais de menor dimensão e o esbatimento do peso dos segmentos dimensionais mais elevados.

Analisando a estrutura empresarial por escalões de dimensão, ao nível intra-regional, verifica-se que o Baixo Alentejo é a região onde as micro empresas apresentam um peso mais significativo (acima da média regional), ao contrário do Alentejo Litoral e do Alentejo Central, onde a existência de empresas de maior dimensão contribuiu para que o peso das micro empresas se coloque ligeiramente abaixo da média regional, tendência que, contudo, se veio a dissipar, ao longo dos anos 90. Em suma, as regiões NUTS III do Alentejo acompanharam a tendência nacional que se exprime por uma demografia empresarial bastante turbulenta, a qual tem intrínseca uma alteração da estrutura dimensional com reforço das micro e pequenas empresas.

FIGURA 2.2.8 – ESTRUTURA DO TECIDO EMPRESARIAL POR ESCALÕES DE DIMENSÃO, NOS ANOS 90



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

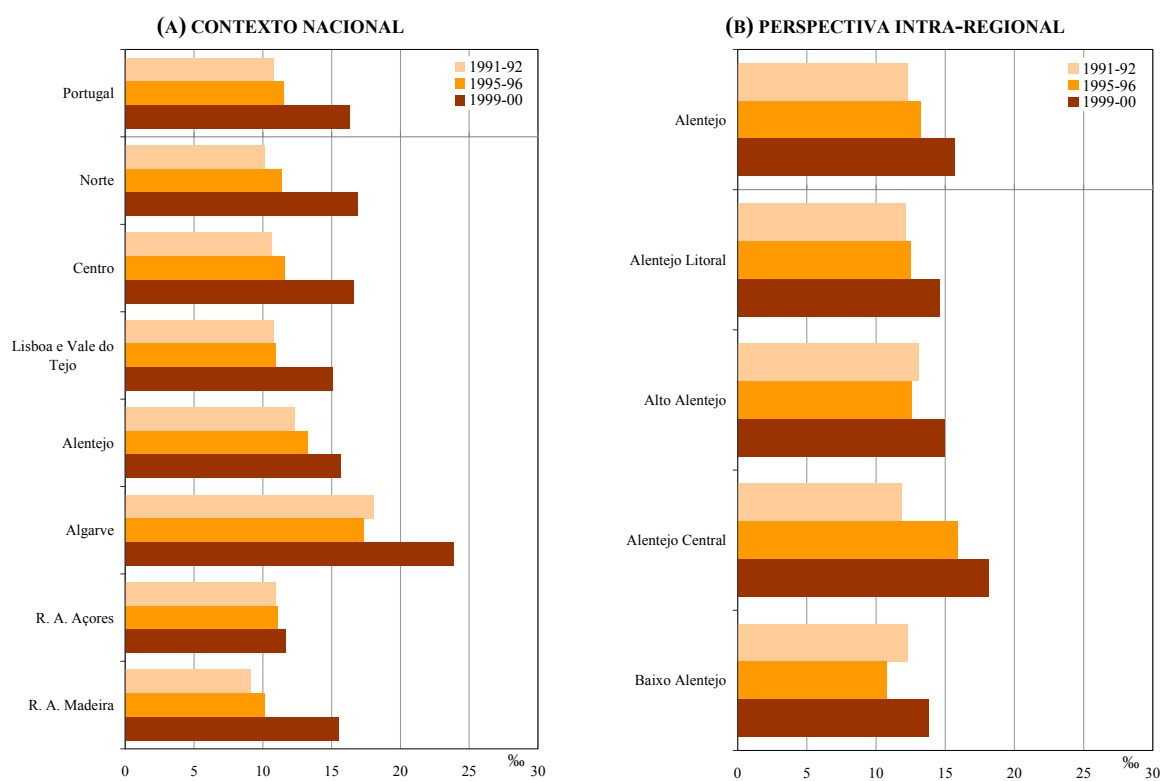
A trajectória de demografia do tecido empresarial de uma região, permite reter os graus de criação e de encerramento de novas empresas, que se associam ao potencial de empreendedorismo regional e à sua capacidade de atingir níveis relevantes de maturidade empresarial, tendo em conta que uma elevada rotatividade empresarial pode reflectir quer uma considerável taxa de iniciativa regional, quer alguma dificuldade de sustentação de uma posição competitiva no mercado.

Neste contexto, procede-se à análise da evolução da taxa de iniciativa empresarial na região do Alentejo, nos anos 90, obtida através do peso que assume a criação de novas empresas no total da população activa (ou potenciais formadores de novas empresas), com vista a aferir a capacidade da população activa em gerar novas empresas e em fomentar iniciativas regionais. Ao longo da década de 90, observa-se a existência de uma dinâmica empresarial, relativamente elevada, ao nível da propensão para a criação de novas iniciativas empresariais no Alentejo, uma vez que a Região não só acompanhou a tendência de aumento da taxa de iniciativa nacional, como chegou a superá-la nos períodos de 1991-1992 e 1995-1996, ficando ligeiramente aquém para o período 1999-2000 – ver Figura 2.2.9.

A região do Alentejo acompanhou um processo de reestruturação marcado por uma flexibilização (e precarização) das relações laborais, por um maior apelo (e apoio) à iniciativa por conta própria e por um discurso que valorizou o empreendedorismo (mesmo se combinado com regimes de assalariamento). Contudo, a maior fragmentação do tecido produtivo, a idade avançada de muitos empresários e os baixos níveis de rendimento e de produtividade terão limitado as possibilidades de crescimento do número de novas empresas.

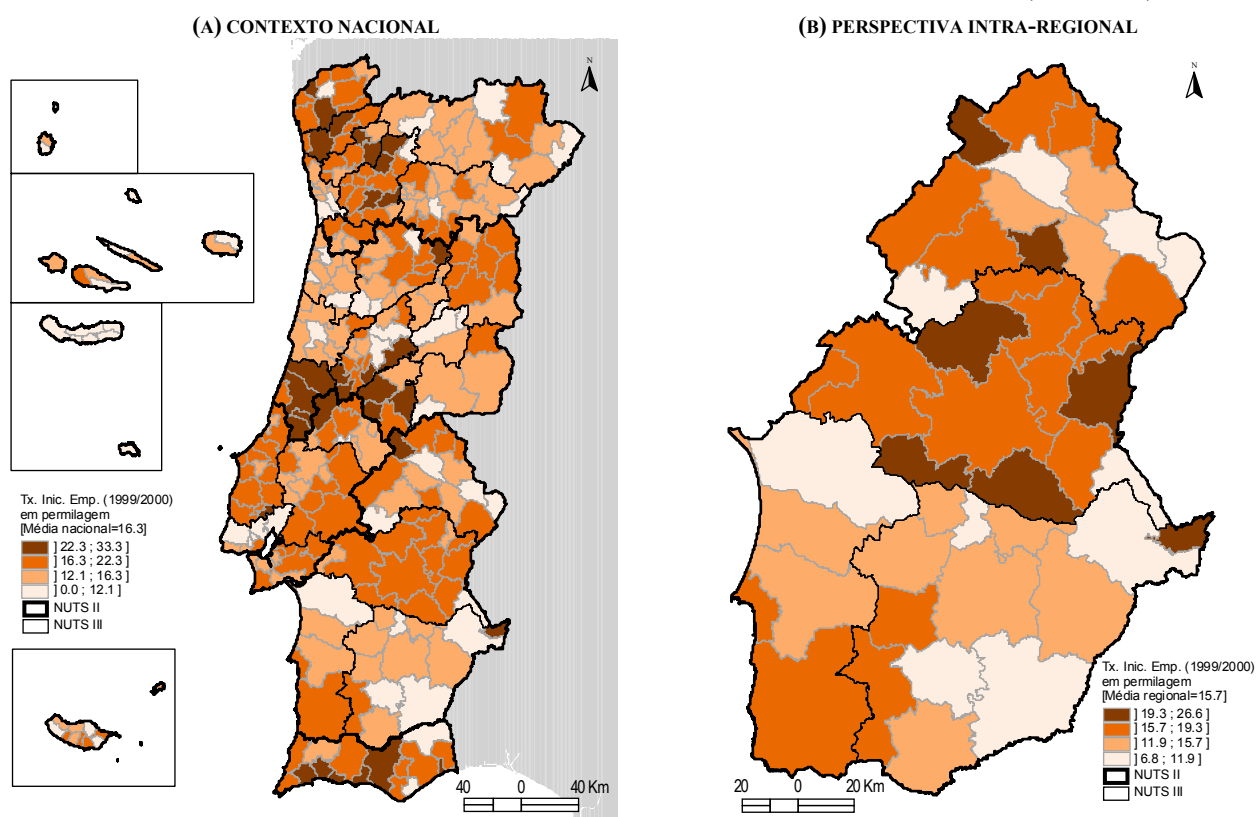
Relativamente à perspectiva intra-regional, o Alentejo Central é a região que apresentou uma evolução mais significativa da sua taxa de iniciativa, apresentando mesmo valores acima da média regional entre 1995-1996 e 1999-2000, sendo o posicionamento mais desfavorável ocupado pelo Baixo Alentejo.

Colocando o foco na capacidade de gerar novas iniciativas empresariais na região do Alentejo, segundo uma perspectiva concelhia, observa-se que a posição de maior destaque é ocupada pelos concelhos da NUTS III Alentejo Central – ver Figura 2.2.10.

FIGURA 2.2.9 – TAXA DE INICIATIVA EMPRESARIAL NOS ANOS 90

Nota: Taxa de iniciativa = N° de novas empresas/População Activa (em permilagem).

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

FIGURA 2.2.10 – TAXA DE INICIATIVA EMPRESARIAL: PERSPECTIVA CONCELHIA (1999/2000)

Nota: Taxa de iniciativa = N° de novas empresas/População Activa (em permilagem).

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

Após a aferição da propensão para a criação de novas iniciativas empresariais, importa avaliar qual o grau de sucesso/insucesso empresarial das mesmas, o qual permite indiciar a capacidade destas iniciativas superarem os obstáculos concorrenciais e de sustentarem uma posição competitiva no mercado. Deste modo, após a condução de uma abordagem centrada nos níveis de empreendedorismo regionais, aferidos através das taxas de iniciativa empresariais, afigura-se relevante medir o grau de sucesso das iniciativas conduzidas, recorrendo, para tal, às taxas de sobrevivência empresariais registadas por cada região.

Ao longo da década de 90, a região do Alentejo acompanhou a tendência registada em todo o espaço nacional de redução das taxas de sobrevivência empresariais. Com efeito, no Alentejo, cerca de 77,2% das empresas criadas, no período 1991-92, mantinham-se em funcionamento após 1 ano, enquanto no período 1998-99 apenas 75,2% das empresas existiam no mercado ao fim de 1 ano – ver Figura 2.2.11.

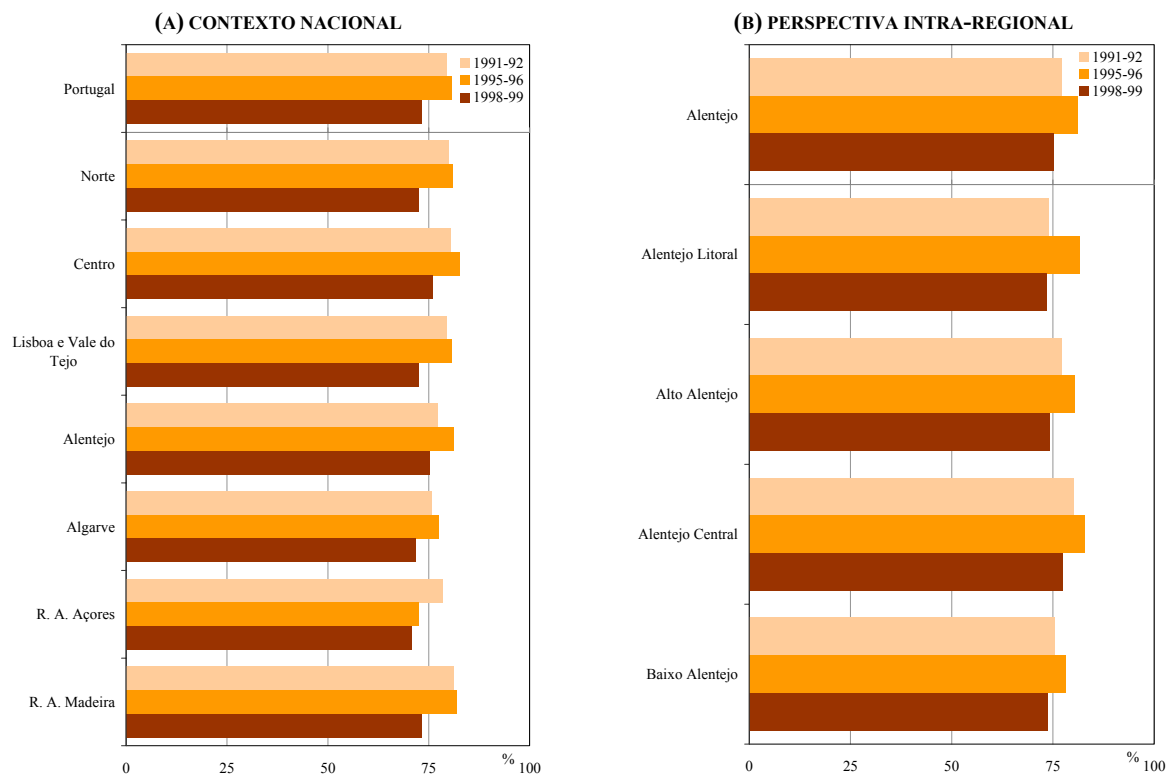
A maior natalidade empresarial registada – aumento da taxa de iniciativa – acompanhada por uma maior mortalidade das empresas, atesta a maior volatilidade das unidades económicas, num contexto marcado por grande concorrência e por significativas alterações de conjuntura. Mesmo assim, a taxa de sobrevivência das empresas alentejanas é um pouco superior à média nacional no período 1998-99, respectivamente 75,2% e 73,2% (relembre-se que a taxa de iniciativa no Alentejo se situa abaixo da média nacional e registou um crescimento inferior, ao longo dos anos 90).

Deste modo, a tendência de aumento das taxas de iniciativas empresariais na região do Alentejo e no espaço nacional, atrás assinalada, deve ser enquadrada com a detectada tendência de redução das taxas de sobrevivência empresariais, indiciando que o aumento das iniciativas empresariais aferido não se repercutiu no aumento da capacidade de sustentação destas iniciativas no mercado. Assim sendo, a região do Alentejo, à semelhança do espaço nacional, revelou-se incapaz de transformar o aumento dos níveis de empreendedorismo regional em favoráveis níveis de sobrevivência empresarial fomentando, como tal os níveis de turbulência no mercado.

Com efeito, a dinâmica empresarial recente na economia portuguesa pauta-se por uma demografia empresarial turbulenta, a qual tem intrínsecas elevadas taxas de natalidade (associadas a elevadas taxas de iniciativa) e elevadas taxas de mortalidade infantil (associadas a uma redução das taxas de sobrevivência empresariais), tendo como resultado, contudo, um saldo fisiológico positivo do tecido empresarial e contribuindo para uma significativa renovação do tecido empresarial, com um peso muito significativo de empresas jovens que apresentam uma reduzida “esperança de vida à nascença”.

Numa óptica intra-regional verifica-se que a tendência de diminuição das taxas de sobrevivência empresariais nos anos 90 foi acompanhada por todas as NUTS III da região do Alentejo. A NUTS III Alentejo Central destaca-se como a região que observa uma maior sustentabilidade do seu tecido empresarial, 77,4%, enquanto os níveis de sobrevivência mais reduzidos são registados pela NUTS III Alentejo Litoral, 73,5%, o que se enquadra com os elevados níveis de desemprego exibidos por esta Região, e pela NUTS III Baixo Alentejo, 73,7%, o que aliado a uma baixa taxa de iniciativa aponta para uma fraca dinâmica e sustentabilidade do tecido económico desta Região.

FIGURA 2.2.11 – TAXA DE SOBREVIVÊNCIA EMPRESARIAL NOS ANOS 90

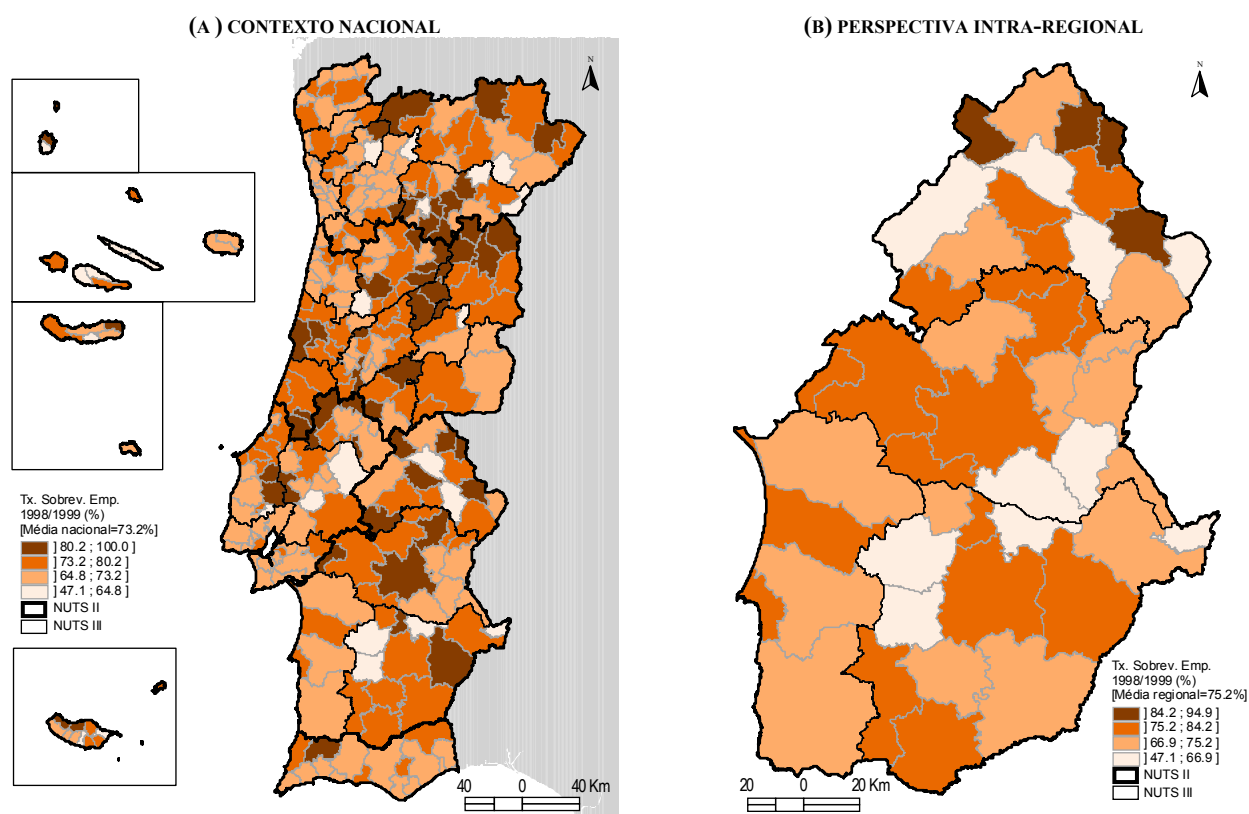


Nota: Taxa de sobrevivência = N° de empresas que se mantêm em actividade por 1 ano/N° de novas empresas.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

As taxas de sobrevivência empresarial, analisadas numa perspectiva concelhia, permitem destacar, a situação do Alentejo Central (sobretudo eixo Vendas Novas – Montemor-o-Novo – Évora, com prolongamentos para sul e para norte), que observa uma maior sustentabilidade do seu tecido empresarial. Por outro lado, um conjunto de concelhos do Norte Alentejano, com destaque para os situados na envolvente de Portalegre (Arronches, Castelo de Vide, Marvão), observa taxas de sobrevivência empresarial elevadas, que parecem decorrer de um contexto favorável à sustentabilidade das empresas, apoiado em factores como a proximidade à fronteira e à cidade de Portalegre, que beneficia sectores como o turismo e o engarrafamento de águas.

FIGURA 2.2.12 – TAXA DE SOBREVIVÊNCIA EMPRESARIAL: PERSPECTIVA CONCELHIA (1998/1999)



Nota: Taxa de sobrevivência = N° de empresas que se mantêm em actividade por 1 ano/N° de novas empresas.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

Em seguida, importa analisar o grau de dependência do emprego de cada região, no que concerne à capacidade de gerar postos de trabalho, o que se encontra intimamente ligado com os níveis de atractividade que a região exhibe para as actividades empresariais, quer no que se refere à capacidade de fornecer uma base de mão-de-obra com as competências e qualificações necessárias ao funcionamento das actividades empresariais, quer no que concerne à densidade e diversidade da sua base de serviços de suporte à actividade empresarial, influenciando, como tal, necessariamente no grau de concentração da distribuição empresarial evidenciado e no potencial regional de influência das decisões de sedação das actividades empresariais na região.

O indicador de dependência regional do emprego reflecte a percentagem do emprego em estabelecimentos da região pertencentes a empresas com sede fora da região, indiciando, como tal, a capacidade de polarização empresarial por parte de cada região.

A região do Alentejo revela uma das taxas de dependência regionais do emprego mais elevadas do país, o que indicia que o reduzido número de grandes empresas a laborar na Região tem, frequentemente, sede social localizada fora desta. Tendo em conta a reduzida densidade do tecido empresarial da Região, algumas actividades económicas com maior propensão para a presença de estabelecimentos dependentes de empresas cuja sede não está na Região, tais como a banca, transportes e outras actividades de serviços pessoais acabam por representar um peso relativo significativo na estrutura económica regional.

Deste modo, é possível verificar, tendo como base a Figura 2.2.13, que cerca de 17,9% do emprego na região do Alentejo era gerado por empresas com sede fora da Região, sendo este grau de dependência de emprego superior à generalidade dos valores exibidos por este indicador nas restantes NUTS II do espaço nacional. Por outro lado, assistiu-se ao longo da década de 90, a um esbater da taxa de dependência do emprego na região do Alentejo e nas restantes NUTS II, à excepção das regiões Lisboa e Vale do Tejo e Norte, o que traduz uma tendência de desconcentração da distribuição empresarial dos grandes pólos das duas principais áreas metropolitanas do país em favor das restantes regiões.

A nível intra-regional, a NUTS III Alentejo Central apresenta-se como a região com a menor taxa de dependência do emprego regional, em 2001, com cerca de 16,4%, por oposição às NUTS III Alentejo Litoral e Baixo Alentejo com respectivamente 20,8% e 20,6%.

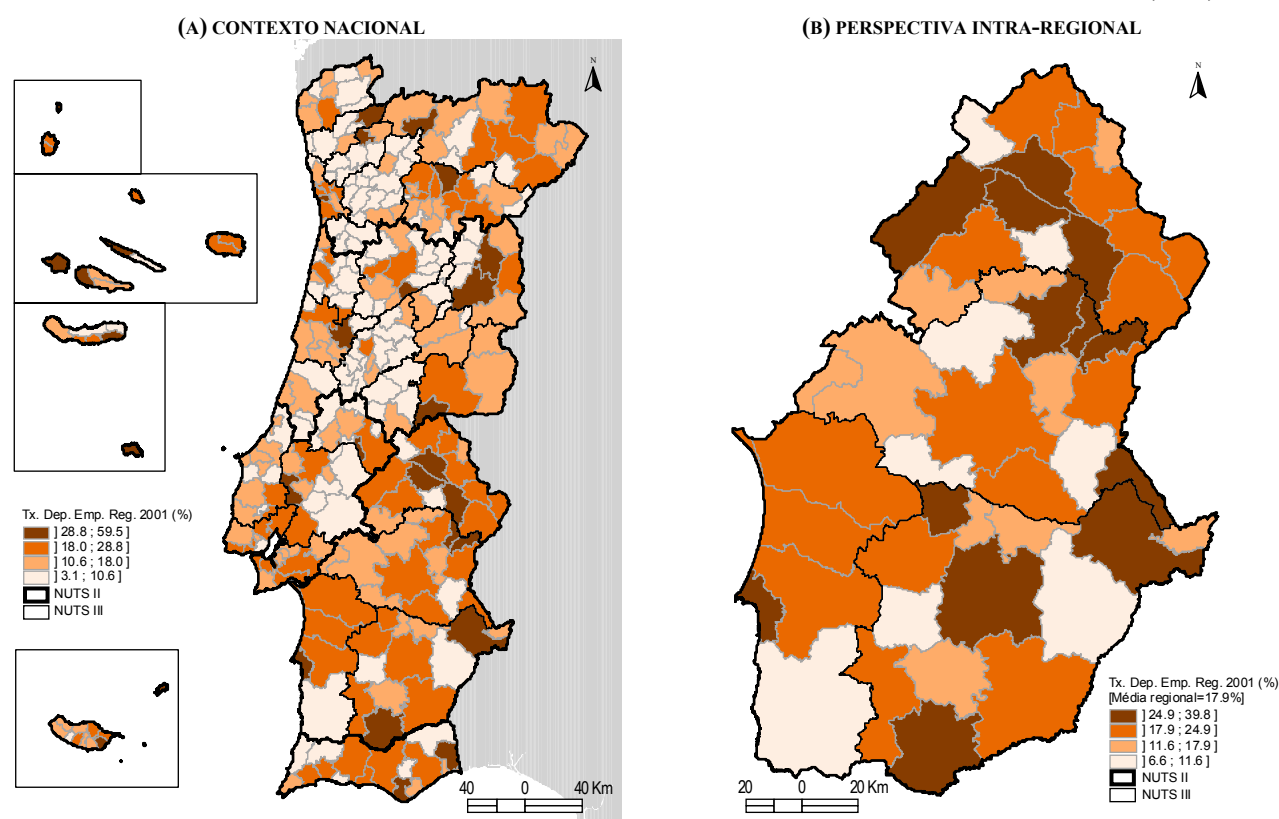


Nota: Indicador de dependência do emprego regional = % do emprego em estabelecimentos da região pertencentes a empresas com sede fora da região.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

Colocando o foco numa perspectiva intra-regional observa-se que são os concelhos da faixa ocidental do Alentejo Central (mais próximos da AML e do Ribatejo), da zona de exploração mineira (Aljustrel e Castro Verde), de Odemira (onde actuam empresas na área do turismo e da agricultura) e da envolvente das maiores cidades da Região que configuram a maioria das situações correspondentes a menor dependência de emprego regional – ver Figura 2.2.14. Os níveis de dependência do emprego regional são mais elevados nos concelhos onde se localizam os principais aglomerados (Beja, Évora, Moura, Elvas, Portalegre, Sines), uma vez que a atracção que estes exercem relativamente à instalação de funções de nível hierárquico mais elevado acaba por se traduzir na abertura de estabelecimentos que são sucursais de empresas cuja sede está instalada noutras regiões do país. Deste modo, um maior dinamismo económico e áreas de influência mais alargadas na Região acabam por justificar um maior interesse por parte de empresas de maior dimensão, sedeadas noutros locais.

FIGURA 2.2.14 – INDICADOR DE DEPENDÊNCIA DO EMPREGO REGIONAL: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)



Nota: Indicador de dependência do emprego concelhio = % do emprego em estabelecimentos do concelho pertencentes a empresas com sede fora do concelho.

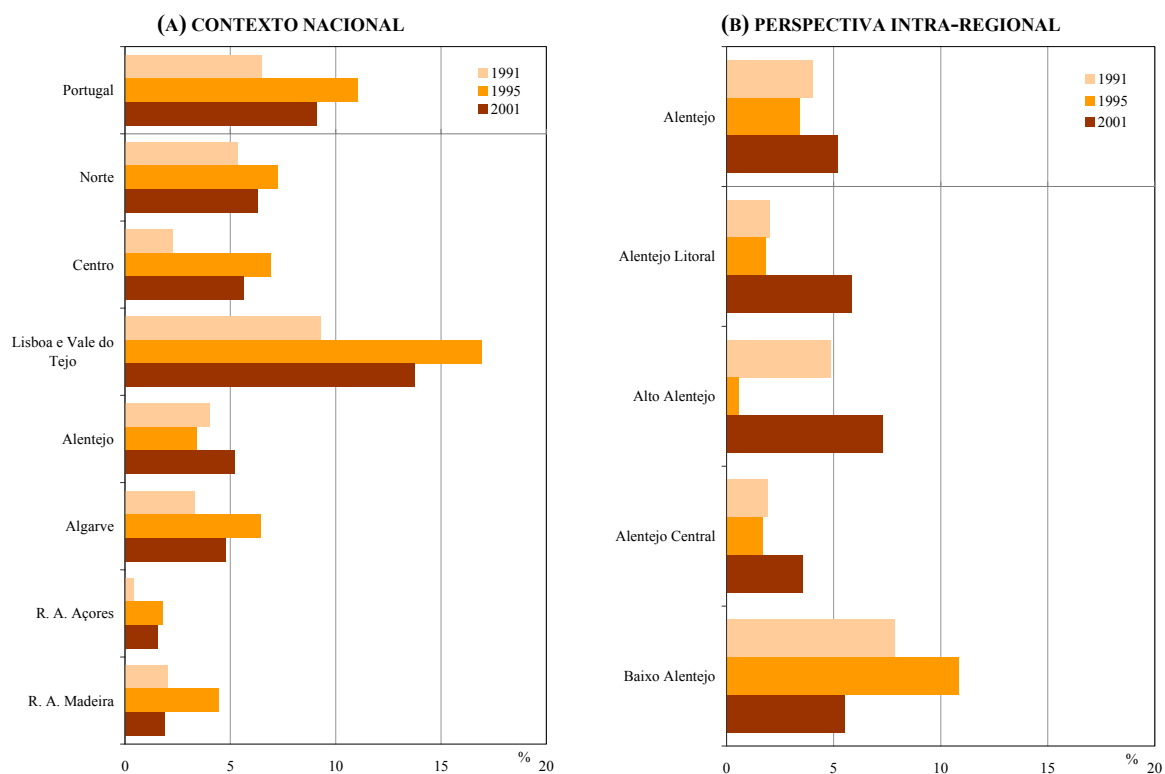
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

O grau de atractividade regional face à realização de investimentos directos estrangeiros pode ser aferido com base no peso assumido, na estrutura empresarial da região, pelas empresas com uma participação significativa de capital estrangeiro. Para este efeito, a Figura 2.2.15 sistematiza o peso assumido pelas empresas com mais de 25% de capital estrangeiro no total da estrutura do emprego da região do Alentejo e das restantes NUTS II do espaço nacional.

A região do Alentejo apresenta uma reduzida expressividade de empresas com mais de 25% de capital estrangeiro na sua estrutura de emprego regional, o que se enquadra com a ténue dimensão e densidade do seu tecido empresarial à escala nacional. Note-se, no entanto que, a segunda metade da década de 90 na região do Alentejo é marcada por um acréscimo do peso relativo do emprego gerado pelas empresas que possuem pelo menos $\frac{1}{4}$ de capital estrangeiro, contrariando a tendência verificada pelo espaço nacional.

O menor grau de atractividade e abertura a investimentos estrangeiros é registado no Alentejo Central, o que aponta para o facto da dinâmica existente ter na base, sobretudo capital nacional, pelo menos em termos directos. Adicionalmente, a fragilidade dos tecidos empresariais do Alto e do Baixo Alentejo podem justificar que um pequeníssimo número de empresas com capital estrangeiro tenha um impacto significativo em termos de emprego. Relativamente ao Alentejo Litoral, o processo de internacionalização do capital das empresas localizadas em Sines ou de algumas sociedades agrícolas instaladas no Vale do Mira justifica o peso relativamente elevado das percentagens de emprego aqui observadas.

FIGURA 2.2.15 – PRESENÇA DO CAPITAL ESTRANGEIRO NO TECIDO EMPRESARIAL REGIONAL, NOS ANOS 90



Nota: Emprego em empresas com mais de 25% de capital estrangeiro em % do total do emprego.

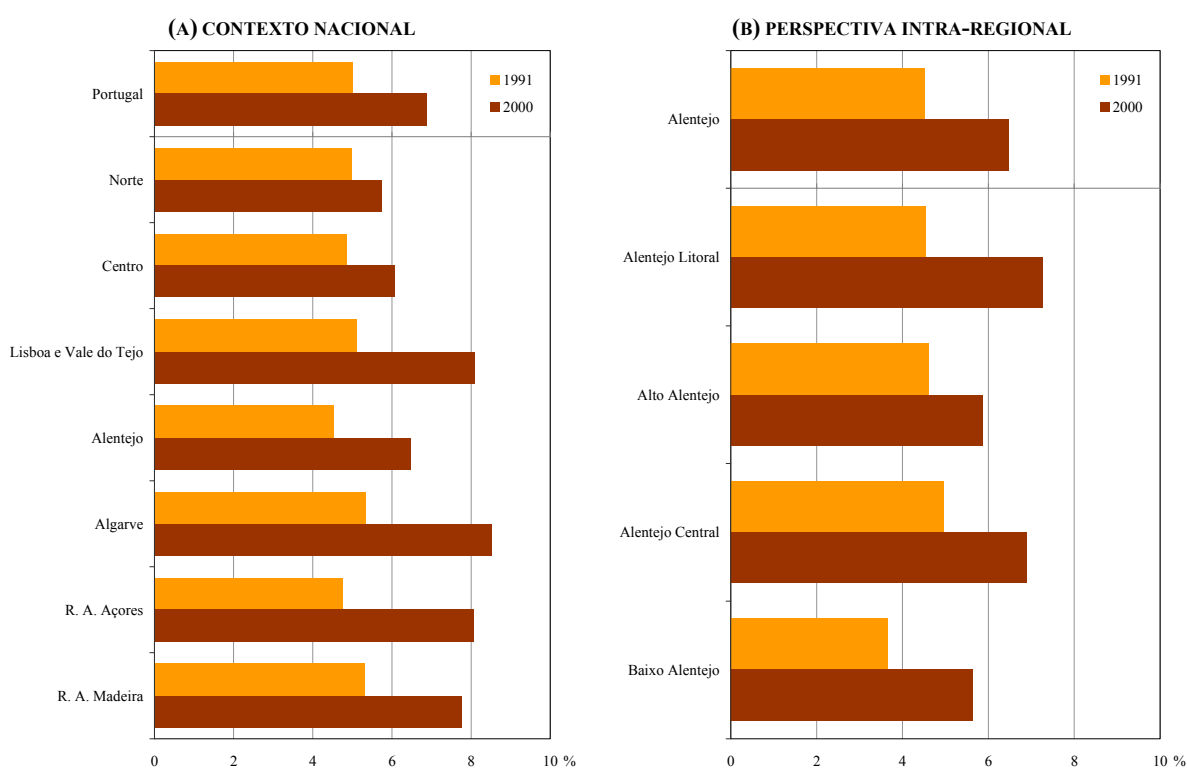
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

Neste ponto importa, ainda, aferir o peso das mudanças de emprego que não estão relacionadas com o encerramento ou falência das empresas, com vista a abordar as dinâmicas regionais reveladoras quer de iniciativas de mudança na busca de melhores condições profissionais (ascensão na carreira profissional), quer de motivações empreendedoras, manifestadas pelo desejo de exercício de actividade empresarial por conta própria, ou seja, presença de espírito de iniciativa empresarial.

A região do Alentejo apresenta um peso relativo de pessoas que mudaram de emprego por motivações que não se prendem com o encerramento de empresas inferior à média nacional, quer em 1991, quer em 2001 – ver Figura 2.2.16, o que se interliga com as debilidades intrínsecas ao dinamismo da actividade empresarial regional.

Do ponto de vista intra-regional, as NUTS III Alentejo Central e Alentejo Litoral revelam as percentagens mais elevadas de pessoas que mudaram de emprego por razões que ultrapassam o encerramento da empresa, o que se enquadra com a maior densidade relativa do tecido económico destas duas regiões e com a consequente propensão para a criação de um número mais elevado de oportunidades profissionais, enquanto as percentagens mais reduzidas, neste indicador, são registadas pelas regiões do Baixo e Alto Alentejo, o que constitui um reflexo das maiores fragilidades inerentes aos respectivos tecidos produtivos regionais.

FIGURA 2.2.16 – MOBILIDADE LABORAL NOS ANOS 90



Nota: Pessoas que mudaram de emprego por razões para além do encerramento de empresas em % do emprego total.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

2.3. INTERACÇÃO ENTRE CONDIÇÕES E RESULTADOS DE COMPETITIVIDADE: UMA AVALIAÇÃO TEMÁTICA

Caracterizados os resultados e trajectória de crescimento e competitividade da região do Alentejo, é chegada a altura de passar a desenvolver uma análise das condições determinantes desta evolução ao longo dos anos 90, estruturada em torno dos seguintes domínios:

- Demografia
- Capital Humano
- I&D e Tecnologia
- Especialização Produtiva
- Estrutura da Procura
- Infraestruturas de Suporte às actividades económicas

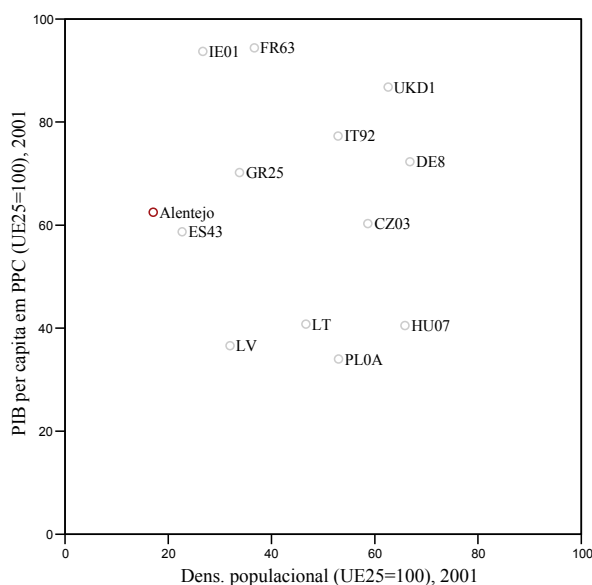
2.3.1. Demografia

A região do Alentejo coloca-se consideravelmente abaixo da média da UE25, em termos de densidade populacional, sendo a Região portuguesa com o índice de densidade populacional mais reduzido. Em termos demográficos a Região evidencia uma estrutura populacional consideravelmente envelhecida, tanto no contexto europeu, como no panorama nacional, tendo esta tendência demográfica sido agravada ao longo da última década. As características demográficas da estrutura populacional da Região, designadamente as baixas taxas de natalidade registadas e o acentuado grau de envelhecimento populacional, têm-se reflectido na presença de um saldo natural negativo o que, apesar do registo de um saldo migratório positivo, se tem traduzido numa trajectória demográfica pautada por um decréscimo populacional na Região.

No que diz respeito ao posicionamento da região do Alentejo, no contexto europeu, em termos de densidade populacional, é possível observar que a região se coloca consideravelmente abaixo da média da UE25, cerca de 114,2 hab/km², sendo uma das regiões com menor densidade populacional da Europa, com cerca de 20 hab/ km² – ver Figura 2.3.1.

Refira-se que o declínio demográfico registado nas últimas décadas contribuiu para acentuar esta panorâmica de Região europeia de baixa densidade demográfica. O tipo de povoamento característico do Alentejo (concentrado, com destaque para as sedes de distrito e concelho e para algumas sedes de freguesia de maior dimensão, que se localizam em pontos distantes uns dos outros) coloca desafios em termos de instalação de infraestruturas e de acessibilidades internas, implicando deslocações relativamente longas, tanto por motivos de trabalho, como para operacionalizar circuitos de distribuição e escoamento de produtos.

**FIGURA 2.3.1 – PIB PER CAPITA E DENSIDADE POPULACIONAL:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU**



Legenda:

DE8-Mecklenburg-Vorpommern	UKD1-Cumbria
GR25-Peloponnisos	CZ03-Jihozápad
ES43-Extremadura	HU07-Dél-Alföld
FR63-Limousin	LT-Lietuva
IE01-Border, Midland and Western	LV-Latvija
IT92-Basilicata	PL0A-Podlaskie
PT14-Alentejo	

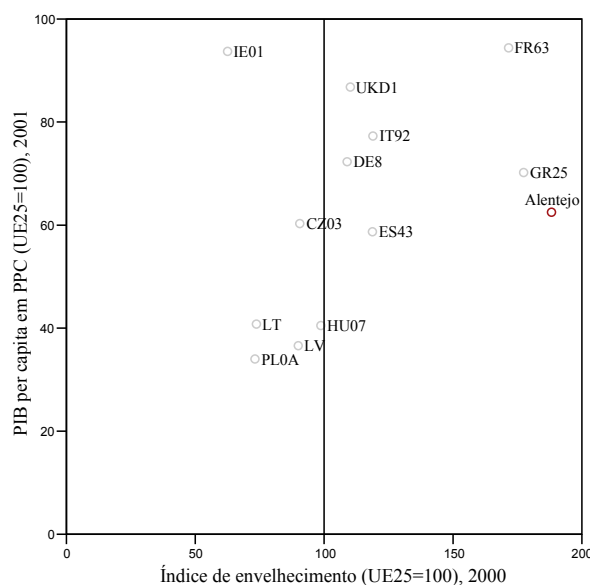
Nota: Densidade populacional na UE25 (2001) = 114,2 hab./km².

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Comissão Europeia (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

A análise do posicionamento da região do Alentejo, no contexto europeu, ao nível das suas dotações de capital humano permite verificar que a região apresenta um índice de envelhecimento bastante acentuado e consideravelmente superior à média da UE25. Com efeito, o índice de envelhecimento da Região é o mais elevado de todas as regiões europeias utilizadas como termo de comparação e atinge quase o dobro do valor médio da UE25 – ver Figura 2.3.2.

A estrutura de recursos humanos consideravelmente envelhecida da Região exerce, necessariamente, repercussões no posicionamento da Região, face à média comunitária, ao nível da estrutura de qualificações, não sendo por isso de estranhar o facto do peso da população com ensino superior, na região do Alentejo, ficar bastante aquém da média da UE25.

**FIGURA 2.3.2 – PIB PER CAPITA E ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU**



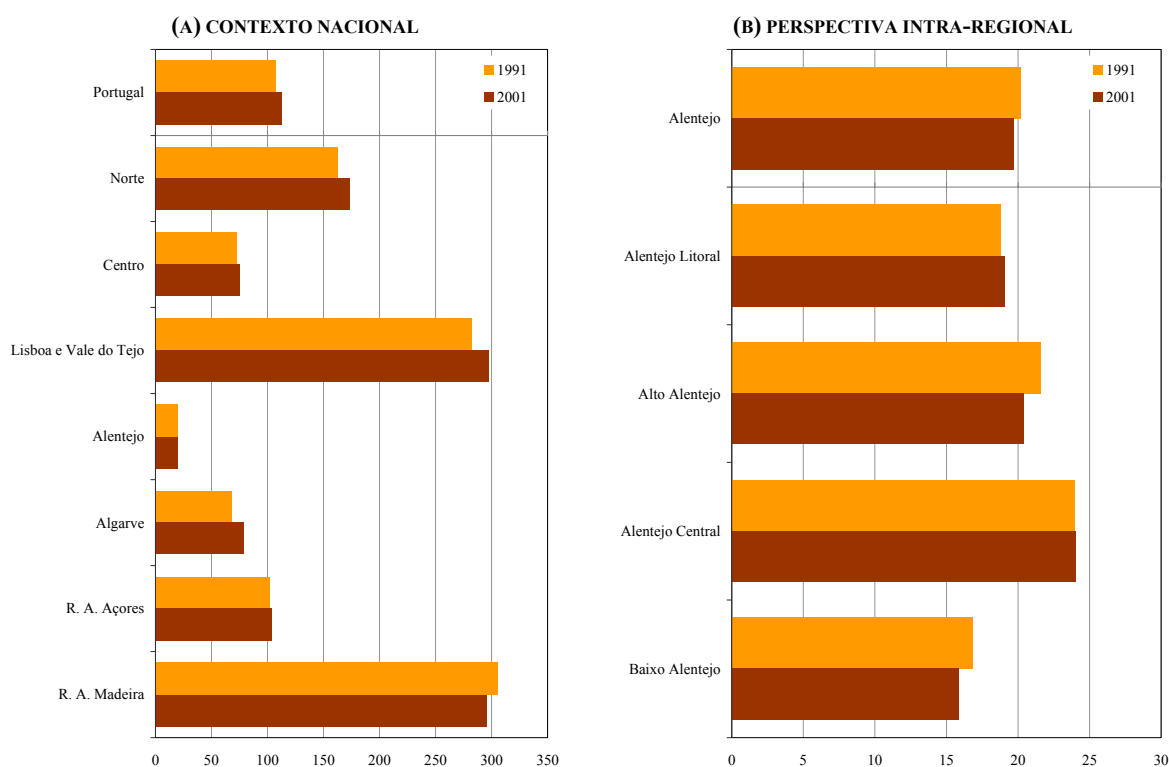
Legenda:

DE8-Mecklenburg-Vorpommern	UKD1-Cumbria
GR25-Peloponnisos	CZ03-Jihozápád
ES43-Extremadura	HU07-Dél-Alföld
FR63-Limousin	LT-Lietuva
IE01-Border, Midland and Western	LV-Latvija
IT92-Basilicata	PL0A-Podlaskie
PT14-Alentejo	

Nota: Índice de envelhecimento da UE25 (2000) = 91,8%.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Comissão Europeia (2004),
Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

No que concerne ao posicionamento da região do Alentejo, no panorama nacional, em termos de densidade populacional, observa-se que esta é a região portuguesa com o índice de densidade populacional mais reduzido – ver Figura 2.3.3. A reduzida densidade populacional da Região, quer no contexto europeu, quer no contexto nacional, enquadra-se com as suas características de ordenamento do território, pautado por uma ocupação dos solos predominantemente agrícola, com especial destaque para o latifúndio, com um baixo grau de concentração populacional, bem como por um grau de urbanização regional pouco acentuado, agravado pelo êxodo rural observado ao longo da década, em todo o país, e com particular destaque para o Alentejo (migrações das zonas rurais para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida).

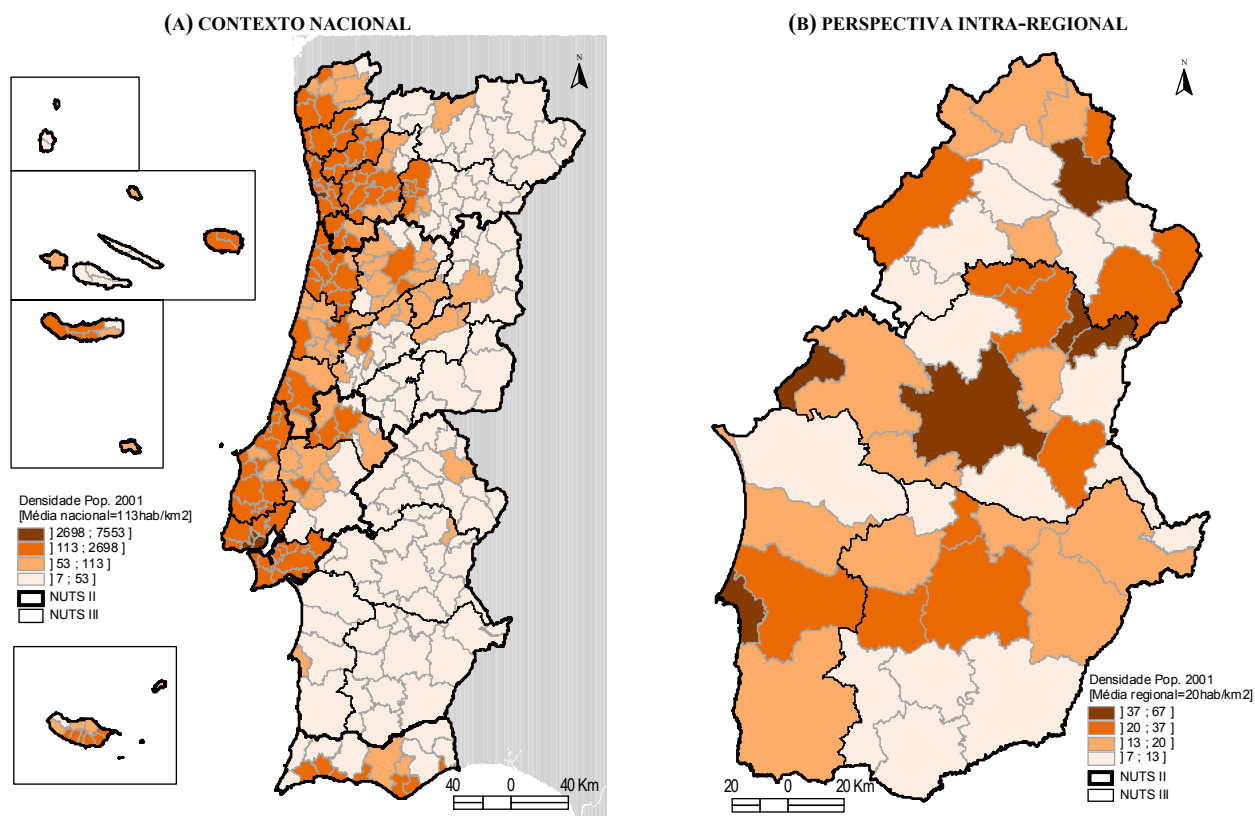
FIGURA 2.3.3 – DENSIDADE POPULACIONAL NOS ANOS 90

Nota: Densidade populacional em hab/km².

Fonte: INE, Censos

Colocando o foco na densidade populacional da região do Alentejo, segundo uma perspectiva concelhia, a fraca densidade detectada na Região é, no contexto nacional, uma característica bastante uniforme nos concelhos da Região – ver Figura 2.3.4 – mapa A. Apesar dos níveis bastante reduzidos de densidade populacional em todos os concelhos da Região pode, ainda assim, referenciar-se um conjunto de concelhos com densidades um pouco mais significativas.

Neste contexto, destacam-se Évora e Portalegre, dois dos principais aglomerados populacionais da região do Alentejo, geradores de dinâmicas próprias que fomentam a capacidade atractiva de população na Região; Sines, que beneficia do dinamismo associado ao complexo portuário-industrial; Vendas Novas, que tira partido da sua localização entre Évora e Lisboa e corresponde a um pólo de localização da indústria automóvel; e os centros urbanos Vila Viçosa e Borba que beneficiam da importância assumida pelo sector das rochas ornamentais, em particular as reservas de mármore e, também, no caso do último concelho da dinâmica induzida pelo sector vitivinícola.

FIGURA 2.3.4 – DENSIDADE POPULACIONAL: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)

Nota: Densidade populacional em hab/km².

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

A região do Alentejo, que já era a Região mais envelhecida do país em 1991 (a única com um índice de envelhecimento que evidenciava um valor de idosos superior ao de jovens) – ver Figura 2.3.6, assistiu a um reforço dos escalões etários mais elevados na sua pirâmide populacional, ao longo dos anos 90 – ver Figura 2.3.5. Este processo de envelhecimento atinge o topo e, sobretudo, a base da estrutura etária, uma vez que o Alentejo é a única região do país onde a proporção de idosos ultrapassa, em 2001, 20% dos residentes (fruto do prolongamento da esperança de vida num contexto de evolução que foi marcado, nas últimas décadas, por saldos migratórios negativos) e onde o peso dos jovens se situa abaixo dos 14% (resultado do efeito conjugado do êxodo de jovens em idade fértil e da quebra dos níveis de fecundidade que se registou ao longo dos anos 90).

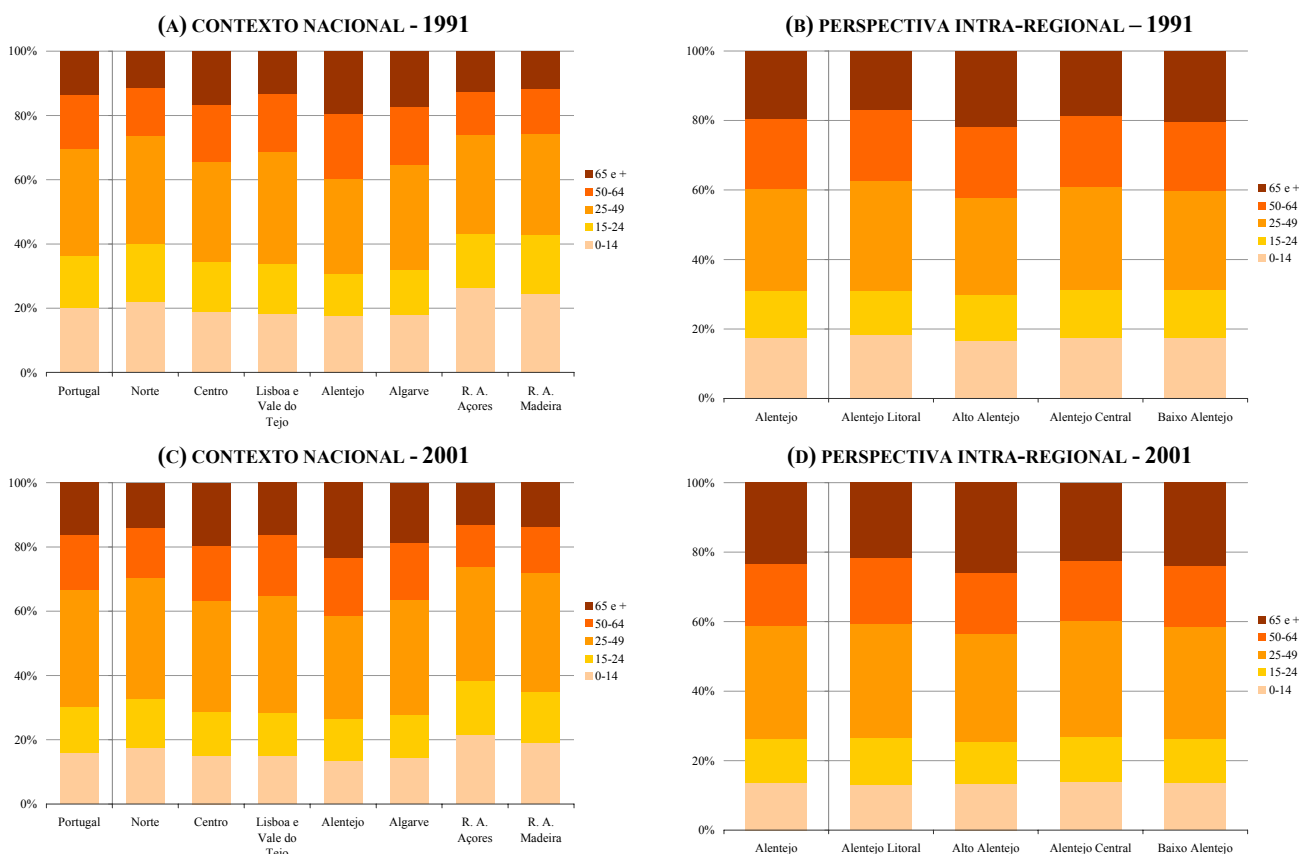
Apesar da região do Alentejo ter vindo a acompanhar, na década de 90, a tendência demográfica desenhada no espaço nacional, que se pautou por um envelhecimento continuado da população, em consequência do aumento da esperança média de vida e da manutenção de níveis de fecundidade abaixo do limiar de substituição de gerações, o peso da população envelhecida na estrutura de recursos humanos da região é bastante mais gritante que o peso médio nacional, de tal forma que, em 2001, a população residente das camadas etárias mais envelhecidas (acima de 65 anos) superava em mais de 70% a população mais jovem (com idade inferior a 15 anos) - ver caixa de texto relativa aos níveis de envelhecimento e dependência da população residente na região do Alentejo.

Do ponto de vista intra-regional, o Alentejo Central e o Alentejo Litoral posicionam-se como as sub-regiões menos envelhecidas, apesar da acentuada tendência de envelhecimento verificada nos anos 90, a qual é ligeiramente mais nítida no segundo caso. Este quadro demográfico vai ao encontro da trajetória desenhada pelo Alentejo Litoral, o qual apresentou uma capacidade atractiva importante nos anos 70 e 80, ligada a grandes investimentos turísticos e, sobretudo, ao complexo de Sines, contribuindo para fixar alguma população jovem, que contrariou o processo de envelhecimento. Na última década, contudo, o processo de reestruturação em curso atenuou a capacidade atractiva do período anterior o que, conjugado com a quebra da fecundidade, acelerou o processo de envelhecimento.

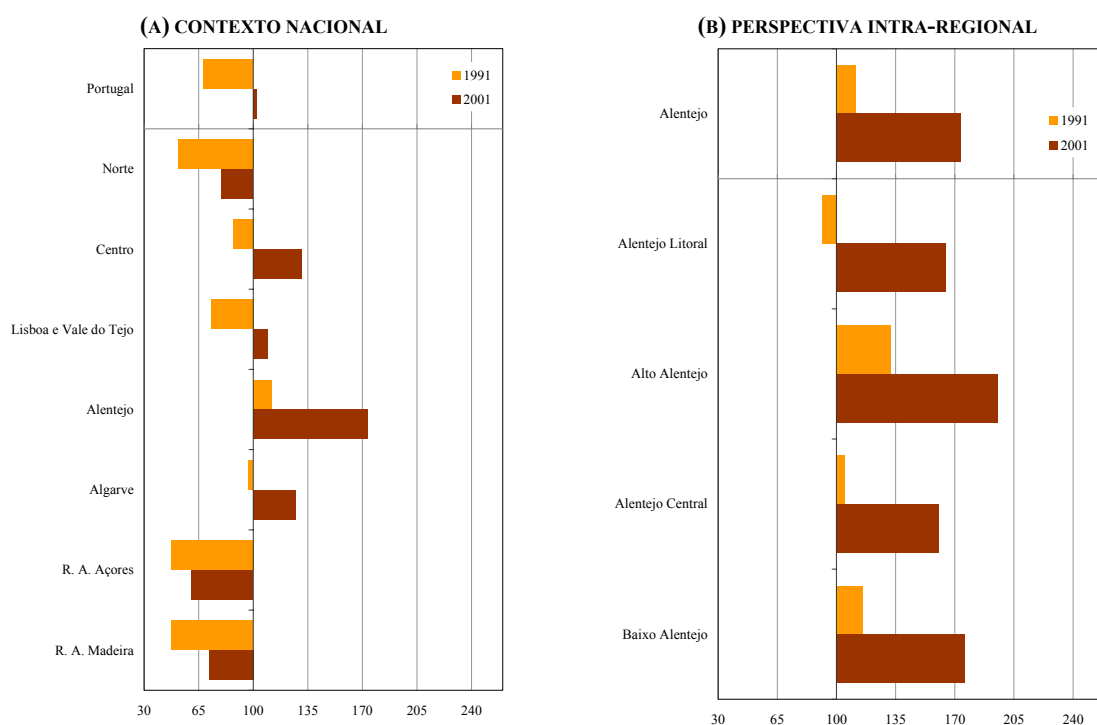
Em contrapartida, o Alentejo Central já apresentava um índice de envelhecimento superior a 100 em 1991. Contudo, como foi anteriormente explicitado, o processo de afirmação do eixo central do Alentejo, ao longo da última década, contribuiu para fixar alguma população jovem, o que teve como efeito contrariar um pouco o envelhecimento pela base (por via directa, através da não repulsão dos jovens e, por via indirecta, através do contributo para uma redução mais suave do número de nascimentos).

O Baixo Alentejo e, especialmente, o Alto Alentejo apresentam as estruturas etárias mais envelhecidas. A situação extrema ocorre num conjunto de concelhos do extremo norte da Região, junto à fronteira com a Beira Interior Sul, onde os idosos mais que duplicam o número de jovens – ver Figura 2.3.7.

FIGURA 2.3.5 – ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE NOS ANOS 90

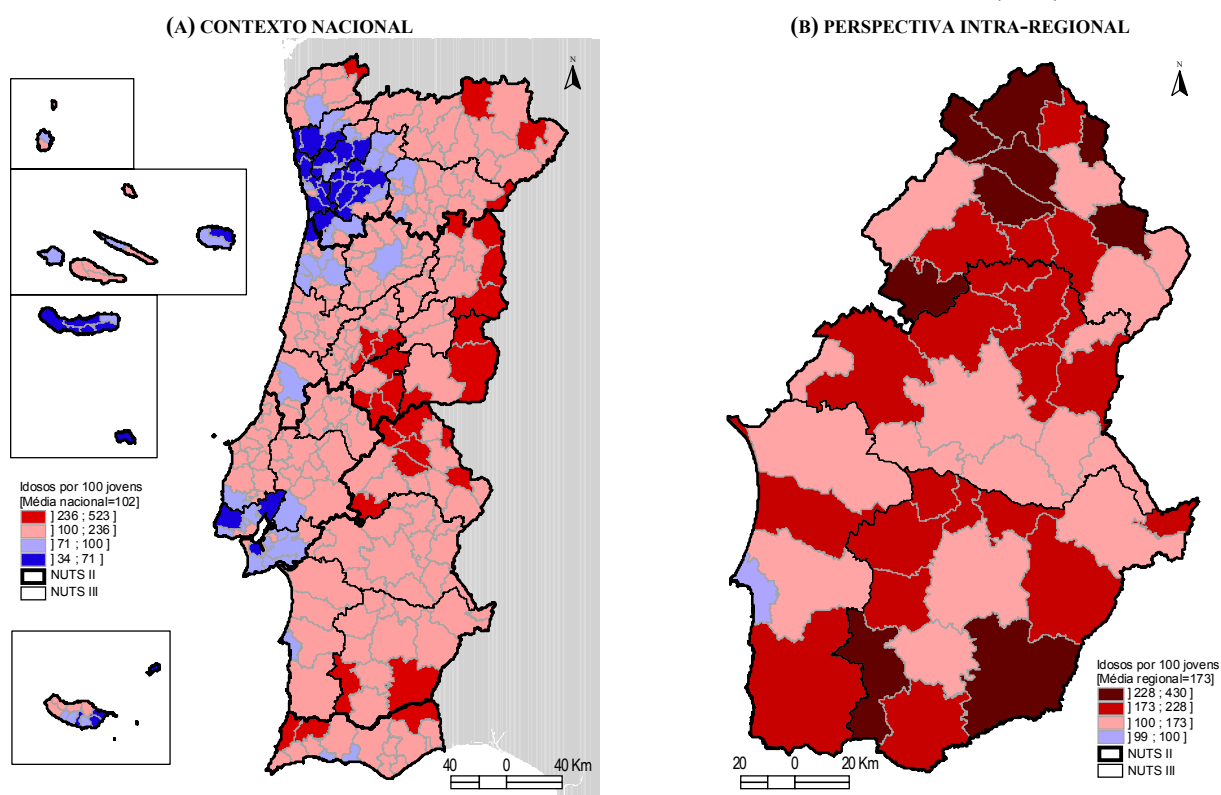


Fonte: INE, Censos

FIGURA 2.3.6 – ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO NOS ANOS 90

Nota: Índice de envelhecimento = Pop. residente com mais de 65 anos/Pop. residente com menos de 15 anos, em %.

Fonte: INE, Censos

FIGURA 2.3.7 – ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)

Nota: Índice de envelhecimento = Pop. residente com mais de 65 anos/Pop. residente com menos de 15 anos, em %.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

CAIXA 2.3-1 – ENVELHECIMENTO E DEPENDÊNCIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE DO ALENTEJO

Até 1940 a população residente na região alentejana mostrou um ritmo de crescimento positivo resultante, por um lado, das elevadas taxas de natalidade e, por outro lado, da vinda de migrantes proporcionada pela procura de mão-de-obra no sector agrícola. A partir da década de 50 este crescimento populacional estancou, dando lugar a continuadas perdas de população que atingiram o seu máximo das décadas de 60 e 70. Estes decréscimos de população ficaram a dever-se, essencialmente, ao fenómeno migratório, que se traduziu num forte êxodo da população, principalmente com destino à cintura industrial de Lisboa e Setúbal.

Os movimentos de saída de população combinaram-se ainda com um crescimento natural desfavorável, que, para além de espelhar processos estruturais comuns à globalidade do território nacional, como a redução da fecundidade, resulta, em grande parte, de uma população envelhecida pela forte corrente de emigração. Estes fluxos de saída de pessoas não só reduziram os efectivos populacionais da região, desencadeando um processo de despovoamento, mais acentuado nas áreas rurais mas que gradualmente se tem estendido à generalidade deste território, como também os esvaziaram das suas classes mais jovens, com graves implicações ao nível social e económico.

A estrutura etária da população residente no Alentejo é claramente mais envelhecida do que a nacional. Detecta-se um duplo envelhecimento, patente tanto no reduzido peso da proporção da população mais jovem (em 2001, apenas 13,7% dos residentes na região alentejana tinha menos de 15 anos, proporção que era de 16% em Portugal), como no elevado peso dos idosos (22,3% e 16,4% da população com mais de 64 anos residente no Alentejo e no total do País, respectivamente).

Efectivamente, entre 1991 e 2001, tanto para o País como para o Alentejo, registou-se um aumento acentuado do índice de envelhecimento, resultante, por um lado, da diminuição do peso dos jovens e, por outro lado, do aumento da importância relativa dos idosos. Este agravamento do envelhecimento da população residente foi, contudo, mais significativo na região Alentejo, cavando ainda mais o fosso que a separa do total nacional no que a este domínio diz respeito.

Apesar desta situação de declínio demográfico ser comum às várias NUTS III que compõem a região existem diferenças entre elas. As NUTS Alto Alentejo e Baixo Alentejo são as que se encontram numa situação mais desfavorável. De notar que no Alto Alentejo o peso dos idosos representa quase o dobro do dos jovens com menos de 15 anos.

TABELA 1 – ESTRUTURA ETÁRIA NACIONAL E DA REGIÃO ALENTEJO, POR NUTS III (2001) E TAXA DE VARIAÇÃO (1991-01)

	Total	0-14	15-24	25-64	65 ou mais
2001					
	Nº	%			
Portugal	1.035.6117	16,0	14,3	53,4	16,4
Alentejo	776.585	13,7	12,9	51,0	22,3
▪ Alentejo Litoral	99.976	13,1	13,3	51,9	21,6
▪ Alto Alentejo	127.026	13,3	12,3	48,5	26,0
▪ Alentejo Central	173.646	13,9	13,1	50,6	22,4
▪ Baixo Alentejo	135.105	13,6	12,9	49,6	24,0
Variação 1991-2001 (%)					
Portugal	5,0	-16,0	-8,1	11,8	26,1
Alentejo	-0,7	-22,0	-6,4	0,8	19,1
▪ Alentejo Litoral	1,5	-27,5	6,5	1,0	30,8
▪ Alto Alentejo	-5,6	-24,2	-11,9	-5,6	12,1
▪ Alentejo Central	0,2	-20,0	-4,8	0,7	21,9
▪ Baixo Alentejo	-5,5	-26,7	-11,3	-3,3	11,4

Fonte: INE, Censos 2001

Analisando a taxa de variação dos grandes grupos etários entre 1991 e 2001, verificamos que o Alentejo Litoral é a NUTS onde o aumento da população idosa e a diminuição dos jovens com menos de 15 anos foram mais acentuados, no entanto, esta foi também a única sub-região alentejana que registou aumentos populacionais nas classes etárias dos 15 a 24 e dos 25 a 65 anos. O Alto e o Baixo Alentejo, por seu lado, perderam população em todos os grupos de idades considerados, excepto o dos idosos.

Os custos sociais derivados da estrutura etária da região são elevados. A importância relativa da parcela de população que recebe pensões da Segurança Social é consideravelmente maior no Alentejo do que no conjunto do território nacional.

TABELA 2 – PENSIONISTAS POR INVALIDEZ, VELHICE E SOBREVIVÊNCIA EM 2003

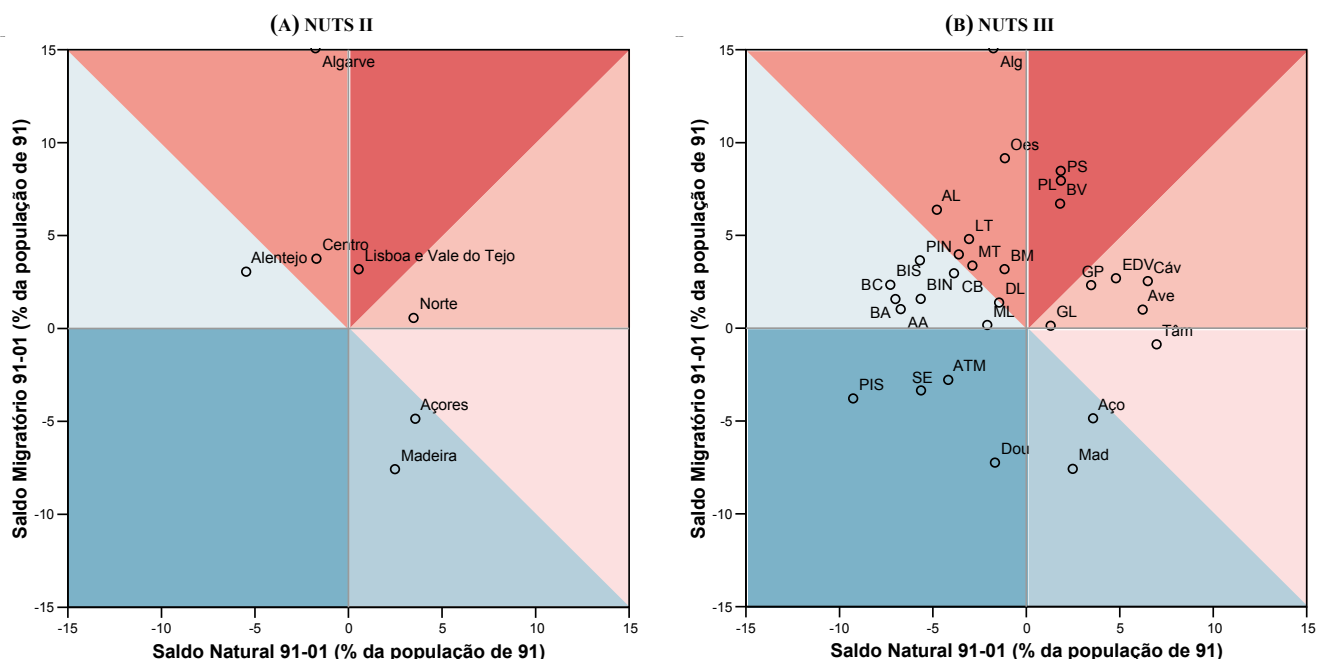
	Nº	% da População Residente
Portugal	2.663.763	25,72
Alentejo	268.025	34,51
▪ Alentejo Litoral	33.699	33,71
▪ Alto Alentejo	49.658	39,09
▪ Alentejo Central	59.259	34,13
▪ Baixo Alentejo	51.093	37,82

Fonte: Ministério da Segurança Social e do Trabalho, Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade (IIES).

Também no domínio da saúde se faz sentir com nitidez a estrutura demográfica do Alentejo. A título exemplificativo, pode referir-se que os centros de saúde prestam, em média, 2,75 consultas anuais *per capita* em Portugal e que no Alentejo esse valor sobe para 3,22.

Em termos demográficos, a região do Alentejo apresentou, ao longo da década de 90, um saldo natural negativo, em resultado do êxodo regional das camadas etárias mais jovens que provoca a existência de baixas taxas de natalidade e do acentuado grau de envelhecimento da população, em resultado da manutenção de níveis de fecundidade abaixo do limiar de substituição de gerações. Apesar de se assinalar na Região um saldo migratório positivo, este revelou-se, contudo, incapaz de compensar o saldo natural de população negativo, traduzindo-se, a trajectória populacional da Região, num decréscimo populacional ao longo da década – ver Figura 2.3.8.

Do ponto de vista intra-regional observa-se que o comportamento de todas as NUTS III é análogo ao da Região onde se inserem, isto é, evidenciam um saldo natural negativo e um saldo migratório positivo. No entanto, apenas a NUTS III Alentejo Litoral conseguiu que a diminuição populacional provocada pela inferioridade da taxa de natalidade em relação à taxa de mortalidade fosse ultrapassada pela intensidade dos movimentos migratórios, resultando num saldo populacional global positivo no período 1991-2001.

FIGURA 2.3.8 – CONTRIBUIÇÃO DOS SALDOS NATURAL E MIGRATÓRIO PARA A EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO NOS ANOS 90

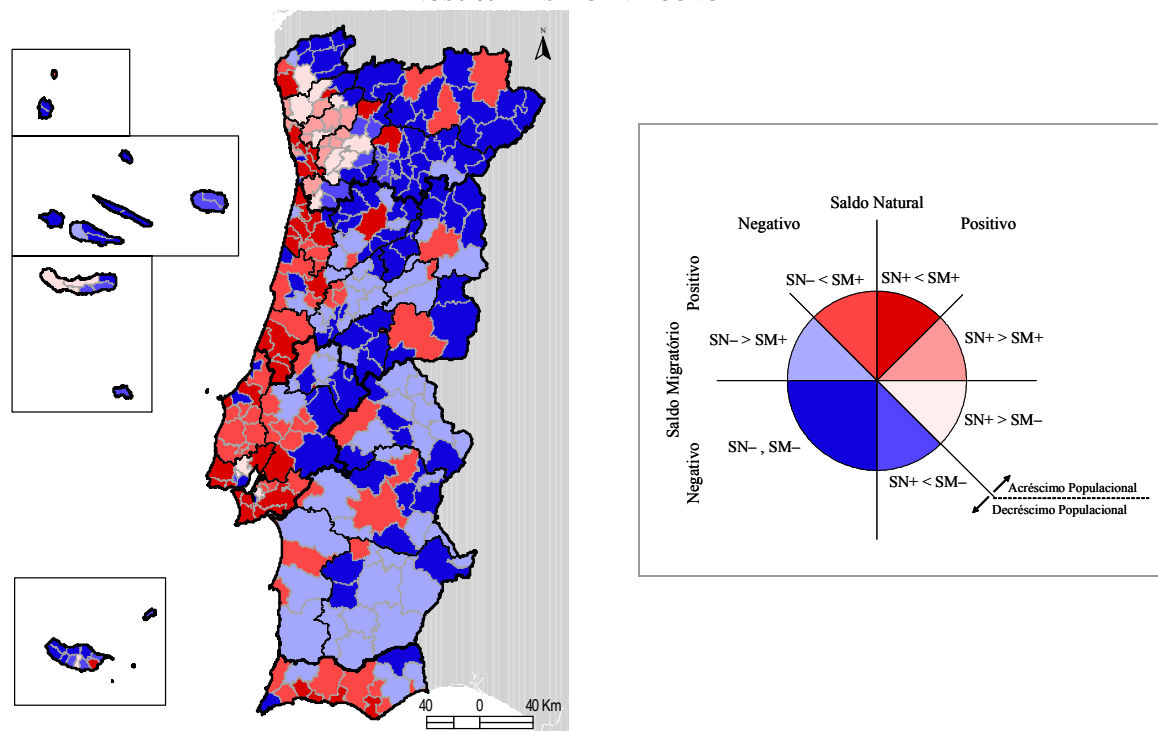
Eixo das ordenadas = Saldo Migratório (SM) 91-01 em % da pop.91, Eixo das abcissas = Saldo Natural (SN) 91-01 em % da pop.91)

SN+ > SM-	Acréscimo Populacional	ML	Minho-Lima	PL	Pinhal Litoral	PS	Península de Setúbal
SN+ > SM+		Cáv	Cávado	PIN	Pinhal Interior Norte	MT	Médio Tejo
SN+ < SM+		Ave	Ave	DL	Dão-Lafões	LT	Lezíria do Tejo
SN- < SM+		GP	Grande Porto	PIS	Pinhal Interior Sul	AL	Alentejo Litoral
SN- > SM+	Decréscimo Populacional	Tâm	Tâmega	SE	Serra da Estrela	AA	Alto Alentejo
SN- > SM-		EDV	Entre Douro e Vouga	BIN	Beira Interior Norte	BC	Alentejo Central
SN- > SM-		Dou	Douro	BIS	Beira Interior Sul	BA	Baixo Alentejo
SN+ < SM-		ATM	Alto Trás-os-Montes	CB	Cova da Beira	Alg	Algarve
		BV	Baixo Vouga	Oes	Oeste	Aço	Açores
		BM	Baixo Mondego	GL	Grande Lisboa	Mad	Madeira

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos e Estatísticas Demográficas

O balanço dos efeitos dos saldos natural e migratório sobre a evolução da população na região do Alentejo, nos anos 90, segundo uma perspectiva concelhia, permite detectar, na maioria dos concelhos da Região, decréscimos populacionais, em virtude da presença de um saldo natural negativo. Com efeito, na Região, apenas os concelhos de Sines, Grândola, Alvito, Vendas Novas, Évora, Estremoz e Ponte de Sôr compensam o saldo natural negativo registado, com a presença de um saldo migratório positivo, gerando, como tal, ao longo da década de 90, um acréscimo populacional – ver Figura 2.3.9.

FIGURA 2.3.9 – CONTRIBUIÇÃO DOS SALDOS NATURAL E MIGRATÓRIO PARA A EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO NOS ANOS 90: PERSPECTIVA CONCELHIA



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos e Estatísticas Demográficas

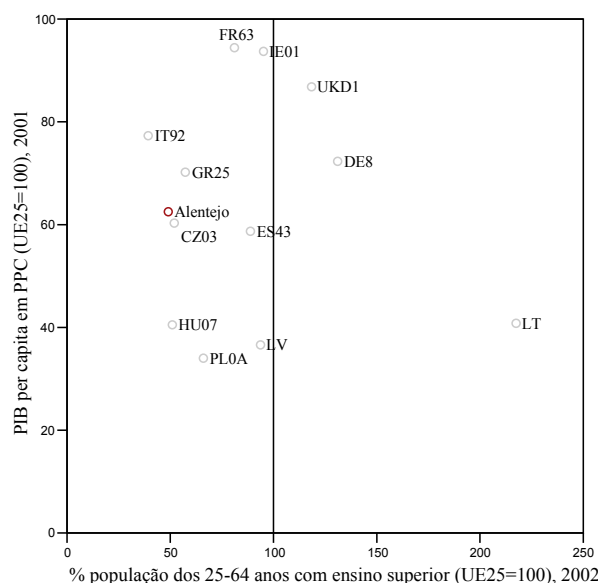
2.3.2. Capital Humano

A estrutura de habilitações dos recursos humanos da região do Alentejo evidencia um posicionamento bastante desfavorável quer no contexto europeu, quer no panorama nacional, tendo em conta o peso relativo esmagador de população da Região com habilitações ao nível do ensino básico e a fraca expressividade dos recursos com formação ao nível do ensino superior. Estas debilidades reflectem-se na estrutura do emprego regional, a qual evidencia acentuadas carências de população empregue com formação nos níveis habilitacionais mais elevados.

No seio das regiões europeias seleccionadas como equiparáveis, a região do Alentejo, revela um posicionamento débil no que concerne ao nível educacional da população. Com efeito, o peso da população com ensino superior, na faixa etária dos 25-64 anos, na Região, não só se posiciona bastante aquém da média da UE25, como é dos mais reduzidos no seio de todas as regiões utilizadas como termo de comparação – ver Figura 2.3.10.

O facto do peso da população com ensino superior, na faixa etária dos 25-64 anos, na região do Alentejo, ficar bastante aquém da média da UE25, em 2002, enquadra-se com as especificidades reveladas pelas suas dotações de capital humano, nomeadamente no que concerne ao acentuado grau de envelhecimento populacional da Região, registado tanto no contexto europeu, como no contexto nacional.

**FIGURA 2.3.10 – PIB PER CAPITA E PESO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU**



Legenda:

DE8-Mecklenburg-Vorpommern	UKD1-Cumbria
GR25-Peloponnisos	CZ03-Jihozápad
ES43-Extremadura	HU07-Dél-Alföld
FR63-Limousin	LT-Lietuva
IE01-Border, Midland and Western	LV-Latvija
IT92-Basilicata	PL0A-Podlaskie
PT14-Alentejo	

Nota: % da população dos 25-64 anos com ensino superior na UE25 (2002) = 20,6%.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Comissão Europeia (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social e Eurostat (2003), Regions: Statistical Yearbook

Tendo em consideração que a capacidade de uma economia regional para acumular e desenvolver os seus recursos internos, com vista a construir vantagens competitivas dinâmicas, constitui uma importante base de sustentação da competitividade desse território, importa analisar a dotação de recursos humanos da região do Alentejo e a sua capacidade em renovar a qualidade e a quantidade dos recursos humanos existentes.

A estrutura de habilitações da população residente na região do Alentejo, em 2001, evidencia um predomínio de pessoas habilitadas apenas com o primeiro ciclo do ensino básico (cerca de 50%) por contraponto, da existência de uma diminuta percentagem de população residente com ensino médio e superior (cerca de 6%) – ver Figura 2.3.11. Com efeito, particularizando a análise apenas ao nível do ensino médio superior, observa-se que a região do Alentejo se destaca de forma negativa, face ao contexto nacional, uma vez que se apresenta como uma das regiões com menor percentagem de população com este escalão habilitacional.

A sobre-representação, na estrutura de habilitações da região do Alentejo, de pessoas com uma escolaridade até ao 1º ciclo do ensino básico e a sub-representação, face aos valores nacionais, dos residentes com o ensino secundário e superior enquadram-se com os fortes níveis de envelhecimento populacional evidenciados pela região.

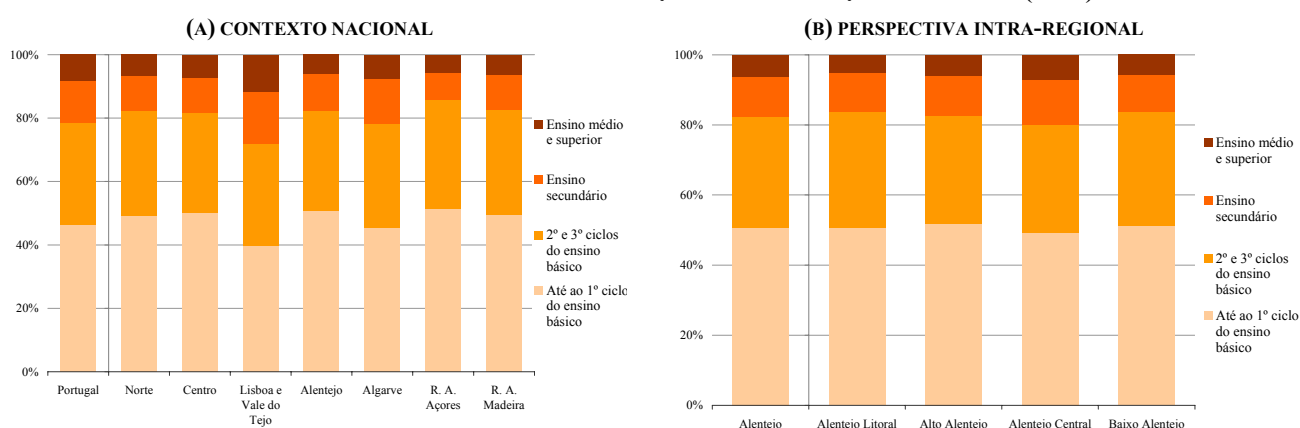
As carências sentidas pela Região em matéria de qualificação de recursos humanos, no contexto nacional e europeu, concedem às actuações previstas num dos eixos prioritários do Plano Operacional da Região, para o período 2000-2006, no domínio de promoção do potencial regional humano, o carácter de uma condição indispensável para a obtenção de maiores níveis de coesão no espaço nacional e para uma mais fácil integração no espaço das regiões europeias.

A estrutura de habilitações da população residente na NUTS II do Alentejo é transversal e estende-se à estrutura de habilitações de cada NUTS III que a compõem, com uma ligeira excepção para a região do Alentejo Central, onde se verifica um maior nível de habilitações da sua população residente, assente num maior peso evidenciado pelo ensino médio e superior e pelo ensino secundário. Com efeito, o Alentejo Central, devido à capitalidade de Évora, possui maior oferta de funções de nível superior (Universidade, serviços desconcentrados da administração central e outros), o que justifica a fixação de maior número de profissionais com melhores habilitações. Por outro lado, as características da estrutura habilitacional desta NUTS III relacionam-se, também, com as especificidades do perfil de especialização produtivo da mesma, dado ser esta a sub-região que, na região do Alentejo, concede maior ênfase a sectores que valorizam factores mais avançados de competitividade, tais como os sectores com maiores níveis intrínsecos de intensidade tecnológica, requerendo, como tal, os recursos estratégicos necessários para o seu desenvolvimento.

O Alentejo Litoral apresenta uma estrutura de qualificações onde se destacam os recursos humanos com ensino secundário e especialmente, com formação até ao 3º ciclo do ensino básico, o que vai ao encontro de alguns perfis característicos da mão-de-obra da indústria e da logística, especialmente nas décadas de maior intensidade da actividade em torno do Complexo de Sines (anos 70 e 80).

A região do Baixo Alentejo apresenta a situação mais desfavorável, tendo em conta os valores mais reduzidos de população residente com instrução elevada e o peso mais significativo de população nas camadas habilitacionais inferiores.

FIGURA 2.3.11 – ESTRUTURA DE HABILITAÇÕES DA POPULAÇÃO RESIDENTE (2001)



Fonte: INE, Censos

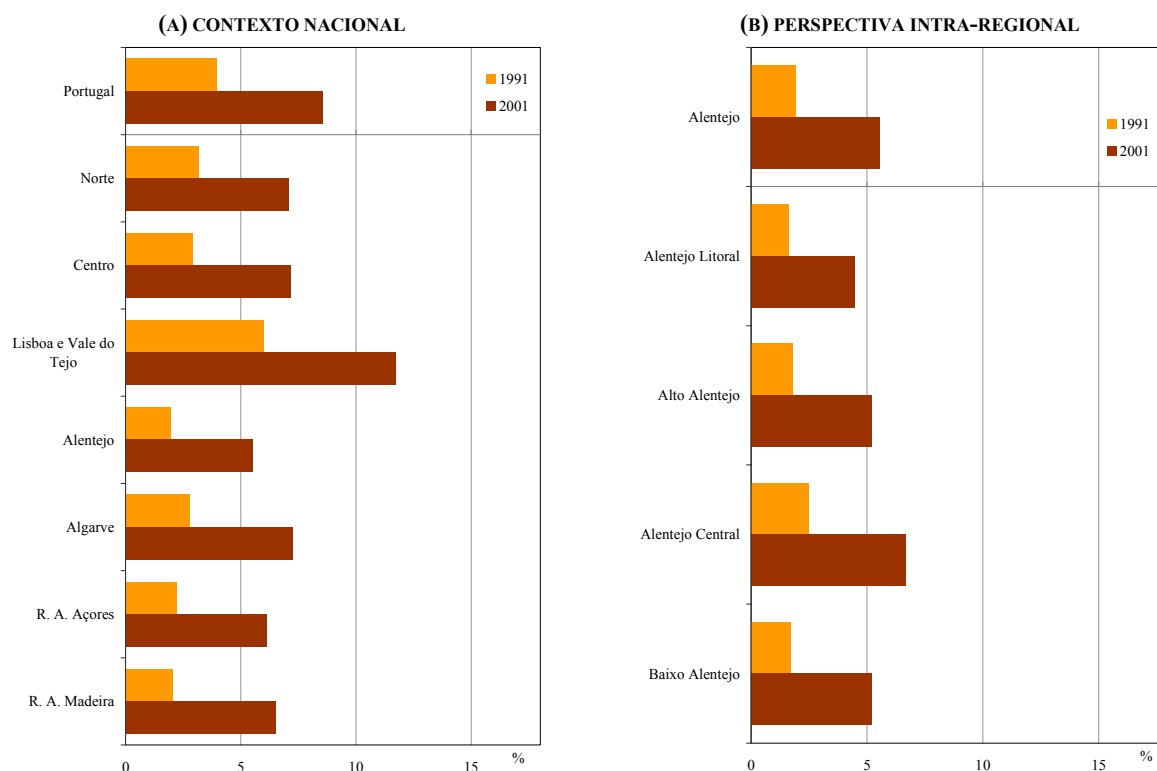
Do ponto de vista do potencial de construção de uma trajectória de coesão regional importa complementar a análise da estrutura habilitacional da população residente com o posicionamento relativo da região, ao nível da importância assumida pela população com ensino superior, no contexto do estrato etário da população residente superior a 20 anos, dado que a mesma indicia a dotação efectiva de população activa, com habilitações superiores, já inserida, ou prestes a ser inserida, no mercado de trabalho.

A evolução desenhada pelo peso assumido pela população com ensino superior, em percentagem da população residente com mais de 20 anos, permite abordar se as tendências se constroem em torno de um reforço vs esbatimento do stock disponível de recursos humanos com melhores habilitações no mercado de trabalho. Com efeito, a competitividade de uma região relaciona-se não só com a capacidade da região em fazer a melhor utilização dos recursos disponíveis mas, também, com a sua capacidade de renovar os recursos de forma contínua e sustentada, capacidade esta que se assume como um vector do crescimento das economias regionais.

A região do Alentejo acompanhou a evolução estrutural correspondente ao crescimento do número de residentes com licenciaturas, fruto do processo de massificação e difusão do ensino superior, a partir da segunda metade dos anos 70. Mesmo assim, esta Região continuou a registar, em 2001, a menor percentagem, de todas as NUTS II do território nacional, de população residente com mais de 20 anos, com níveis de instrução superiores, fenómeno que está bastante associado aos elevados níveis de envelhecimento anteriormente descritos – ver Figura 2.3.12.

A região do Alentejo Central apresenta o peso relativo mais acentuado de população com idade acima de 20 anos habilitada com o nível de instrução superior, contribuindo para isso a conjugação de três factores: maior peso da população jovem, presença da Universidade de Évora – maior pólo universitário da região, quer ao nível de número de diplomados, quer ao nível da variedade de cursos oferecidos – e existência de maior número de funções especializadas de nível superior.

Atendendo aos problemas associados ao contexto regional específico do Alentejo (envelhecimento, produtividade relativamente baixa, baixo nível de rendimento das famílias), a Universidade de Évora e os politécnicos emergem como unidades fundamentais para a indução da competitividade e do desenvolvimento, atraindo jovens e oferecendo formações superiores e serviços intensivos em conhecimento.

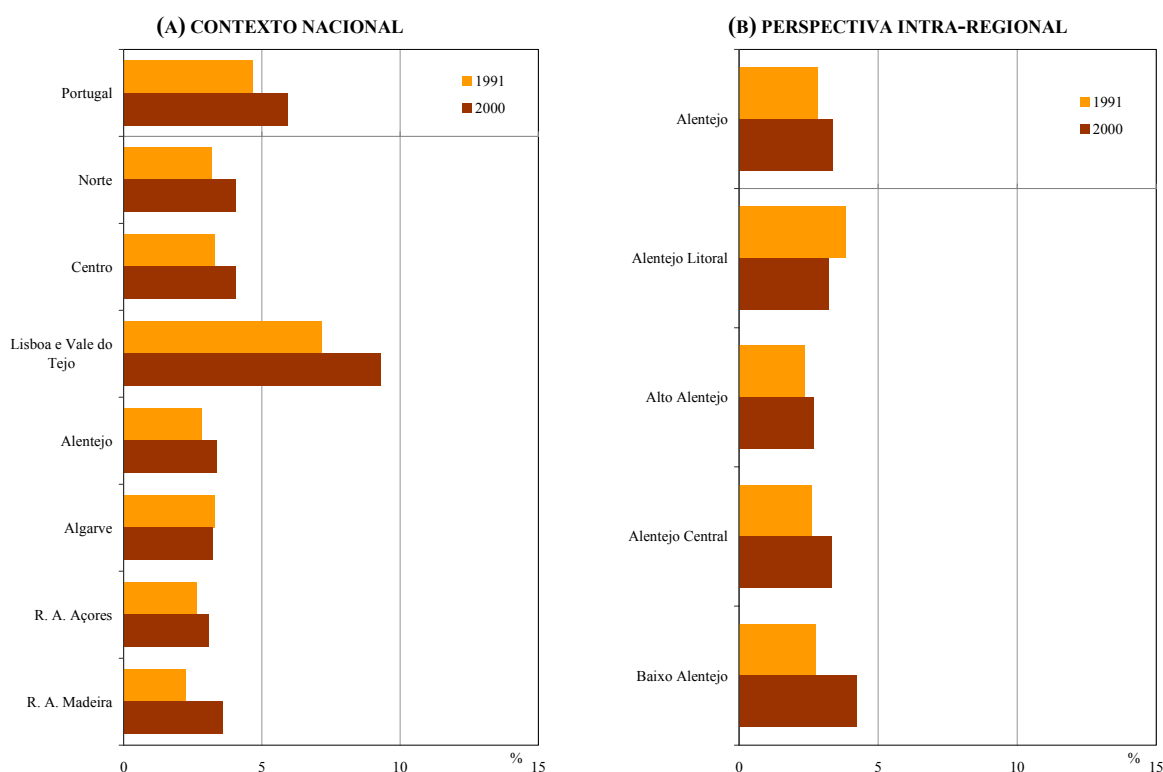
FIGURA 2.3.12 – POPULAÇÃO RESIDENTE COM ENSINO SUPERIOR EM % DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM MAIS DE 20 ANOS, NOS ANOS 90

Fonte: INE, Censos

A condução da análise da dotação e capacidade de renovação dos recursos humanos na região do Alentejo deve ser complementada com o grau de formação evidenciado pela população que efectivamente integra o mercado de trabalho e com as evoluções recentes desenhadas neste domínio.

A estrutura de emprego da região do Alentejo, no que concerne à presença de indivíduos com qualificação superior, traduz uma situação relativamente desfavorável, uma vez que o peso relativo apresentado é dos mais reduzidos no seio das NUTS II do território nacional – ver Figura 2.3.13. Este posicionamento regional ajusta-se a um contexto dominado por uma presença relevante de mão-de-obra envelhecida, mas traduz também alguma incapacidade para reter o emprego mais qualificado, quer por via da reduzida dimensão e dinâmica do tecido empresarial local, quer pela oferta relativamente baixa de novos empregos que exigem qualificações elevadas.

A reduzida importância relativa de população empregada com formação ao nível do ensino superior na região do Alentejo, no contexto nacional, enquadra-se com as especificidades do perfil de especialização da Região o qual revela uma fraca densidade de sectores que valorizam significativamente factores dinâmicos e avançados de competitividade e que exigem a disponibilidade no mercado de trabalho regional de recursos humanos com níveis de competências e habilitações que se adequem ao seu desenvolvimento.

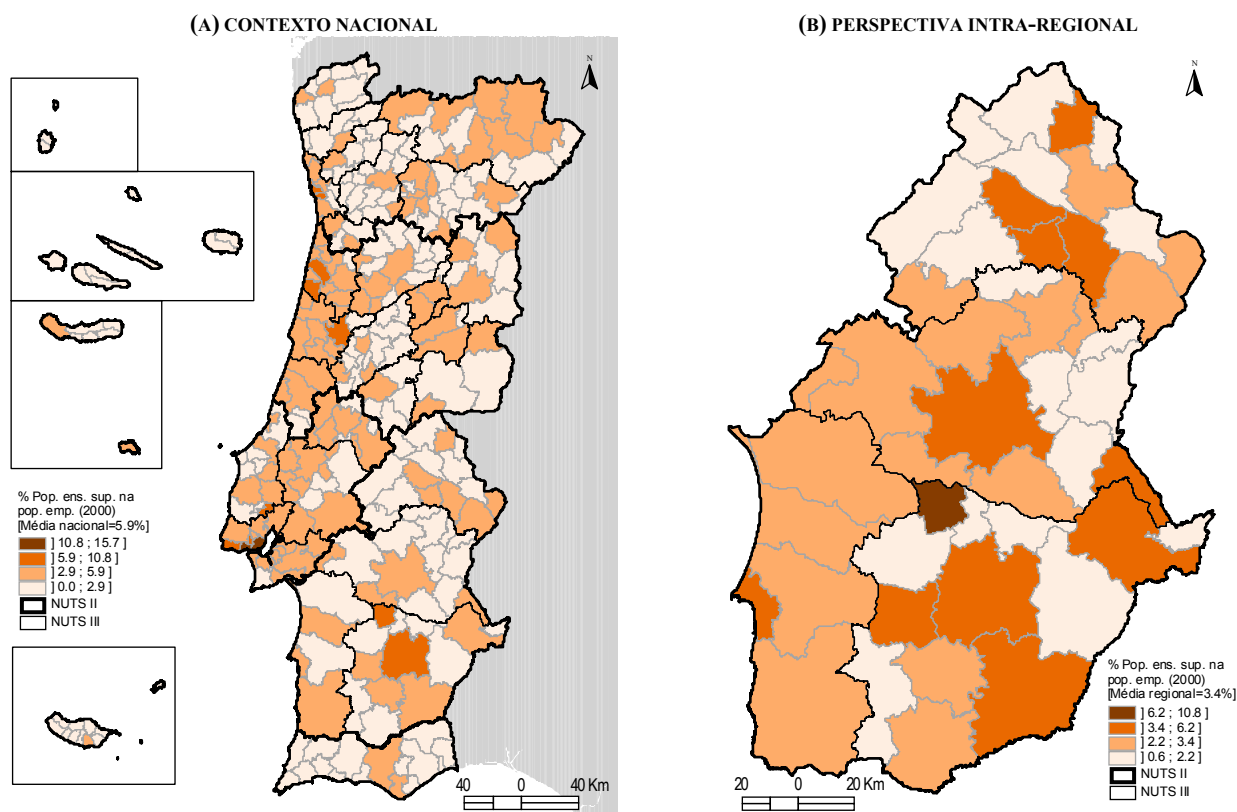
FIGURA 2.3.13 – PESSOAL AO SERVIÇO COM ENSINO SUPERIOR EM % DO TOTAL, NOS ANOS 90

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

Numa perspectiva concelhia (ver Figura 2.3.14), as áreas onde se denota um maior peso da empregada com ensino superior correspondem:

- Aos centros urbanos de Évora e Beja e a alguns concelhos situados na envolvente de Portalegre (Castelo de Vide, Monforte, Fronteira e Alter do Chão);
- A concelhos que foram objecto de investimentos estruturantes de grande significado económico, seja em décadas passadas (e.g. Sines) ou na actualidade (EFMA, que justifica o incremento do emprego qualificado em Mourão e Moura).
- A alguns municípios mais pequenos onde se desenvolveram iniciativas locais de desenvolvimento, apoiadas por fundos provenientes da UE, que procuram tirar partido dos recursos endógenos e das capacidades locais de iniciativa, que envolveram bastante mão-de-obra jovem e qualificada. Estes pequenos *clusters* de mão-de-obra qualificada detectam-se em concelhos como Alvito, Aljustrel (para além da agência de desenvolvimento local instalada na Messejana, também beneficia do efeito induzido pelas minas, mesmo que a actividade extractiva esteja suspensa e apenas tenham lugar tarefas de manutenção), Alter do Chão (proximidade a Portalegre, tradição associada a coudelaria e a actividades de lazer) e Mértola (investimentos no turismo cultural e ambiental, em relação estreita com a Reserva do Guadiana e a arqueologia. Refira-se que em concelhos com bacias de emprego reduzidas, um pequeno número de licenciados assume, com facilidade, um significado estatístico visível.

**FIGURA 2.3.14 – PESSOAL AO SERVIÇO COM ENSINO SUPERIOR EM % DO TOTAL:
PERSPECTIVA CONCELHIA (2000)**



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

2.3.3. I&D e Tecnologia

A região do Alentejo apresenta um posicionamento pouco favorável, no contexto europeu e no panorama nacional, ao nível dos esforços efectuados para desenvolver e expandir a sua base de conhecimentos científicos e tecnológicos. A decomposição da estrutura de despesas em I&D, segundo fonte de origem, e respectivas afectações de recursos humanos a actividades neste domínio, concedem ao ensino superior o papel de principal agente executor de I&D na Região e atestam o fraco dinamismo da participação do tecido empresarial nestas actividades.

A inovação tecnológica, ao contribuir quer para a introdução no mercado de novos produtos e processos, quer para a melhoria dos produtos e processos já existentes, depende da capacidade de cada região em utilizar e materializar conhecimentos científicos e tecnológicos, assumindo, como tal, contornos fundamentais para o desenvolvimento económico e social das regiões.

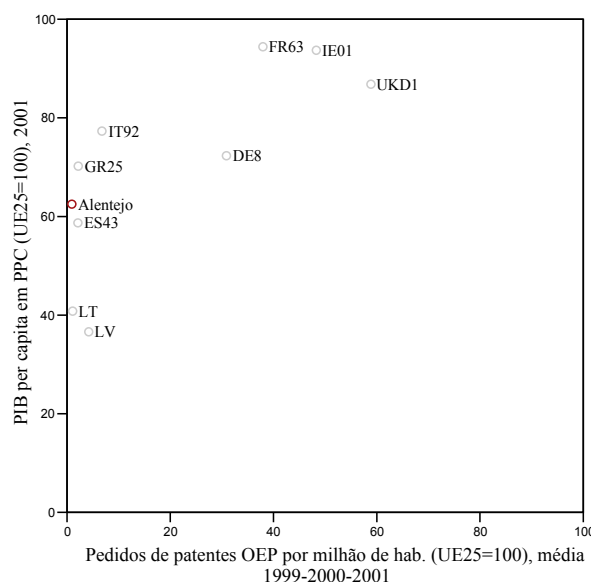
Neste contexto, o estabelecimento de comparações inter-regionais no domínio da inovação tecnológica deve entrar em linha de conta com as capacidades evidenciadas por cada região ao nível da utilização e

materialização de conhecimentos científicos e tecnológicos na melhoria ou na criação de novos produtos e processos no mercado. Deste modo, a análise comparativa da capacidade da região do Alentejo no domínio do capital tecnológico e inovação começa por ser delineada tendo como base o indicador: pedidos de patentes.

Os pedidos de patentes permitem analisar o posicionamento relativo da região do Alentejo no que concerne à utilização do sistema de protecção de direitos industriais e intelectuais. Este indicador assume-se como uma *proxy* do *output* do esforço realizado pela região ao nível da utilização de conhecimentos científicos e tecnológicos, no processo de inovação, sendo, como tal, uma medida aproximada dos resultados alcançados.

A região do Alentejo apresenta, no contexto europeu, um défice regional de utilização do sistema de patentes, posicionando-se consideravelmente abaixo da média comunitária e apresentando-se como a região europeia com menor recurso à utilização do sistema de protecção de direitos industriais e intelectuais, no seio das regiões utilizadas como termo de comparação – ver Figura 2.3.15.

FIGURA 2.3.15 – PIB PER CAPITA E PEDIDOS DE PATENTES POR MILHÃO DE HABITANTES: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU



Legenda:

DE8-Mecklenburg-Vorpommern	UKD1-Cumbria
GR25-Peloponnisos	CZ03-Jihozápad
ES43-Extremadura	HU07-Dél-Alföld
FR63-Limousin	LT-Lietuva
IE01-Border, Midland and Western	LV-Latvija
IT92-Basilicata	PL0A-Podlaskie
PT14-Alentejo	

Nota: Pedidos de patentes OEP (Organização Europeia de Patentes) na UE25 = 128,6 pedidos por milhão de habitantes.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Comissão Europeia (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

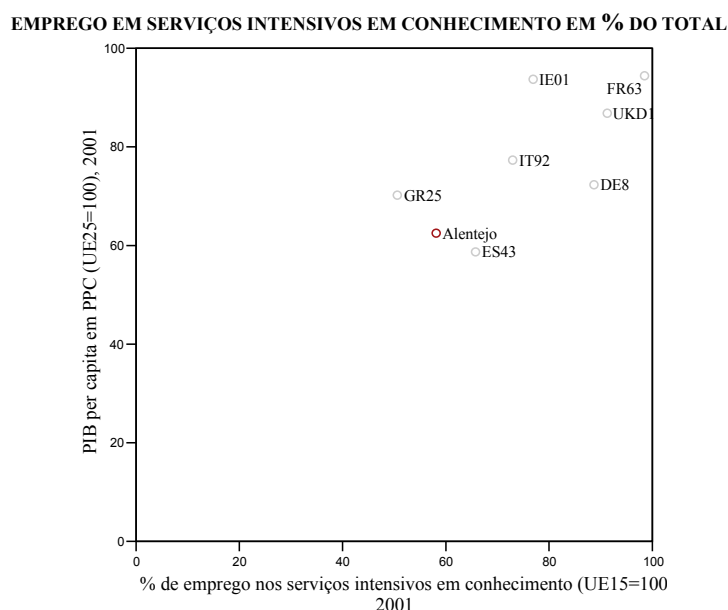
As actividades de investigação e desenvolvimento de uma região reflectem o esforço desenvolvido por cada região para reforçar a sua base de conhecimentos científicos e tecnológicos, podendo este esforço ser aferido tendo como base a expressão dos recursos que a região dedica a esse tipo de actividades. O peso dos recursos humanos afectos a actividades de I&D em cada região é, ao contrário do indicador

anteriormente utilizado – pedidos de patentes –, um indicador de input, ou seja, permite medir os esforços desenvolvidos pelas regiões ao nível dos recursos que atribuem às suas actividades de investigação científica e tecnológica.

Com vista a estabelecer uma análise comparativa do esforço que a região do Alentejo desenvolve para expandir a sua base de conhecimentos científicos e tecnológicos, e consequentemente, para incentivar o processo de inovação tecnológica regional, é possível avaliar o posicionamento da região, no contexto europeu, ao nível do peso do emprego em serviços intensivos em conhecimento (a falta de informação estatística disponível referente ao emprego da região do Alentejo nos sectores industriais de média/alta tecnologia não permite posicionar a Região no contexto europeu neste indicador, contudo, é possível observar o comportamento da região ao nível do emprego em serviços intensivos em conhecimento).

Os resultados obtidos ao nível do emprego em serviços intensivos em conhecimento colocam a região do Alentejo numa posição muito desfavorável, no contexto europeu, confirmando a reduzida capacidade de inovação e de penetração do Alentejo nos segmentos de ponta dos serviços – ver Figura 2.3.16. No caso deste último indicador, o Alentejo posiciona-se “correctamente” na recta de regressão imaginária que se ajusta aos pontos que traduzem a associação entre PIB *per capita* e % de emprego nos serviços intensivos em conhecimento; efectivamente, um baixo índice no primeiro indicador encontra correspondência num índice também reduzido no segundo indicador.

FIGURA 2.3.16 – PIB *PER CAPITA*, TECNOLOGIA(*) E CONHECIMENTO: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU



Nota: % emprego nos serviços intensivos em conhecimento na UE15 (2001) = 32,9%.

Serviços intensivos em conhecimento - Transportes por água; Transportes aéreos; Correios e telecomunicações; Intermediação financeira, excepto seguros e fundos de pensões; Seguros, fundos de pensões e de outras actividades complementares de segurança social; Actividades auxiliares de intermediação financeira; Actividades imobiliárias; Aluguer de máquinas e de equipamentos sem pessoal e de bens pessoais e domésticos; Actividades informáticas e conexas; Investigação e desenvolvimento; Outras actividades de serviços prestados principalmente às empresas; Educação; Saúde e acção social; Actividades recreativas, culturais e desportivas.

Legenda:

DE8-Mecklenburg-Vorpommern

UKD1-Cumbria

GR25-Peloponnisos	CZ03-Jihozápad
ES43-Extremadura	HU07-Dél-Alföld
FR63-Limousin	LT-Lietuva
IE01-Border, Midland and Western	LV-Latvija
IT92-Basilicata	PL0A-Podlaskie
PT14-Alentejo	

(*) A informação relativa ao peso do emprego em sectores industriais de média/alta tecnologia não é apresentada pelo facto de não existir informação disponível, na fonte utilizada, para esta região.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Eurostat (2003), Regions: Statistical Yearbook e Comissão Europeia (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

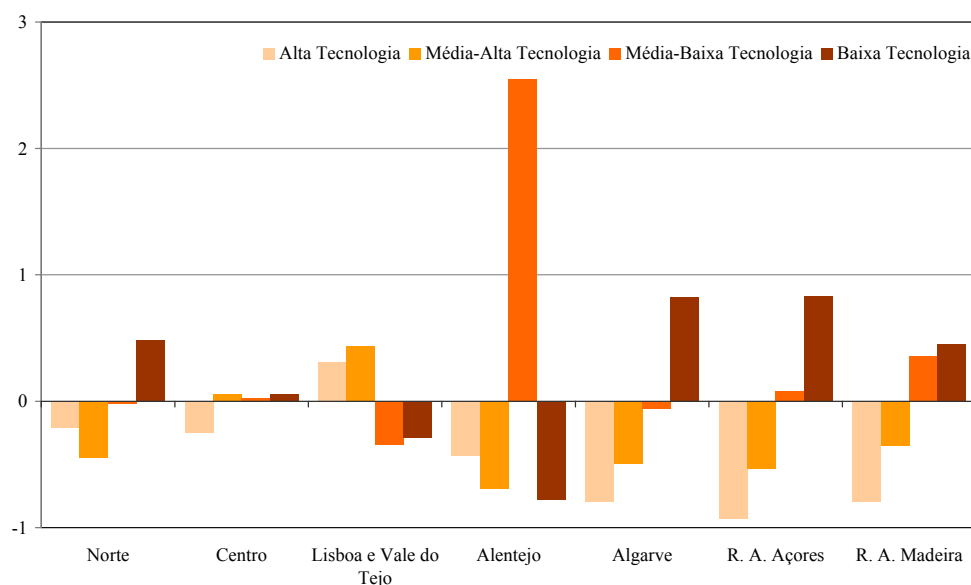
CAIXA 2.3.2 - TIPOLOGIA DE CLASSIFICAÇÃO POR GRAUS DE INTENSIDADE TECNOLÓGICA

A classificação por níveis de intensidade tecnológica adoptada segue, também, a classificação proposta pela OCDE, cujos ajustamentos conduziram à passagem de uma classificação em três níveis (alto, médio e baixo) para uma classificação, proposta mais recentemente (*), em quatro níveis de intensidade tecnológica, acompanhando, aliás, a maior dispersão dos indicadores utilizados para situar as diferentes indústrias resultante da aceleração e diferenciação dos ritmos de modernização tecnológica e inovação (o quadro seguinte sintetiza a classificação adoptada nas suas grandes linhas, uma vez que ela foi operacionalizada com um nível de desagregação da CAE de 4 dígitos).

Segmentos	Indústrias
Indústrias de Alta Tecnologia	Aeronáutica e aeroespacial, produtos farmacêuticos, computadores e equipamentos informáticos e de escritório, electrónica e equipamentos de telecomunicações, instrumentos médicos, ópticos e de precisão
Indústrias de Média –Alta Tecnologia	Máquinas e aparelhos eléctricos, automóveis e componentes, indústrias químicas (excluindo farmacêutica), equipamento ferroviário e outro equipamento de transporte, máquinas e equipamentos
Indústrias de Média-Baixa Tecnologia	Coque, produtos refinados do petróleo e combustível nuclear, borracha e plásticos, produtos minerais não metálicos, construção e reparação naval, metalurgias de base, produtos metálicos
Indústrias de Baixa Tecnologia	Pasta e papel, artes gráficas, têxteis, vestuário, couro, calçado, produtos alimentares, bebidas e tabaco, madeira, mobiliário e cortiça

(*) Veja-se, ainda, OCDE (1997), Revision of the high-technology sector and product classification, STI working papers 2 e OCDE (2001), Base de Dados STAN.

No que concerne ao posicionamento da região do Alentejo, ao nível da detenção de vantagens comparativas reveladas, consoante os níveis de intensidade tecnológica, é possível observar que o perfil de especialização exportador da região assenta, fundamentalmente em sectores de média-baixa tecnologia, o que se relaciona com a presença de vantagens comparativas reveladas ao nível de produtos refinados do petróleo e de produtos decorrentes de actividades de mecânica em geral, revelando-se a região como “sub-especializada”, face ao espaço nacional, nos sectores inseridos nos restantes níveis de intensidade tecnológica – ver Figura 2.3.17.

FIGURA 2.3.17 – VANTAGENS COMPARATIVAS REVELADAS POR NÍVEIS DE INTENSIDADE TECNOLÓGICA (2000)

Nota: As Vantagens Comparativas Reveladas (VCR) resultam da comparação entre o peso relativo de um determinado sector na estrutura exportadora total de uma região face ao peso relativo detido por esse mesmo sector na estrutura exportadora de um espaço padrão utilizado como termo de referência – no caso em questão o espaço nacional. Considera-se a detenção de VCR quando o índice supera o valor 1. Os valores apresentados no gráfico acima construído são diferenciais face ao patamar de referência 1, representando, como tal, o excedente (ou défice) de cada resultado regional.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Estatísticas do Comércio Internacional

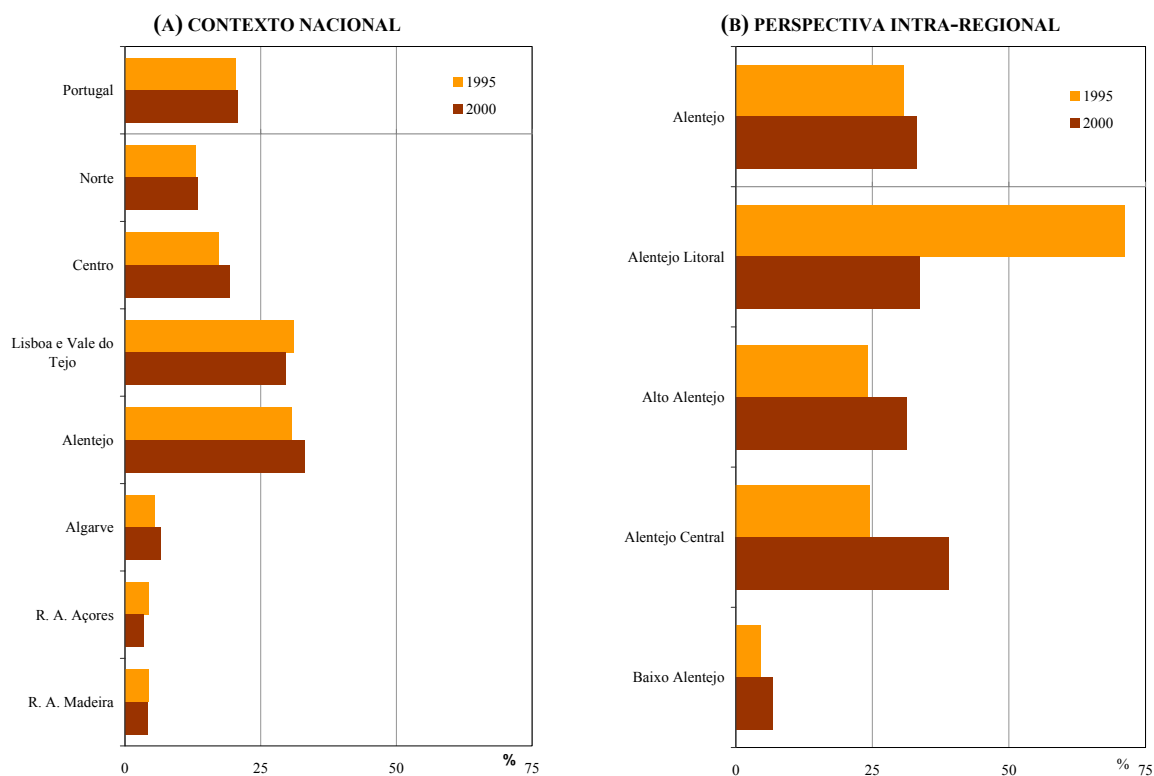
Relativamente ao indicador de criação de valor acrescentado nos sectores de média e alta tecnologia, este destaca a região do Alentejo face à média nacional, tanto em 1995, como em 2000. Em 2000, a Região evidencia a maior percentagem de VAB em sectores de média/alta tecnologia face ao total da indústria – ver Figura 2.3.18.

Importa salientar, no entanto, que os elevados valores observados para o VAB industrial em sectores de média e alta tecnologia da região do Alentejo, no contexto nacional, devem ser enquadrados com a reduzida densidade do tecido industrial da região. Deste modo, os resultados obtidos são uma expressão, não da detenção de um nível de desenvolvimento tecnológico, por parte da região, mais avançado que as restantes regiões nacionais, mas antes do facto do reduzido número de indústrias que existem, no Alentejo, em sectores de média e alta tecnologia, representar um peso significativo na criação de valor acrescentado industrial na região (dada a reduzida dimensão do tecido industrial do Alentejo), estando estas indústrias localizadas principalmente, entre 1995 e 2000, no Alentejo Central e Alentejo Litoral.

Com efeito, o significado relativo do VAB gerado, na região do Alentejo, por sectores como máquinas de tipo diverso, químicas, equipamentos variados, etc. acaba por traduzir a fragilidade da indústria da Região, uma vez que a reduzida expressão dos restantes sectores do secundário permite que o significado relativo da produção de média/alta tecnologia sobressaia. Note-se que o Alentejo Litoral aparecia, em 1995, como uma sub-região onde a indústria era claramente dominada por estes sectores. Entretanto, o processo de reestruturação em curso implicou o encerramento ou o *downsizing* de algumas unidades industriais de média/alta tecnologia, com repercussões relevantes sobre o contributo deste segmento para

o VAB. Trajectória oposta efectuou o Alentejo Central, que viu reforçado o peso dos sectores industriais de ponta no conjunto do secundário.

FIGURA 2.3.18 – VAB INDUSTRIAL EM SECTORES DE MÉDIA/ALTA TECNOLOGIA EM % DO TOTAL DA INDÚSTRIA, NOS ANOS 90

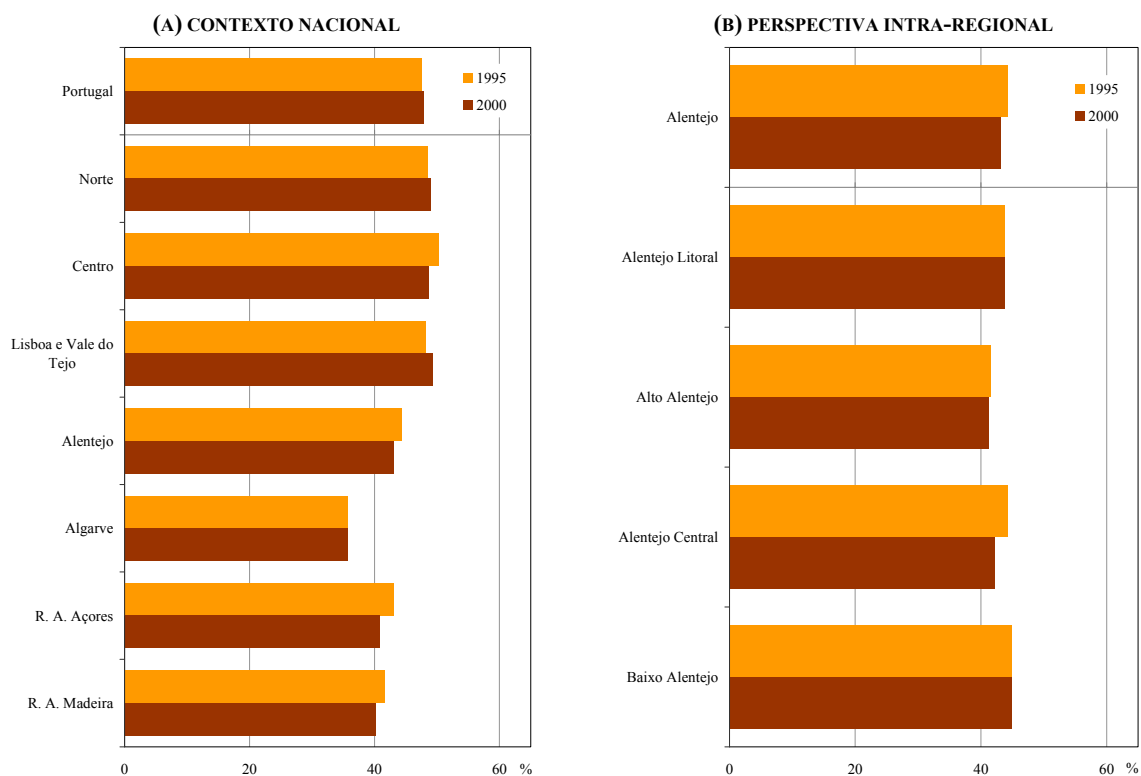


Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais, e DEEP, Quadros de Pessoal

No que diz respeito ao peso do VAB gerado por serviços avançados no conjunto do terciário, o Alentejo situa-se abaixo dos valores registados pelo conjunto do país, embora ocupe uma posição intermédia entre as regiões portuguesas. Refira-se que, de 1995 para 2000, quase não houve variação, sendo também de destacar a ausência de assimetrias regionais de relevo – ver Figura 2.3.19.

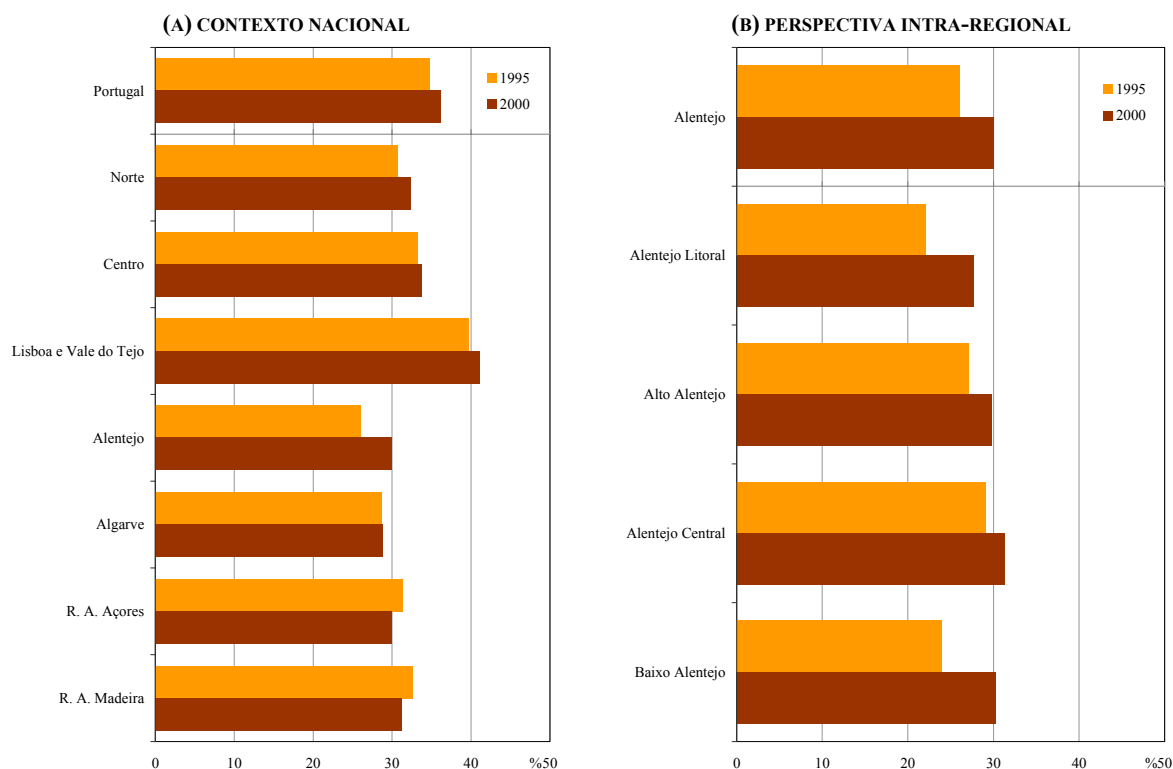
Situação idêntica é detectável no caso do peso do VAB criado pelos sectores intensivos em conhecimento e tecnologia, tendo em conta que também neste indicador, a região do Alentejo ocupa um posicionamento intermédio, ligeiramente mais desfavorável do que a média nacional. No entanto, verificou-se um acréscimo da importância relativa destes sectores para o VAB, entre 1995 e 2000, correspondendo ao Alentejo Central a posição mais favorável, o que traduz uma maior qualificação relativa e potencial competitivo dos sectores em presença – ver Figura 2.3.20.

FIGURA 2.3.19 – VAB DOS SECTORES DE SERVIÇOS INTENSIVOS EM CONHECIMENTO EM % DO TOTAL DOS SERVIÇOS, NOS ANOS 90



Nota: Serviços intensivos em conhecimento - Correios e telecomunicações; Intermediação financeira, excepto seguros e fundos de pensões; Seguros, fundos de pensões e de outras actividades complementares de segurança social; Actividades auxiliares de intermediação financeira; Aluguer de máquinas e de equipamentos sem pessoal e de bens pessoais e domésticos; Actividades informáticas e conexas; Investigação e desenvolvimento; Outras actividades de serviços prestados principalmente às empresas; Educação; Saúde e acção social.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais, e DEEP, Quadros de Pessoal

FIGURA 2.3.20 – VAB DOS SECTORES INTENSIVOS EM CONHECIMENTO E TECNOLOGIA EM % DO TOTAL, NOS ANOS 90

Nota: Sectores Intensivos em Conhecimento e Tecnologia - Fabricação de produtos químicos; Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.; Fabricação de máquinas de escritório e de equipamento para o tratamento automático da informação; Fabricação de máquinas e aparelhos eléctricos, n.e.; Fabricação de equipamento e de aparelhos de rádio, televisão e comunicação; Fabricação de aparelhos e instrumentos médico-cirúrgicos, ortopédicos, de precisão, de óptica e de relojoaria; Fabricação de veículos automóveis, reboques e semi-reboques; Correios e telecomunicações; Intermediação financeira, excepto seguros e fundos de pensões; Seguros, fundos de pensões e de outras actividades complementares de segurança social; Actividades auxiliares de intermediação financeira; Aluguer de máquinas e de equipamentos sem pessoal e de bens pessoais e domésticos; Actividades informáticas e conexas; Investigação e desenvolvimento; Outras actividades de serviços prestados principalmente às empresas; Educação; Saúde e acção social; Fabricação de outro material de transporte (parte).

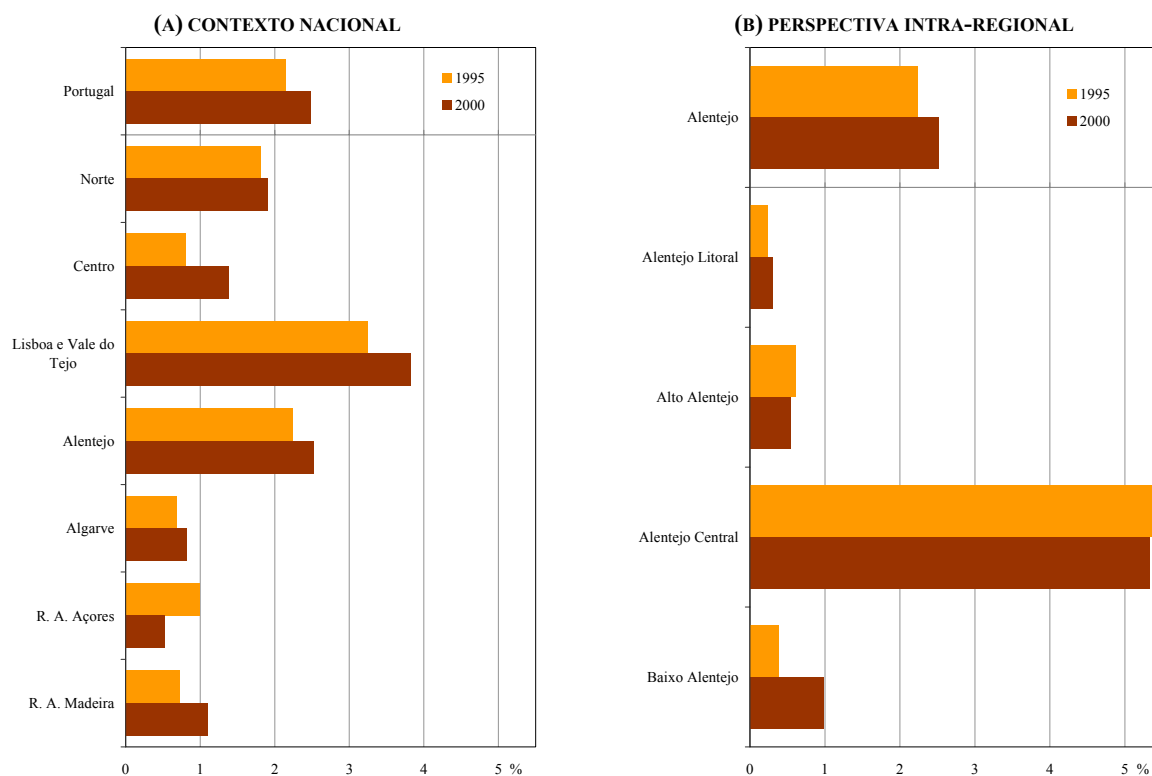
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais, e DEEP, Quadros de Pessoal

O esforço feito pela região do Alentejo no que respeita ao nível de recursos que afecta às actividades mais intensivas na investigação e no desenvolvimento científico e tecnológico pode, também, ser aferido pela importância assumida pelo emprego em tecnologias de informação e comunicação (TIC) na estrutura de emprego regional. Neste sentido, é possível observar que a Região apresenta uma percentagem de emprego em tecnologias de informação e comunicação no total da sua estrutura de emprego regional, ligeiramente superior ao peso médio nacional – ver Figura 2.3.21.

Do ponto de vista intra-regional, a NUTS III Alentejo Central assume novamente uma posição de destaque, ao salientar-se como a sub-região com o peso mais expressivo do emprego em tecnologias de informação e comunicação, no total da estrutura de emprego regional, superando consideravelmente, quer em 1995, quer em 2000, o peso médio nacional e o peso médio da região do Alentejo. Este posicionamento traduz uma maior capacidade relativa de inserção profissional de capital humano adaptado a actividades avançadas nesta NUTS III, indiciando a presença de fortes assimetrias sub-

regionais neste domínio, tendo em conta que nas restantes NUTS III da Região Alentejo, o peso do emprego nas TIC não atinge o 1%.

FIGURA 2.3.21 – EMPREGO EM TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC), EM % DO TOTAL, NOS ANOS 90



Nota: Tecnologias de Informação e Comunicação - Fabricação de máquinas de escritório e suas partes; Fabricação de computadores e outro equipamento informático; Fabricação de fios e cabos isolados; Válvulas, tubos e outros componentes electrónicos; Fabricação de aparelhos emissores de rádio, TV e aparelhos de telefonia e telegrafia por fios; Fabricação de aparelhos receptores de material de rádio e TV, aparelhos de gravação ou de reprodução de som e imagens e de material associado; Fabricação de instrumentos e aparelhos de medida, verificação, controlo, navegação e outros fins (excepto de controlo de processos industriais); Fabricação de equipamento de controlo automático de processos industriais; Comércio por grosso de electrodomésticos, aparelhos de rádio e de televisão; Comércio por grosso de máquinas e material de escritório; Comércio por grosso de outras máquinas e equipamentos para a indústria, comércio e navegação; Aluguer de máquinas e equipamento de escritório (inclui computadores); Telecomunicações; Actividades informáticas e conexas.

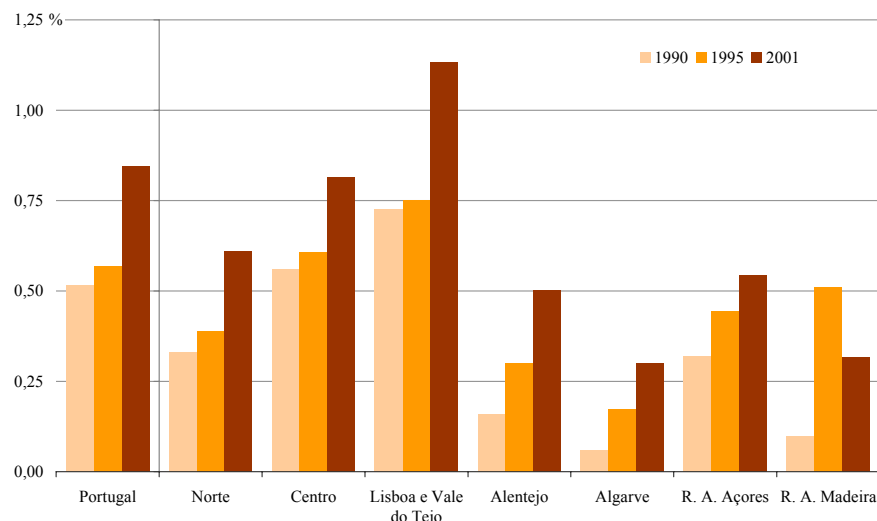
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

A afectação de despesas da região do Alentejo a actividades de investigação e desenvolvimento científico e tecnológico permite aferir uma ténue intensidade em I&D regional. Com efeito, ao longo da década de 90, a intensidade em I&D na região do Alentejo apresentou valores bastante mais baixos que a média nacional e apesar da significativa tendência de crescimento assinalada na região, a importância assumida pelas despesas em I&D no PIB, continuou, no final da década, como consideravelmente mais reduzida que a média nacional – ver Figura 2.3.22.

Neste contexto, é necessário ter em conta que a inovação regional ocorre, actualmente, numa envolvente onde as transformações tecnológicas são aceleradas e, como tal, a rapidez de difusão do conhecimento constitui um factor crucial. Deste modo, tendo em conta a relevância da facilidade de acesso à

informação, a capacidade regional para incorporar e desenvolver conteúdos tecnológicos mais avançados nas actividades regionais, encontra-se intrinsecamente relacionada, quer com os níveis habilitacionais e competências técnicas dos recursos humanos da região, quer com a densidade de agentes empresariais, institutos e universidades, apresentando a Região, nestes domínios, nítidas desvantagens comparativas face ao espaço nacional.

FIGURA 2.3.22 – INTENSIDADE EM I&D NOS ANOS 90: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL



Nota: Intensidade em I&D = Despesas em I&D em % do PIB.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do OCES/ MCIES, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, e INE, Contas Regionais

O apoio tecnológico fornecido por uma região assume-se como um aspecto fundamental no processo regional de inovação, uma vez que as empresas e, sobretudo, as de menor dimensão, procuram na envolvente local serviços de apoio neste domínio. Com efeito, as actividades de investigação e desenvolvimento, constituem um processo necessário à aprendizagem e absorção de conhecimento, fomentando, deste modo, a inovação, sendo esta raramente o resultado da participação isolada de um único agente, dado que é possível identificar a participação de diferentes agentes regionais no processo de inovação, desde empresas, universidades, laboratórios do Estado, etc.

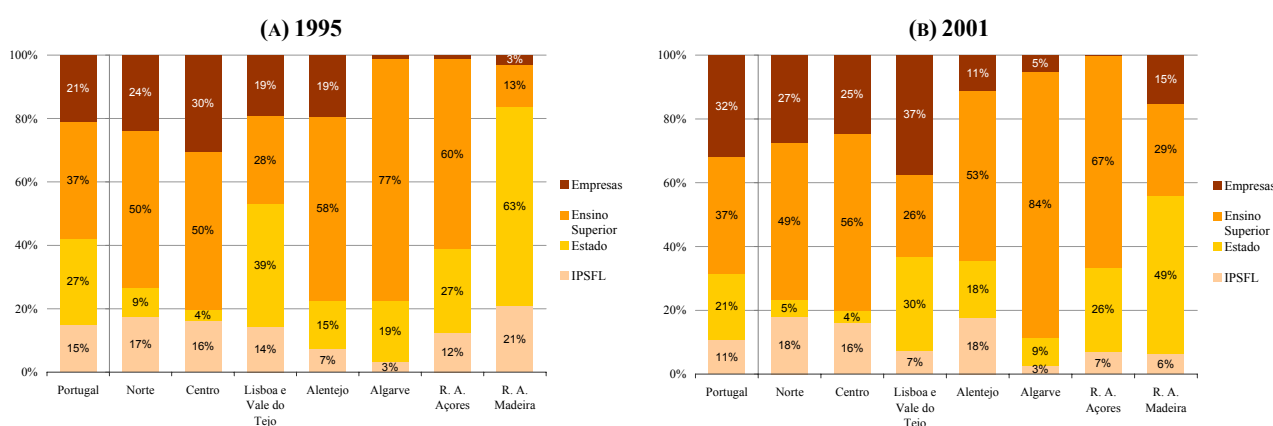
A decomposição da estrutura de despesas em I&D, segundo a sua fonte de origem, na região do Alentejo, permite verificar que, na Região, o principal executor de I&D é o ensino superior, o qual detém uma relevância no total da estrutura de despesas em I&D da Região de mais de 50%, assumindo, portanto, uma ponderação claramente maior do que assume no espaço nacional – ver Figura 2.3.23. A estrutura de recursos humanos que desenvolvem actividades de I&D, na região do Alentejo, segue a estrutura de despesas, havendo, portanto, um forte relevo do ensino superior, enquanto pólo de estímulo a estas actividades – ver Figura 2.3.25. Deste modo, os estabelecimentos de ensino superior emergem como os principais agentes de I&D da Região, não obstante a redução do seu contributo relativo, entre 1995 e 2001, indiciando tendências de contracção ou, pelo menos, de estagnação.

Por oposição à expressiva contribuição do ensino superior, a região do Alentejo apresenta um fraco dinamismo na participação do tecido empresarial nas despesas de actividades de investigação e

desenvolvimento e na respectiva afectação de recursos humanos, de tal forma que, em 2001, as empresas foram a fonte de origem de despesas em I&D menos significativa na Região, bem como o sector institucional com menor afectação de pessoal a estas actividades, posicionando-se o seu contributo bastante abaixo da média nacional. Com efeito, o tecido empresarial frágil e fragmentado, já mencionado em outros pontos deste relatório, em que emergem poucas empresas dinâmicas e inovadoras, acaba por se reflectir em contributos relativamente reduzidos para as estruturas de pessoal e de despesas em I&D. Bastante subordinado à iniciativa de poucas empresas, é preocupante que estes valores relativos se tenham reduzido na segunda metade dos anos 90, o que traduz, por um lado eventuais efeitos do processo de reestruturação em curso na área de Sines, onde se concentram algumas das empresas mais avançadas e, por outro, o reforço da dependência desta componente da inovação relativamente ao sector público (ensino superior e outras instituições públicas que, provavelmente, tiraram partido de processos de desconcentração territorial da administração que deverão ter beneficiado, em primeiro lugar, o Alentejo Central).

O papel desempenhado pelas IPSFL, ao longo da segunda metade dos anos 90, na geração de emprego e no peso relativo do investimento em I&D é um outro aspecto de distinção da Região face à média nacional. Neste sentido, as IPSFL não só reforçaram a sua posição, como esta é claramente superior ao valor nacional no capítulo das despesas. Numa região envelhecida com um tecido empresarial frágil, as agências de desenvolvimento local emergem como entidades catalizadoras do dinamismo económico e da inovação social, uma vez que possuem um capital humano valioso e uma forte imbricação nos tecidos locais, tendo beneficiado de um apoio importante de fundos comunitários (e nacionais), ao longo deste período. Neste âmbito, os projectos das agências de desenvolvimento aparecem dotados de componentes muito interessantes em termos de I&D, que se podem repercutir ao nível da inovação organizacional e técnica das empresas, de formação dos recursos humanos e de transformação das próprias práticas sociais (ver, por exemplo, caso de estudo de Alcáçovas, no concelho de Viana do Alentejo).

FIGURA 2.3.23 – ESTRUTURA DAS DESPESAS EM I&D POR SECTOR INSTITUCIONAL NOS ANOS 90:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do OCES/ MCIES,
Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional

CAIXA 2.3-3 – SECTOR TERCIÁRIO, CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO CRIATIVO: O CASO DE ALCÁÇOVAS

O conceito de capital social tem vindo a ser crescentemente utilizado para compreender alguns dos factores estratégicos do desenvolvimento dos lugares e das regiões. Mais especificamente, as noções de *bonding* e *bridging capital* propostas por Robert Putman mostram-se particularmente úteis para interpretar os diversos tipos de relações que os diferentes agentes estabelecem. Apresentam-se aqui 4 exemplos de redes especialmente interessantes na óptica das novas abordagens do desenvolvimento local.

Estes casos têm lugar em Alcáçovas, um lugar rural do Alentejo localizado no concelho de Viana do Alentejo, a cerca de 40 Km de Évora. Em 2001, residiam em Alcáçovas 2088 pessoas que constituíam 817 famílias. O acentuado decréscimo de população verificado desde os anos 60 do Sec. XX, é actualmente menos marcado.

A economia local tem uma forte tradição agrícola com a produção de cereais, cortiça, madeira e com a actividade pecuária ligada à lã e ao queijo. Até há poucas décadas, a povoação abastecia de mão-de-obra as grandes explorações agrícolas circundantes. No final dos anos 80, o comércio e os serviços tinham diminuta expressão em Alcáçovas, limitando-se quase exclusivamente ao abastecimento local. O desemprego era elevado, afectando sobretudo as mulheres, e o emprego tinha uma forte sazonalidade.

A partir do início da década de 90, esta situação alterou-se substancialmente. Alcáçovas modernizou-se, abriu-se ao mundo e é hoje frequentemente um exemplo de inovação no campo do desenvolvimento local, tanto no plano da economia como no da coesão social. Para esta mudança, contribuíram decisivamente as autarquias locais e a Associação Terras Dentro (Grupo de Acção Local do Programa LEADER). Actualmente, mais de 50% do emprego concentra-se no sector terciário, onde predominam as actividades comerciais e turísticas.

TABELA 3 – CONTEXTOS RELACIONAIS E REDES EM ALCÁÇOVAS

CONTEXTOS RELACIONAIS	REDES DE PROXIMIDADE (<i>Bonding Capital</i>)	REDES DE LONGA DISTANCIA (<i>Bridging Capital</i>)
Empresas	“A fileira dos casamentos”	A “Mesa Rural”
Instituições e organizações	O tecido associativo local	As parcerias da Associação Terras Dentro

Redes empresariais de proximidade – a fileira dos casamentos

Esta fileira local tem na sua génese um projecto de turismo rural promovido por uma família de proprietários agrícolas e apoiado pelo Programa LEADER I. Paralelamente, um número significativo de mulheres residentes em Alcáçovas fez formação profissional, promovida pela Terras Dentro, nos domínios da culinária e dos serviços de restauração e hotelaria. Os dois recursos juntaram-se dando origem a uma próspera fileira “produtiva” ligada à realização de grandes festas, em especial de casamentos. Esta oferta inclui as instalações, a decoração das salas, o serviço de mesa, a comida, os arranjos florais. Funciona na base da cooperação entre uma empresa consolidada (turismo rural da Casa Santos Murteira), algumas micro-empresas na área de *catering* e trabalho doméstico. Esta rede local está ancorada em acções de formação profissional (a empresa de turismo rural foi parceira de algumas destas acções) da iniciativa da Terras Dentro.

Redes empresariais de distância longa – a “Mesa Rural”

A empresa “Mesa Rural” foi criada em 1996 e emprega actualmente 10 pessoas (das quais, 9 mulheres) com formação profissional específica. A produção inclui produtos tradicionais - doces e compotas - e produtos inovadores - mel com frutos secos, flor de sal com oregãos e outras ervas aromáticas, vinagre de cidra com ervas aromáticas, piri-piri e massa de pimentão.

A empresa é igualmente inovadora na estratégia de *marketing* (marcas, preços e locais de venda para os diversos produtos) e nas embalagens.

As matérias primas provêm das várias regiões de Portugal e da Andaluzia. Os produtos da Mesa Rural podem ser encontrados em algumas lojas de referência na área dos produtos alimentares em Lisboa, Porto e também em lojas turísticas e de artesanato no Algarve e na ilha da Madeira.

Redes Institucionais de proximidade - uma rede associativa densa

Em Alcaçovas, a importância do movimento associativo tem muitas décadas de história, mas foi consideravelmente reforçada na última década com novas actividades, demonstrando que os laços pessoais e de sociabilidade contribuem de modo decisivo para o desenvolvimento da comunidade.

O quadro seguinte apresenta um conjunto diversificado de colectividades com fins sociais ou ligados à cultura, recreio e desporto cujas actividades, permanentes ou esporádicas, sofreram um dinamismo notório a partir dos anos 90. Deve realçar-se que este denso tecido associativo serve uma população de pouco mais de 2 milhares.

TABELA 4 – ASSOCIAÇÕES COM ACTIVIDADES CULTURAIS, RECREATIVAS, DESPORTIVAS E SOCIAIS EM ALCÁÇOVAS

Associação e ano de fundação	Actividades e ano de início
Sport Clube Alcaçovense (1926)	Futebol (juvenis e seniores), escola de futebol para crianças (2002), futebol de salão (1988), tiro ao alvo (1993), ténis de mesa (1993), desporto motorizado (2002).
Associação Cultural e Recreativa Alcaçovense (1988)	Judo (1995), ginástica aeróbica (1996), ginástica de manutenção (1996), ballet (1996), pintura decorativa (1999), sevilhanas (2000), grupo coral feminino “Paz e Unidade” (2000), aulas de Inglês (2002), explicações (apoio a alunos de 1º e 2º ciclo) (2003).
Associação Terras Dentro (ATD) (1991)	Associação de desenvolvimento local que promove programas de formação profissional e utiliza programas de incentivos para iniciativas várias de desenvolvimento integrado, sobretudo em meio rural, a partir da valorização dos recursos locais.
Centro de Recursos Educativos para a Infância (1994)	Creche e Actividades de Tempos Livres (ATL).
Associação Jovens de Alcaçovas (AJAL) (1996)	Organização de: festas, passeios TT, desfile de Carnaval, acção de formação sócio-cultural para dirigentes associativos.
Associação Cultural Estrela Dourada (1997)	Grupo coral feminino “Estrela Dourada” (2001), grupo coral misto “Flores do Campo” (2001).
Associação de Pais da Escola Básica Integrada/Jardim de Infância (1998)	Participação nas organizações de gestão da escola e nas suas actividades, - organização de festas, colóquios, visitas de estudo e jogos amigáveis.
Clube de Caçadores e Pescadores “os Alcaçovenses” (1998)	Tiro aos pratos, organização de caçadas em reserva de caça, torneios de pesca.
Associação Terra Mãe (2001)	Projecto para criar centro de acolhimento para crianças e jovens em risco e gabinete de apoio psico-social. Organiza muitas iniciativas na comunidade para recolher fundos para o centro de acolhimento.
Associação Amigos de Alcaçovas (2001)	Associação de defesa do património. Desenvolveu estudo para utilização do Paço Real em Alcaçovas e organiza visitas guiadas a locais com interesse histórico.
Associação Filhos da Terra (2002)	Grupo de música popular portuguesa “Filhos da Terra”; participação em várias iniciativas e festas da comunidade; voluntariado juvenil.

Redes institucionais de distância longa – parcerias da Terras Dentro

A Terras Dentro é uma associação de desenvolvimento local fundada em 1991, em grande medida suportada pelos Programas LEADER I e II. Esta associação tem um papel crucial na promoção do dinamismo social, cultural e económico ao nível local. A sua qualidade e eficiência beneficia muito das parcerias internacionais em que a Terras Dentro está envolvida.

TABELA 5 – PARCERIA DA ASSOCIAÇÃO TERRAS DENTRO

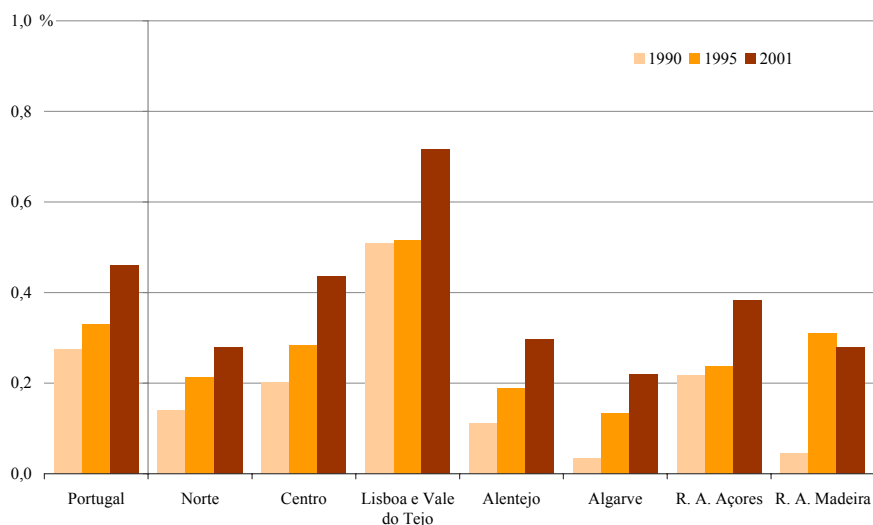
Países	Parceiros
Espanha	Centro de Desarrollo Comarcal de Tentúdia - Monestério CEDER Sierra de Ronda - Cádiz Iniciativas Leader Alpujarras, AS - Orgiva Sociedade Leader de Guadix, SL - Granada
França	Terres d'Europe - Toulouse Association Fondespierre - Castries Centre de Formation et Développement Local - Florac Mairie Conseils - Paris AIFM - Associação Internacional das Florestas Mediterrânicas
Itália	Gal Alto Salento - Puglia Leader Antico Frignano-Frignano Leader Eugubino Perugino-Perugia Carrefour Puglia
Marrocos	Association Al khair (CR de Reggada) Direction Provinciale d'Agriculture de Tiznit
Moçambique	AMRU, Associação Moçambicana para o desenvolvimento da mulher rural - Maputo FRUTISUL, Associação de fruticultores do Sul de Moçambique - Maputo UGC, União geral das cooperativas agro-pecuárias de Maputo - Maputo CAM, Cooperativas de apicultores de Maputo - Maputo

O caso de Alcáçovas mostra de modo claro o papel das redes na promoção do desenvolvimento local, quer das redes de proximidade baseadas nas relações pessoais desenvolvidas no interior de um lugar/comunidade, quer das redes de distância longa que ligam o lugar e a comunidade ao exterior.

Alcáçovas constitui, sem dúvida, um caso de sucesso no âmbito dos processos de desenvolvimento local. Deve, contudo, ser salientado que a valorização do capital social local e a promoção da inovação social não deriva apenas da capacitação da sociedade civil, devendo ser atribuída uma importância relevante a duas instituições, a administração local (Câmara Municipal e Junta de Freguesia) e a Associação Terras Dentro.

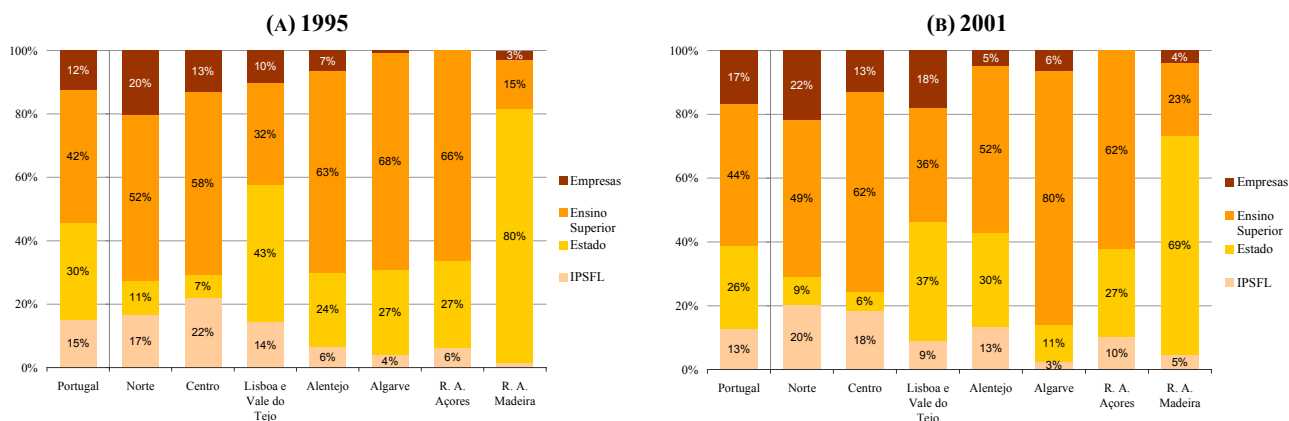
A região do Alentejo evidenciou, ao longo da década de 90, um reduzido peso relativo de pessoal a desenvolver actividades de I&D em ETI (equivalente a tempo integral) em percentagem da população activa, revelando, deste modo, um esforço na afectação de recursos humanos com vista a expandir a sua base de conhecimentos científicos e tecnológicos aquém do esforço médio nacional – ver Figura 2.3.24. A região exibiu, contudo, uma forte tendência de crescimento do pessoal afecto a actividades de I&D (tal como havia sido verificado nas despesas com I&D), no entanto, continuou, no final da década, a exibir valores abaixo da média nacional.

Os resultados obtidos enquadram-se por um lado, com a dotação relativa desfavorável da região em matéria de recursos humanos susceptíveis de desenvolverem estas actividades, designadamente com níveis menos atractivos de habilitações e competências técnicas – gerando um efeito negativo do lado da oferta de recursos disponíveis – e por outro lado, com as menores exigências e necessidades do tecido empresarial e das instituições de suporte, dada a menor densidade relativa na região de empresas e instituições orientadas para a valorização da I&D – gerando, via procura, um efeito negativo de estímulo ao desenvolvimento destas actividades.

FIGURA 2.3.24 – PESSOAL EM I&D EM % DA POPULAÇÃO ACTIVA NOS ANOS 90: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL

Nota: Pessoal em I&D medido em ETI (Equivalente a Tempo Integral).

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do OCES/ MCIES, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, e INE, Inquérito ao Emprego

FIGURA 2.3.25 – ESTRUTURA DO PESSOAL EM I&D POR SECTOR INSTITUCIONAL NOS ANOS 90: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL

Nota: Pessoal em I&D medido em ETI (Equivalente a Tempo Integral).

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do OCES/ MCIES, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional

2.3.4. Especialização produtiva

A região do Alentejo apresenta-se como uma região com um nível de terciarização do emprego inferior à média europeia e bastante reduzido no contexto nacional concedendo, o perfil de especialização produtivo da Região, uma acentuada relevância às actividades agrícolas, silvicultura e pesca. A economia alentejana evidencia uma concentração do VAB num número reduzido de sectores de actividade, o que aponta para uma economia pouco diversificada e bastante dependente da dinâmica do sector público. No perfil de especialização produtivo da Região assinala-se, também, alguma presença de indústrias extractivas, de fabricação de produtos petrolíferos refinados e produtos químicos, das indústrias alimentares e de fabricação de equipamento eléctrico.

Tendo em conta a interdependência entre as economias regionais e as empresas aí existentes, designadamente ao nível da forma como as empresas utilizam os recursos que encontram à sua disposição e ao nível do modo como se estrutura o perfil de especialização e a estrutura empresarial da região, considera-se frequentemente como determinante dos níveis de eficiência produtiva de uma economia regional, o potencial competitivo das suas actividades de especialização e a capacidade destas influenciarem as condições de competitividade da economia onde operam.

Dada a crescente tendência de terciarização das economias regionais importa estabelecer uma análise comparativa da região do Alentejo, face às regiões europeias utilizadas como referência comparativa, no que concerne às interligações estabelecidas entre o seu nível de vida e o grau de terciarização das suas economias.

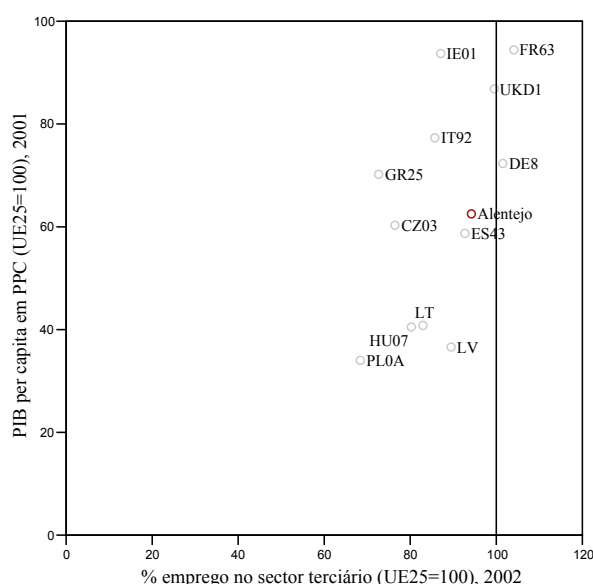
A região do Alentejo apresenta-se como uma região com um nível de terciarização do emprego inferior à média europeia e que se aproxima bastante do grau de terciarização evidenciado pela região da Extremadura– ver Figura 2.3.26.

A conjugação do PIB *per capita* com o emprego no sector terciário aponta para uma correlação forte e directa, indicando, sem surpresa, que as economias mais assentes no sector dos serviços atingem níveis de vida mais elevados. Este resultado acaba por evidenciar os resultados das opções estratégicas das empresas das regiões desenvolvidas (que automatizaram muitos processos de fabrico industrial, introduziram inovação organizacional, externalizaram as componentes de execução e se centraram na concepção e na criação avançada), da afirmação da sociedade da informação organizada reticularmente e da transformação das necessidades sociais nas sociedades contemporâneas, onde se regista uma transição da dominância das lógicas da produção para as lógicas do consumo. Trata-se, por um lado da afirmação da sociedade dos serviços em todas as regiões europeias (veja-se que, mesmo entre as regiões em análise, apenas no Peloponeso e em Podlaskie a percentagem de activos no terciário é inferior a 50%) e, por outro, da expressão regional intra-europeia da “Nova” Divisão Internacional do Trabalho, em que as regiões mais terciarizadas (os espaços de concepção) registam níveis elevados de emprego qualificado nos serviços avançados (e por via da polarização do mercado de trabalho, também nos serviços menos qualificados) e as regiões mediantemente terciarizadas se caracterizam pela concentração do fabrico

qualificado, com uma maior presença da actividade industrial¹⁰. Mesmo no caso de regiões onde a agricultura tem um significado económico relevante, como acontece no Alentejo, os processos de mecanização e optimização do trabalho, associados ao desenvolvimento dos serviços destinados a este sector (aluguer de máquinas, distribuição de produtos, apoio à contabilidade das explorações e ao acesso a programas de apoio à agricultura) têm como efeito o declínio claro do número de trabalhadores por exploração e, necessariamente, do peso dos activos na agricultura.

Note-se que no caso concreto do Alentejo, se parece detectar um desvio negativo face a uma eventual recta de regressão, na medida em que o peso do terciário deixaria pressupor um PIB *per capita* mais elevado. Este posicionamento enquadra-se com a baixa qualificação inerente a muitos serviços da Região (as estruturas etárias envelhecidas e os baixos níveis de escolaridade apresentados apontam para tal), o que compromete as possibilidades de geração de produtividades elevadas no sector dos serviços e, portanto, de um PIB *per capita* mais significativo.

**FIGURA 2.3.26 – PIB PER CAPITA E EMPREGO NO SECTOR TERCIÁRIO:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU**



Legenda:

DE8-Mecklenburg-Vorpommern	UKD1-Cumbria
GR25-Peloponnisos	CZ03-Jihozápad
ES43-Extremadura	HU07-Dél-Alföld
FR63-Limousin	LT-Lietuva
IE01-Border, Midland and Western	LV-Latvija
IT92-Basilicata	PL0A-Podlaskie
PT14-Alentejo	

Nota: % de emprego no sector terciário na UE25 (2002) = 65,8%.

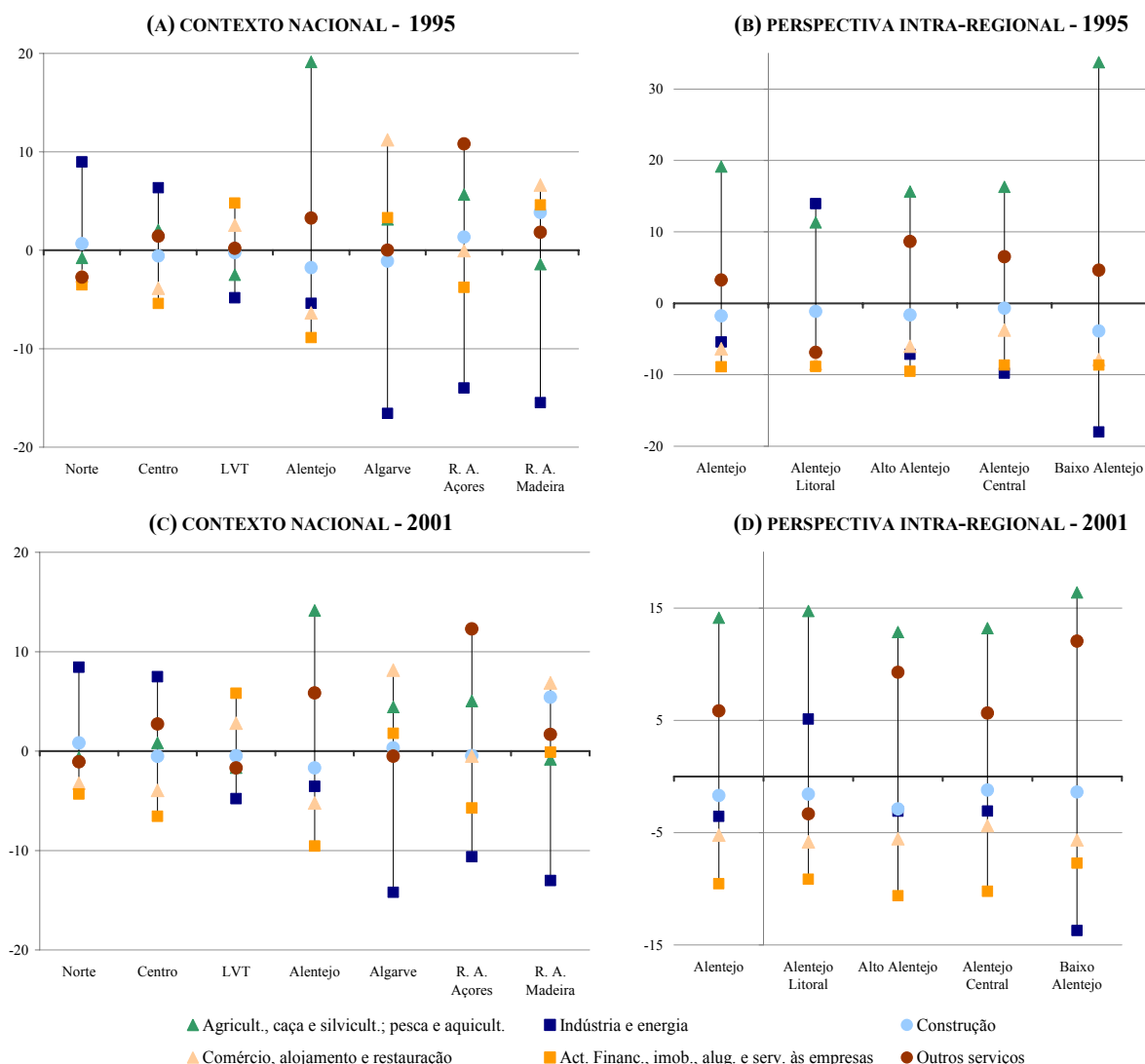
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Comissão Europeia(2004),
Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

¹⁰ A este propósito, ver Benko, G. e Lipietz, A. (org.) (1994) – *As regiões ganhadoras – distritos e redes: os novos paradigmas da geografia económica*. Celta, Lisboa, p. 7-10.

Focalizando o posicionamento da região do Alentejo no contexto nacional, é possível verificar que a Região apresenta, quer em 1995, quer em 2000, um perfil de especialização produtivo que se organiza em torno da exploração de actividades agrícolas, caça, silvicultura, pesca e aquicultura bem como de outros serviços (como educação, administração pública, acção social), evidenciando uma “subrepresentação”, face ao espaço nacional, das actividades industriais, das actividades financeiras, imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas, da construção e de comércio, alojamento e restauração – ver Figura 2.3.27.

Tendo a região do Alentejo a maior parte da sua superfície consagrada à agricultura, o sector primário ocupa na região um peso relativamente superior à sua importância no VAB do país, estando as dinâmicas de especialização económicas intra-regionais globalmente marcadas pela tradicional relevância da produção agrícola – este sector encontra-se presente no perfil de especialização de todas as NUTS III (ver caixa de texto relativa à estrutura fundiária como entrave ao desenvolvimento da região do Alentejo) . Por outro lado, detecta-se também alguma afirmação do sector terciário ao nível dos outros serviços, onde se destacam a educação, administração pública e acção social nas NUTS III da Região, sendo a única excepção a NUTS III Alentejo Litoral, na qual a presença do sector da indústria e energia no perfil de especialização é em grande medida justificada pelos sectores aglutinados no pólo de Sines.

FIGURA 2.3.27 – VAB POR SECTORES DE ACTIVIDADE NOS ANOS 90
(DIFERENÇAS EM PONTOS PERCENTUAIS FACE À MÉDIA NACIONAL)



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais

CAIXA 2.3-4 – A ESTRUTURA FUNDIÁRIA COMO ENTRAVE AO DESENVOLVIMENTO DO ALENTEJO

Apesar da debilidade dos solos e da aridez do clima, o Alentejo continua a ser uma região marcadamente rural, em que a estrutura produtiva está, desde há muito, fortemente ligada, directa ou indirectamente, ao sector primário. A concentração da propriedade no Alentejo levanta, contudo, sérios problemas ao desenvolvimento da região.

Ainda assim, e mesmo com os efeitos da diminuição dos activos no sector agrícola, o Alentejo continuava a ser, em 2001, a região que concentrava maior proporção de emprego no sector primário, sendo o peso destes activos mais de duas vezes superior à média nacional. Note-se que 12% da população empregada no Alentejo trabalha no sector agrícola, enquanto no conjunto das regiões portuguesas este sector de actividades concentra apenas 5% do emprego. Esta característica da estrutura produtiva da Região acaba constituir um dos entraves mais significativos a um desenvolvimento harmoniosamente integrado no contexto do restante espaço nacional.

Conforme é bem visível através dos dados recolhidos no último recenseamento agrícola realizado, datado de 1999, as explorações agrícolas da região têm uma dimensão média muito superior à área média nacional - quase cinco vezes superior, se considerarmos a superfície total das explorações, e quase 6 vezes, se considerarmos apenas as explorações com Superfície Agrícola Utilizada (SAU).

TABELA 6 – AS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS EM PORTUGAL E NO ALENTEJO, 1999

	Explorações	Área	Área Média
	nº	ha	ha/expl.
Portugal			
Superfície Total	415.969	5.188.955	12,5
Superfície Agrícola Utilizada (SAU)	412.612	3.863.116	9,4
Alentejo			
Superfície Total	35.906	2.158.884	60,1
Superfície Agrícola Utilizada (SAU)	34.874	1.924.044	55,2

Nota: SAU é a superfície da exploração que inclui: terras aráveis (limpa e sob-coberto de matas e florestas), horta familiar, culturas permanentes e pastagens permanentes.

Fonte: INE, Recenseamento Geral da Agricultura 1999

A concentração da propriedade implica que uma grande parte da população não tenha acesso ao factor de produção terra. Numa região onde a percentagem de activos agrícolas continua a ser significativa e onde o mercado de trabalho é pouco diversificado, isto tem implicações importantes sobre os rendimentos da população e, também, sobre as suas oportunidades de emprego.

Adicionalmente, dificulta a complementaridade da agricultura (familiar, de pequena dimensão) com as actividades industriais, de comércio e serviços que é possível noutras regiões do país. Efectivamente, a média propriedade possibilita a conjugação da situação de empresário agrícola com outra actividade profissional e justifica a fixação num centro urbano próximo. Isto poderia contribuir para contrariar as tendências para a desertificação dos aglomerados de menor dimensão.

Pela sua extensão e concentração, a terra atinge valores no mercado fundiário que nada têm a ver com o seu potencial rendimento. Constitui um património cuja potencial mais valia só se realiza com a venda; acabando por ter um valor de uso relativamente reduzido. Desta concentração resulta a inexistência de médias empresas agrícolas - 40 a 100 hectares que fixem empresários. Um latifundiário - 400 hectares ou mais - pode viver dos rendimentos que proporciona, provenientes da cortiça, das pastagens ou dos apoios comunitários que consegue obter, não necessitando de arrendar parcelas ou de promover uma dinamização e modernização da produção agrícola.

Os que se encontram numa situação de assalariamento não têm razão para ficar, não só porque o latifúndio cria poucos postos de trabalho permanentes, mas também porque o facto de não serem proprietários do bem terra diminui os laços com os lugares (o facto de se ser um pequeno ou médio proprietário cria psicologicamente uma justificação para permanecer).

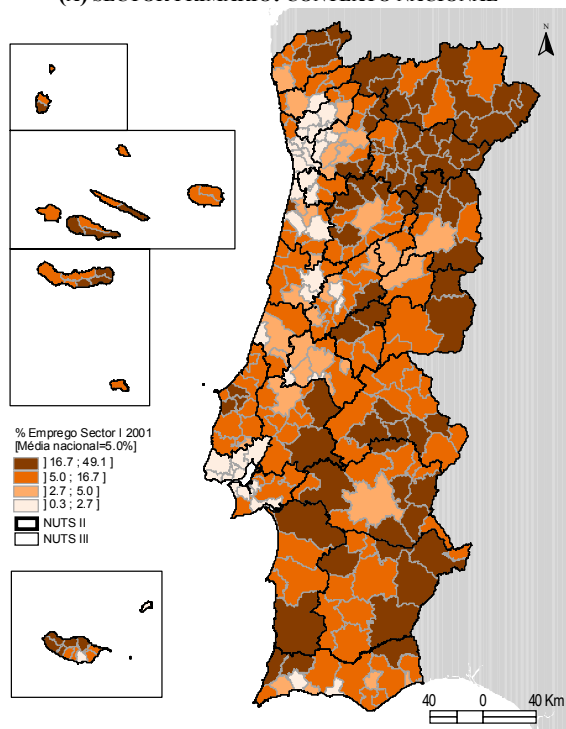
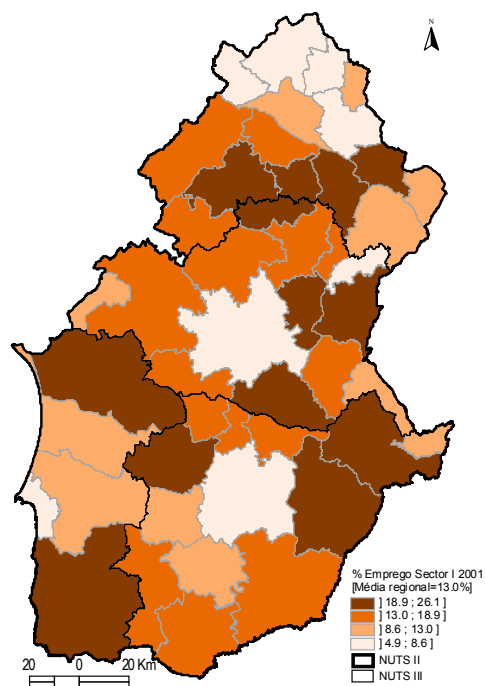
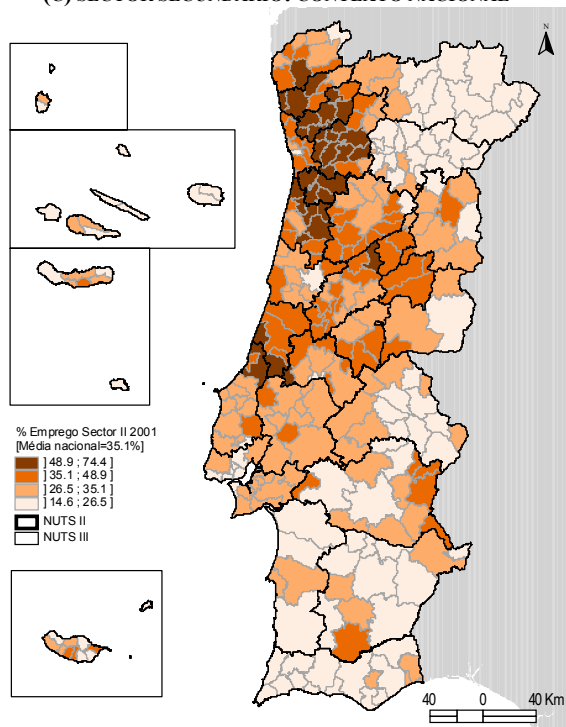
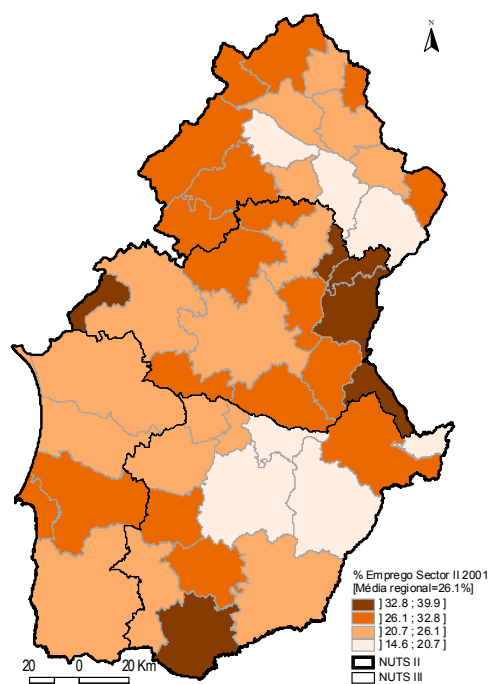
Por outro lado, nos casos em que a estrutura fundiária é mais diferenciada, a capacidade de negociação é muito distinta. Esta situação está bem patente nos processos de negociação do acesso à água – Alqueva – onde os grandes proprietários têm grande vantagem, quer porque as suas propriedades confinam com a água, quer pela posição que ocupam no processo negocial. Isto não significa, porém, que a utilização da água não fosse mais eficaz nas pequenas e médias explorações.

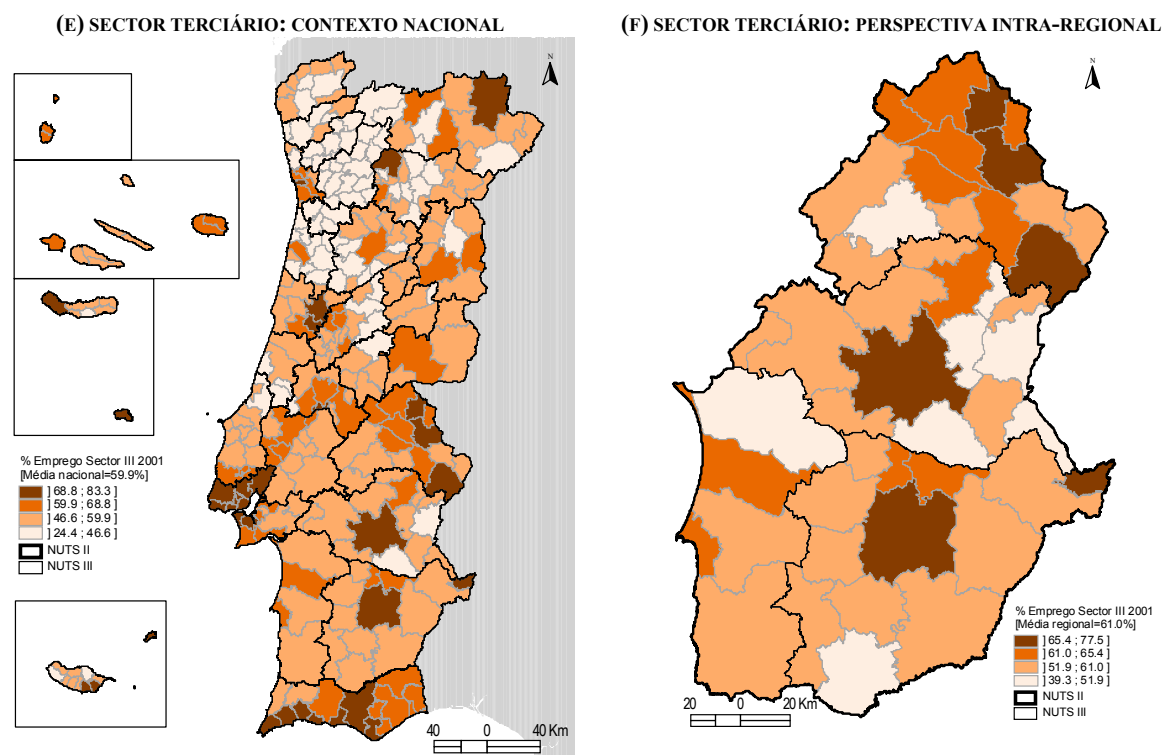
A especialização produtiva da região do Alentejo, analisada seguindo uma decomposição produtiva pelos três grandes sectores de actividade, numa óptica concelhia, permite assinalar o acentuado peso do emprego regional no sector agrícola, bem como a falta de expressividade do emprego afecto a actividades industriais na região – ver Figura 2.3.28.

A importância do sector agrícola na região do Alentejo é uma tónica dominante a praticamente todos os concelhos da Região, sendo particularmente acentuado num conjunto de concelhos na faixa Sul do Alto Alentejo e em concelhos como Odemira, Alcácer do Sal, Ferreira do Alentejo, Serpa, Moura, Portel, Redondo e Alandroal. Por oposição a significância do emprego afecto a actividades agrícolas é mais reduzida na faixa Norte da região do Alto Alentejo e em concelhos que se assumem como maiores pólos populacionais da região do Alentejo, tais como Évora, Beja e Sines, e também em Vila Viçosa, o qual tem evidenciado uma tendência de dinamismo do tecido económico e de reforço de constituição de um pólo de rede urbana.

Os concelhos de Vendas Novas (indústria automóvel), Borba, Vila Viçosa e Alandroal (com as reservas minerais dos mármore), Almodôvar (faixa piritosa) e Mourão registam os pesos mais significativos de emprego em actividades do sector secundário.

Por seu turno, os concelhos de Évora, Beja, Portalegre e Elvas, concelhos que se assumem como importante aglomerados populacionais e que evidenciam maiores níveis de urbanização no contexto relativo da Região, registam os pesos do emprego afecto a actividades do sector terciário mais relevantes. Os concelhos de Castelo de Vide e Barrancos apresentam, também, pesos significativos de emprego no sector terciário, devendo os mesmos ser enquadrados com alguma dinâmica registada no sector do turismo por parte do primeiro concelho e com a reduzida densidade relativa do tecido económico do segundo.

FIGURA 2.3.28 – EMPREGO POR SECTORES DE ACTIVIDADE: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)**(A) SECTOR PRIMÁRIO: CONTEXTO NACIONAL****(B) SECTOR PRIMÁRIO: PERSPECTIVA INTRA-REGIONAL****(C) SECTOR SECUNDÁRIO: CONTEXTO NACIONAL****(D) SECTOR SECUNDÁRIO: PERSPECTIVA INTRA-REGIONAL**



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

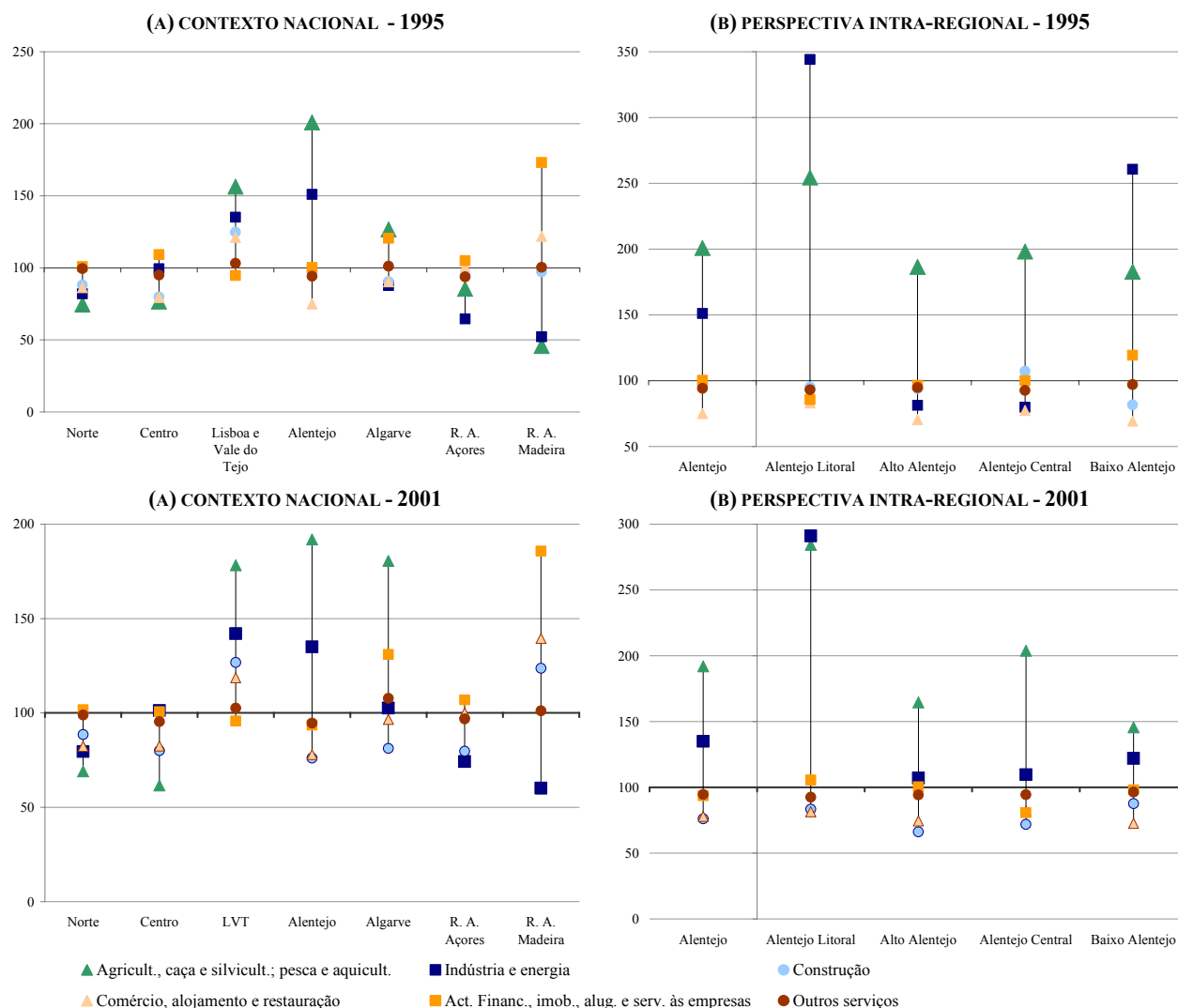
A análise da produtividade regional por grandes sectores de actividade, sugere que a região do Alentejo apresentou, quer em 1995, quer em 2001, níveis de produtividade mais elevados nas actividades primárias como a agricultura, silvicultura e pesca, bem como uma elevada produtividade no sector da indústria e energia. Relativamente aos restantes grandes sectores de actividade, o Alentejo apresenta níveis de produtividade inferiores à média nacional – ver Figura 2.3.29.

Efectivamente, o Alentejo apresenta a maior produtividade média do país no sector agrícola, o que reflecte a importância da agricultura de mercado, assente em muitas explorações de média e grande dimensão, face à agricultura camponesa e familiar de mais baixa rendibilidade que, em muitas áreas do Centro e do Norte do país, funciona hoje como complemento a outras actividades económicas exercidas pelos membros do agregado familiar. Embora esta maior produtividade da agricultura se detecte em todas as sub-regiões, é no Alentejo Litoral que atinge um índice mais elevado, tirando partido da existência de várias explorações modernas - por exemplo, as localizadas no perímetro de rega do Mira - orientadas para produções de elevado rendimento (hortícolas, leguminosas, flores...).

O sector da indústria e da energia atinge também níveis elevados de produtividade no Alentejo, mas, também neste caso, é o complexo de Sines (Alentejo Litoral) que “puxa” o conjunto da Região. A extracção de pirites em Neves Corvo (Baixo Alentejo) e diversos ramos da indústria instalados entre Vendas Novas e a fronteira espanhola contribuem, igualmente, para que estas regiões registem níveis de produtividade industrial superiores aos registados no conjunto do país. A expansão da produção energética no EFMA deverá contribuir para o incremento dos níveis de produtividade neste sector, sobretudo no Alentejo Central e no Baixo Alentejo.

A baixa produtividade global dos diversos ramos do terciário ajuda a justificar o desvio negativo registado na relação entre a percentagem de activos naquele sector e o PIB *per capita*. Parece, portanto, existir uma larga margem de possibilidades para o crescimento da produtividade em diversos segmentos do terciário, nomeadamente por via do acréscimo das qualificações do capital humano e, também, da qualidade dos serviços prestados (no turismo, no apoio às empresas...).

FIGURA 2.3.29 – PRODUTIVIDADE POR SECTORES DE ACTIVIDADE
(PORTUGAL=100)



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais

A análise do posicionamento da região do Alentejo, no contexto nacional, ao nível das especificidades do seu perfil de especialização sectorial, pode ser feita tendo como base a Figura 2.3.30. Com efeito, é possível verificar que os sectores mais relevantes no perfil de especialização do Alentejo, em 2001, comparativamente com o espaço nacional, e que, simultaneamente, apresentam um contributo para a

formação do VAB sectorial superior ao peso médio nacional são a agricultura, produção animal, caça e silvicultura (A), a fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e combustível nuclear (DF) e as indústrias extractivas, com excepção da extracção de produtos energéticos (CB), ambos com níveis médios de produtividade superiores à média nacional.

Os sectores de fabricação de equipamento eléctrico e óptica (DL), produção e distribuição de electricidade, gás e água (E), fabricação de produtos químicos e fibras sintéticas ou artificiais (DG), pesca (B), administração pública, defesa e segurança social obrigatória (L), educação (M) e famílias com empregados domésticos (P), assumem-se também como sectores de especialização da região, apesar do seu peso na estrutura do VAB sectorial não ser muito expressivo – é inferior ao peso médio nacional – e revelam níveis médios de produtividade que superam a produtividade média regional. As indústrias alimentares (DA) e a saúde e acção social (N) assumem-se, também, como sectores de especialização produtiva da Região, apesar de evidenciarem produtividades mais reduzidas e, inclusive, inferiores ao nível médio de produtividade da Região.

A economia alentejana depende ainda fortemente de segmentos do sector público, nomeadamente a administração e o ensino, o que aliado à concentração de uma parcela significativa do VAB regional num número reduzido de ramos de actividade, aponta para uma economia pouco diversificada, com oportunidades relativamente escassas em termos de emprego e bastante dependente da dinâmica do sector público (em termos de produto e de emprego).

No período 1995-2001, assinalam-se algumas alterações na região, ao nível da expressividade assumida pelos diferentes sectores no perfil de especialização, entre as quais a diminuição da expressividade assumida pela produção e distribuição de electricidade, gás e água (E) e a maior importância relativa detida pela pesca (B), fabricação de equipamento eléctrico e óptica (DL) e fabricação de produtos químicos e fibras sintéticas ou artificiais (DG).

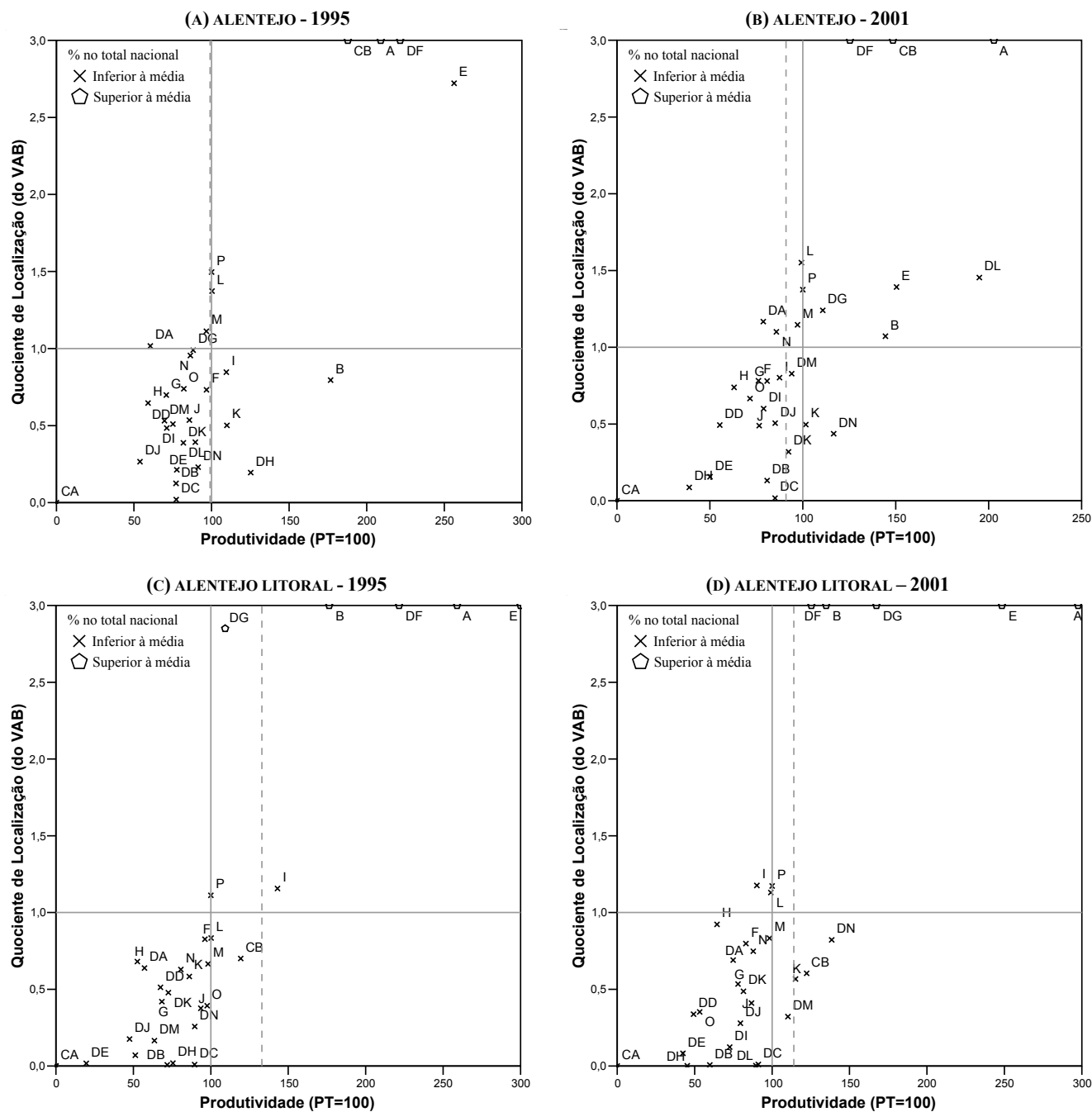
Do ponto de vista intra-regional, os sectores mais relevantes no perfil de especialização do Alentejo Litoral, em 2001, comparativamente com o espaço nacional, e, simultaneamente, com um contributo para a formação do VAB sectorial acima do peso médio nacional são a agricultura, produção animal, caça e silvicultura (A), a fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e combustível nuclear (DF) (papel decisivo da central localizada em Sines), a produção e distribuição de electricidade, gás e água (E), a pesca (B) e a fabricação de produtos químicos e fibras sintéticas ou artificiais (DG), todos com níveis médios de produtividade superiores à média nacional.

Na NUTS III Alto Alentejo, a agricultura, produção animal, caça e silvicultura (A) é o sector que assume maior relevo no perfil de especialização regional, comparativamente com o espaço nacional, e que, simultaneamente, revela um contributo para a formação do VAB sectorial acima do peso médio nacional e uma produtividade que supera o nível médio nacional. Os sectores das indústrias extractivas, com excepção de produtos energéticos (CB) e da fabricação de material de transporte (DM), apesar de apresentarem um contributo para a formação do VAB sectorial inferior ao peso médio nacional, detêm um papel de destaque no perfil de especialização regional e revelam produtividades que superam o nível médio de produtividade nacional. Refira-se também a expressividade detida no perfil de especialização desta região pelo sector da administração pública, pelas indústrias alimentares e bebidas (produção de enchidos, leite e derivados, vinho...) e pela fabricação de produtos químicos e fibras sintéticas ou artificiais.

O Alentejo Central apresenta, em 2001, como sectores mais expressivos no perfil de especialização regional e com maior contributo relativo para a formação do VAB sectorial nacional, a agricultura, produção animal, caça e silvicultura (A), as indústrias extractivas, com excepção da extracção de produtos energéticos (CB) – designadamente a transformação de rochas ornamentais – e a fabricação de equipamento eléctrico e óptica (DL), todos com níveis médios de produtividade superiores à média nacional.

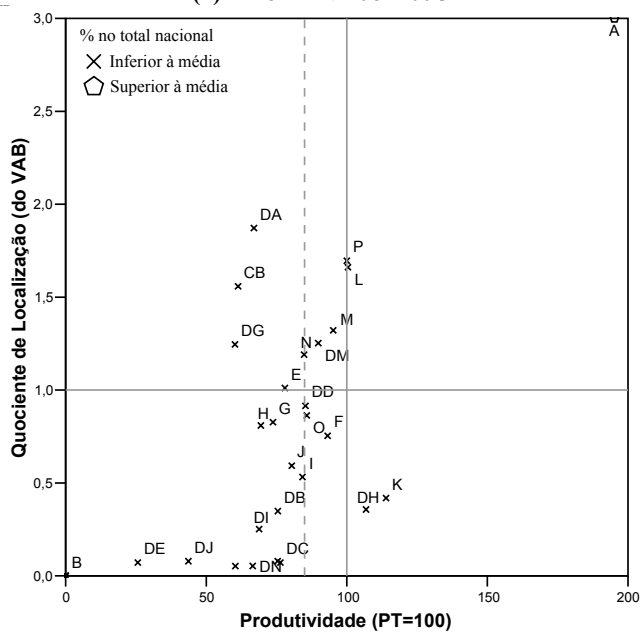
Na NUTS III Baixo Alentejo, os sectores que assumem maior relevo no perfil de especialização, em 2001, e que, em simultâneo, revelam um maior contributo relativo para a formação do VAB sectorial nacional são a agricultura, produção animal, caça e silvicultura (A) e as indústrias extractivas, com excepção da extracção de produtos energéticos (CB) – com níveis médios de produtividade superiores à média nacional.

Note-se o papel de elevado destaque assumido pelas indústrias extractivas nos perfis de especialização das regiões do Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo. Com efeito, a região do Alentejo é uma das regiões com dotações mais ricas do país em recursos de subsolo, entre os quais se destacam o mármore e o granito. As reservas de mármore são exploradas em várias zonas da Região, mas essencialmente na rica reserva de Borba – Estremoz – Vila Viçosa (Alentejo Central), enquanto o granito apresenta maior concentração no Alto Alentejo e é ainda de destacar a faixa piritosa que se desenvolve nos concelhos de Aljustrel – Castro Verde – Almodôvar (Baixo Alentejo). A exploração de rochas ornamentais, e em particular de mármore e granito, constitui uma actividade de grande importância na economia da região do Alentejo e também na economia nacional e envolve um potencial competitivo à escala mundial, num mercado em expansão.

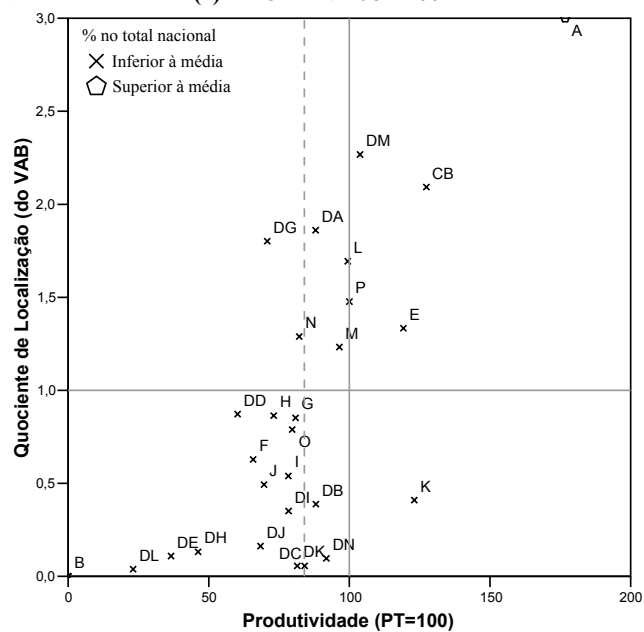
FIGURA 2.3.30 – ESPECIALIZAÇÃO SECTORIAL (VAB) NOS ANOS 90

(cont.)

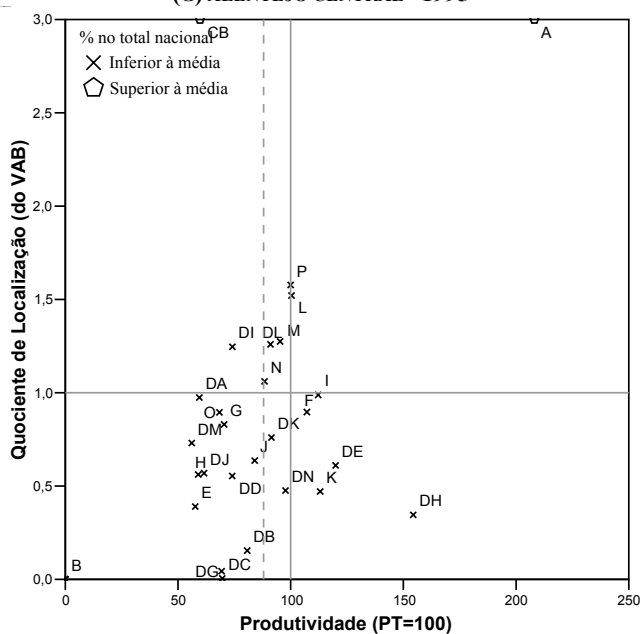
(E) ALTO ALENTEJO - 1995



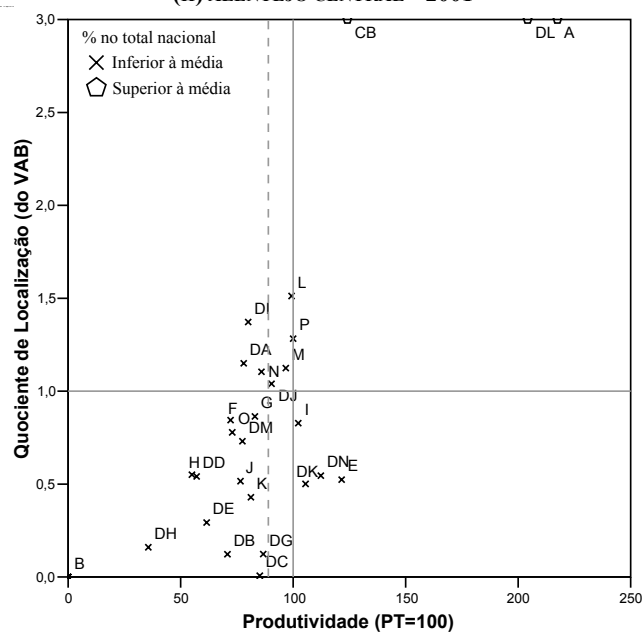
(F) ALTO ALENTEJO - 2001



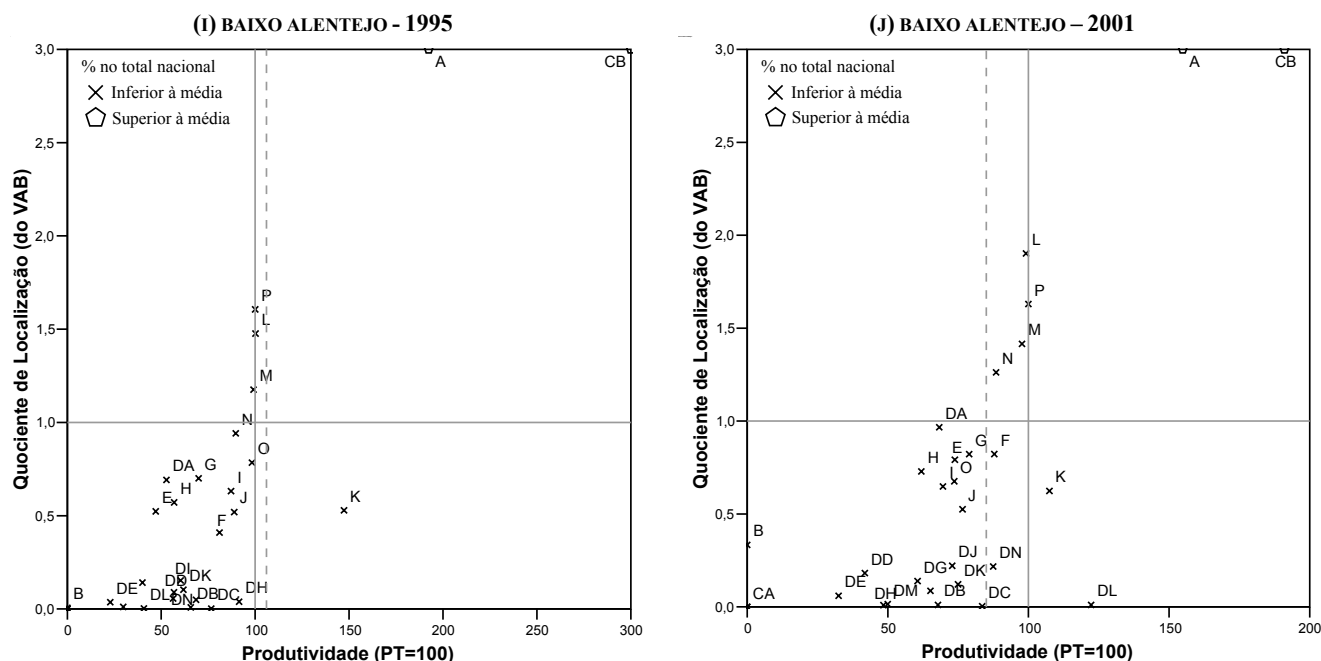
(G) ALENTEJO CENTRAL - 1995



(H) ALENTEJO CENTRAL - 2001



(cont.)



Nota: a leitura do gráfico baseia-se na combinação de 3 parâmetros:

- Parâmetro de localização relativa das actividades: especialização sectorial medida pelos quocientes de localização (QL) do VAB;
- Parâmetro de Produtividade: posicionamento sectorial da região no referencial de produtividade média sectorial nacional (linha vertical contínua) e no referencial de produtividade média regional (linha vertical tracejada);
- Parâmetro de localização absoluta das actividades: relevância sectorial absoluta da região a nível nacional. A região apresenta localização absoluta inferior à média nacional quando o seu contributo para a formação do VAB sectorial é inferior a 1/7 e localização absoluta superior à média nacional quando o seu contributo para a formação do VAB sectorial é superior a 1/7.

QL = relação entre o peso relativo do VAB sectorial na região e o peso relativo do VAB sectorial no País.

A	Agricultura, prod. animal, caça e silvicultura	DM	Fab. material de transporte
B	Pesca	DN	Ind. transformadoras, n.e.
CA	Extracção produtos energéticos	E	Prod. e distribuição de electricidade, gás e água
CB	Ind. extractivas, com excep. extracção prod. energéticos	F	Construção
DA	Ind. alimentares, bebidas e tabaco	G	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico
DB	Ind. têxtil	H	Alojamento e restauração
DC	Ind. couro e produtos de couro	I	Transportes, armazenagem e comunicações
DD	Ind. madeira, cortiça e suas obras	J	Actividades financeiras
DE	Fab. pasta, papel e cartão. Edição e impressão	K	Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas
DF	Fab. coque, prod. petrolif. refinados e combustível nuclear	L	Administração Pública, defesa e seg. social obrigatória
DG	Fab. prod. químicos e fibras sintéticas ou artificiais	M	Educação
DH	Fab. artigos de borracha e matérias plásticas	N	Saúde e acção social
DI	Fab. outros prod. minerais não metálicos	O	Outras act. serviços colectivos, sociais e pessoais
DJ	Ind. metalúrgicas de base e de prod. metálicos	P	Famílias com empregados domésticos
DK	Fab. máquinas e equipamentos, n.e.	Q	Organismos internac. E outras instituições extraterritoriais
DL	Fab. equipamento eléctrico e óptica		

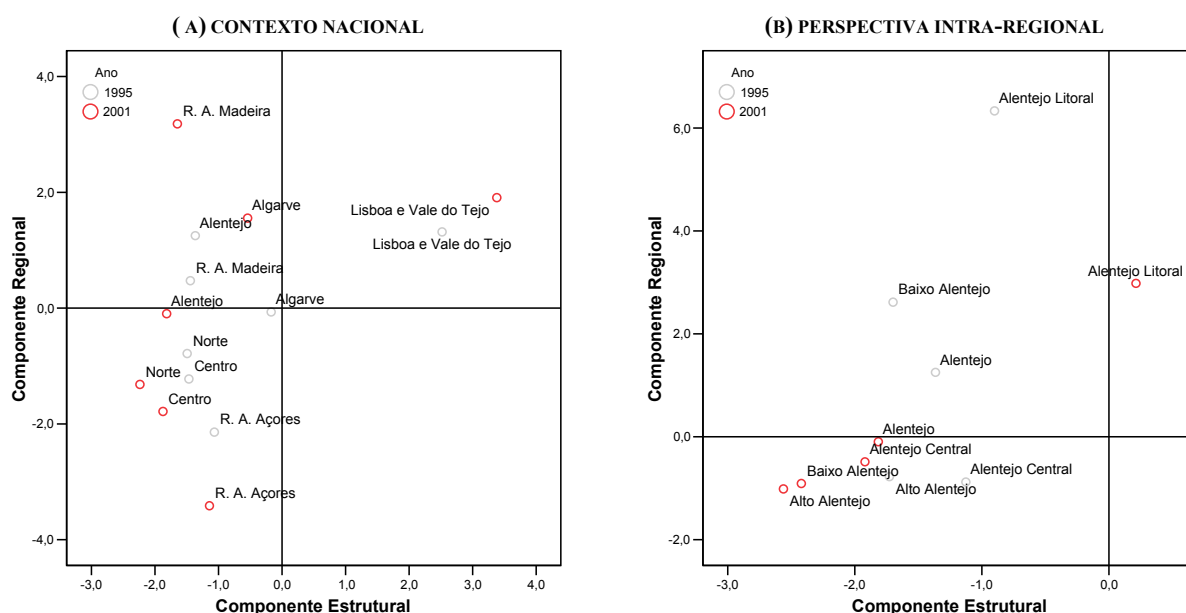
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais

A análise dos diferenciais regionais de produtividade necessita de ter em consideração, quer a possibilidade de existência de diferenças no nível de eficiência produtiva regional, quer a possibilidade de existência de um padrão de especialização regional assente em sectores com diferenças nos níveis intrínsecos de produtividade. Na Figura 2.3.31 apresenta-se a decomposição dos diferenciais de produtividade regional face à média nacional, desagregada nos seus efeitos de componente regional (diferencial de eficiência produtiva da região em relação ao país) e de componente estrutural (diferencial de produtividade provocado pelas características do perfil de especialização sectorial da região).

No contexto nacional, a região do Alentejo evidencia uma evolução desfavorável nos dois eixos de decomposição dos níveis de produtividade regional, tendo desenhado uma trajectória de deterioração relativa do seu posicionamento no período 1995-2001. Em 2001, o diferencial negativo da produtividade da região face ao espaço nacional é explicado, simultaneamente, pela existência de um menor nível de eficiência produtiva regional (componente regional) e pela existência de um perfil de especialização regional assente em sectores com menores níveis de produtividade (componente estrutural). Com efeito, não se detectam na região dinâmicas internas susceptíveis de gerarem maiores níveis de eficiência produtiva regional, por via da exploração dos recursos internos existentes, tais como uma dotação vantajosa de recursos humanos qualificados ou de serviços de suporte propícios à condução da actividade empresarial, assim como o próprio perfil de especialização da região parece estar assente em sectores com níveis de produtividade desfavoráveis.

A análise intra-regional da decomposição dos diferenciais de produtividade traduz realidades distintas. A NUTS III Alentejo Litoral apresenta, em 2001, um diferencial positivo de produtividade fundamentado pela existência de um maior nível de eficiência produtiva regional apoiada pela presença de um padrão de especialização regional composto por sectores com níveis intrínsecos de produtividade mais acentuados. As restantes NUTS III associam, no ano 2001, o seu diferencial negativo de produtividade à coexistência de um menor nível de eficiência produtiva regional e de um perfil de especialização regional assente em sectores com níveis de produtividade mais reduzidos.

A evolução desfavorável da região do Alentejo nos seus níveis de produtividade regional (e particularmente na componente regional) é indissociável das trajectórias do Alentejo Litoral, cujo processo de reestruturação produtiva justificou um claro deteriorar do diferencial associado à componente regional (apesar da melhoria na componente estrutural) e, também, do Baixo Alentejo, que possuía, apenas um diferencial de especialização positivo, em 2001, mas que passou a negativo devido à evolução da agricultura e, sobretudo, às dificuldades do sector mineiro.

FIGURA 2.3.31 – DECOMPOSIÇÃO DOS DIFERENCIAIS DE PRODUTIVIDADE NOS ANOS 90: ANÁLISE *SHIFT-SHARE*

Nota: A análise *shift-share* decompõe os diferenciais de produtividade da Região face ao País em duas parcelas: Componente Estrutural – diferencial de produtividade da Região em relação ao País, resultante das diferenças de especialização produtiva; Componente Regional – diferencial de produtividade regional resultante das diferenças de eficiência sectorial entre a Região e o País, assumindo a estrutura produtiva regional.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais

Após a determinação do perfil de especialização sectorial da região do Alentejo é particularmente interessante avaliar a valorização dos factores chave de competitividade intrínseca ao referido perfil de especialização, afim de perceber se o mesmo é centrado em factores que acarretem fraca ou forte sustentabilidade competitiva.

A região do Alentejo apresenta uma estrutura regional do VAB industrial por factores-chave de competitividade que, face à estrutura nacional, revela, quer em 1995, quer em 2000, pesos relativos mais acentuados das actividades que se baseiam na exploração de recursos naturais (agro-alimentar) na aposta em economias de escala (essencialmente indústrias transformadoras instaladas em Sines, com destaque para as químicas) e na valorização de I&D (unidades instaladas no Alentejo Central no eixo Vendas Novas-Montemor-Évora) – ver Figura 2.3.32.

Segundo os dados obtidos, é importante realçar o facto da I&D passar, de 1995 para 2001, a ser o principal factor de competitividade do Alentejo como um todo, situação que se explica, quase exclusivamente, pelo elevado peso deste factor na estrutura do VAB industrial da região Alentejo Central e pela própria evolução do mesmo entre 1995 e 2000 nesta região. O papel de alguns projectos de investimento por parte do Grupo Siemens em Évora (e.g.: EPCOS) poderão configurar uma possível explicação para os níveis elevados de I&D no Alentejo Central, uma vez que estes projectos, sendo mais prolongados, têm um elevado peso na estrutura do VAB industrial da região, sendo esse aspecto realçado quando comparado com a média nacional.

**CAIXA 2.3.5- TIPOLOGIA DE CLASSIFICAÇÃO POR FACTORES CHAVE DE COMPETITIVIDADE:
A IDENTIFICAÇÃO DE SEGMENTOS COMPETITIVOS**

A classificação por factores chave de competitividade adoptada constitui um desenvolvimento da classificação proposta pela OCDE, ela própria sujeita a alguns ajustamentos com base nos trabalhos desenvolvidos, na monitorização do desenvolvimento industrial ao longo da última década^(*), traduzindo-se na afectação das diferentes actividades industriais em cinco grupos ou segmentos, de acordo com os factores principais que influenciam ou determinam a competitividade de cada actividade e, desse modo, configuram os contornos centrais dos modelos de negócios que nelas se consolidam (o quadro seguinte sintetiza a classificação adoptada nas suas grandes linhas, uma vez que ela foi operacionalizada com um nível de desagregação da CAE de 4 dígitos).

Segmento (característica central)	Factor Chave de Competitividade	Indústrias
Peso relevante dos Recursos Naturais na cadeia de valor	Condições favoráveis (proximidade, preço, “sourcing”) no acesso aos recursos naturais	Indústrias alimentares e das bebidas; Indústria do tabaco; Fabricação de pasta, de papel e cartão e seus artigos
Forte conteúdo em Trabalho Directo	Baixo custo na utilização do factor trabalho por unidade produzida (CTUP)	Fabricação de têxteis; Indústria do vestuário; preparação, tingimento e fabricação de artigos e peles com pêlo; Curtimenta e acabamento de peles sem pêlo; Fabricação de artigos de viagem, marroquinaria, artigos de correio, seleiro e calçado; Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, excepto mobiliário; Fabricação de obras de cestaria e de espartaria; Fabricação de mobiliário; outras indústrias transformadoras, n.e.
Exploração de Economias de Escala	Possibilidade de extensão da escala operacional ou da série de produção e distribuição	Fabricação de produtos químicos; Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas; Fabricação de veículos automóveis, reboques e semi-reboques; Fabricação de outro material de transporte
Afirmação da Diferenciação dos Produtos	Adaptação dos produtos (e serviços associados) às características diversificadas ou segmentadas da procura	Edição, impressão e reprodução de suportes de informação gravados; Fabricação de outros produtos minerais não metálicos; Indústrias metalúrgicas de base; Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamento; Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.; Fabricação de máquinas e aparelhos eléctricos, n.e.
Intensidade do esforço de I&D (em % vendas)	Aplicação rápida do progresso científico (ciclo de vida curto) e gestão da propriedade industrial (patentes)	Fabricação de máquinas de escritório e de equipamento para o tratamento automático da informação; Fabricação de equipamento e de aparelhos de rádio, televisão e comunicação; Fabricação de aparelhos e instrumentos médico-cirúrgicos, ortopédicos, de precisão, de óptica e de relojoaria

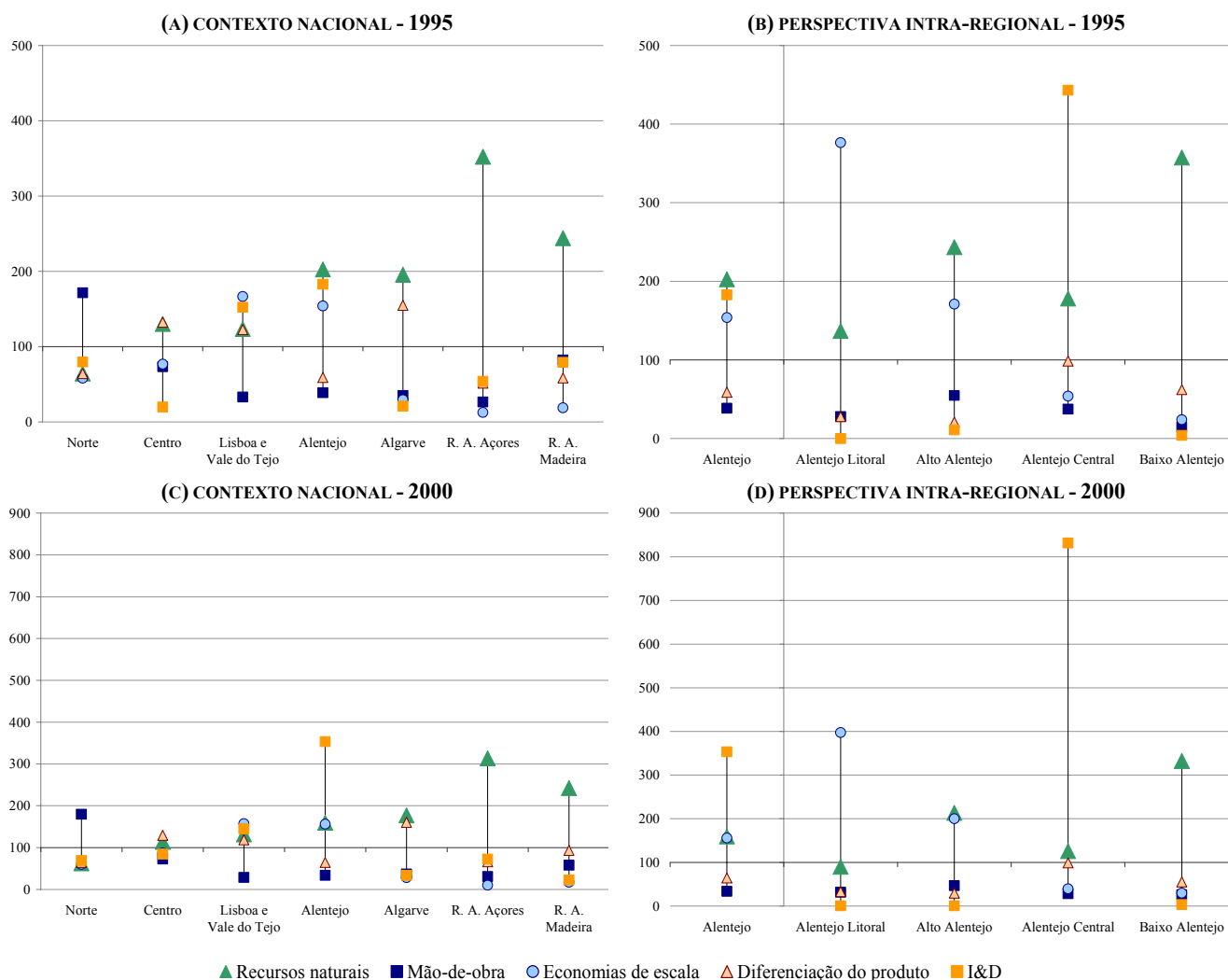
(*) Vejam-se, nomeadamente, os Relatórios anuais sobre as "Políticas industriais nos países da OCDE" (Relatório 1992, Quadro 12, pp135-136 e Quadro 14, pp165-166; Relatório 1993, Quadro 9, pp94; 01.Relatório 1994, Quadro 7, pp103).

De um ponto de vista intra-regional, detectam-se algumas divergências nas estruturas do VAB industrial, por factores-chave de competitividade, das NUTS III que compõem a região do Alentejo:

- O Alentejo Litoral apresenta, em 1995 e em 2000, uma estrutura regional do VAB industrial que, comparativamente com a média nacional, evidencia um peso relativo mais acentuado das actividades que se baseiam na exploração de economias de escala (as quais se relacionam fortemente com a presença da fabricação de produtos químicos no perfil de especialização desta região);

- O Baixo Alentejo revela, em ambos os anos considerados, uma estrutura regional do VAB industrial que, face à média nacional, apresenta uma importância relativa mais acentuada das actividades que se baseiam na exploração de recursos naturais, o que se fundamenta na presença do sector alimentar no perfil de especialização desta região;
- No Alto Alentejo assumem maior peso relativo na estrutura do VAB industrial, face à estrutura nacional, tanto em 1995 como em 2000, as actividades que se baseiam na exploração de recursos naturais e de economias de escala. A importância das actividades que se baseiam na exploração de recursos naturais, enquanto factor-chave de competitividade, é estimulada pela relevância assumida, no perfil de especialização desta região, pelas indústrias alimentares, enquanto a expressividade das actividades que se associam à exploração de economias de escala é explicada pelas actividades de fabricação de material de transporte e pela fabricação de produtos químicos, designadamente pela fabricação de fibras sintéticas ou artificiais;
- Por seu turno, no Alentejo Central os sectores com maiores pesos relativos são os que apostam na exploração de recursos naturais (associada às indústrias alimentares e à produção de artigos de mármore e rochas similares) e, principalmente, na I&D, em virtude da presença das actividades de fabricação de componentes electrónicos no perfil de especialização.

FIGURA 2.3.32 – ESTRUTURA DO VAB INDUSTRIAL POR FACTORES CHAVE DE COMPETITIVIDADE NOS ANOS 90 (PORTUGAL=100)



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais, e DEEP, Quadros de Pessoal

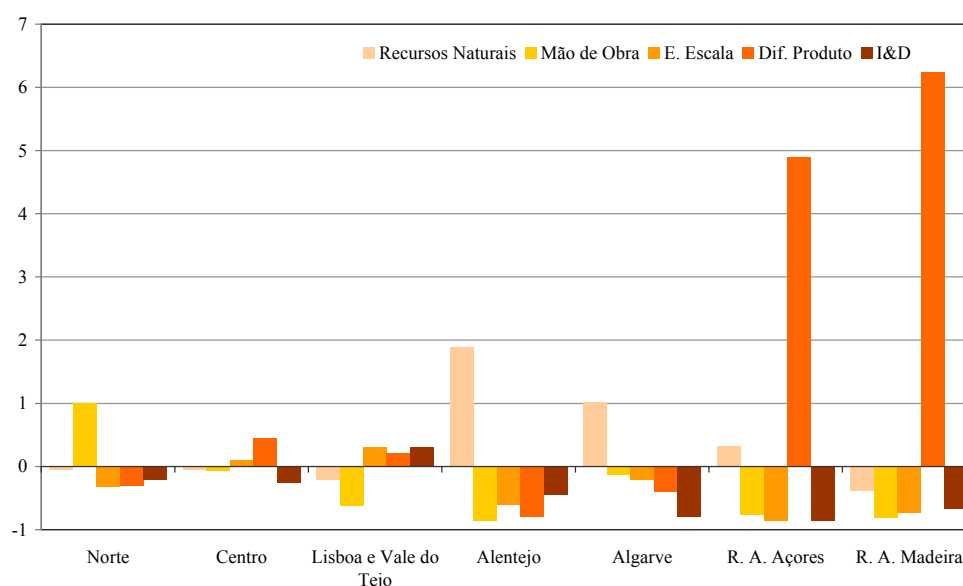
A determinação do posicionamento da região do Alentejo, ao nível da detenção de vantagens comparativas reveladas, consoante a valorização dos principais factores-chave de competitividade, permite verificar que o perfil de especialização exportador da região assenta, fundamentalmente em sectores que se baseiam na exploração de recursos naturais, revelando-se a região como “sub-especializada”, face ao espaço nacional, em sectores que exploram baixos custos de mão-de-obra e economias de escala, bem como, nos sectores que valorizam a diferenciação de produto e a I&D – ver Figura 2.3.33.

Estabelecendo uma análise comparativa entre a valorização dos factores-chave de competitividade por parte do perfil de especialização exportador face à valorização dos mesmos, intrínseca no perfil de especialização produtivo da região do Alentejo, em cima analisado, detecta-se uma fraca “sobreposição de ambos”. Com efeito, o perfil de especialização produtivo da região do Alentejo baseia-se em torno de

actividades que exploram recursos naturais, apostam em economias de escala e valorizam a I&D. Contudo, o perfil de especialização exportador da região centra-se em actividades produtivas baseadas na exploração de recursos naturais, o que indicia uma reduzida orientação exportadora por parte das actividades do perfil de especialização produtivo do Alentejo mais centradas na exploração de economias de escala e na valorização de I&D.

Por outro lado, é de ressaltar que a expressiva valorização da exploração de recursos naturais por parte do perfil de especialização exportador da região do Alentejo se encontra fortemente relacionada com a detenção de fortes vantagens comparativas reveladas, por parte da região, em actividades como os cereais, as obras de pedra, os produtos de origem animal e o café.

FIGURA 2.3.33 – VANTAGENS COMPARATIVAS REVELADAS POR FACTORES CHAVE DE COMPETITIVIDADE (2000)



Nota: As Vantagens Comparativas Reveladas (VCR) resultam da comparação entre o peso relativo de um determinado sector na estrutura exportadora total de uma região face ao peso relativo detido por esse mesmo sector na estrutura exportadora de um espaço padrão utilizado como termo de referência – no caso em questão o espaço nacional. Considera-se a detenção de VCR quando o índice supera o valor 1. Os valores apresentados no gráfico acima construído são diferenciais face ao patamar de referência 1, representando, como tal, o excedente (ou défice) de cada resultado regional.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Estatísticas do Comércio Internacional

A determinação dos níveis médios de produtividade da região do Alentejo, nos sectores de actividade classificados de acordo com a valorização dos principais factores-chave de competitividade, revela que, em 1995, a região evidenciava níveis mais baixos de produtividade em todos os segmentos considerados, comparativamente com as produtividades médias nacionais. Em 2000, por seu turno, a região do Alentejo coloca-se acima da média nacional ao nível das produtividades exibidas nos sectores que exploram mais intensamente economias de escala, bem como, nos que apostam de modo mais expressivo na I&D – ver Figura 2.3.34 – o que indicia uma evolução positiva no sentido de uma maior aposta em factores mais avançados de competitividade.

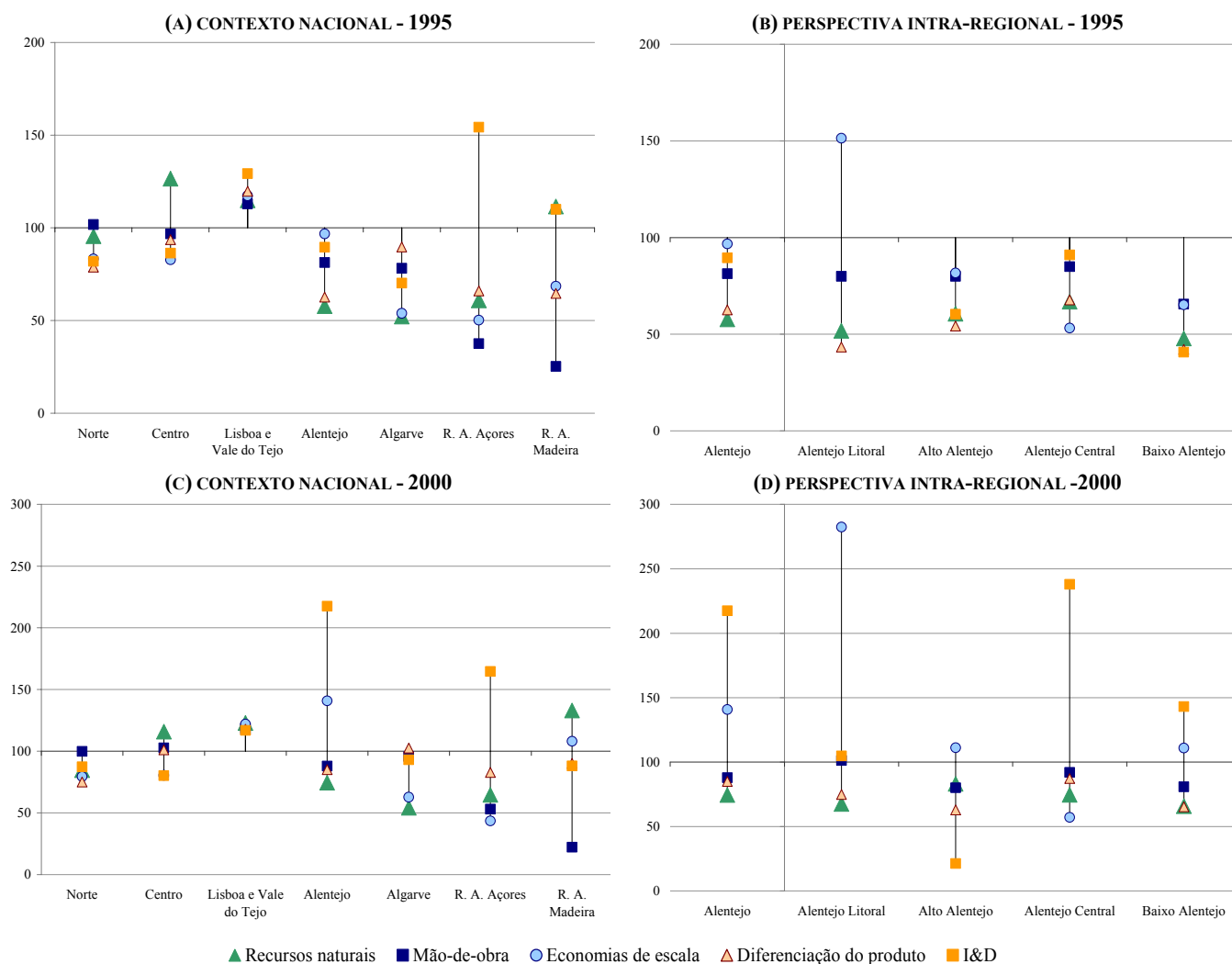
A análise efectuada segundo uma perspectiva intra-regional permite constatar que, em 2000, o Alentejo Litoral se posiciona acima das produtividades médias nacionais essencialmente nos sectores que se baseiam na exploração de economias de escala, enquanto, no Alentejo Central, esse fenómeno é visível

nos sectores que apostam na I&D. Deste modo, o posicionamento favorável revelado pela região do Alentejo nos níveis de produtividade dos sectores que se baseiam na exploração de economias de escala relaciona-se, essencialmente, com as indústrias químicas, instaladas no complexo de Sines, enquanto os níveis de produtividade das actividades que valorizam a I&D se enquadram com as unidades instaladas na região do Alentejo Central, que beneficiam do contexto relativo mais favorável à geração de inovação e conhecimento.

No Baixo Alentejo, as produtividades médias que superam a média nacional são essencialmente visíveis nos sectores que exploram economias de escala e que apostam na I&D, encontrando-se as produtividades mais acentuadas, no Alto Alentejo, associadas aos sectores assentes na exploração de economias de escala. Particularmente preocupante nas regiões Alto Alentejo e Baixo Alentejo é o facto de revelarem produtividades reduzidas, face à média nacional, nos sectores que assumem maior relevo no seu perfil de especialização, isto é, os que exploram recursos naturais (tal como foi referido anteriormente).

FIGURA 2.3.34 – PRODUTIVIDADE POR FACTORES CHAVE DE COMPETITIVIDADE NOS ANOS 90

(PORTUGAL=100)

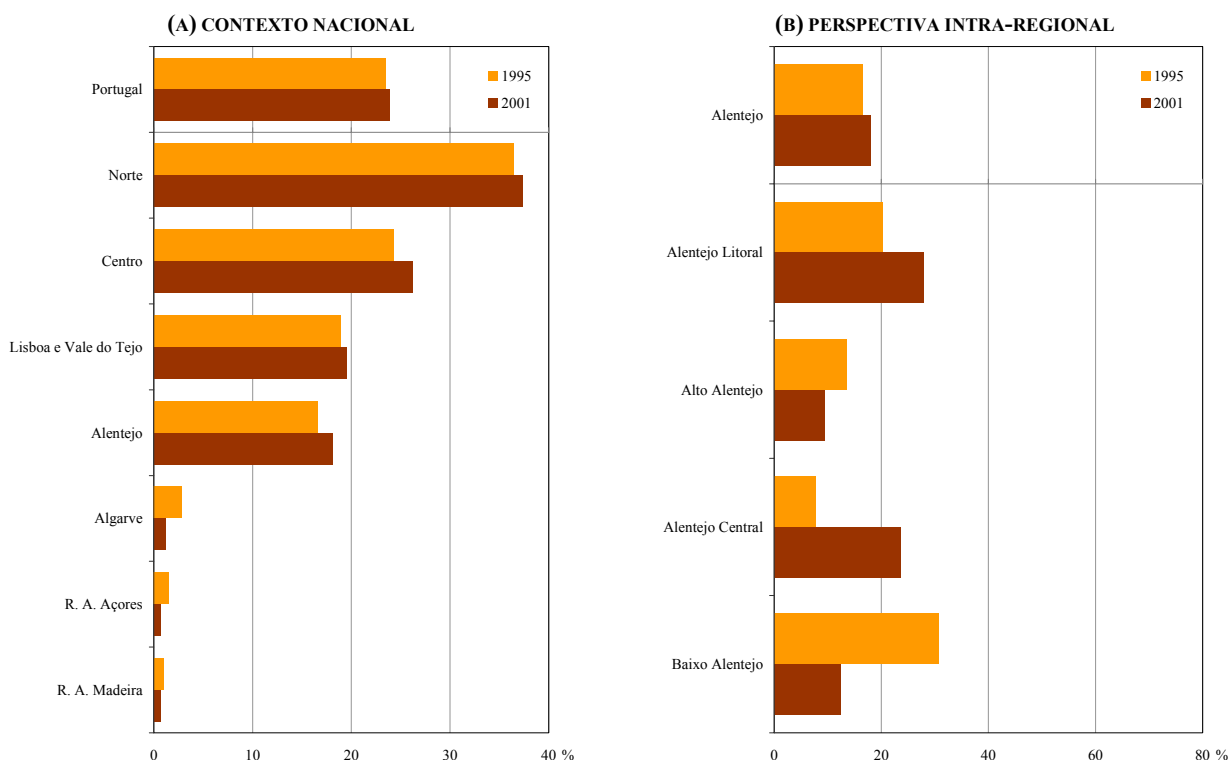


Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais, e DEEP, Quadros de Pessoal

A análise do posicionamento do Alentejo no espaço nacional, no que concerne à sua estrutura de relações de comércio internacional, permite verificar que a região evidencia uma baixa intensidade exportadora, colocando-se abaixo da média nacional, quer em 1995, quer em 2001 – ver Figura 2.3.35. Apesar da tendência de crescimento da intensidade exportadora, no período 1995-2001, a vocação exportadora da região continuou a ser diminuta.

Do ponto de vista intra-regional, destacam-se, em 2001, as NUTS III do Alentejo Central e do Alentejo Litoral como as sub-regiões com intensidades exportadoras superiores à média da região do Alentejo.

FIGURA 2.3.35 – INTENSIDADE EXPORTADORA NOS ANOS 90



Nota: Intensidade exportadora = Exportações/VAB, em %.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Estatísticas do Comércio Internacional e Contas Regionais

2.3.5. Estrutura da procura

A região do Alentejo evidencia uma composição das despesas dos agregados familiares que, em consonância com a estrutura nacional, concede a fatia mais significativa das despesas às componentes da habitação, alimentação e transportes. No entanto, a Região distingue-se da média nacional pela fraca dinâmica interna revelada no consumo de serviços avançados (lazer, distração e cultura) e nas despesas com o ensino. Por outro lado, a Região evidencia um grau de urbanização consideravelmente inferior à média nacional, o que se enquadra com as suas características de ordenamento do território.

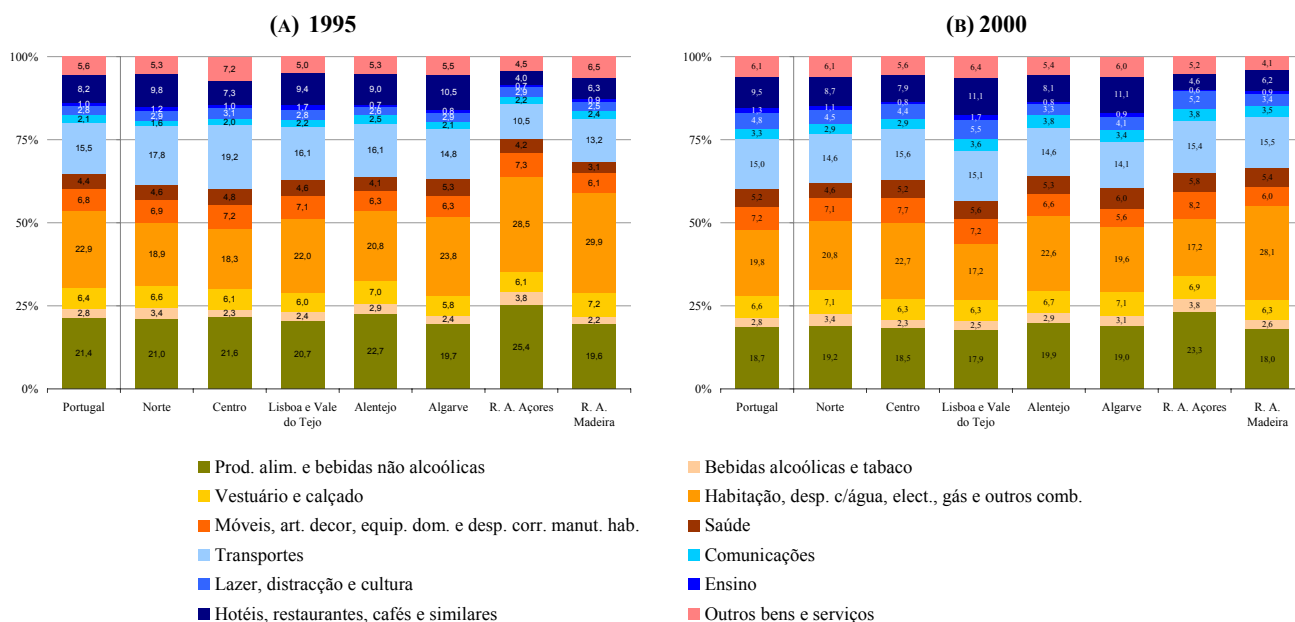
As tendências registadas ao nível da alteração dos modos de vida e dos padrões de consumo encontram-se intrinsecamente relacionadas com o grau de desenvolvimento do processo de urbanização e com as subjacentes alterações económicas, culturais e psicossociológicas. De forma a aferir qual o posicionamento relativo da região do Alentejo, no contexto nacional, em termos de modelos de consumo, importa analisar não só a dimensão quantitativa dos mesmos, mas também a dimensão qualitativa da difusão de novos modelos de consumo.

No que concerne à estrutura do consumo evidenciado pela composição das despesas dos agregados familiares, em 2000, na região do Alentejo, é possível verificar que em consonância com as restantes NUTS II, grande parte das despesas das famílias (cerca de 57%) concentra-se nos gastos com a habitação (despesas com água, electricidade, gás e outros combustíveis), com a alimentação e com os transportes – ver Figura 2.3.36.

Em contrapartida, as despesas relacionadas com o ensino, com as bebidas alcoólicas e tabaco e com os serviços avançados (lazer, distração e cultura) atraem as menores parcelas de despesa dos agregados familiares residentes na região do Alentejo, representando apenas 7% da estrutura de consumo dos mesmos.

Com efeito, é de salientar que a região do Alentejo é a NUTS II nacional que concede menor importância relativa ao consumo de serviços avançados (lazer, distração e cultura), 3,3%, e é uma das NUTS II que atribui menor peso relativo às despesas com o ensino, apenas 0,8%, tendo inclusive registado uma redução da proporção de despesas afectas a esta componente, ao longo do período 1995-2000.

FIGURA 2.3.36 – COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS DOS AGREGADOS FAMILIARES NOS ANOS 90



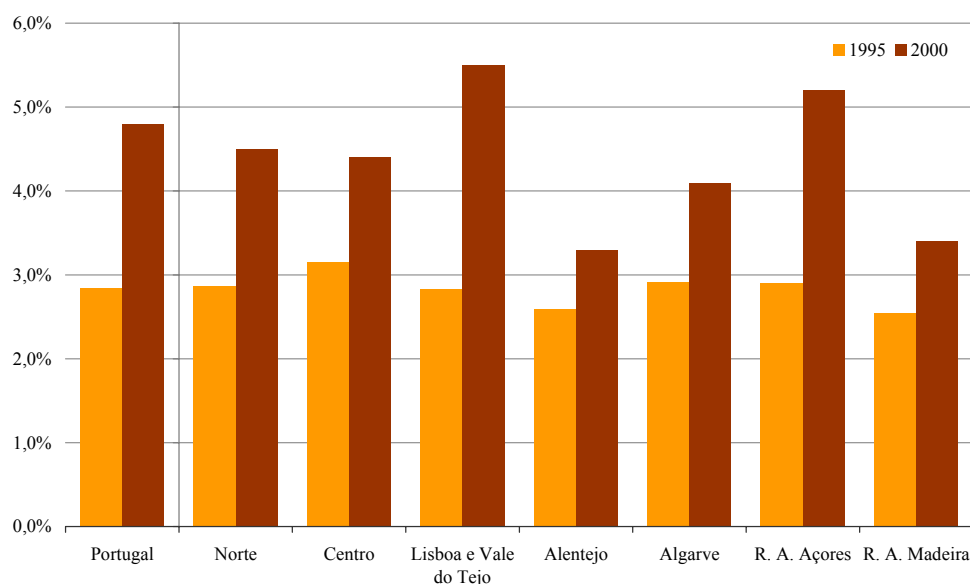
Fonte: INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares

Neste contexto, quando se averigua qual o posicionamento da região do Alentejo, no contexto nacional, no que concerne ao relevo concedido ao consumo de serviços avançados nas despesas das famílias é

possível verificar que a região se apresenta como a NUTS II do território nacional com a menor dinâmica interna de consumo deste tipo de serviços – ver Figura 2.3.37.

A fraca dinâmica interna de consumo de serviços avançados (lazer, distração e cultura) na região, face à realidade global do espaço nacional, é um resultado por um lado, da intensidade da procura direccionada para este tipo de serviços, a qual é limitada pela existência de níveis de rendimento disponível *per capita* na região mais reduzidos comparativamente com a média nacional, pelos elevados níveis de desemprego exibidos, bem como pelo elevado envelhecimento da população e pelos menores níveis de instrução registados; e por outro lado, da reduzida densidade e diversidade do tecido empresarial vocacionado para a prestação deste tipo de serviços na região.

FIGURA 2.3.37 – CONSUMO EM SERVIÇOS AVANÇADOS EM % DAS DESPESAS DAS FAMÍLIAS NOS ANOS 90: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL



Nota: Despesas em lazer, distração e cultura em % do total das despesas dos agregados familiares.

Fonte: INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares

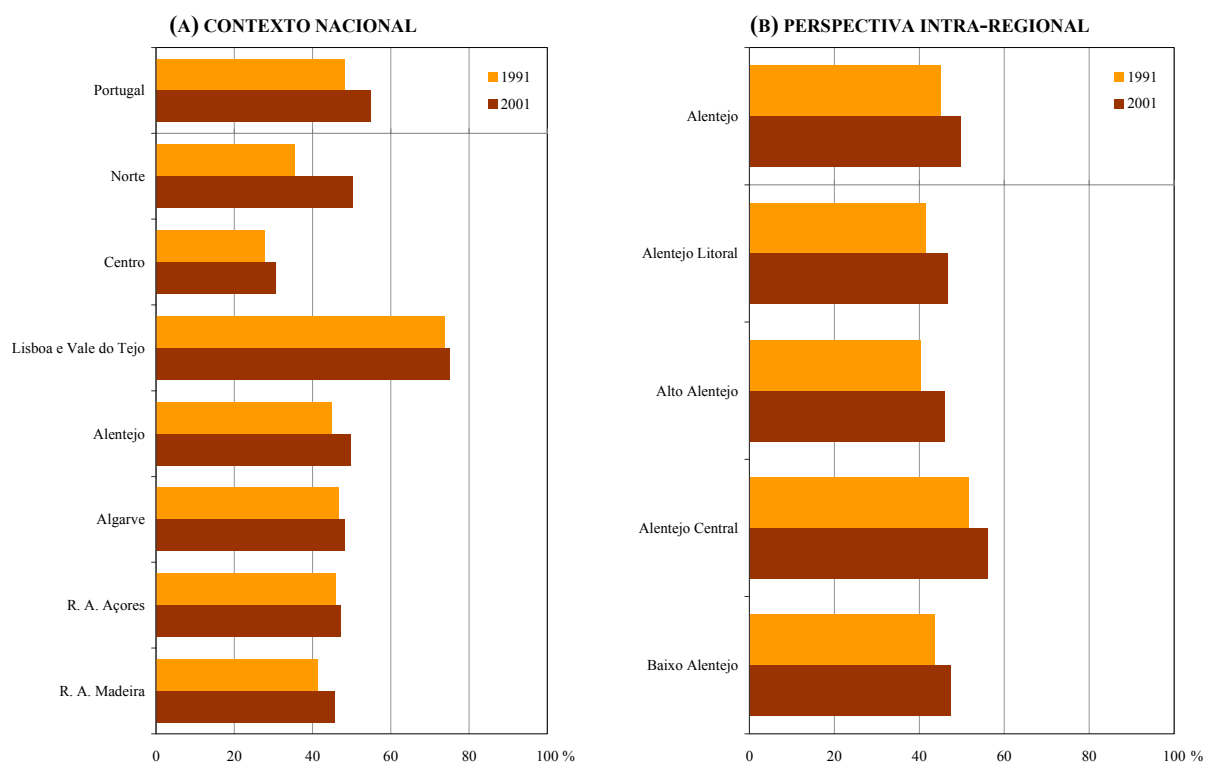
A região do Alentejo revela um grau de urbanização inferior à média nacional, o que se enquadra com as características de ordenamento do território desta Região, pautado por uma baixa densidade populacional, acentuada pelas migrações das zonas rurais para os centros urbanos ao longo da última década, bem como por uma ocupação dos solos predominantemente agrícola – ver Figura 2.3.38.

Ao longo da última década, a região do Alentejo desenhou uma trajectória de crescimento da sua taxa de urbanização, trajectória esta que se encontra em consonância com a tendência desenhada em todo o espaço nacional de intensificação do modo de vida urbano, com repercussões nos padrões de consumo, dada a cada vez mais pronunciada concentração do sector terciário nas cidades, visível no crescente desenvolvimento das comunicações, dos serviços associados à melhoria das condições de vida (acesso à educação, saúde, justiça, etc.), da crescente solicitação de actividades de lazer, da crescente concentração da actividade comercial, entre outros aspectos. No entanto, a intensificação da taxa de urbanização da

região do Alentejo, ao longo do período 1991-2001, foi insuficiente para aproximar a região do grau de urbanização médio nacional.

Do ponto de vista intra-regional, a NUTS III Alentejo Central apresenta a taxa de urbanização mais elevada no contexto da região do Alentejo, em parte justificada pela capitalidade de Évora e pela sua maior capacidade de atracção e concentração de actividades económicas. A NUTS III Alto Alentejo revela o grau de urbanização mais reduzido no contexto da NUTS II onde se insere.

FIGURA 2.3.38 – TAXA DE URBANIZAÇÃO NOS ANOS 90: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL E INTRA-REGIONAL



Nota: Taxa de urbanização = População em lugares com mais de 2 000 habitantes/População Residente total, em %.

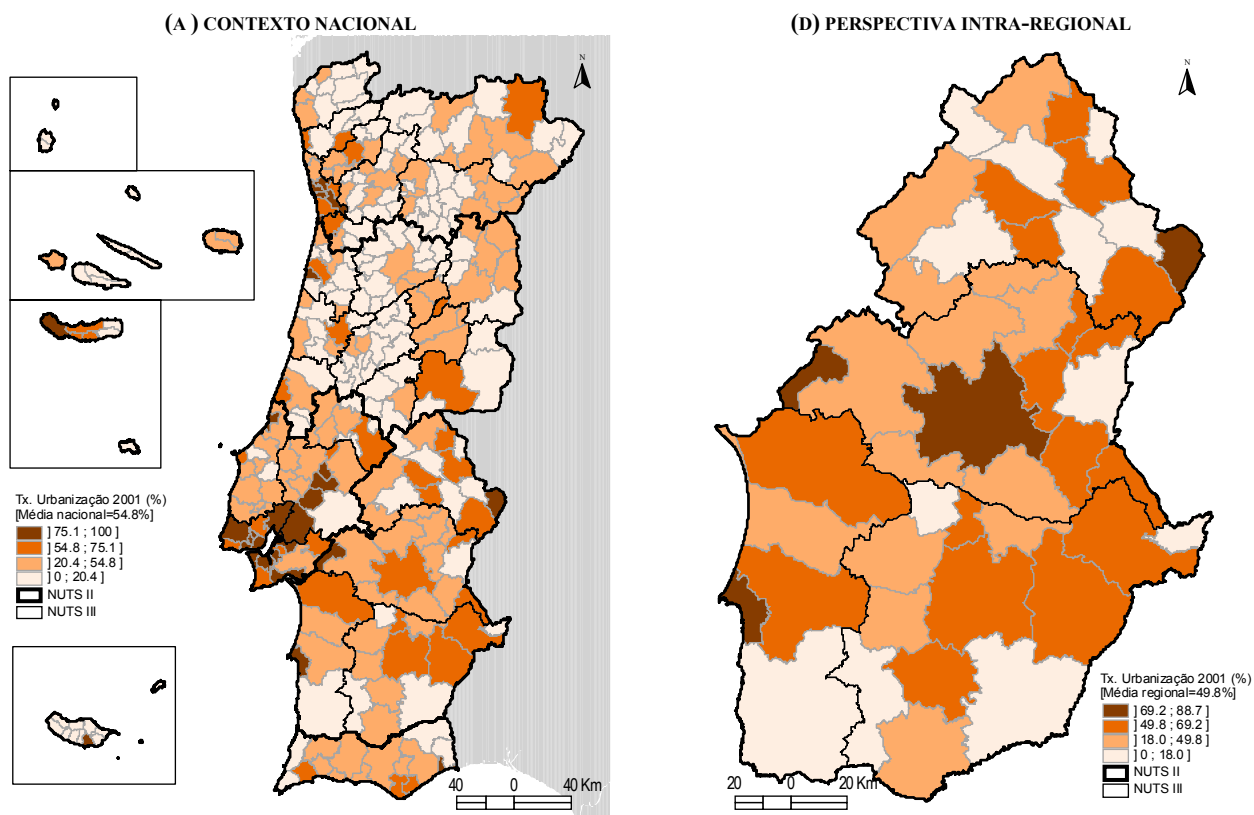
Fonte: INE, Censos

Colocando o foco numa perspectiva concelhia é possível verificar que os concelhos que revelam taxas de urbanização mais acentuadas na região do Alentejo são Évora, Vendas Novas, Sines e Campo Maior – ver Figura 2.3.39, sendo todos estes concelhos caracterizados pela presença de níveis de densidade populacional acentuados.

O concelho de Évora é o principal aglomerado populacional da região do Alentejo e apresenta uma densidade relativa do seu tecido económico consideravelmente mais acentuada que a grande maioria dos concelhos da Região, exercendo, como tal, um efeito polarizador sobre diversas actividades, o que acentua o grau de urbanização concelhio. Por seu turno, as elevadas taxas de urbanização reveladas pelos restantes concelhos mencionados interligam-se no caso de Sines, com a sua importância em termos de agregado populacional da região, em resultado do dinamismo associado ao complexo industrial; no caso de Vendas Novas, com a acentuada densidade populacional deste concelho, o qual beneficia da

localização entre Évora e Lisboa; e no caso de Campo Maior, com a boa acessibilidade à sede de distrito e a Espanha e com o dinamismo registado no tecido económico concelhio.

FIGURA 2.3.39 – TAXA DE URBANIZAÇÃO: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)



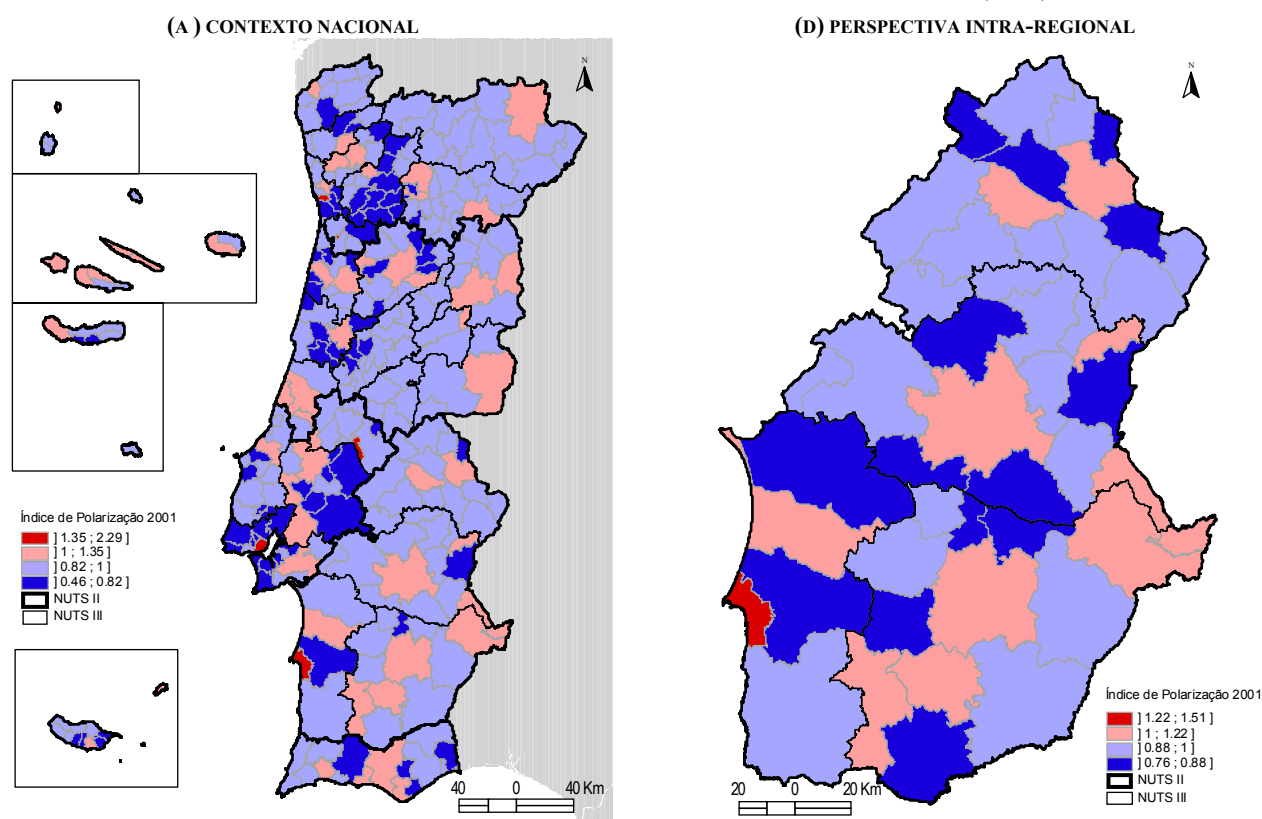
Nota: Taxa de urbanização = População em lugares com mais de 2 000 habitantes/População Residente total, em %.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

Os níveis de urbanização concelhios em cima analisados podem ser complementados com o índice de polarização de cada concelho da região do Alentejo, a fim de aferir o posicionamento de cada concelho ao nível da sua condição de pólo receptor vs emissor líquido de mão-de-obra. O concelho de Sines apresenta o maior índice de polarização na região do Alentejo, ou seja, o maior peso da população empregada no concelho relativamente ao total de população residente no mesmo, o que decorre do dinamismo associado ao complexo industrial deste concelho, indiciando o mesmo absorver mão-de-obra do concelho limítrofe Santiago do Cacém, dado este último surgir como um emissor líquido de mão-de-obra em resultado da baixa taxa de polarização evidenciada – ver Figura 2.3.40.

Os concelhos que são emissores líquidos de mão-de-obra são sobretudo os concelhos localizados nas proximidades dos principais concelhos receptores, nomeadamente os concelhos na envolvente de Sines, de Évora, Beja e Portalegre.

FIGURA 2.3.40 – ÍNDICE DE POLARIZAÇÃO: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)



Nota: Índice de polarização = População empregada na unidade territorial/População Residente na unidade territorial e empregada (em qualquer unidade territorial).

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

2.3.6. Infraestruturas de suporte

Ao nível de infraestruturas de suporte é possível verificar que as acessibilidades da região do Alentejo, medidas em termos de densidade relativa de auto-estradas, posicionam a Região ligeiramente abaixo da média comunitária, mas num contexto razoavelmente favorável face às regiões utilizadas como termo de comparação. Colocando o foco no nível de despesas em I&D nas entidades de suporte, a Região coloca-se abaixo do patamar médio nacional, o que indicia a fraca solidez das iniciativas de investigação e desenvolvimento desenvolvidas na Região por estas entidades.

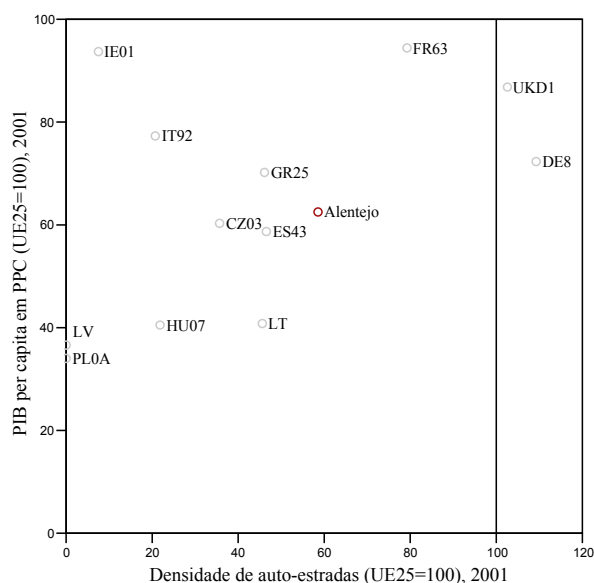
A eficiente utilização de um território ao nível do desenvolvimento de infraestruturas de suporte e de equipamentos sociais assume-se como um factor de primordial importância dado influir na capacidade de proporcionar à população e ao tecido empresarial externalidades positivas decorrentes da fácil mobilidade e da equidade de condições de acesso a infraestruturas, equipamentos, actividades e serviços de interesse geral.

O posicionamento da região do Alentejo, no contexto europeu, ao nível do indicador densidade de auto-estradas pode constituir uma medida aproximada quanto às acessibilidades regionais, as quais favorecem as condições de mobilidade e atracção de recursos, influenciando, deste modo, quer a coesão interna da região, quer o seu posicionamento competitivo ao nível nacional e internacional.

A região do Alentejo apresenta uma densidade relativa de auto-estradas inferior à média da UE 25 – ver Figura 2.3.41 – no entanto, verifica-se que, em 2001, no seio das regiões europeias utilizadas como termo de comparação, a região do Alentejo, em resultado do investimento realizado ao longo dos anos 90 em infraestruturas rodoviárias, regista uma densidade de auto-estradas apenas inferior à das regiões localizadas nos países mais desenvolvidos (Alemanha, Inglaterra e França).

Numa Região com baixa densidade demográfica e um povoamento concentrado em aglomerados relativamente grandes, distantes uns dos outros, a oferta de quilómetros de auto-estrada é importante, no sentido de facilitar a circulação interna, sobretudo entre os principais aglomerados, e, especialmente as ligações ao exterior (a Espanha, a Lisboa e ao Algarve). Contudo, este indicador não permite avaliar a situação em termos da conectividade efectiva do sistema viário interno e da sua eficiência, uma vez que este depende, largamente, da existência de boas estradas e não, necessariamente, de auto-estradas. Sinteticamente, se parece clara uma situação relativamente positiva em termos de ligações principais, designadamente em direcção ao exterior da Região, já não é tão evidente que a conectividade interna da rede, assegure uma boa acessibilidade, com destaque para os lugares mais pequenos.

**FIGURA 2.3.41 – PIB PER CAPITA E DENSIDADE DE AUTO-ESTRADAS:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU**



Legenda:

DE8-Mecklenburg-Vorpommern	UKD1-Cumbria
GR25-Peloponnisos	CZ03-Jihozápad
ES43-Extremadura	HU07-Dél-Alföld
FR63-Limousin	LT-Lietuva
IE01-Border, Midland and Western	LV-Latvija
IT92-Basilicata	PL0A-Podlaskie
PT14-Alentejo	

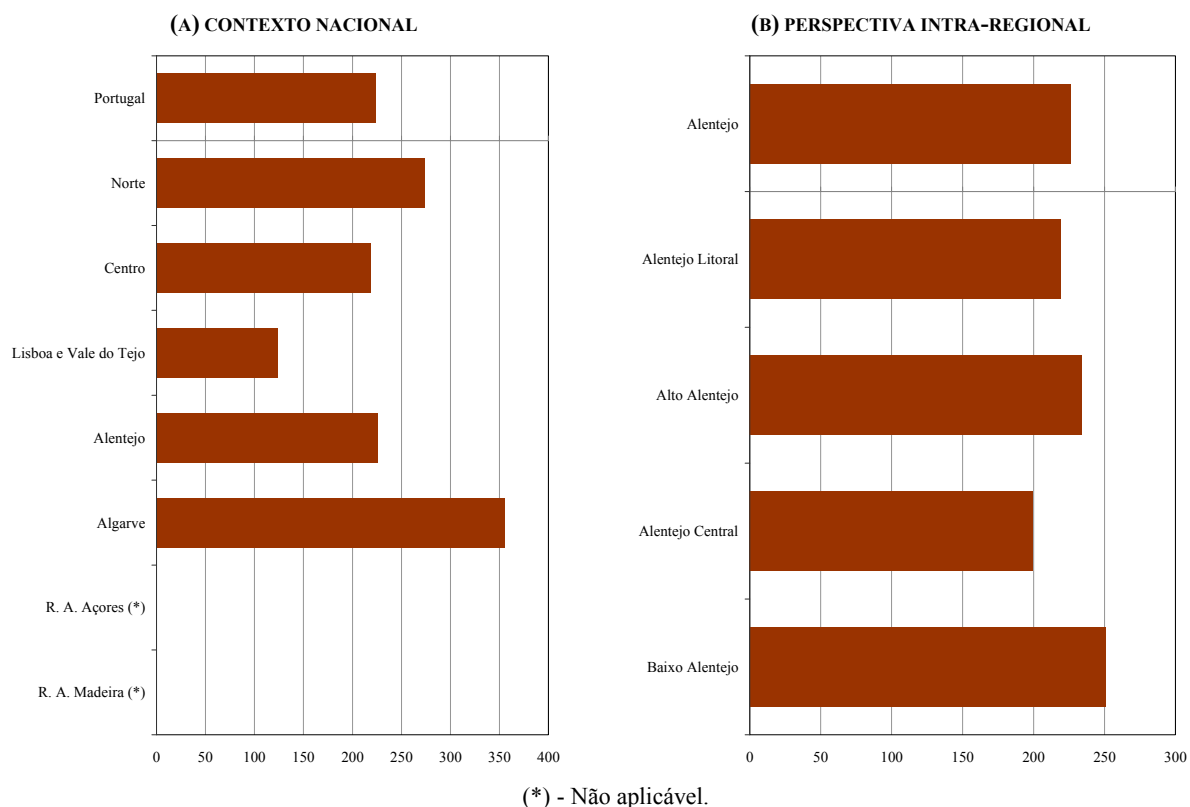
Nota: Densidade de auto-estradas na UE25 (2001) = 1,4 km por km².

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Eurostat (2003), Regions: Statistical Yearbook, e Comissão Europeia (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

A fim de aferir o grau de centralidade vs perifricidade da região do Alentejo no contexto nacional, importa determinar a distância da Região aos principais mercados do território nacional: Lisboa e Porto. Para este efeito, verifica-se que a região do Alentejo apresenta uma distância média aos principais pólos de actividade económica nacional ligeiramente acima da distância média de todas as NUTS II do território continental – ver Figura 2.3.42. A região do Alentejo beneficia da considerável proximidade à NUTS III Grande Lisboa, sendo o seu distanciamento mais expressivo, contudo, no que concerne ao acesso ao mercado do Grande Porto.

Do ponto de vista intra-regional, a região do Alentejo Central evidencia a menor distância média aos principais mercados, impulsionada pela proximidade à região da Grande Lisboa, enquanto as regiões do Baixo e Alto Alentejo registam os maiores sinais de perifricidade em resultado da maior distância relativa à capital nacional.

FIGURA 2.3.42 – DISTÂNCIAS AOS PRINCIPAIS MERCADOS
(EM KM)



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto a partir da Base de Dados Georeferenciada da Michelin

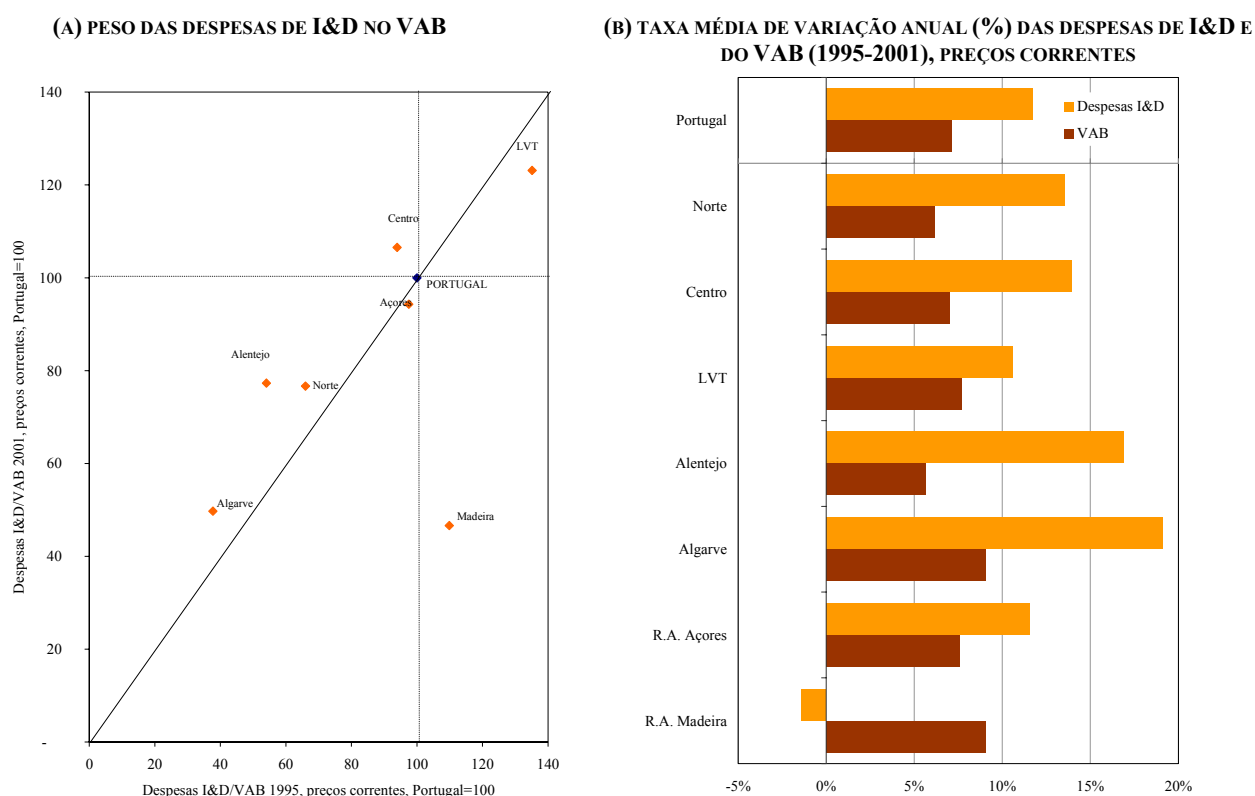
O esforço de endogeneização e incorporação de novos conhecimentos nas empresas no sentido da sua inserção nos mercados e redes globais de hoje alcançou, ainda, resultados muito incipientes na região do Alentejo, em resultado da fraca capacidade de ultrapassar um conjunto de barreiras à difusão regional de inovações e novas tecnologias. Na região do Alentejo, essas barreiras não estão apenas associadas ao défice de actividades de I&D, por parte das empresas, Estado, Ensino Superior e IPSFL, mas também aos

reduzidos níveis habilitacionais dos recursos humanos na Região e aos elevados custos locais de procura e triagem de informação.

A determinação do peso das despesas em I&D, na região do Alentejo, nas entidades de suporte (IPSFL – Instituições Privadas sem Fins Lucrativos – ensino superior e Estado) no VAB regional permite verificar que a Região realizou, na segunda metade da década de 90, uma trajectória de reforço das despesas em I&D regional (a Região evidencia uma elevada taxa média de variação anual das despesas em I&D no período 1995-2001) contudo, este reforço mostrou-se insuficiente para convergir para as despesas em I&D médias nacionais – ver Figura 2.3.43.

Apesar das referidas entidades de suporte – ensino superior, Estado e as IPSFL – serem os principais executores de I&D na região, com particular ênfase para o ensino superior, superando claramente o fraco dinamismo evidenciado pela participação do tecido empresarial nas despesas de actividades de investigação e desenvolvimento, a contribuição relativa das despesas em I&D destas entidades no VAB regional posiciona-se, ainda assim, abaixo da média nacional, o que indicia a insuficiência e fraca robustez das iniciativas de investigação e desenvolvimento desenvolvidas na Região.

FIGURA 2.3.43 – DESPESAS EM I&D NAS ENTIDADES DE SUPORTE EM % DO VAB NOS ANOS 90



Nota: As entidades de suporte envolvidas são: Estado; Ensino Superior e Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (IPSFL).

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do OCES/MCIES, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, e INE, Contas Regionais

3. COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL NAS REGIÕES PORTUGUESAS: EM BUSCA DA EQUIDADE

Trabalhada a temática da competitividade, passa-se, neste ponto, à abordagem específica, relativamente extensiva e compreensiva, das questões da coesão económica social e dos avanços registados em matéria de equidade ao longo dos anos 90, numa lógica sequencial de apresentação, uma vez mais, de resultados, trajectórias/processos e condições de coesão da região do Alentejo, projectando, sempre que possível, o seu posicionamento, neste domínio, no espaço europeu e nacional onde se integra e, numa perspectiva intra-regional, o nível registado, em diversas áreas temáticas relevantes, de heterogeneidade ou homogeneidade entre as diferentes sub-regiões que a compõem.

Neste quadro, começam-se então por avaliar os principais resultados do modelo de desenvolvimento português em matéria de coesão económica e social entre a região do Alentejo e as restantes regiões NUTS II nacionais e entre as diferentes sub-regiões que a integram.

O tratamento dos aspectos mais económicos da coesão como a distribuição nacional do rendimento bruto colectável, a maior ou menor capacidade regional de retenção/atracção de rendimento face à capacidade relativa de criação de valor acrescentado e a ventilação das disparidades regionais ao nível das produtividades sectoriais dá início a este subponto 3.1 do presente relatório regional. Seguem-se os principais resultados em matéria de coesão e justiça social, passando-se em revista algumas questões fundamentais em matéria de saúde pública, educação, acção social e redistribuição.

Apresentados os principais resultados, passa-se, seguindo a lógica referida, à caracterização do modelo de coesão, em termos do nível e forma de articulação entre os progressos registados em matéria de competitividade e coesão económica e a evolução da coesão social, constituindo os mercados de trabalho regionais e, designadamente, o cruzamento dos resultados do seu funcionamento com a mudança progressiva do perfil regional de especialização produtiva espaços privilegiados de análise desta interacção.

Analisa-se, por fim, as condições/determinantes da coesão económica e social regional em termos da maior ou menor acessibilidade revelada por parte dos cidadãos a um conjunto variado de equipamentos colectivos existentes na região, nas áreas, designadamente, da:

- Saúde
- Educação
- Cultura e Lazer
- Acção Social
- Redes Viárias
- Ambiente.

3.1. GRANDES RESULTADOS DA COESÃO

A região do Alentejo apresenta uma forte coesão interna nos níveis de rendimento regionais, a qual deriva do facto dos reduzidos níveis exibidos, serem um traço comum à esmagadora maioria dos concelhos da Região. Os fracos níveis de rendimento registados na Região enquadram-se com as carências sentidas nas estruturas habilitacionais dos recursos humanos, tendo em conta que a Região exibe os maiores níveis de analfabetismo, no contexto de todas as NUTS II do território nacional, indiciando a presença de debilidades regionais ao nível do grau de desenvolvimento económico e social.

Nos últimos anos, a Região perdeu a capacidade de se auto-regenerar demograficamente, em consequência do aumento da esperança média de vida, do acentuado envelhecimento demográfico e da manutenção de níveis de fecundidade abaixo do limiar de substituição de gerações. O acentuado nível de envelhecimento populacional da Região repercute-se num acentuado grau de isolamento social da população mais idosa e em condições de pobreza com contornos significativos ao nível da carência económica revelada pelos agregados familiares da Região.

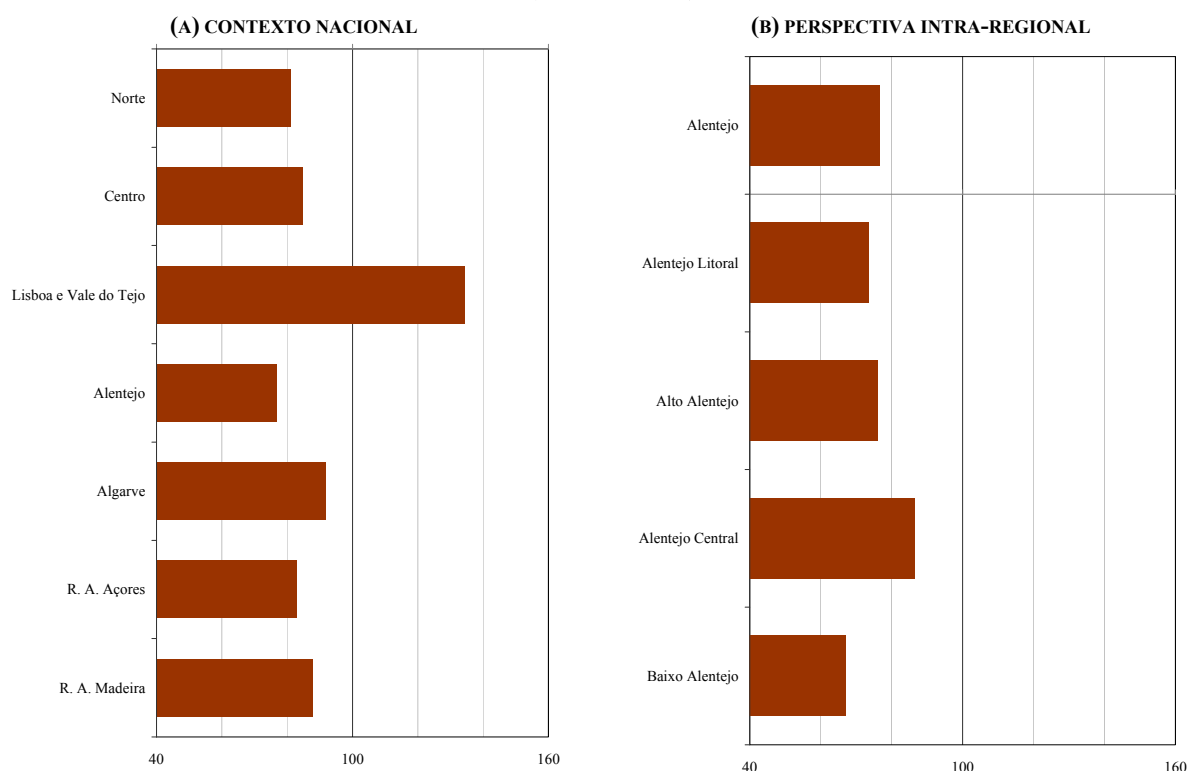
As características sociais e económicas mais marcantes na Região reflectem-se, necessariamente, na estrutura de meios de subsistência da população residente, a qual é pautada por uma importância mais expressiva, comparativamente com a média nacional, das prestações de rendimento mínimo garantido, de pensões/reformas e do subsídio de desemprego.

A região do Alentejo apresenta um nível médio de rendimento inferior ao patamar médio nacional, dado o rendimento regional se posicionar em cerca de 76,7% da média nacional – ver Figura 3.1.1. Este comportamento regional é justificado pela presença de baixos níveis habilitacionais nos recursos humanos da região, os quais tendem a estar associados a níveis mais reduzidos de rendimento, bem como pelo elevado grau de envelhecimento populacional (em geral associado a níveis de instrução mais reduzidos) e acentuado nível de desemprego regional, os quais em dificultam a obtenção de ocupações profissionais com níveis remuneratórios mais favoráveis.

Do ponto de vista intra-regional, os níveis de rendimento mais elevados são registados na região Alentejo Central, senda esta a NUTS III com os níveis habilitacionais mais favoráveis na região do Alentejo, enquanto a região do Baixo Alentejo, com os níveis de instrução menos atractivos no contexto da região do Alentejo, revela os níveis de rendimento médio mais desfavoráveis.

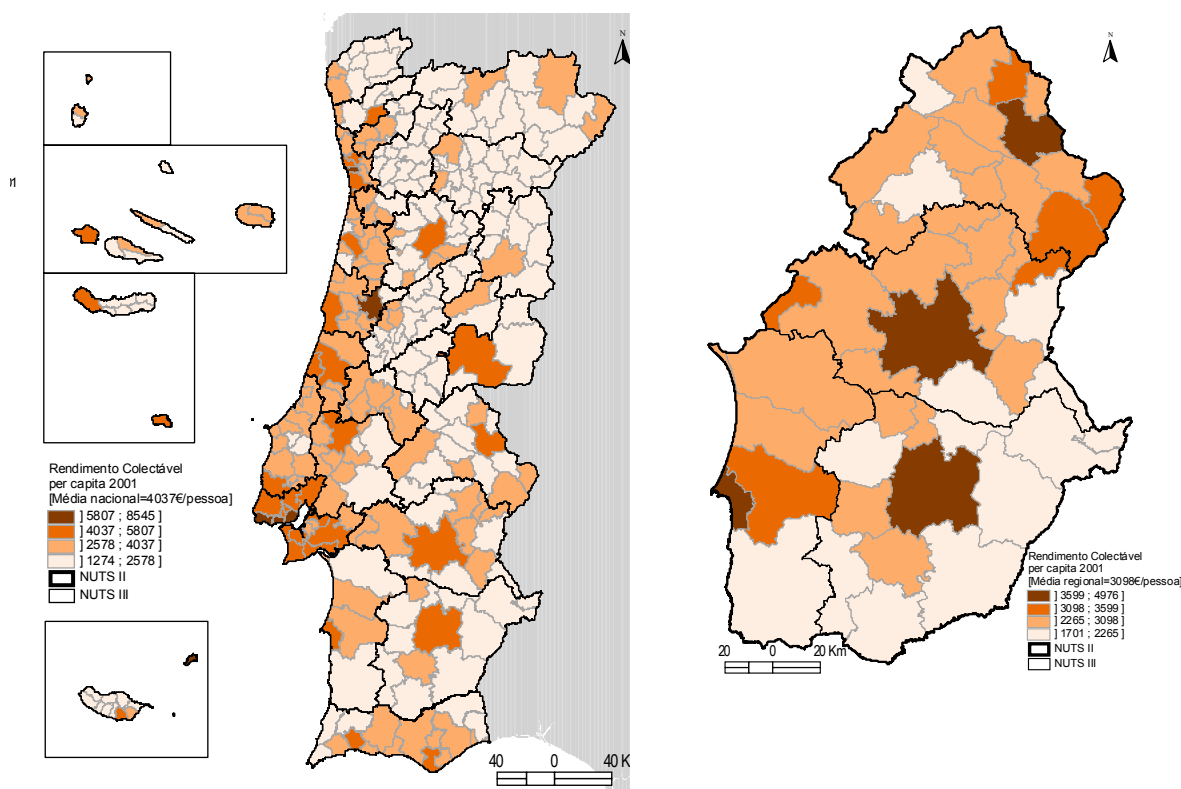
**FIGURA 3.1.1 – RENDIMENTO COLECTÁVEL *PER CAPITA*:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL E INTRA-REGIONAL (2001)**

(PORTUGAL=100)



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados da Direcção Geral de Contribuições e Impostos e INE, Contas Regionais

A determinação dos níveis de rendimento colectável *per capita*, segundo uma perspectiva concelhia, permite assinalar os níveis mais acentuados neste indicador em concelhos que se assumem como importantes aglomerados populacionais da região do Alentejo, respectivamente, Évora, Beja, Portalegre e Sines – ver Figura 3.1.10. Por seu turno, os níveis de rendimento colectável *per capita* mais reduzidos são uma tónica dominante nos concelhos da região do Baixo Alentejo.

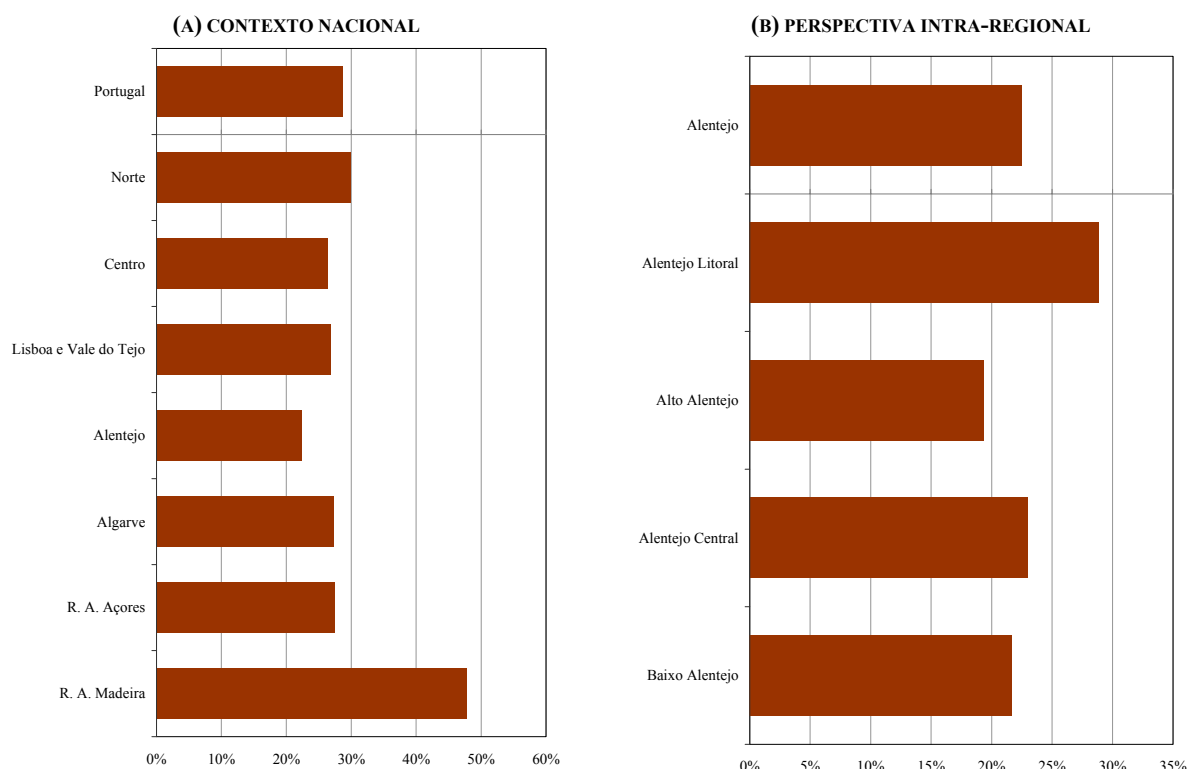
FIGURA 3.1.2 - RENDIMENTO COLECTÁVEL *PER CAPITA*: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados da Direcção Geral de Contribuições e Impostos e INE, Contas Regionais

Com vista a medir o nível de coesão interna de cada região, no que concerne à repartição do rendimento colectável por habitantes, recorreu-se a um indicador de dispersão concelhia do rendimento familiar. A região do Alentejo apresenta o grau de dispersão concelhia do rendimento familiar mais reduzido no contexto nacional, indiciando uma forte coesão interna, a qual deriva do facto dos reduzidos níveis de rendimento colectável exibidos, serem um traço de homogeneidade na esmagadora maioria dos concelhos da Região – ver Figura 3.1.3.

Do ponto de vista intra-regional, a região do Alentejo Litoral evidencia as assimetrias mais acentuadas na distribuição dos rendimentos familiares, o que em grande medida resulta do contraste existente entre por um lado, os níveis de rendimento mais favoráveis presentes no concelho com maior densidade do tecido económico nesta NUTS III, o pólo industrial de Sines, e por outro lado, as carências de rendimento familiares exibidas no concelho de Odemira. Por oposição, a NUTS III Alto Alentejo evidencia o menor grau de dispersão concelhia do rendimento familiar, sugerindo, como tal, maior solidez na coesão regional interna.

**FIGURA 3.1.3 - DISPERSÃO CONCELHIA DO RENDIMENTO COLECTÁVEL:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NACIONAL E INTRA-REGIONAL (2001)**



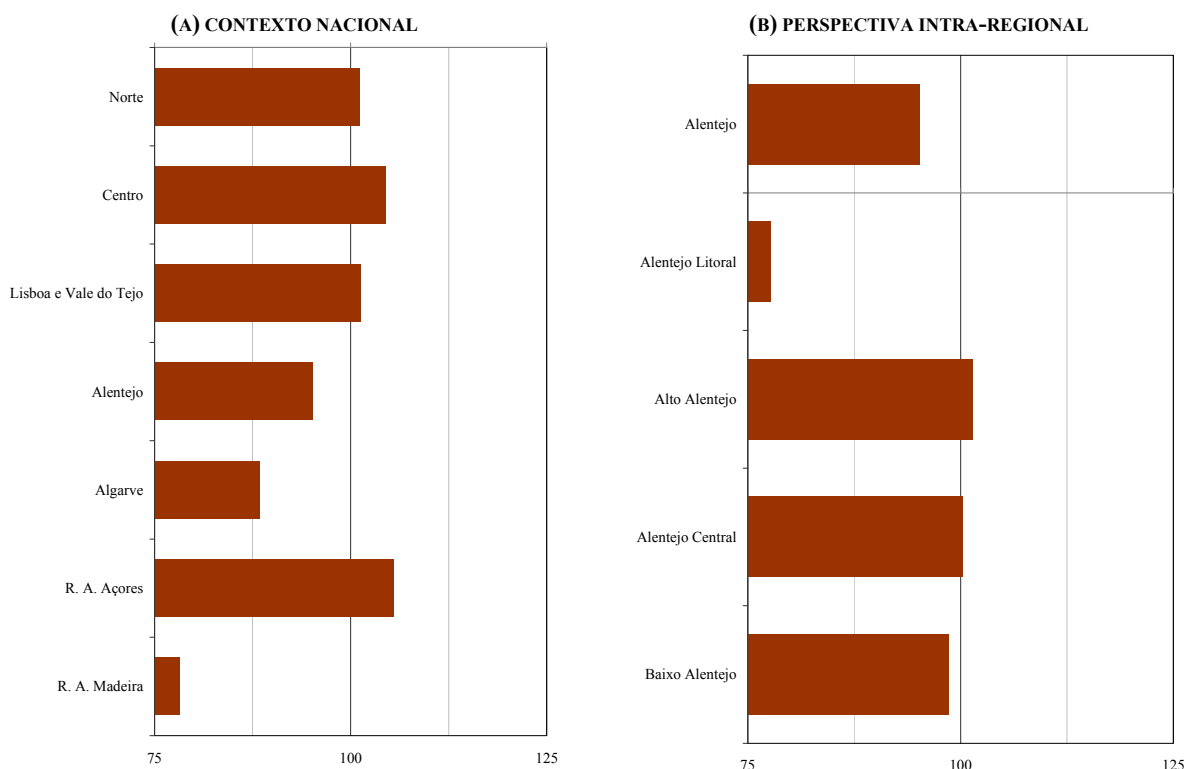
Nota: Dispersão concelhia do rendimento colectável *per capita* = Coeficiente de variação (desvio padrão / média) para cada uma das regiões, em %.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados da Direcção Geral de Contribuições e Impostos e INE, Contas Regionais

Em seguida, procede-se à análise da capacidade de retenção do rendimento na região do Alentejo com base na comparação efectuada entre o posicionamento relativo da Região, no contexto nacional, no campo dos níveis de rendimento colectável exibidos face aos respectivos níveis de PIB *per capita*. Neste sentido, verifica-se que a Região evidencia uma fraca capacidade de retenção de rendimento, tendo em conta o pior posicionamento relativo registado nos níveis de rendimento colectáveis regionais face aos respectivos níveis de PIB *per capita* – ver Figura 3.1.4.

Colocando o foco da análise ao nível intra-regional, observa-se que as NUTS III Alto Alentejo e Alentejo Central evidenciam a maior capacidade de atracção de rendimento regional, dado possuírem um posicionamento relativo mais atractivo no rendimento colectável que nos níveis de PIB *per capita* exibidos.

**FIGURA 3.1.4 – CAPACIDADE RELATIVA DE RETENÇÃO/ATRACÇÃO DE RENDIMENTO
FACE À CAPACIDADE RELATIVA DE CRIAÇÃO DE VALOR ACRESCENTADO (2001)**



Nota: Este indicador resulta do quociente entre o rendimento colectável *per capita*, em índice (Portugal=100) e o PIB *per capita*, em índice (Portugal=100).

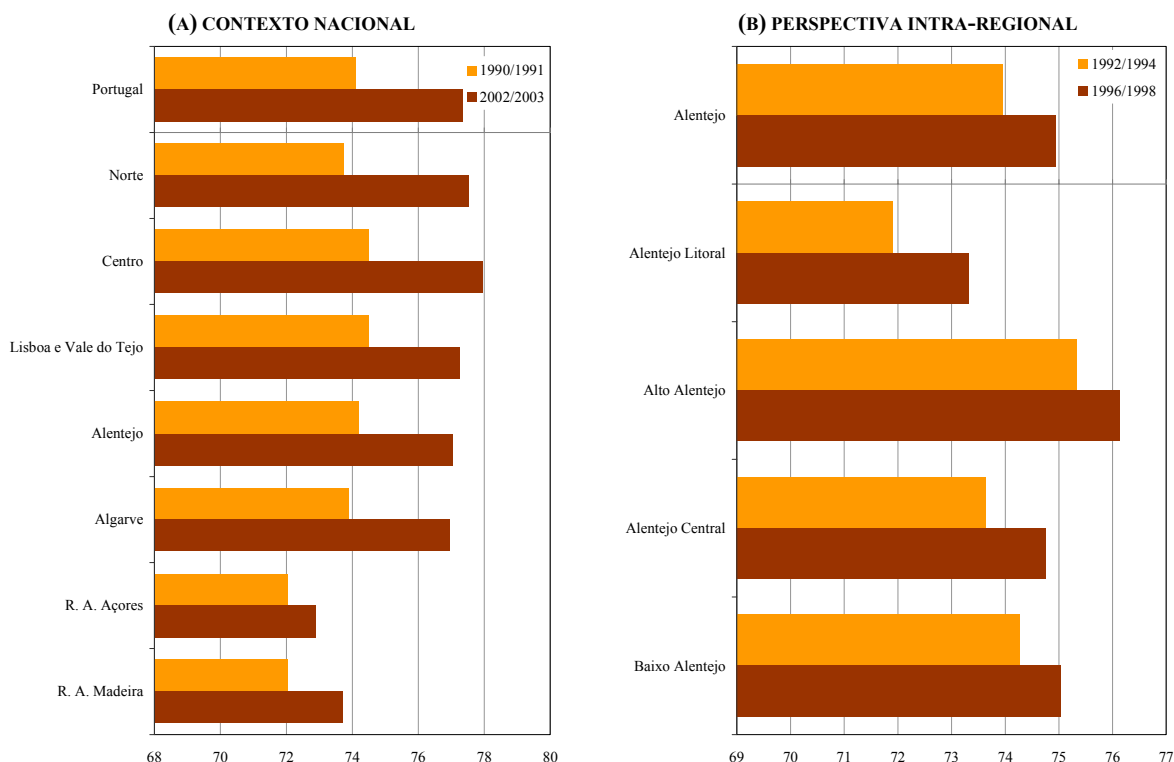
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados da Direcção Geral de Contribuições e Impostos e INE, Contas Regionais

A região do Alentejo acompanhou a tendência desenhada no espaço nacional, ao longo da última década, de aumento da esperança média de vida, exibindo, no período 2002/2003 níveis de esperança média de vida muito próximos da média nacional (respectivamente 77,1 anos na região do Alentejo e 77,4 anos no espaço nacional) – ver Figura 3.1.5.

Nos últimos anos, a Região perdeu a capacidade de se auto-regenerar demograficamente, em consequência do aumento da esperança média de vida, do acentuado envelhecimento demográfico e da manutenção de níveis de fecundidade abaixo do limiar de substituição de gerações. Esta trajectória demográfica tem exercido reflexos negativos no despovoamento, que se tem generalizado a quase todo o território, sendo particularmente intenso nas áreas rurais mais deprimidas, onde a população é cada vez mais idosa, devido à saída dos activos para fora da Região, ou para os aglomerados populacionais sede de concelho.

Do ponto de vista intra-regional, destaca-se a NUTS III Alto Alentejo com os níveis de esperança média de vida mais atractivos na região do Alentejo.

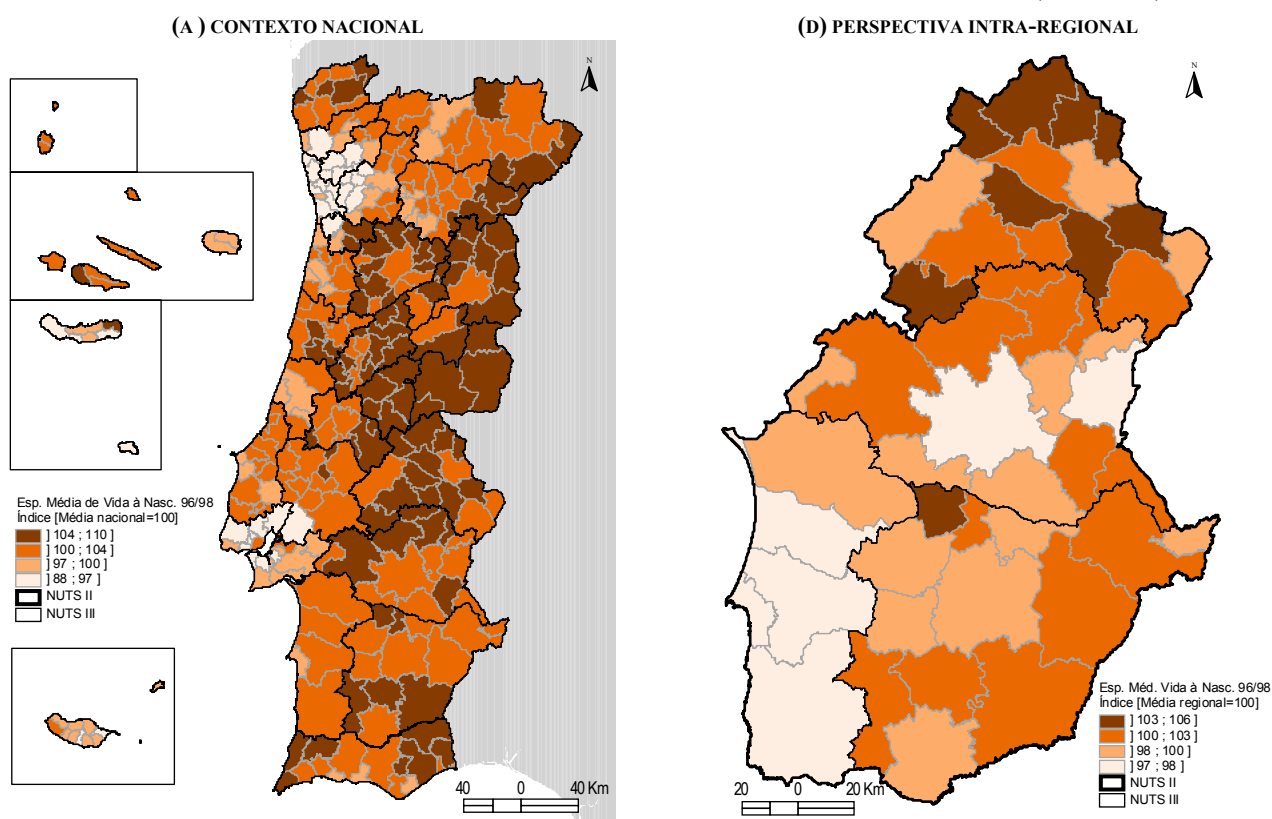
**FIGURA 3.1.5 – ESPERANÇA MÉDIA DE VIDA À NASCENÇA, NOS ANOS 90
(EM ANOS)**



Fonte: INE (2001), Natalidade, Mortalidade e Esperança de Vida à Nascença nos Concelhos Portugueses – Uma Correção pela Estrutura Etária

A determinação dos níveis de esperança média de vida na região do Alentejo, segundo uma perspectiva concelhia, permite verificar que todos os concelhos da NUTS III Alentejo Litoral evidenciam valores bastante desfavoráveis neste indicador, enquanto a maioria dos concelhos da NUTS III Alto Alentejo registam os níveis de esperança média de vida mais elevados na região do Alentejo. Com efeito, os níveis de esperança média de vida mais acentuados são registados por concelhos desta NUTS III, designadamente por Gavião, Nisa, Castelo de Vide, Marvão, Arronches, Monforte, Mora e Alter do Chão, sendo a única exceção o concelho de Alvito na NUTS III Baixo Alentejo – ver Figura 3.1.6.

Por outro lado, é possível observar que alguns dos principais agregados populacionais da Região, designadamente Évora, Beja, Santiago do Cacém, Portalegre, Odemira, Grândola e Sines registam níveis de esperança média de vida mais reduzidos no contexto regional.

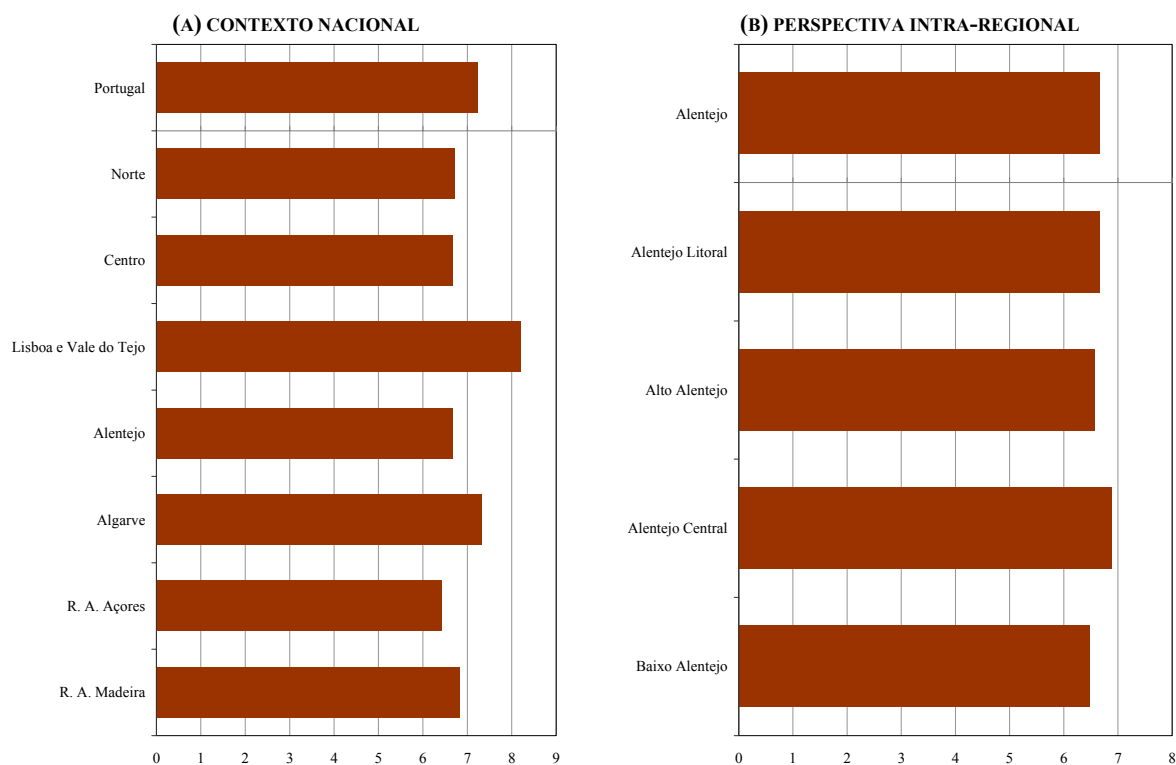
FIGURA 3.1.6 – ESPERANÇA MÉDIA DE VIDA À NASCENÇA: PERSPECTIVA CONCELHIA (1996/1998)

Fonte: INE (2001), Natalidade, Mortalidade e Esperança de Vida à Nascença nos Concelhos Portugueses – Uma Correção pela Estrutura Etária

A região do Alentejo apresenta um número médio de anos de escolaridade da população residente inferior à média nacional – ver Figura 3.1.7 –, o que se enquadra com os baixos níveis de instrução dos recursos humanos da Região e, especificamente, com a escassez de população habilitada com níveis de ensino superiores, indiciando a presença de debilidades regionais ao nível do grau de desenvolvimento económico e social.

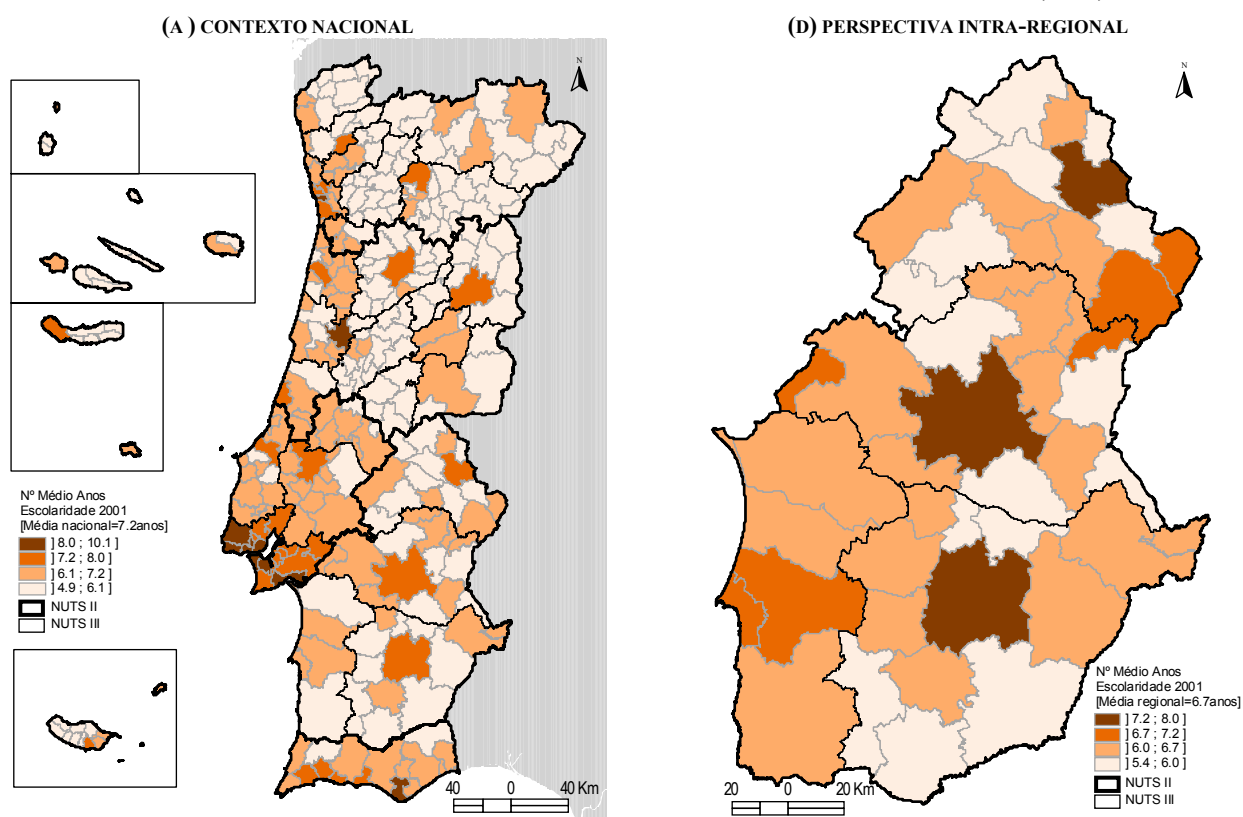
Do ponto de vista intra-regional, o Alentejo Central revela o número médio de anos de escolaridade mais favorável na região do Alentejo, efeito estimulado pela capitalidade de Évora, pela sua importância relativa regional ao nível da oferta de serviços de ensino superior e pela capacidade de atracção de residentes com melhores níveis habilitacionais, tendo em conta a maior densidade relativa do seu tecido económico regional.

**FIGURA 3.1.7 – N° MÉDIO DE ANOS DE ESCOLARIDADE:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL E INTRA-REGIONAL (2001)**



Fonte: Elaborado pela equipa do projecto com base em dados do INE, Censos

Colocando o foco numa perspectiva concelhia na região do Alentejo, verifica-se que os números médios de anos de escolaridade mais elevados são registados nos concelhos de Évora, Beja e Portalegre – ver Figura 3.1.8 – o que coincide com os concelhos onde se concentram a maioria das instituições universitárias do Alentejo, designadamente a Universidade de Évora, o Instituto Politécnico de Beja e o Instituto Politécnico de Portalegre, revelando, como tal, os referidos concelhos, uma maior capacidade de atracção de alunos no ensino superior e de qualificação da população residente.

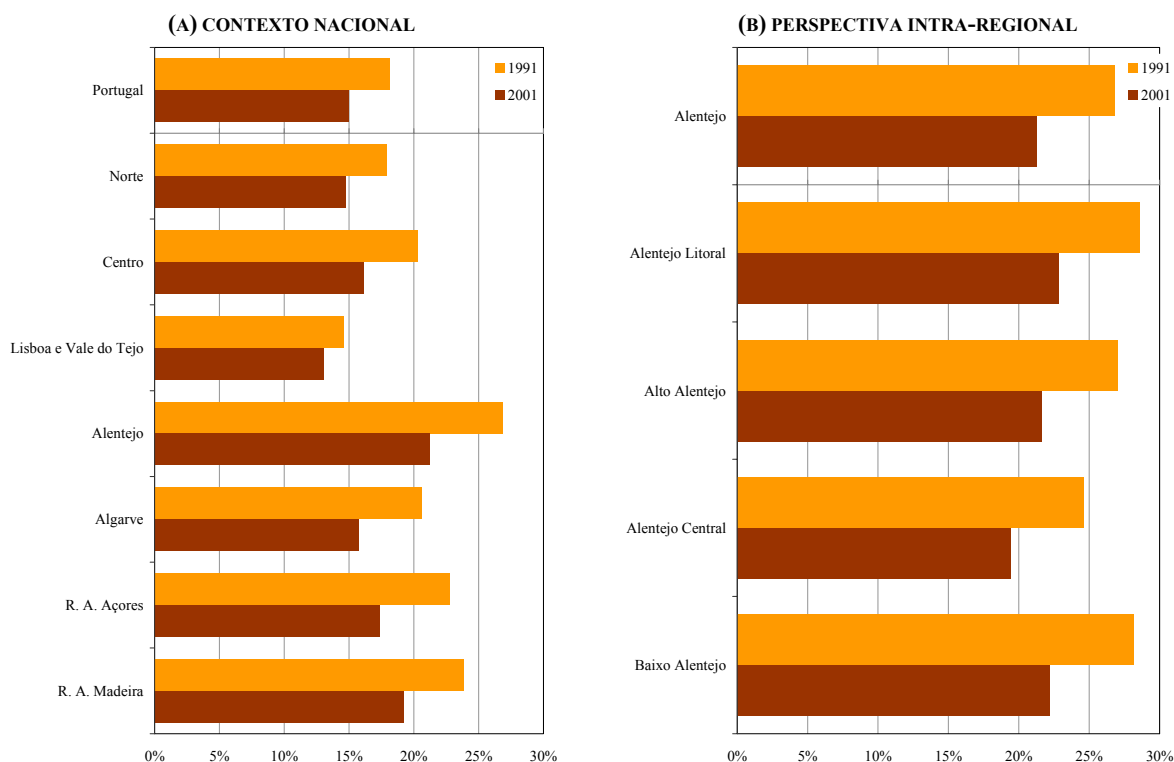
FIGURA 3.1.8 – Nº MÉDIO DE ANOS DE ESCOLARIDADE: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)

Fonte: Elaborado pela equipa do projecto com base em dados do INE, Censos

A região do Alentejo exibe os maiores níveis de analfabetismo no contexto de todas as NUTS II do território nacional – ver Figura 3.1.9. Apesar da Região ter acompanhado a tendência nacional, ao longo da última década, de redução dos níveis de analfabetismo, fruto dos investimentos realizados no sector educativo, a Região continuou, em 2001, a registar os níveis mais preocupantes neste indicador, os quais são, em grande medida, explicados pelo acentuado nível de envelhecimento populacional da Região.

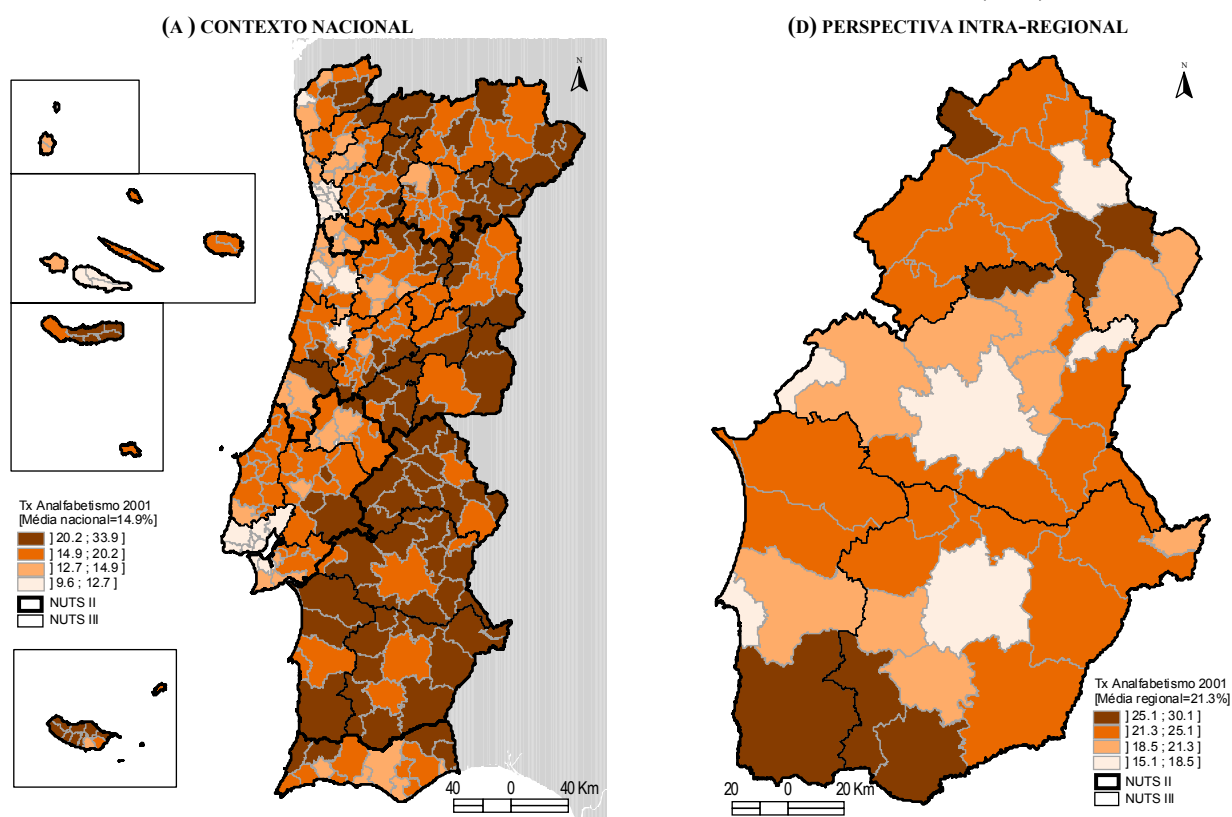
No seio da região do Alentejo, é possível verificar que as NUTS III Alentejo Litoral e Baixo Alentejo revelam as taxas de analfabetismo mais preocupantes, enquanto a NUTS III Alentejo Central se enquadra com o posicionamento mais favorável neste indicador, o que era expectável dados os melhores níveis habilitacionais e menores níveis de envelhecimento revelados pela população residente nesta região.

**FIGURA 3.1.9 – TAXA DE ANALFABETISMO NOS ANOS 90:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL E INTRA-REGIONAL**



Fonte: Elaborado pela equipa do projecto, com base em dados do INE, Censos

Colocando o foco numa perspectiva concelhia, é possível verificar que as elevadas taxas de analfabetismo são um traço comum a todos os concelhos da região do Alentejo comparativamente com o panorama nacional – ver Figura 3.1.10 (mapa A). Apesar dos traços desfavoráveis de uniformidade concelhia detectados neste indicador é possível, ainda assim, distinguir um conjunto de concelhos com taxas de analfabetismo menos preocupantes no seio da região do Alentejo, designadamente Évora, Beja, Sines, Vendas Novas, Portalegre e Vila Viçosa. No pólo oposto, os concelhos de Sousel, Odemira, Ourique, Almodôvar, Monforte, Arronches e Gavião apresentam os níveis de analfabetismo mais gritantes. É de realçar que os níveis de envelhecimento populacional que caracterizam o segundo sub-conjunto de concelhos mencionados são bastante mais acentuados que os que pautam o primeiro sub-conjunto, estando na raiz da formação de níveis habilitacionais dos recursos humanos mais desfavoráveis, visíveis aliás nas reduzidas percentagens de população empregada nesses concelhos com ensino superior, e propiciando, deste modo, a existência de taxas de analfabetismo mais alarmantes.

FIGURA 3.1.10 – TAXA DE ANALFABETISMO: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)

Fonte: Elaborado pela equipa do projecto, com base em dados do INE, Censos

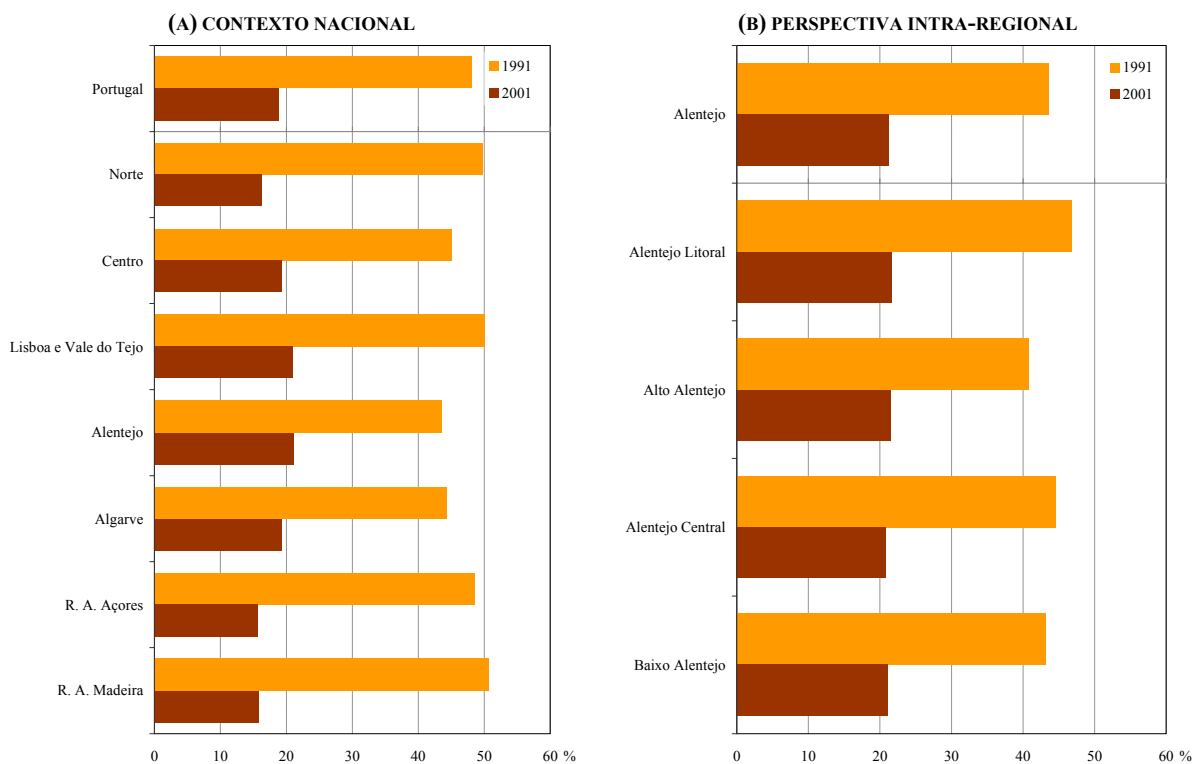
A região do Alentejo revela, em 2001, o peso de idosos isolados, no total de idosos residentes, mais acentuado no contexto de todas as NUTS II do território nacional – ver Figura 3.1.11 –, respectivamente 21,2%. Ao longo da década de 90, todas as NUTS II do espaço nacional revelaram um aumento da capacidade de inserção de idosos em núcleos familiares mais alargados, efectuando uma trajectória de combate ao isolamento social, de tal modo que, em 2001, o peso dos idosos isolados no total de idosos residentes era substancialmente mais reduzido em todo o território nacional.

Importa, no entanto, mencionar que, a região do Alentejo, apresentou uma evolução bastante menos favorável que as restantes NUTS II, dado que, em 1991, a Região apresentava um peso de idosos isolados inferior ao peso médio nacional sendo, no final da década, a região com o grau de isolamento social de idosos mais acentuado. Esta evolução decorre do acentuado processo de envelhecimento que marcou a região do Alentejo, ao longo da última década, em resultado quer do êxodo das camadas etárias jovens fomentando a existência de reduzidas taxas de natalidade, quer do aumento da esperança média de vida, o que contribuiu para agravar os problemas de isolamento social da população mais idosa na região. Com efeito, os problemas de pobreza e de isolamento social agravam-se significativamente com o aumento da população idosa, maioritariamente constituída na Região por inactivos que provêm de profissões pouco diferenciadas, ligadas à agricultura, e que na sua maior parte auferem pensões muito baixas.

Do ponto de vista intra-regional, observa-se que apesar de todas as NUTS III terem registado uma trajectória marcada pela melhoria dos níveis de isolamento social, esta evolução foi bastante menos intensa nas NUTS III do Alentejo que no espaço nacional, de tal forma que, em 2001, todas as NUTS III

exibiam um peso de idosos isolados superior ao peso médio nacional. Não obstante este posicionamento, é a região do Alentejo Central a NUTS III que revela um posicionamento ligeiramente mais favorável no seio da região do Alentejo, dado exibir um peso ligeiramente mais reduzido de idosos isolados na população idosa residente.

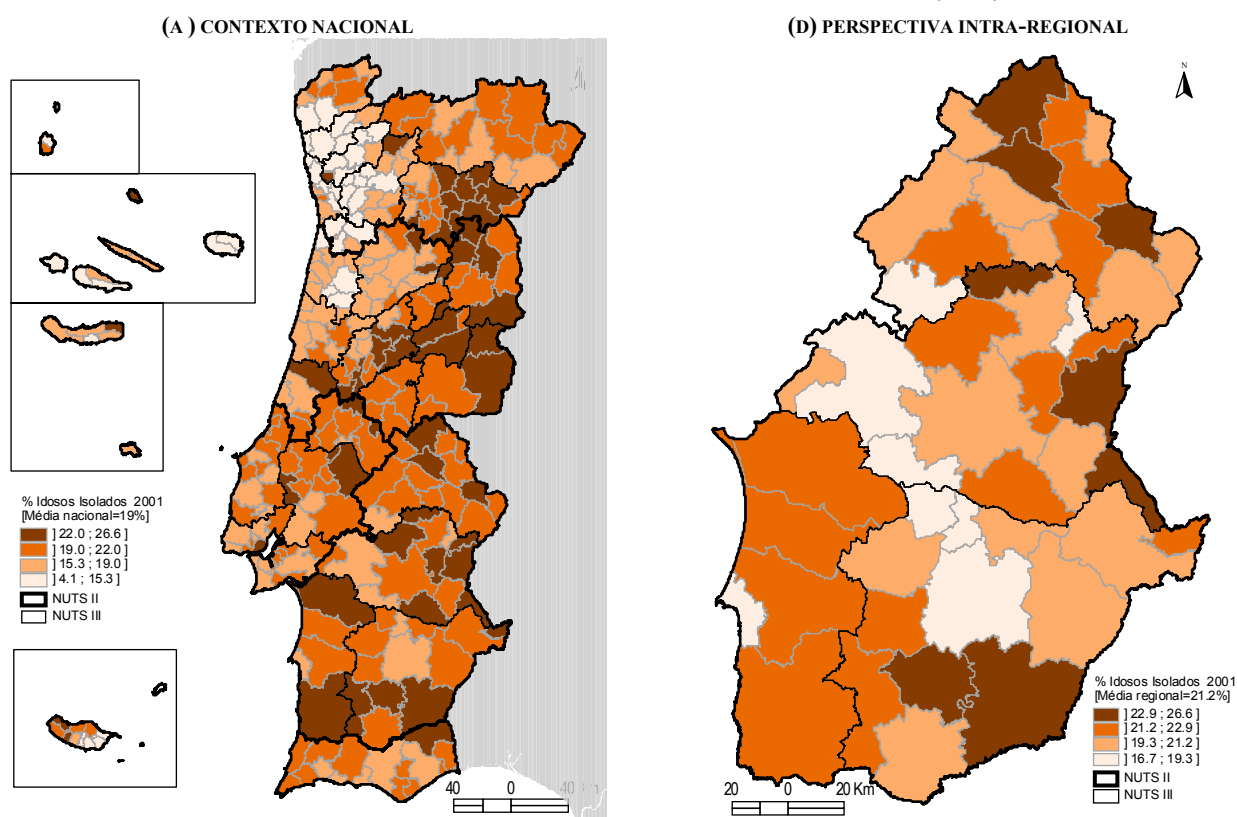
FIGURA 3.1.11 – IDOSOS ISOLADOS NOS ANOS 90:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL E INTRA-REGIONAL



Nota: Idosos Isolados = % dos idosos isolados no total da população residente com mais de 65 anos

Fonte: Elaborado pela equipa do projecto, com base em dados do INE, Censos

Numa perspectiva concelhia, é possível verificar que concelhos como Castro Verde, Mértola, Sousel, Alandroal, Mourão, Nisa, Crato e Arronches exibem um grau de isolamento social de idosos mais preocupante no seio da região do Alentejo – ver Figura 3.1.12 – tendo estes concelhos exibido níveis de envelhecimento consideravelmente acentuados. Por seu turno, os concelhos de Beja, Sines, Alvito, Cuba, Borba, Viana do Alentejo, Montemor-o-Novo e Mora apresentam os pesos de idosos isolados, no total da população idosa residente, mais reduzidos.

FIGURA 3.1.12 – IDOSOS ISOLADOS: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)

Nota: Idosos Isolados = % dos idosos isolados no total da população residente com mais de 65 anos

Fonte: Elaborado pela equipa do projecto, com base em dados do INE, Censos

A aferição das especificidades intrínsecas ao modo de organização familiar e social da população residente na região do Alentejo pode ser feita com base nas características mais marcantes da estrutura de rendimentos que suportam os meios de subsistência da população. As condições económicas e sociais mais marcantes na região do Alentejo exercem necessariamente repercussões sobre o modelo de vida e a estruturas de rendimentos familiares da Região, conferindo-lhes especificidades próprias.

Com efeito, a região do Alentejo apresenta, face ao espaço nacional, as seguintes características na sua estrutura de meios de subsistência da população residente:

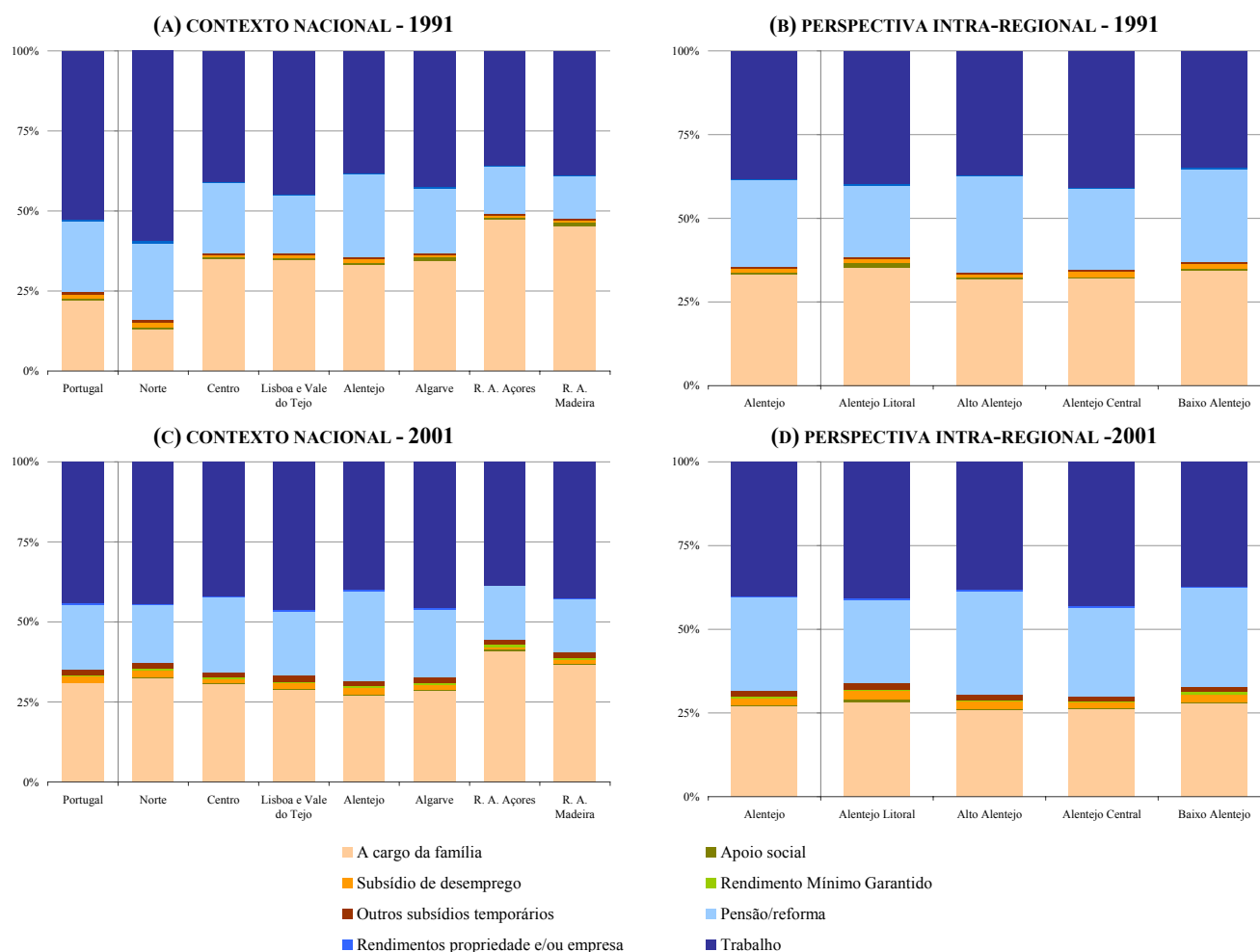
- A proporção de população que apresenta como principal meio de subsistência o subsídio de desemprego é mais acentuada na região do Alentejo comparativamente com o peso médio nacional, decorrendo esta situação do facto da Região registar a taxa de desemprego mais elevada do país. Com efeito, na Região o desemprego reveste-se de contornos significativos sendo as mulheres as principais afectadas, assim como os desempregados de longa duração, o que reflecte o cariz estrutural do desemprego regional, sendo um aspecto sintomático dos desequilíbrios existentes nas qualificações dos recursos humanos;
- O peso de população que assenta o seu principal meio de subsistência nas prestações de rendimento mínimo garantido é mais acentuado na Região face à média nacional, traduzindo um

menor nível relativo de desenvolvimento económico da Região e a consequente presença mais expressiva de agregados familiares em situação de carência económica. Com efeito, a elevada taxa de desemprego, associada ao acentuado envelhecimento demográfico e à segregação dos espaços mais periféricos da Região, estão na base do aparecimento de significativos problemas de pobreza, constituindo-se o Alentejo como uma das regiões onde este fenómeno tem uma incidência maior. Na Região as situações de pobreza e marginalidade social têm vindo a ser combatidas através da crescente implementação do Rendimento Mínimo Garantido, complementado com medidas de (re)inserção sócio-profissional e com o envolvimento crescente de Instituições Particulares de Solidariedade Social;

- A importância das pensões/reformas como principal meio de subsistência é mais acentuada na região do Alentejo comparativamente com o panorama nacional, o que se enquadra com os elevados níveis de envelhecimento populacional registados na Região;
- Os rendimentos provenientes do trabalho ocupam, pelas razões em cima expostas – desemprego, agregados familiares em situação de carência económica e envelhecimento populacional –, uma posição menos significativa como suporte financeiro familiar na Região do Alentejo face à média nacional.

Do ponto de vista intra-regional assinalam-se algumas particularidades designadamente:

- A NUTS III Alentejo Central revela o maior peso de agregados familiares cujos rendimentos são provenientes do trabalho e as menores contribuições relativas das prestações de Rendimento Mínimo Garantido e do subsídio de desemprego, o que decorre da maior densidade relativa do tecido económico desta região, das menores carências económicas evidenciadas, bem como do facto de ser esta a sub-região do Alentejo onde o problema do desemprego é menos gravoso;
- As NUTS III Alentejo Litoral e Baixo Alentejo apresentam a maior expressividade de agregados familiares que possuem como principal meio de subsistência o subsídio de desemprego, o que enquadra com os maiores níveis de desemprego exibidos por estas sub-regiões no seio da região do Alentejo;
- A contribuição do Rendimento Mínimo Garantido como meio de subsistência dos agregados familiares é mais sentida na região do Baixo Alentejo, traduzindo as carências económicas das famílias desta Região;
- As NUTS III Alto Alentejo e Baixo Alentejo evidenciam os maiores pesos relativos das pensões/reformas nos rendimentos familiares dos residentes, o que decorre dos maiores níveis de envelhecimento relativo exibidos por estas regiões.

FIGURA 3.1.13 – PRINCIPAL MEIO DE SUBSISTÊNCIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE NOS ANOS 90

Nota: O Rendimento Mínimo Garantido não se incluía nos meios de subsistência da população residente em 1991 porque só foi instituído posteriormente, em 1997.

Fonte: Elaborado pela equipa do projecto, com base em dados do INE, Censos

As condições de pobreza atingem, na região do Alentejo, contornos significativos ao nível da carência económica revelada pelos agregados familiares. Com efeito, na Região, é expressiva a percentagem de famílias que possuem níveis de rendimentos inferiores a 60% do rendimento mediano nacional, dado cerca de 24,9% dos agregados familiares não atingirem o limiar de pobreza, superando a média nacional de 20,2% – ver Figura 3.1.14. Com efeito, as elevadas taxas de desemprego, associadas ao elevado envelhecimento demográfico da Região têm fomentado o aparecimento de situações de pobreza e de isolamento social com uma incidência significativa na Região, visíveis na maior importância relativa das prestações de rendimento mínimo garantido comparativamente com a expressão média nacional.

Do ponto de vista da carência das condições de vida que asseguram a manutenção de um nível de vida dignificante, designadamente no que concerne a condições adequadas de alojamento, bens de equipamento e meios de transporte, é possível verificar que o peso de famílias em situação de privação de condições de vida adequadas, na região do Alentejo, apesar de ser significativamente elevado, cerca de 25,4%, consegue, ainda assim, ser ligeiramente inferior ao peso médio nacional, cerca de 27,6% – ver Figura 3.1.15.

CAIXA 3.1.1- METODOLOGIA DE CÁLCULO DOS ÍNDICES DE POBREZA**Índice de Pobreza segundo o Rendimento (IPR)**

O IPR tem por base um conceito de receita líquida total que incorpora receitas monetárias e não monetárias, e sobre o qual se identifica a linha de pobreza. Das etapas operacionais para o cálculo do índice, destacam-se:

- Apuramento da receita média líquida total, a preços correntes, de cada Agregado Doméstico Privado (ADP) considerando o conjunto das receitas líquidas totais, designadamente rendimentos do trabalho, pensões e prestações sociais, e das receitas não monetárias, como autoconsumo, autoabastecimento, autolocação, salários em espécie, etc..
- Cálculo e posterior imputação a cada agregado familiar da receita líquida total por adulto equivalente, tendo em conta a escala de equivalência da OCDE Modificada: 1º adulto = 1; restantes adultos = 0,5; crianças menores de 14 anos = 0,3.
- A linha de pobreza, segundo recomendações do EUROSTAT, é traçada nos 60% da mediana do valor da receita líquida total por adulto equivalente, atendendo à distribuição da receita pelos indivíduos/agregados familiares.

O valor do Índice de Pobreza segundo o Rendimento determina-se pela percentagem de ADP que tem rendimento inferior ao estabelecido pela linha de pobreza segundo o rendimento.

Índice de Pobreza segundo as Condições de Vida (IPCV)

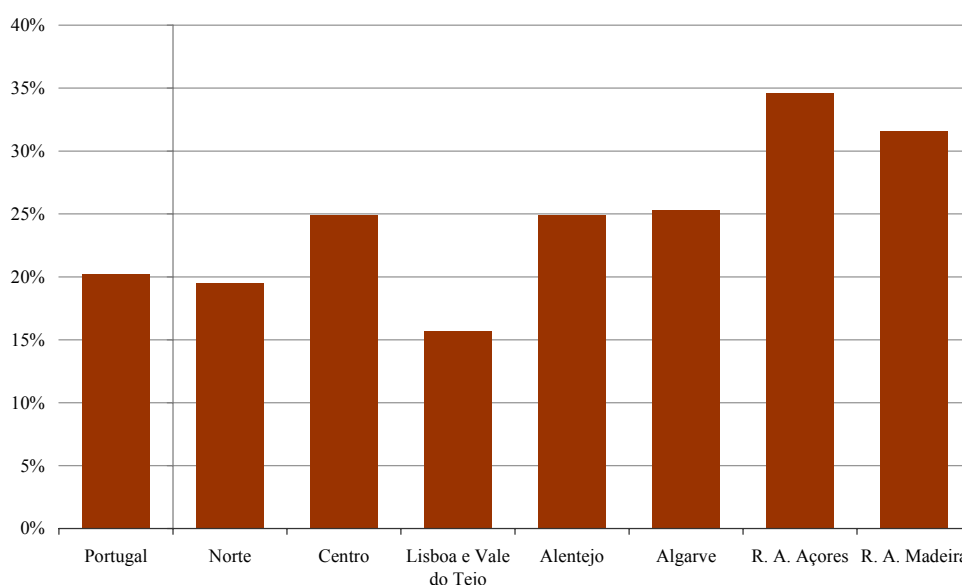
O IPCV incorpora informação relativa essencialmente à privação de condições adequadas de alojamento, de bens de equipamento e meios de transporte, considerando-se, neste caso, um agregado tanto mais pobre quanto maior a acumulação de privação no conjunto dos itens considerados para a elaboração do índice. Das etapas operacionais para o cálculo do índice, destacam-se:

- Cálculo das frequências relativas do tipo e condições de alojamento, bens de equipamento, meios de transporte e outros bens, para o total dos agregados domésticos privados.
- Atribuição de ponderações de penalização e construção de uma tabela considerando todas as variáveis com penalizações intermédias (teste de consenso): 1 (penalização total) quando o agregado não tem determinadas condições de alojamento ou bens; 0,5 (penalização parcial) atribuído apenas às variáveis instalações sanitárias (incompleta) e água canalizada (só água fria); e 0 (sem penalização) para tipo de alojamento moradias ou apartamento, condições do alojamento completas e posse de bens.
- Selecção das variáveis com base no critério de frequência (teste de frequência), considerando-se para o cálculo dos índices de privação médios as frequências de cada variável inferiores a 50%, ou seja, de todos os bens que existiam em pelo menos metade dos agregados inquiridos. Cálculo do índice médio de privação total.
- Ponderação das variáveis a incluir no score pelas respectivas frequências de não privação, por forma a que o score afecto a cada ADP inclua as penalizações acumuladas por cada bem em falta ou existente de forma incompleta (privação).
- O critério adoptado para a determinação da linha de pobreza foi o índice de privação médio.

O valor do Índice de Pobreza segundo as Condições de Vida determina-se pela percentagem de ADP que tem rendimento inferior ao estabelecido pela linha de pobreza segundo o nível de privação médio.

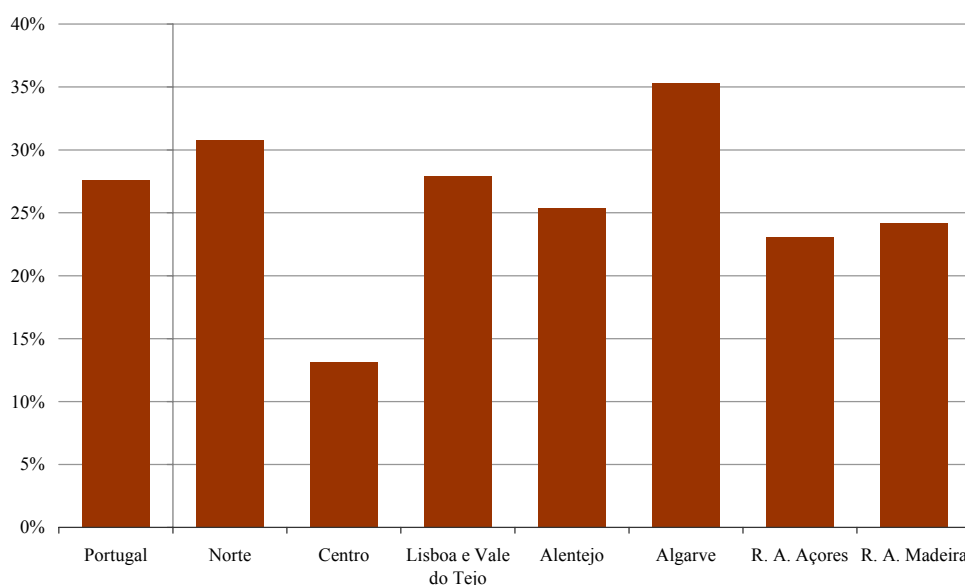
Deste modo, verifica-se que a intensidade das condições de pobreza na região do Alentejo é mais expressiva, face ao panorama nacional, no que concerne aos níveis de rendimento dos agregados familiares, em resultado dos problemas de desemprego e envelhecimento demográfico já identificados. Com efeito, apesar dos problemas de carência económica se reflectirem numa percentagem bastante significativa de famílias que não reúnem condições básicas de vida adequadas, esta proporção é inferior à dimensão deste problema à escala nacional, o que se relaciona com o modo de vida na região, predominantemente rural, no qual por um lado, a possibilidade de reunir condições adequadas à sobrevivência humana ao nível habitacional é bastante menos exigente a nível monetário que nos centros urbanos, onde os preços habitacionais são bastante mais elevados, e por outro lado, têm maior visibilidade os padrões de vida assentes ou complementados em modalidades de auto-consumo, que permitem diminuir a carga sobre as despesas alimentares familiares.

FIGURA 3.1.14 – ÍNDICE DE POBREZA SEGUNDO O RENDIMENTO (2000)



Nota: Índice de pobreza segundo o rendimento = % de agregados domésticos privados com rendimento inferior ao estabelecido pela linha de pobreza segundo o rendimento.

Fonte: INE (2004), Pobreza e Exclusão Social nas Famílias com Idosos em Portugal

FIGURA 3.1.15 – ÍNDICE DE POBREZA SEGUNDO AS CONDIÇÕES DE VIDA (2000)

Nota: Índice de pobreza segundo as condições de vida = % de agregados domésticos privados com rendimento inferior ao estabelecido pela linha de pobreza segundo o nível de privação médio.

Fonte: INE (2004), Pobreza e Exclusão Social nas Famílias com Idosos em Portugal

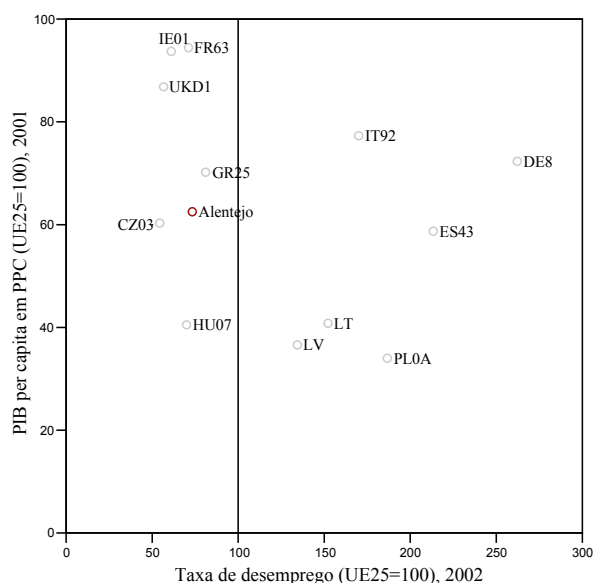
3.2. MODELO DE COESÃO: A ARTICULAÇÃO ENTRE AS ESFERAS ECONÓMICA E SOCIAL

Não obstante os níveis de desemprego do Alentejo se posicionarem abaixo da média comunitária, a Região apresenta a maior taxa de desemprego do país. Os contornos dos níveis de desemprego da Região colocam a tónica dominante em recursos humanos do sexo feminino e apresentam maior intensidade nos recursos com idade mais avançada e com níveis habilitacionais inferiores, o que dificulta os processos de reconversão profissional.

Com vista a desenvolver uma análise do posicionamento da região do Alentejo, segundo uma óptica de coesão e convergência regional, nos contextos europeu e nacional, importa enquadrar a relação estabelecida entre o nível de vida regional e as taxas de desemprego da região.

Não obstante os níveis de desemprego do Alentejo serem os mais elevados do país, no contexto europeu, a Região posiciona-se abaixo da média comunitária – ver Figura 3.2.1. No seio das regiões da UE tomadas como referência comparativa, o Alentejo ocupa uma posição, em termos de taxa de desemprego, muito próxima do Peloponeso, sendo registadas situações mais favoráveis, no que concerne ao nível de desemprego exibido tendo em conta os níveis de PIB *per capita* registados, apenas nas regiões dos novos países membros onde a competitividade do factor trabalho parece ser claramente mais favorável (Jihozapad na Rep. Checa e Del-Alfold na Hungria). Nos restantes casos em que os níveis de desemprego são mais baixos do que no Alentejo, o PIB *per capita* é significativamente mais elevado, aproximando-se consideravelmente do nível médio do PIB comunitário.

**FIGURA 3.2.1 – PIB PER CAPITA E TAXA DE DESEMPREGO:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU**



Legenda:

DE8-Mecklenburg-Vorpommern	UKD1-Cumbria
GR25-Peloponnisos	CZ03-Jihozápad
ES43-Extremadura	HU07-Dél-Alföld
FR63-Limousin	LT-Lietuva
IE01-Border, Midland and Western	LV-Latvija
IT92-Basilicata	PL0A-Podlaskie
PT14-Alentejo	

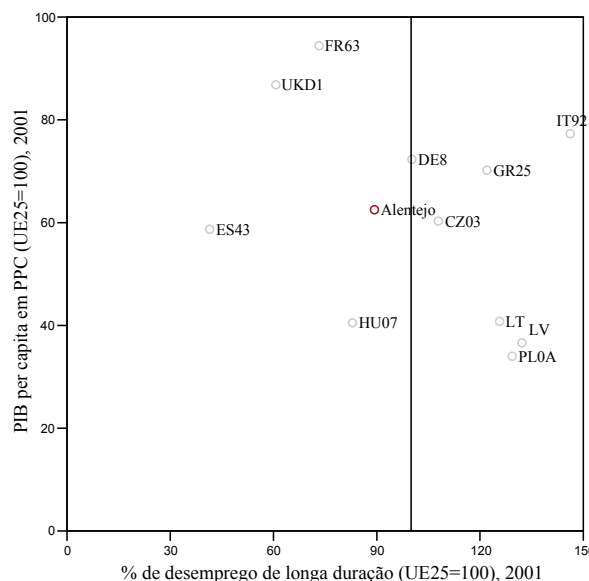
Nota: Taxa de desemprego da UE25 (2002) = 9%.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Comissão Europeia (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

A determinação do posicionamento da região do Alentejo, no contexto europeu, no que concerne ao desemprego de longa duração, permite verificar que a Região evidencia níveis de desemprego de longa duração muito próximos da situação média da UE25 e mais favoráveis que a maioria dos níveis registados pelas regiões utilizadas como referência comparativa – ver Figura 3.2.2.

Este posicionamento da região do Alentejo no contexto europeu não reflecte o seu comportamento à escala nacional, tendo em conta que os desempregados à procura do primeiro emprego são aqueles que menos contribuem para o total dos desempregados, facto que reflecte o cariz estrutural do desemprego regional, maioritariamente constituído por desempregados à procura de novo emprego e, em particular, por um número considerável de desempregados de longa duração (desempregados há mais de um ano). O cariz estrutural do desemprego na região do Alentejo é um reflexo dos défices sentidos ao nível das qualificações escolares e profissionais, facto que dificulta a reinserção destes desempregados no mercado de trabalho.

**FIGURA 3.2.2 – PIB PER CAPITA E DESEMPREGO DE LONGA DURAÇÃO:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU**



Nota: % de desemprego de longa duração na UE25 (2001) = 44,7%.

Legenda:

DE8-Mecklenburg-Vorpommern

GR25-Peloponnisos

ES43-Extremadura

FR63-Limousin

IE01-Border, Midland and Western

IT92-Basilicata

PT14-Alentejo

UKD1-Cumbria

CZ03-Jihozápad

HU07-Dél-Alföld

LT-Lietuva

LV-Latvija

PL0A-Podlaskie

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Comissão Europeia (2004),
Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

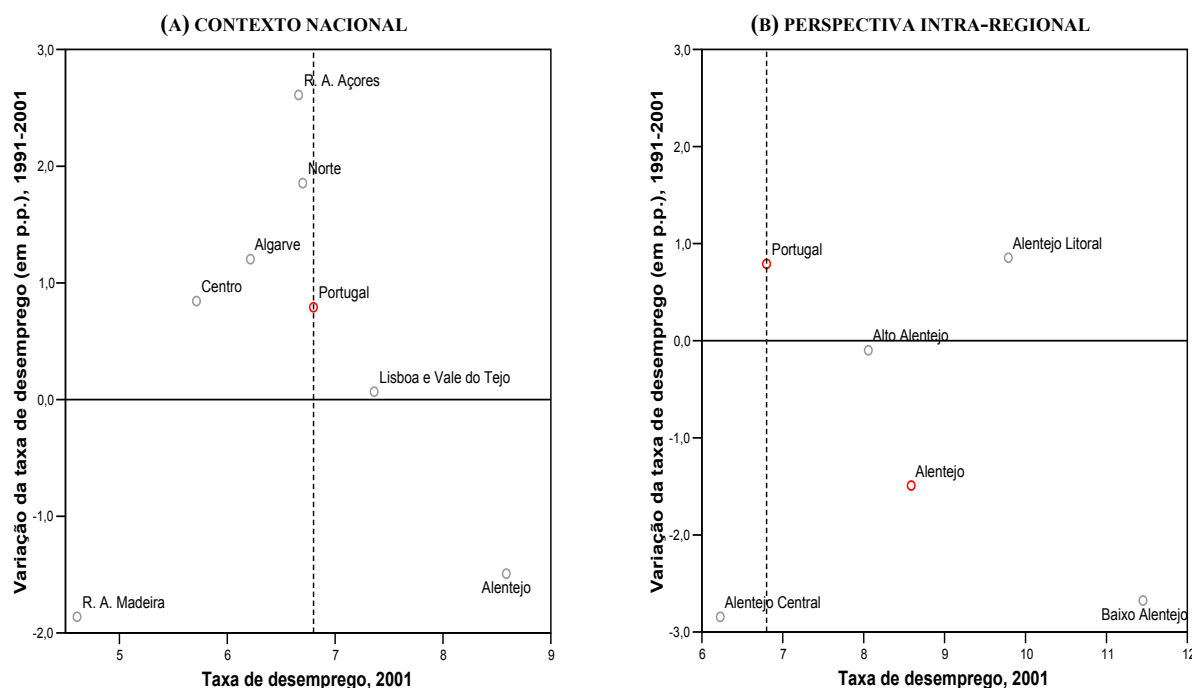
Em termos globais, a região do Alentejo apresenta, em 2001, a maior taxa de desemprego do país tendo, contudo, registado ao longo da década de 90, uma evolução positiva no sentido de redução dos níveis de desemprego exibidos, o que reflecte, quer os resultados dos programas de apoio ao emprego, quer os efeitos decorrentes de alguns grandes investimentos efectuados neste período (EFMA, ampliação da rede rodoviária, alguns empreendimentos turísticos...) – ver Figura 3.2.3.

Uma análise mais detalhada do comportamento das sub-regiões permite retirar o seguinte conjunto de ilações principais:

- O Alentejo Central apresenta os níveis de redução do desemprego mais significativos sendo, em 2001, a única sub-região do Alentejo a evidenciar uma taxa de desemprego inferior à média nacional. A baixa taxa de desemprego evidenciada por esta região enquadra-se com estrutura habilitacional favorável da sua população residente, bem como com a sua estrutura de recursos humanos pautada por um menor grau de envelhecimento comparativamente com as restantes NUTS III da região do Alentejo.
- Contrariamente, as NUTS III do Baixo Alentejo e do Alentejo Litoral apresentam-se como as regiões com as taxas de desemprego mais gravosas, sendo que a NUTS III Alentejo Litoral transmite, ainda, um posicionamento relativo pouco atractivo dado ser a única sub-região a

registar uma variação positiva da taxa de desemprego, ao longo do período 1991-2001, observando-se esta acima da apresentada pela média nacional.

**FIGURA 3.2.3 – TAXA DE DESEMPREGO E VARIAÇÃO DO DESEMPREGO NOS ANOS 90:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL E INTRA-REGIONAL**



Nota: A taxa de desemprego apresentada nesta figura, que tem como fonte de informação os recenseamentos da população, reporta-se ao conceito de desemprego em sentido lato, que, no essencial, deriva do conceito de desemprego em sentido estrito, utilizado por exemplo no inquérito ao emprego, pelo facto de considerar também como desempregados os indivíduos que não desenvolvem iniciativas de procura de emprego, independentemente do seu formato. Por referência, a taxa de desemprego em sentido estrito, proveniente do inquérito ao emprego, em 2001 (média anual) é de 4% para Portugal e de 5,8% p/ o Alentejo.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

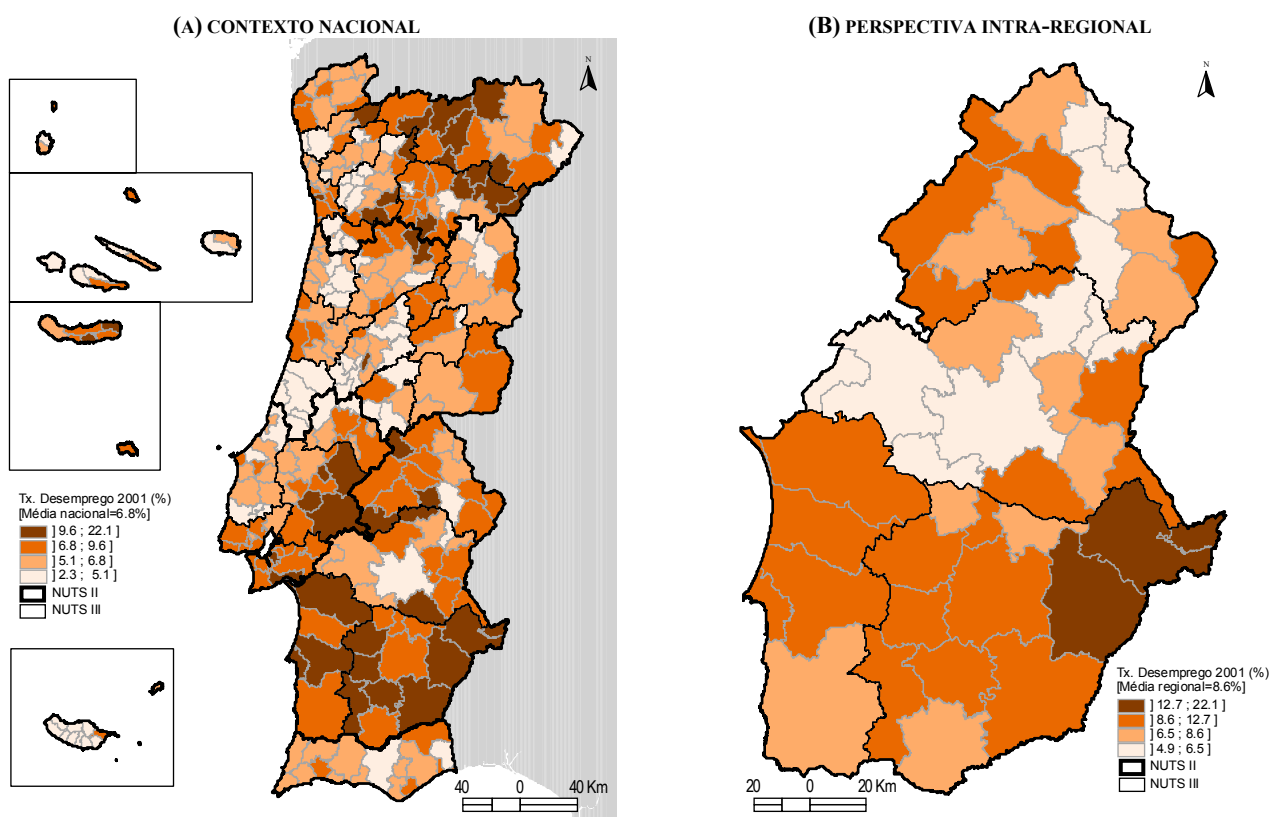
Colocando o foco da análise no comportamento dos concelhos da região do Alentejo ao nível da taxa de desemprego é possível verificar que (ver Figura 3.2.4):

- Os concelhos situados no Eixo Lisboa-Évora apresentam os níveis de desemprego mais reduzidos, sendo mesmo inferiores à média nacional, sugerindo que as vantagens competitivas associadas a este espaço, mencionadas em pontos anteriores, se reflectem de modo positivo sobre a oferta de emprego;
- A área dos mármorez (Estremoz, Borba, Vila Viçosa), que também beneficia de boa acessibilidade (rodovia mais directa entre Lisboa e a fronteira espanhola) e da dinâmica de outras actividades, como a produção vitivinícola, revela também baixos níveis de desemprego;
- O Eixo Monforte-Portalegre-Castelo de Vide constitui outra área com níveis de desemprego bastante reduzidos, processo assente nas funções de capitalidade sub-regional de Portalegre, no desenvolvimento de algumas actividades turísticas e de fabrico de produtos tradicionais de qualidade (queijos, enchidos de Portalegre) e na dinâmica de algumas actividades industriais (e.g.

engarrafamento de águas em Castelo de Vide ou componentes para a indústria automóvel em Portalegre).

- Os concelhos do Alentejo Litoral, a passarem pelo processo de reestruturação já mencionado, apresentam uma situação globalmente desfavorável em termos de desemprego, tendo registado um processo de agravamento nos níveis registados ao longo dos anos 90. A exceção corresponde ao concelho de Grândola, onde os investimentos turísticos são mais significativos e parecem concorrer para uma maior fixação do emprego (ver Figura 3.2.5).
- Imediatamente a Leste do Alentejo Litoral, surge uma faixa de municípios do Baixo Alentejo (Ferreira do Alentejo – Aljustrel – Castro Verde – Ourique) que observam níveis de desemprego razoavelmente elevados.

FIGURA 3.2.4 - TAXA DE DESEMPREGO: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

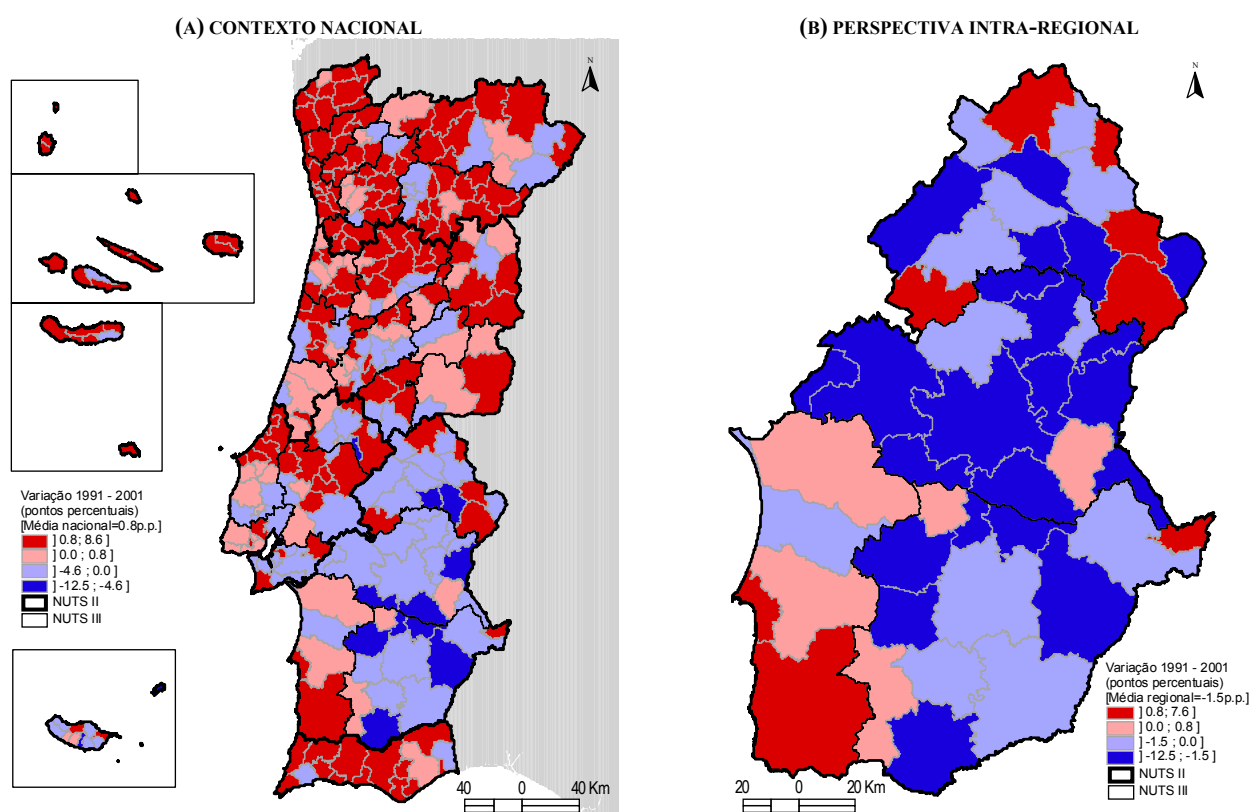
No que concerne à trajetória de níveis de desemprego desenhada pelos concelhos da região do Alentejo, ao longo da década de 90, é possível verificar que embora se tenha observado uma interessante redução do desemprego no conjunto do Baixo Alentejo, é nesta NUTS III que se localiza a maioria dos concelhos com níveis de desemprego mais elevados. A situação mais negativa corresponde a um conjunto de municípios da Margem Esquerda do Guadiana, cuja situação periférica e a fragilidade do tecido empresarial justificam índices de desemprego muito elevados. Nestes casos, a reprodução de sucessos no

domínio da agro-indústria¹¹ e a difusão do efeito Alqueva constituem-se como boas possibilidades para acelerar o crescimento do emprego.

Por outro lado, detecta-se um conjunto de concelhos da metade ocidental do Norte Alentejano que apesar da evolução relativamente favorável registada nos anos 90, continuaram a apresentar no final da década níveis de desemprego relativamente elevados.

Por último, os concelhos situados no Eixo Lisboa-Évora, a área dos mármorez Estremoz, Borba e Vila Viçosa e o Eixo Monforte-Portalegre-Castelo de Vide que, em 2001, apresentavam níveis de desemprego reduzidos, registaram, ao longo da década, níveis de redução do desemprego significativos.

FIGURA 3.2.5 - VARIAÇÃO DO DESEMPREGO NOS ANOS 90: PERSPECTIVA CONCELHIA



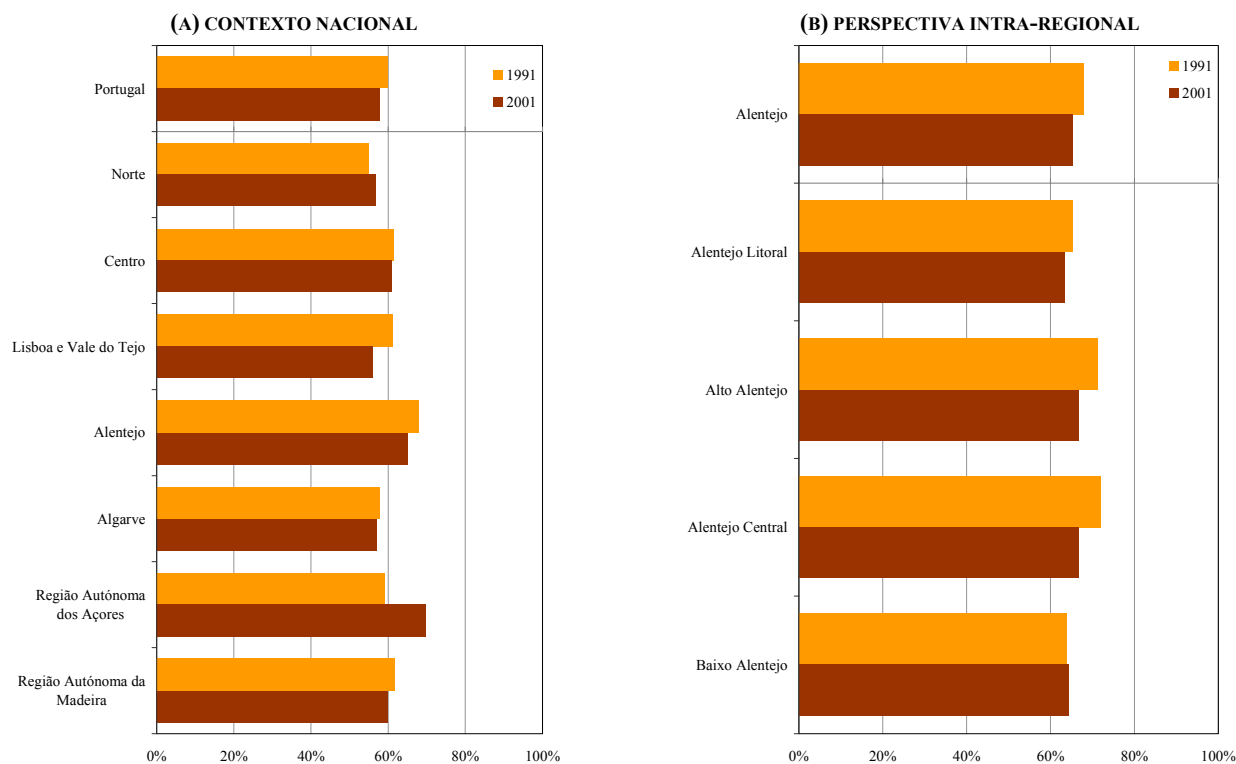
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

Os níveis de desemprego tendem a afectar com mais intensidade o sexo feminino, sendo possível verificar que, em 2001, o mesmo era responsável por cerca de 57,8% do desemprego no espaço nacional. Na região do Alentejo, à semelhança do que se verifica no panorama nacional, são as mulheres as principais afectadas pelo desemprego, contudo, este comportamento assume contornos mais expressivos na Região face ao espaço nacional, dado as mulheres representarem 65,2% do desemprego regional – ver Figura 3.2.6.

¹¹ Um bom exemplo neste domínio corresponde à Cooperativa Agrícola Moura-Barrancos, sobretudo no domínio da produção de azeite.

Do ponto de vista intra-regional, todas as NUTS III, à excepção do Baixo Alentejo, acompanharam ao longo da última década a tendência nacional de redução do peso do desemprego do sexo feminino. Em 2001, são as NUTS III Alentejo Central e Alto Alentejo as regiões que evidenciam com maior expressividade os níveis de desemprego afectos ao sexo feminino.

**FIGURA 3.2.6 – DESEMPREGO FEMININO NOS ANOS 90:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL E INTRA-REGIONAL**



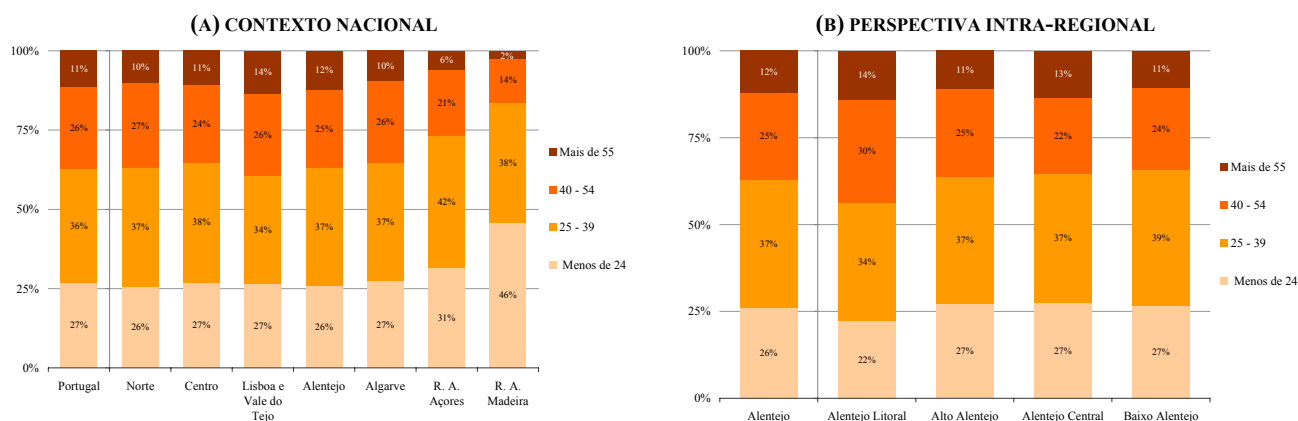
Nota: % do desemprego feminino no total do desemprego.

Fonte: INE, Censos

A estrutura do desemprego por escalão etário, na região do Alentejo, apresenta face à média nacional, em 2001, um peso ligeiramente mais expressivo do desemprego afecto aos recursos humanos com idade mais avançada (acima de 55 anos), bem como uma importância mais ténue de desemprego no escalão etário mais jovem (com idade inferior a 24 anos) – ver Figura 3.2.7.

Ao nível intra-regional, destaca-se a NUTS III Alentejo Litoral como a região com a menor importância relativa de desempregados na faixa etária mais jovem, 22%, sendo inferior ao peso médio nacional de 27%, por contraponto a um peso mais expressivo de desempregados com idades mais elevadas, respectivamente 14%, superando o peso médio nacional de 12%. O posicionamento desta NUTS III enquadra-se com o perfil de mão-de-obra mais requisitado pelo seu perfil de especialização, o qual tende a evidenciar necessidades mais evidentes ao nível da indústria e da logística, capturando recursos humanos mais jovens e tornando mais difícil uma nova inserção na vida profissional de recursos humanos com idade mais avançada.

**FIGURA 3.2.7 – ESTRUTURA DO DESEMPREGO POR ESCALÃO ETÁRIO:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL E INTRA-REGIONAL (2001)**



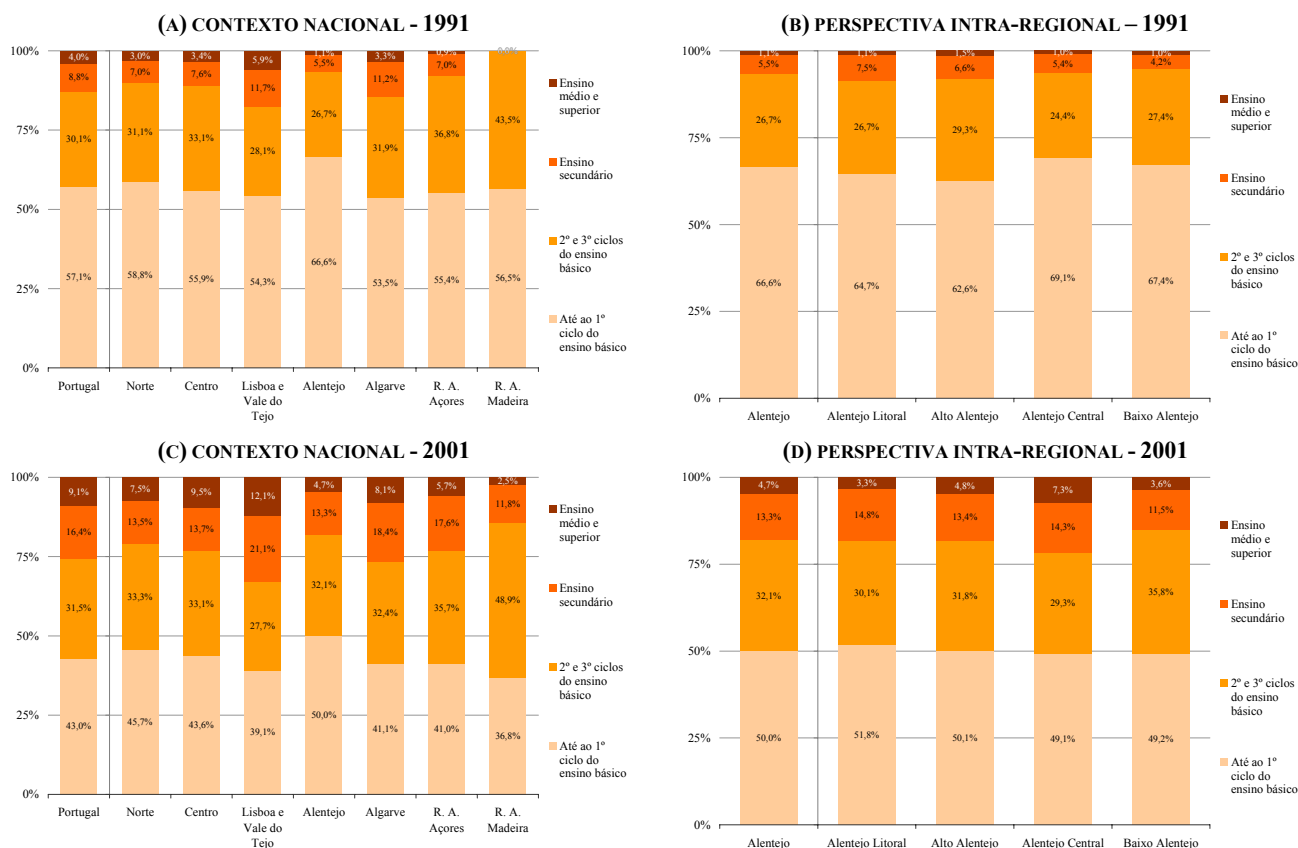
Fonte: INE, Censos

Na região do Alentejo, o desemprego é um fenómeno mais fortemente sentido nos recursos humanos com níveis habilitacionais inferiores, tendo em conta que 50% dos desempregados da Região possuem habilitações apenas até ao 1º ciclo do ensino básico, posicionamento que supera o correspondente peso médio nacional de 43%. Por seu turno, o desemprego que afecta os recursos humanos com ensino médio e superior é, na Região, menos significativo que no panorama nacional, respectivamente 4,7% e 9,1% - ver Figura 3.2.8.

Apesar de, ao longo da década de 90, se ter assistido na Região, e no espaço nacional, a uma significativa quebra do peso dos desempregados com níveis habilitacionais mais reduzidos, a importância dos desempregados com baixo nível de habilitações continua a ser esmagadora na Região, facto que dificulta os processos de reconversão profissional.

Do ponto de vista intra-regional, é a NUTS III Alentejo Litoral a região que evidencia o peso mais significativo de recursos humanos desempregados com baixos níveis habilitacionais, designadamente, 51,8%, registando, por contraponto, o menor peso relativo de desempregados com níveis de instrução e formação mais elevados, respectivamente 3,3%.

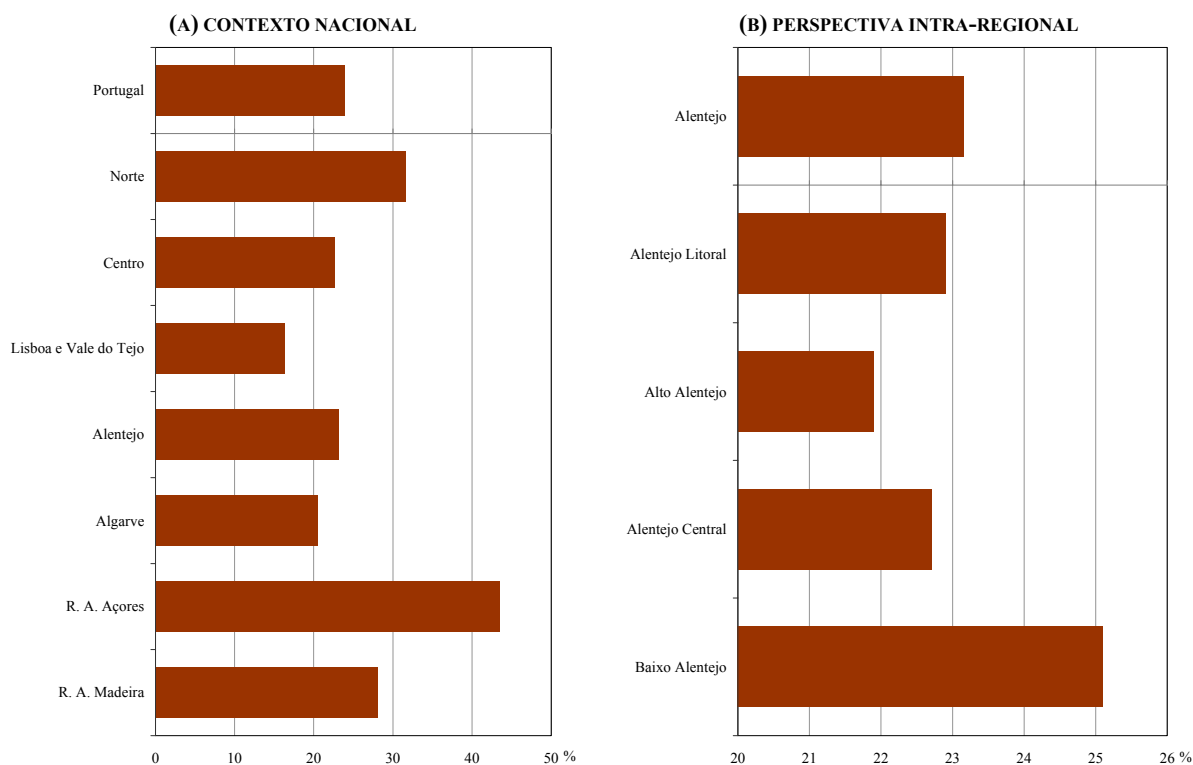
FIGURA 3.2.8 – ESTRUTURA DO DESEMPREGO POR NÍVEIS DE HABILITAÇÃO NOS ANOS 90: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL E INTRA-REGIONAL



Fonte: INE, Censos

A região do Alentejo regista uma taxa de saída antecipada dos jovens do sistema educativo próxima da média nacional (ver Figura 3.2.9), sendo a NUTS III do Baixo Alentejo a região com o maior peso dos jovens entre os 18 e os 24 anos que abandonaram a escola antes de completar o 9º ano de escolaridade, o que se enquadra com os défices habilitacionais evidenciados por esta NUTS III no seio da região do Alentejo, designadamente ao nível dos pesos reduzidos de população residente com instrução elevada e da importância significativa de população nas camadas habilitacionais inferiores.

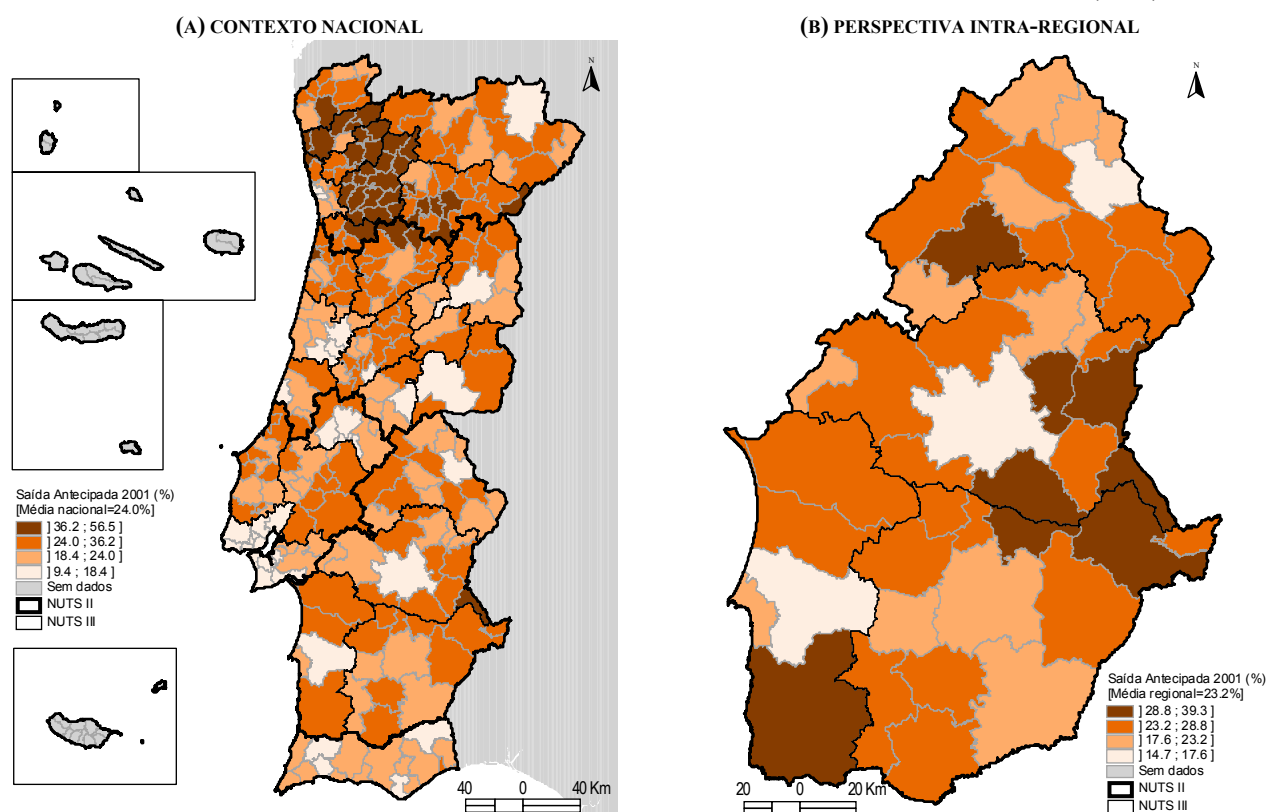
**FIGURA 3.2.9 – SAÍDA ANTECIPADA DO SISTEMA EDUCATIVO:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL E INTRA-REGIONAL (2001)**



Nota: Saída antecipada = indivíduos dos 18 aos 24 anos que saíram da escola antes de completar a escolaridade obrigatória (9º ano), por cada 100 indivíduos dos 18 aos 24 anos.

Fonte: INE, Censos

O panorama concelhio no que concerne ao indicador da saída antecipada dos jovens (18 a 24 anos) do sistema educativo antes de terminarem a escolaridade obrigatória (9º ano) permite assinalar como concelhos com um posicionamento mais atractivo neste indicador, Évora e Portalegre – em virtude do papel assumido enquanto importantes pólos de ensino na região do Alentejo – e Santiago do Cacém (ver Figura 3.2.10). Os concelhos do Baixo Alentejo, por oposição, tendem a evidenciar na sua generalidade um posicionamento consideravelmente desfavorável neste indicador.

FIGURA 3.2.10 – SAÍDA ANTECIPADA DO SISTEMA EDUCATIVO: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)

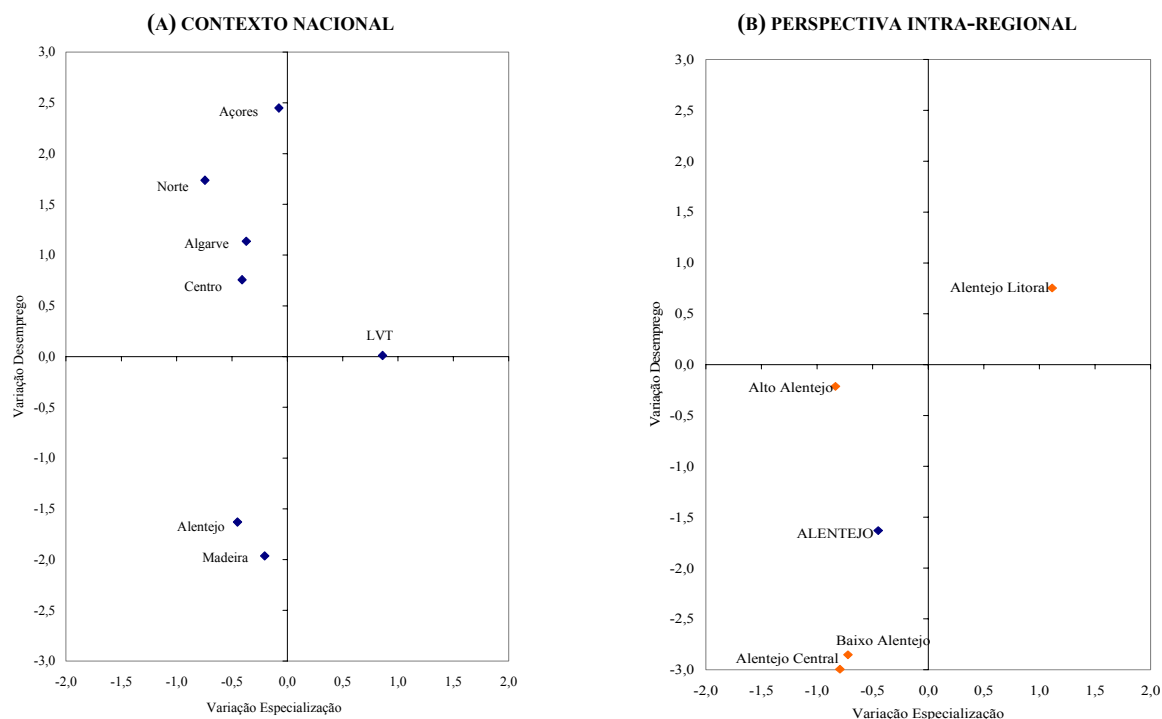
O estabelecimento de uma análise comparativa entre a variação percentual do desemprego (1991-2001) e a variação percentual da produtividade relacionada com alterações na especialização produtiva das regiões (1995-2001) permite aferir a interacção existente entre domínios com diferentes vertentes, um de cariz social e um de cariz económico. Neste contexto, é possível abordar se as variações nos níveis de produtividade de uma região, resultantes de alterações desenhadas no perfil de especialização produtivo, se manifestam na criação de um menor nível de desemprego (maior especialização em actividades utilizadoras de mão-de-obra) ou de um maior nível de desemprego (maior especialização em actividades menos mão-de-obra intensivas).

A região do Alentejo (ver Figura 3.2.11) evidenciou uma degradação do seu posicionamento no indicador de coesão económica, em virtude da diminuição da produtividade associada à variação da especialização produtiva, contudo, esta variação negativa não se repercutiu numa evolução desfavorável ao nível da taxa de desemprego, evidenciando a região uma capacidade de melhorar o seu posicionamento nos níveis deste indicador. É de ressaltar, contudo, que apesar da evolução favorável desenhada na taxa de desemprego regional, a região do Alentejo, continua a apresentar, em 2001, a taxa de desemprego mais gravosa no contexto nacional.

Em termos intra-regionais, a NUTS III do Alentejo Litoral assume-se como a única região que evidenciou uma trajectória positiva nos níveis de produtividade em virtude de avanços na especialização produtiva,

apesar, contudo, desta melhoria não se ter reflectido favoravelmente na evolução desenhada nos níveis de desemprego exibidos.

FIGURA 3.2.11 – VARIAÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO E DA ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA NOS ANOS 90: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL E INTRA-REGIONAL



Nota: Eixo Y - Variação em pontos percentuais do desemprego, 1991-2001; Eixo X - Variação da produtividade, 1995-2001, decorrente de variação da especialização produtiva (uma variação positiva significa ganhos de produtividade resultantes de avanços na especialização produtiva e vice-versa).

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos e Contas Regionais

3.3. INTERACÇÃO ENTRE CONDIÇÕES E RESULTADOS DE COESÃO: UMA AVALIAÇÃO TEMÁTICA

Passa-se, em seguida, depois de apresentados os principais resultados e de descrita a trajectória seguida de coesão económica e social, decorrentes do modelo de desenvolvimento português e da região Norte, a uma análise sintética, à semelhança do que foi feito para o estudo da competitividade, das condições/determinantes da coesão regional em termos, sobretudo, da maior ou menor acessibilidade revelada por parte dos cidadãos a um conjunto variado de equipamentos colectivos existentes na Região, nas áreas, designadamente, da:

- Educação
- Cultura e Lazer
- Saúde
- Acção Social

- Redes Viárias
- Ambiente.

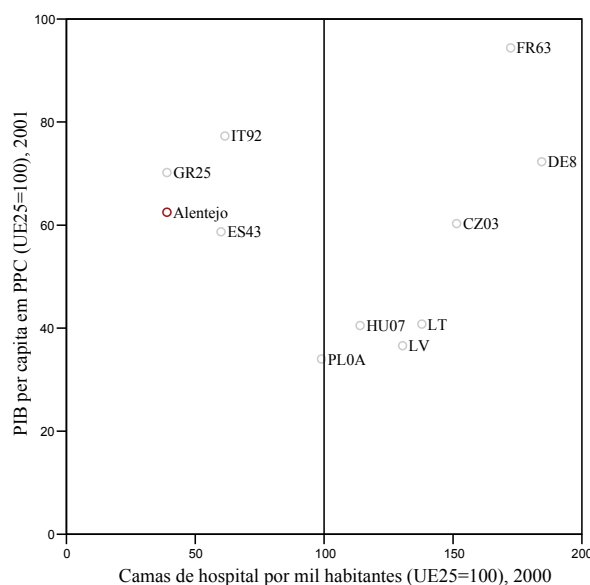
O tratamento do ambiente foi, tendo em conta as especificidades desta dimensão temática e, de alguma maneira, da análise correspondente, autonomizado de tudo o resto para um subponto próprio (ponto 3.3.2).

3.3.1. Dotação e Acessibilidade aos Equipamentos

O posicionamento da região do Alentejo em termos de dotação e acessibilidade a equipamentos de suporte à população residente é consideravelmente desfavorável no contexto nacional tendo em conta as debilidades evidenciadas no acesso a equipamentos de educação, culturais e de lazer, saúde e acção social.

O posicionamento da região do Alentejo em termos de dotação de camas de hospital por mil habitantes é bastante desfavorável no contexto europeu, uma vez que o Alentejo se evidencia como a região com o índice mais baixo no seio de todas as regiões utilizadas como referência comparativa – ver Figura 3.3.1. Esta evidência parece traduzir, em primeiro lugar que os investimentos sociais não constituíram uma prioridade nos investimentos realizados até à segunda metade dos anos 90. Em segundo lugar, como atesta o facto da Extremadura, a Basilicata e o Peloponeso registarem valores muito próximos de Portugal, os países da Europa do Sul e, em particular, as suas regiões periféricas, beneficiaram de sistemas de Estado-providência mais tardios e menos avançados, com consequências ao nível do menor desenvolvimento dos equipamentos sociais que, em período mais recente, se reduziram mais ainda, em virtude da implementação de processos de desinvestimento por parte do sector público.

**FIGURA 3.3.1 – PIB PER CAPITA E CAMAS DE HOSPITAL POR MIL HABITANTES:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU**



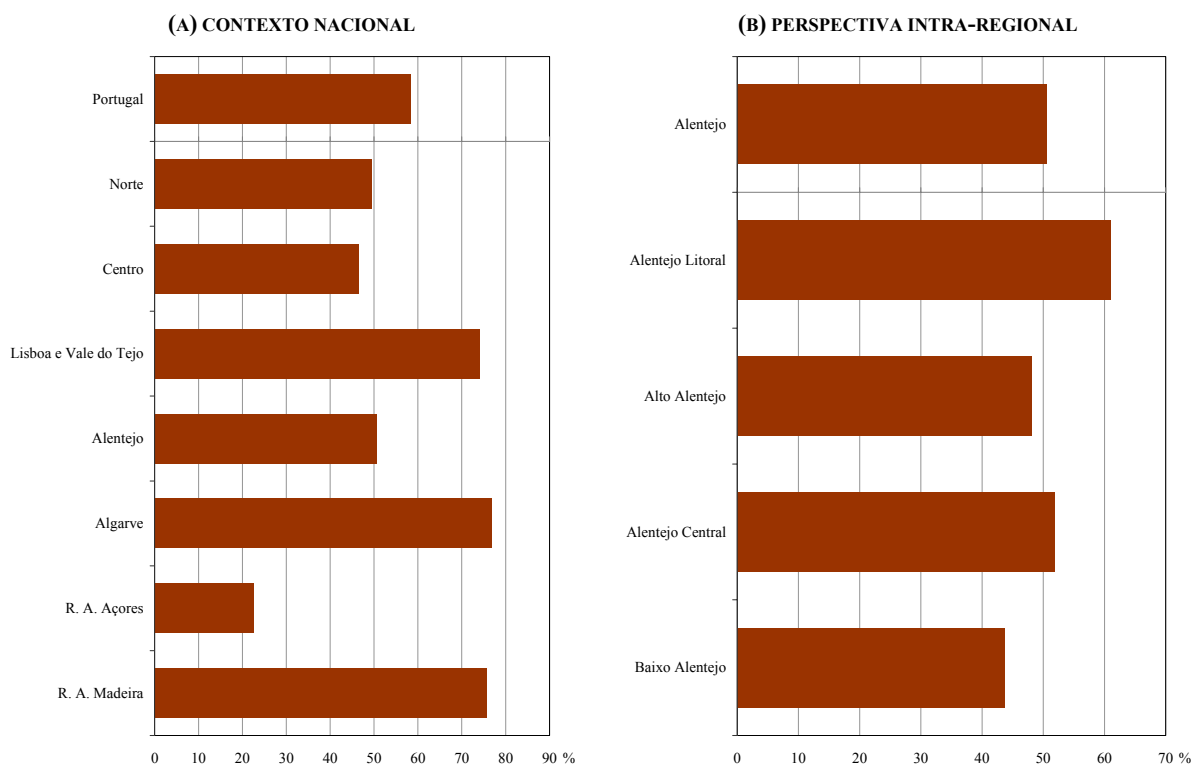
Legenda:

DE8-Mecklenburg-Vorpommern	UKD1-Cumbria
GR25-Peloponnisos	CZ03-Jihozápad
ES43-Extremadura	HU07-Dél-Alföld
FR63-Limousin	LT-Lietuva
IE01-Border, Midland and Western	LV-Latvija
IT92-Basilicata	PL0A-Podlaskie
PT14-Alentejo	

Nota: Camas de hospital por mil habitantes na UE25 (2000) = 6,7.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do Eurostat (2003), Regions: Statistical Yearbook, e Comissão Europeia (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

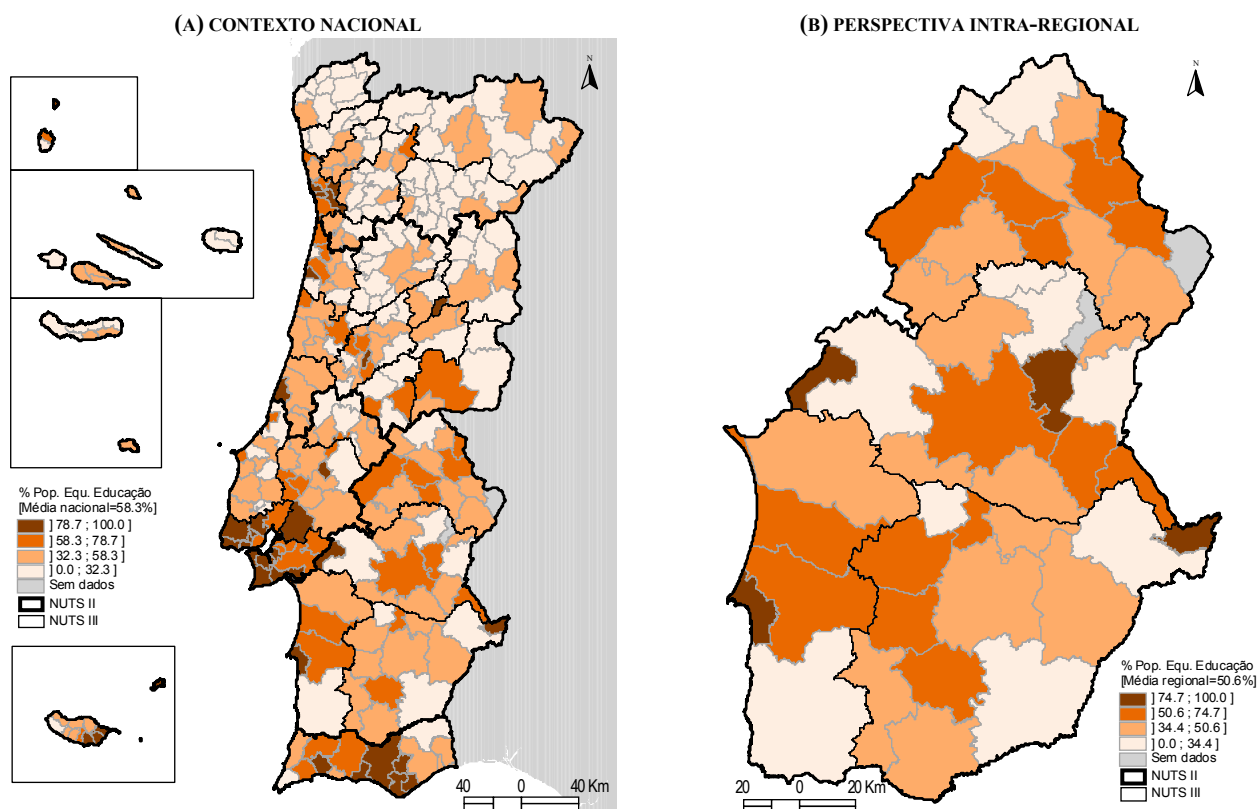
A rede escolar da região do Alentejo apresenta, em termos de equipamentos de educação até ao nível de ensino secundário, uma menor cobertura da população residente em freguesias dotadas com este tipo de equipamentos face ao espaço nacional, respectivamente 50,6% e 57,8%— ver Figura 3.3.2. A nível intra-regional as NUTS III Alentejo Litoral e Alentejo Central apresentam as percentagens mais significativas de população residente em freguesias com equipamentos de educação até ao nível secundário, enquanto as regiões Alto Alentejo e, especialmente, o Baixo Alentejo registam as maiores carências na oferta destes equipamentos de rede escolar.

FIGURA 3.3.2 – POPULAÇÃO DOS CONCELHOS QUE RESIDE EM FREGUESIAS COM EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO ATÉ AO NÍVEL SECUNDÁRIO, EM % DO TOTAL (1998)

Nota: Região Autónoma dos Açores com dados referentes a 1997

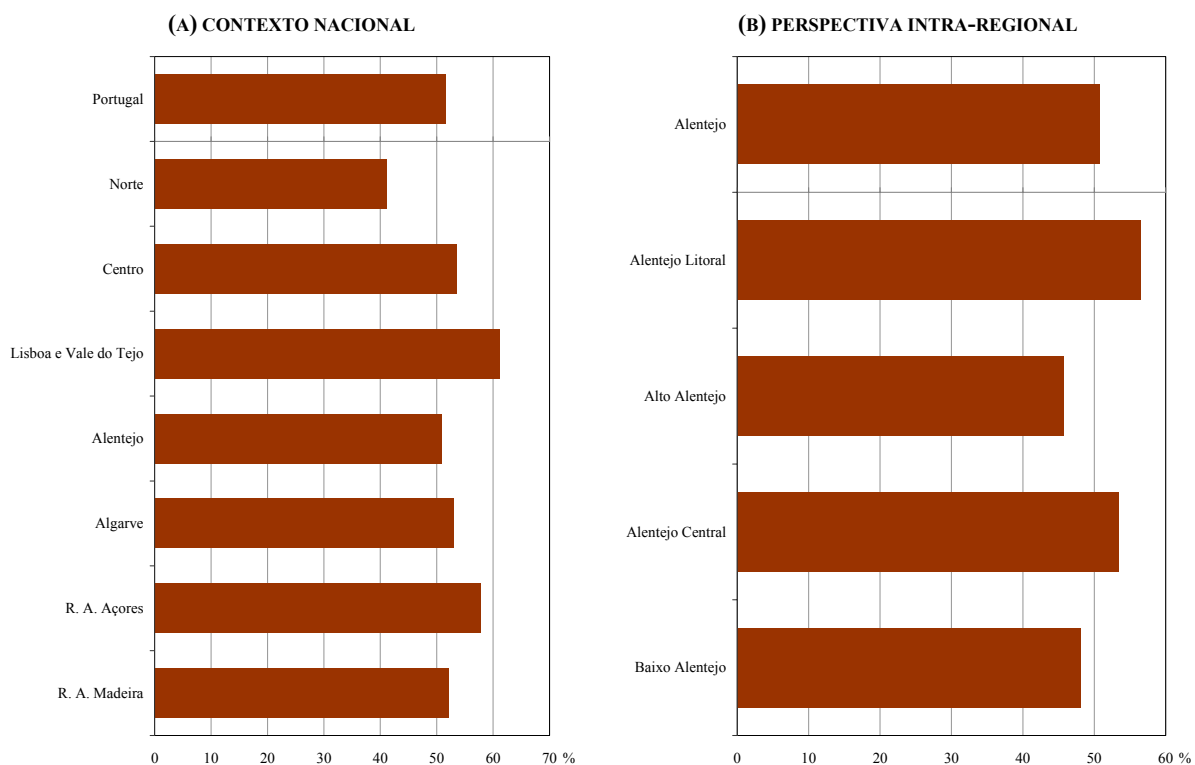
Fonte: Elaborado pela equipa do projecto com base em dados do INE, Inventários Municipais

Numa perspectiva concelhia, observa-se que os concelhos melhor equipados em termos de infraestruturas de educação são os concelhos de Sines, Vendas Novas, Redondo e Barrancos – ver Figura 3.3.3. Deve, contudo, ressaltar-se que todos os concelhos mencionados são compostos por um número reduzido de freguesias – duas freguesias e apenas uma no caso de Barrancos – pelo que a existência de equipamentos escolares nas referidas freguesias é traduzida sobre a forma de cobertura da totalidade da população residente nos referidos concelhos.

FIGURA 3.3.3 – POPULAÇÃO DOS CONCELHOS QUE RESIDE EM FREGUESIAS COM EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO ATÉ AO NÍVEL SECUNDÁRIO, EM % DO TOTAL : PERSPECTIVA CONCELHIA (1998)

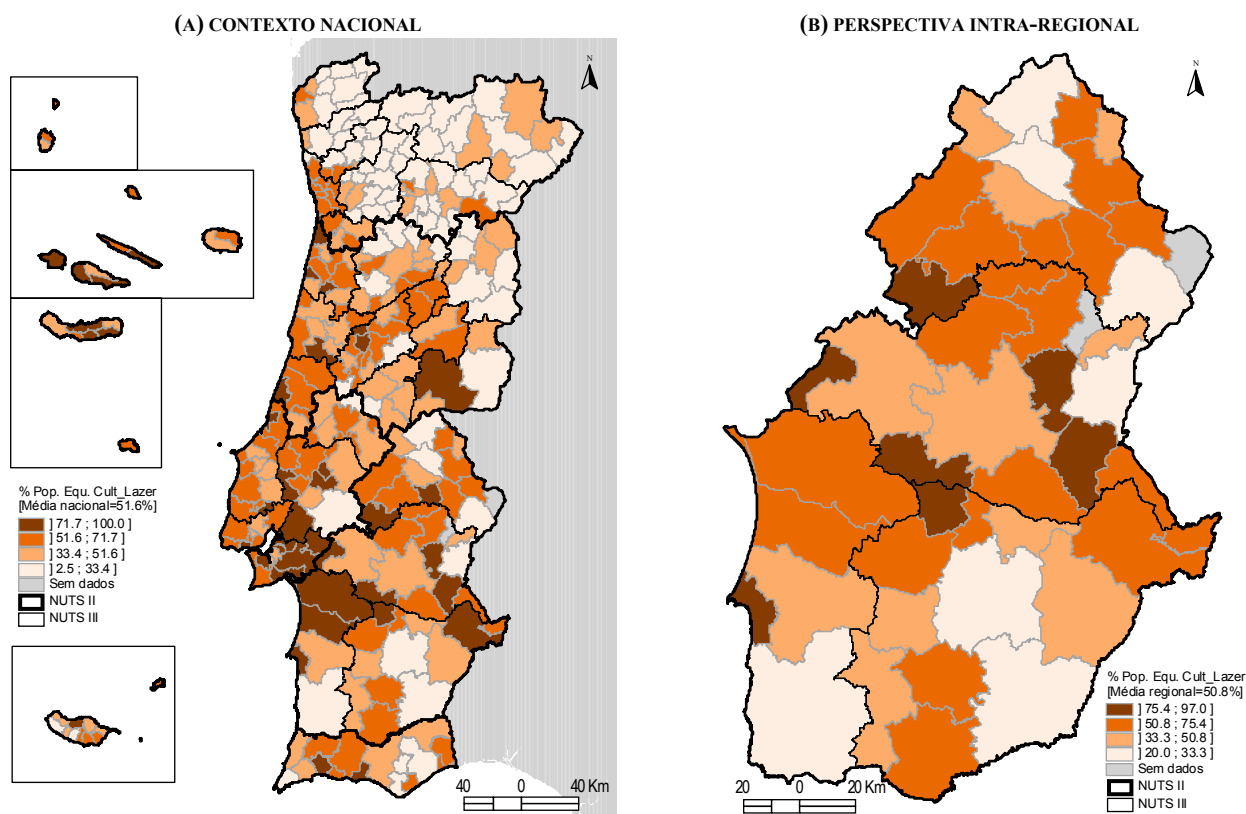
No que concerne ao acesso da população da região do Alentejo a equipamentos culturais e de lazer, designadamente bibliotecas, salões de festas, escolas de músicas, dança e outras artes, verifica-se que a posição relativa da Região é mais desfavorável comparativamente com a média nacional, respectivamente com 50,8% e 51,6% da população com acesso a esse tipo de equipamentos – ver Figura 3.3.4.

As regiões do Alentejo Litoral e do Alentejo Central evidenciam as percentagens mais significativas de população residente em freguesias dotadas com este tipo de equipamentos, designadamente 56,5% e 53,4%, enquanto as piores condições de acesso a equipamentos culturais e de lazer são registadas nas regiões do Alto e Baixo Alentejo.

FIGURA 3.3.4 – POPULAÇÃO DOS CONCELHOS QUE RESIDE EM FREGUESIAS COM EQUIPAMENTOS CULTURAIS E DE LAZER, EM % DO TOTAL (1998)

Fonte: Elaborado pela equipa do projecto com base em dados do INE, Inventários Municipais

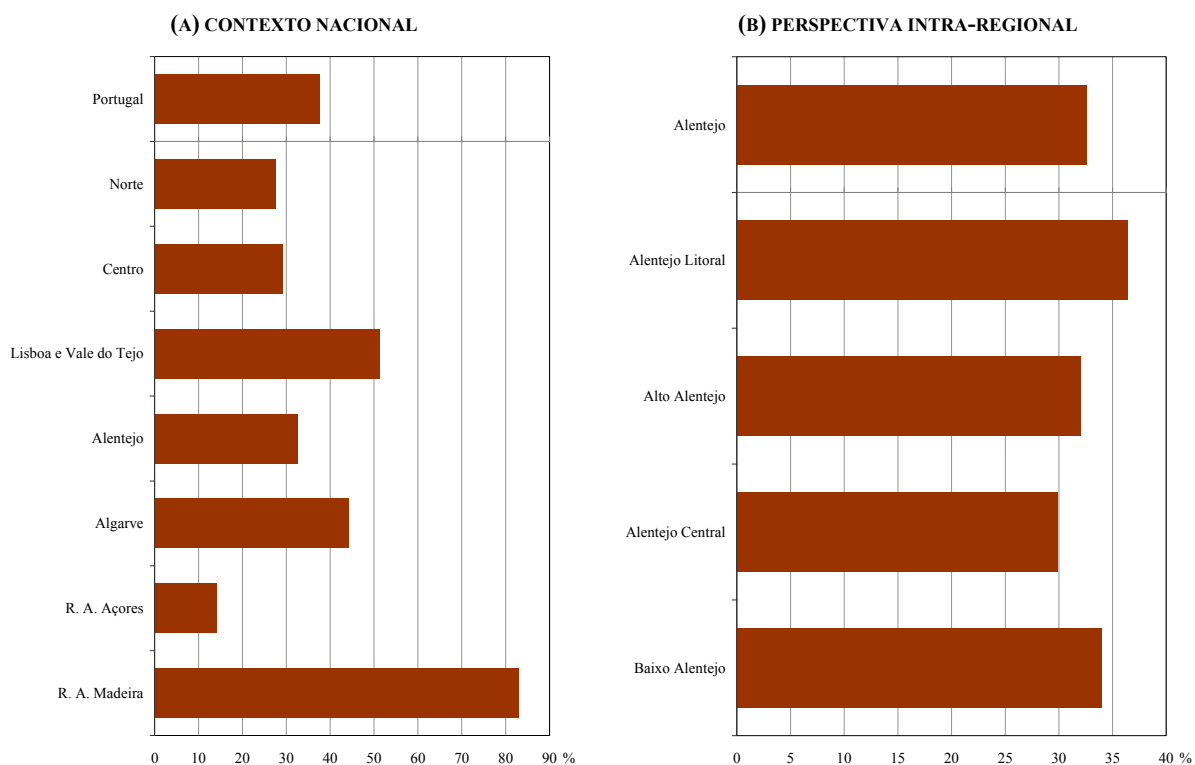
Do ponto de vista concelhio, as percentagens de população residente em freguesias equipadas com infraestruturas culturais e de lazer são mais acentuadas nos concelhos de Sines e Alvito (com ambas as freguesias dotadas de bibliotecas e salões de festas), Viana do Alentejo, Mora e Reguengos de Monsaraz (com a totalidade de freguesias equipadas com salões de festas), Redondo (com cobertura populacional total no acesso a salões de festa e a escolas de música, dança e outras artes) e Vendas Novas – ver Figura 3.3.5.

FIGURA 3.3.5 – POPULAÇÃO DOS CONCELHOS QUE RESIDE EM FREGUESIAS COM EQUIPAMENTOS CULTURAIS E DE LAZER, EM % DO TOTAL: PERSPECTIVA CONCELHIA (1998)

Fonte: Elaborado pela equipa do projecto com base em dados do INE, Inventários Municipais

O comportamento da região do Alentejo no que concerne à acessibilidade da população residente a infraestruturas de saúde é pouco favorável no contexto nacional, tendo em conta que apenas 32,6% da população reside em freguesias equipadas com centros de saúde, sendo o correspondente peso médio nacional de 37,7% – ver Figura 3.3.6.

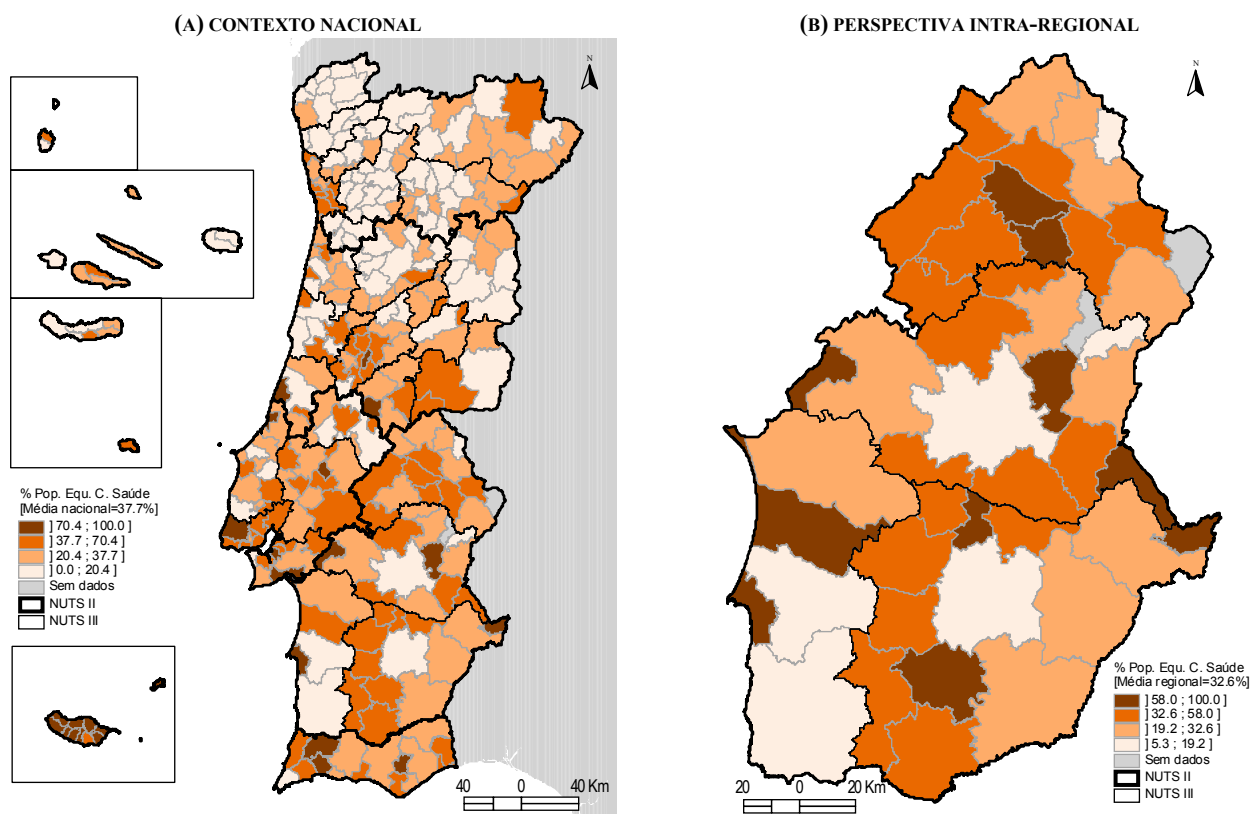
Do ponto de vista intra-regional, a NUTS III Alentejo Litoral regista a percentagem mais elevada de população residente em freguesias equipadas com centros de saúde, 36,4%, apesar de, ainda assim, se posicionar abaixo da média nacional, enquanto a região do Alentejo Central revela o posicionamento mais desfavorável na acessibilidade a este tipo de infraestruturas. O posicionamento da região do Alentejo Central seria bastante mais elevado, se tivessem sido consideradas as extensões dos centros de saúde, uma vez que esta é a NUTS III da região do Alentejo com a percentagem mais significativa de freguesias equipadas com extensões de centros de saúde.

FIGURA 3.3.6 – POPULAÇÃO DOS CONCELHOS QUE RESIDE EM FREGUESIAS COM CENTROS DE SAÚDE, EM % DO TOTAL (1998)

Fonte: Elaborado pela equipa do projecto com base em dados do INE, Inventários Municipais

Do ponto de vista concelhio, Sines, Grândola, Vendas Novas, Castro Verde, Cuba, Barrancos, Mourão, Redondo, Fronteira e Alter do Chão assumem-se como os concelhos melhor equipados com centros de saúde na região do Alentejo – ver Figura 3.3.7. É de realçar que os concelhos referidos são compostos por um número reduzido de freguesias pelo que a existência de um centro de saúde numa freguesia do concelho contribui para o registo de uma considerável cobertura populacional pelas infraestruturas em causa. Por outro lado, os concelhos de Évora e Beja revelam a existência de um número muito reduzido de freguesias equipadas com centros de saúde, devendo este posicionamento ser enquadrado com a presença dos Hospitais Distritais de Évora e Beja.

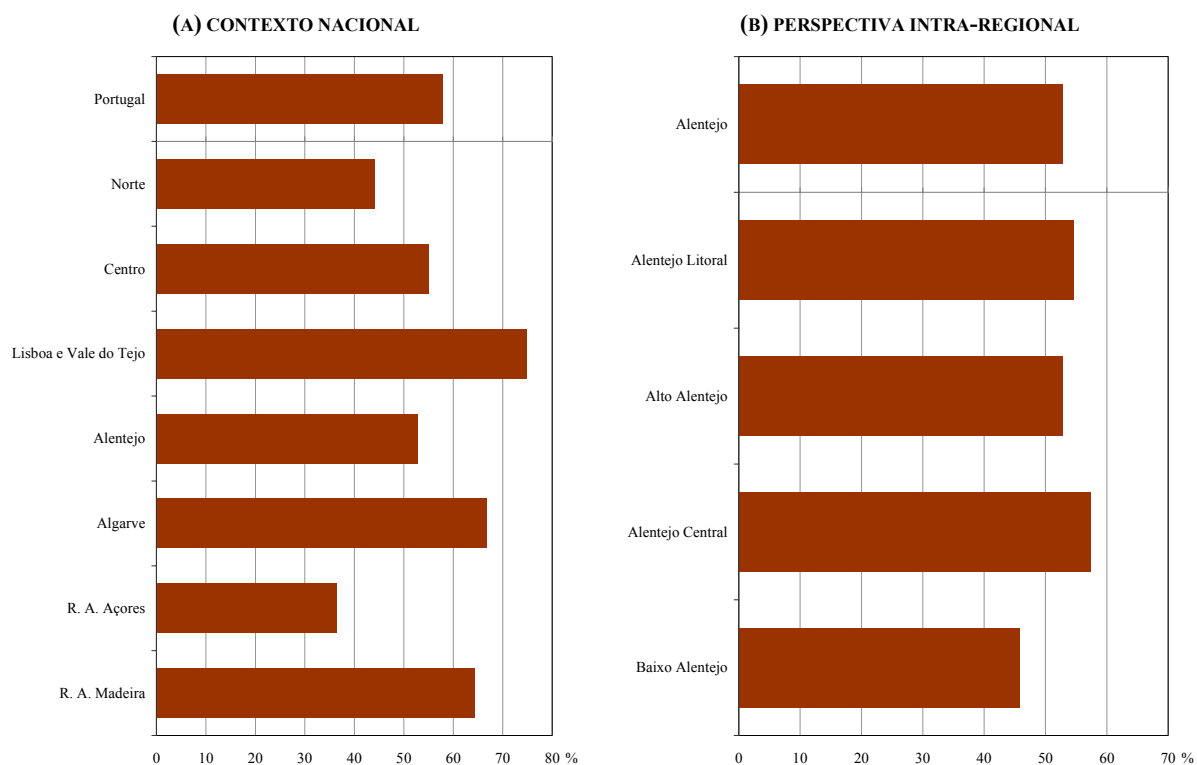
FIGURA 3.3.7 – POPULAÇÃO DOS CONCELHOS QUE RESIDE EM FREGUESIAS COM CENTROS DE SAÚDE, EM % DO TOTAL: PERSPECTIVA CONCELHIA (1998)



Fonte: Elaborado pela equipa do projecto com base em dados do INE, Inventários Municipais

No campo da acessibilidade da população residente aos equipamentos de acção social, designadamente creches e lares de idosos, a região do Alentejo apresenta um posicionamento inferior à média nacional (57,9%), tendo em conta que apenas 52,8% da população reside em freguesias equipadas com este tipo de infraestruturas – ver Figura 3.3.8.

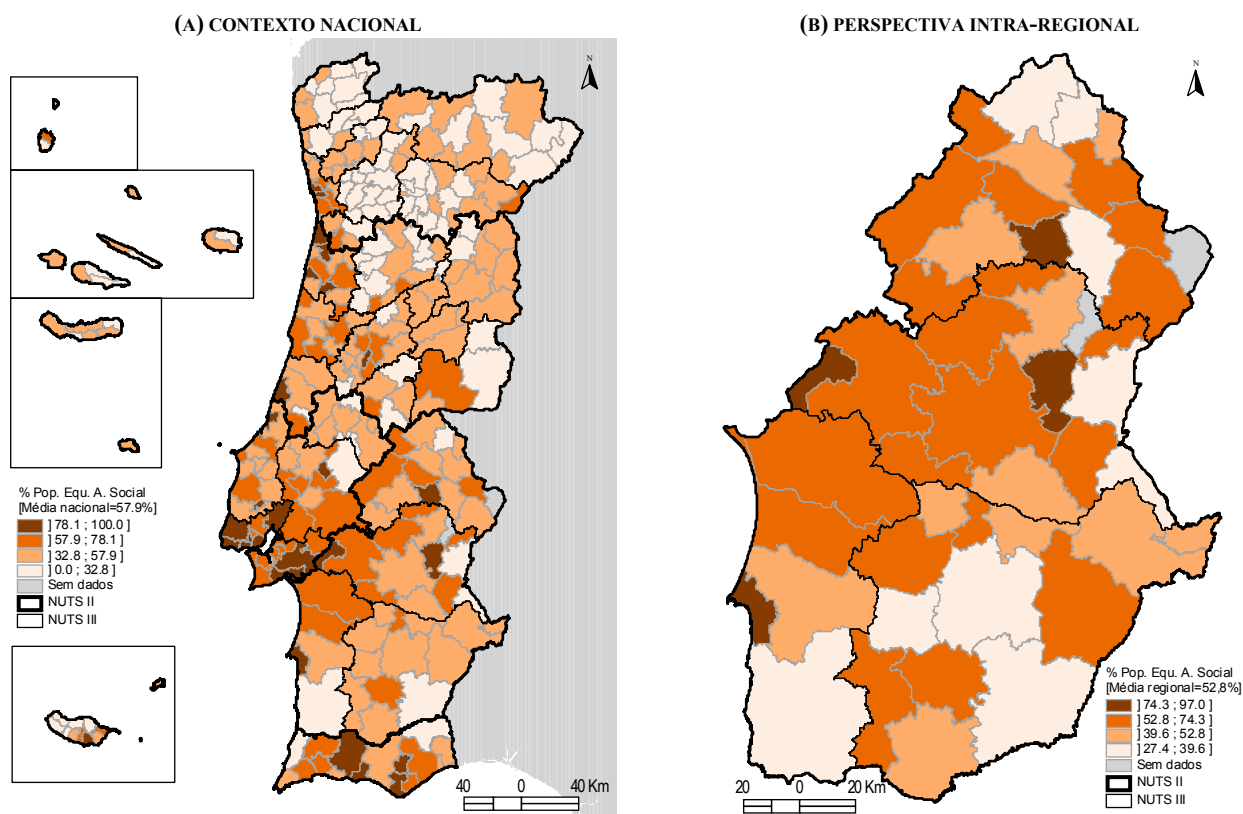
Do ponto de vista intra-regional, a região do Alentejo Central regista a maior cobertura populacional de equipamentos de acção social (57,4%), enquanto o Baixo Alentejo revela o posicionamento mais desfavorável (45,7%).

FIGURA 3.3.8 – POPULAÇÃO DOS CONCELHOS QUE RESIDE EM FREGUESIAS COM EQUIPAMENTOS DE ACÇÃO SOCIAL, EM % DO TOTAL (1998)

Fonte: Elaborado pela equipa do projecto com base em dados do INE, Inventários Municipais

A focalização no posicionamento concelhio permite identificar como concelhos que registam a maior percentagem de população servida por equipamentos de acção social (creches e lares de idosos) Vendas Novas (equipado com creches em ambas as freguesias), Redondo (equipado com lares de idosos em ambas as freguesias), Sines e Fronteira– ver Figura 3.3.9.

FIGURA 3.3.9 – POPULAÇÃO DOS CONCELHOS QUE RESIDE EM FREGUESIAS COM EQUIPAMENTOS DE ACÇÃO SOCIAL, EM % DO TOTAL: PERSPECTIVA CONCELHIA (1998)



Fonte: Elaborado pela equipa do projecto com base em dados do INE, Inventários Municipais

3.3.2. Ambiente

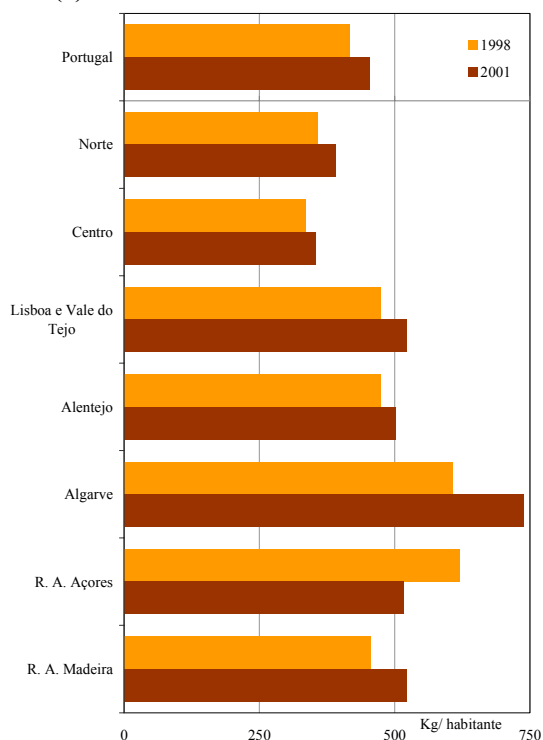
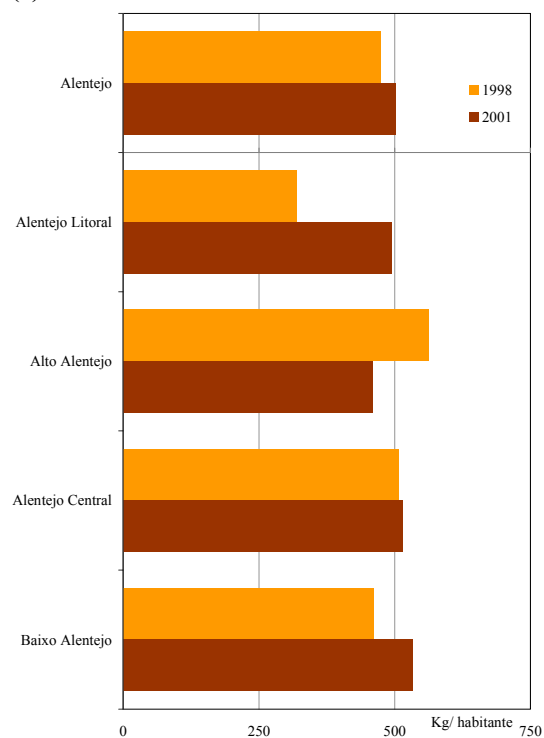
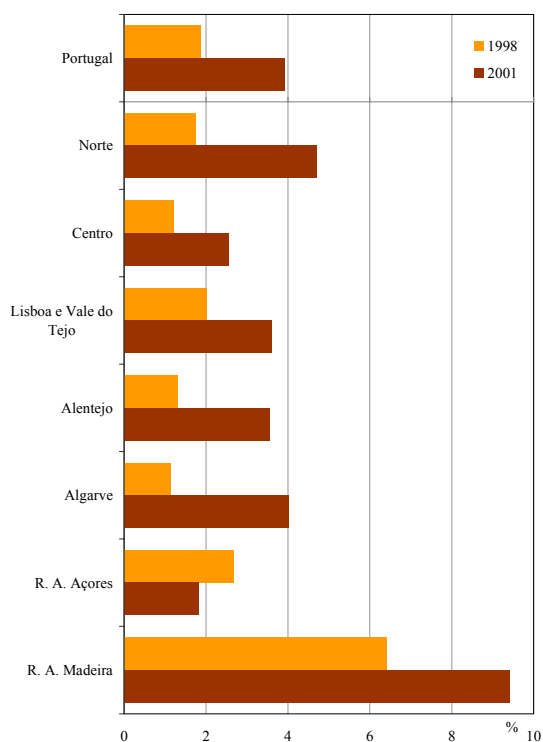
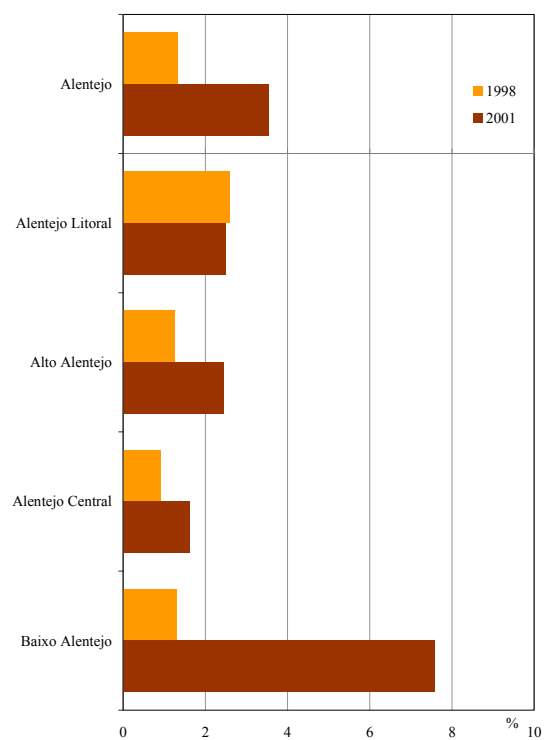
No domínio ambiental, detectam-se algumas fragilidades na situação do Alentejo no contexto nacional, ao nível da recolha selectiva dos resíduos e da reciclagem dos resíduos sólidos urbanos, sendo, contudo, essas debilidades parcialmente corrigidas pelo posicionamento da Região no campo dos sistemas de drenagem e tratamento de águas.

No domínio do capital ecológico, considerado na sua vertente ambiental, detectam-se algumas fragilidades na situação do Alentejo no contexto nacional. A produção de resíduos sólidos urbanos *per capita* é superior à média nacional, embora apenas as Regiões Norte e Centro apresentem valores mais reduzidos em 2001 – ver Figura 3.3.10. Esta “urbanidade” do Alentejo está relacionada com a concentração da população nos principais aglomerados, com o aumento dos níveis de consumo e com a aquisição novos hábitos, mais característicos da pós-modernidade e mais marcados pelo efêmero e pela lógica do “usar e deitar fora”, naturalmente responsável por maior quantidade de resíduos. Adicionalmente, a concentração das unidades industriais e logísticas nalgumas áreas traduz-se, de imediato, no aumento dos resíduos urbanos *per capita*.

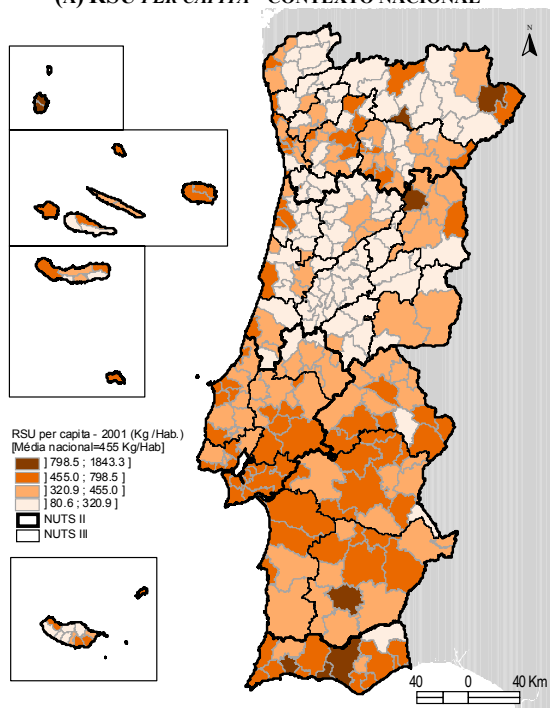
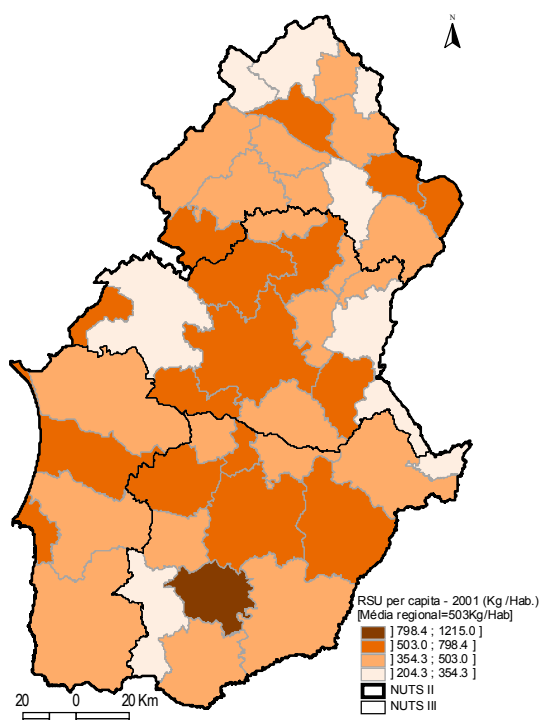
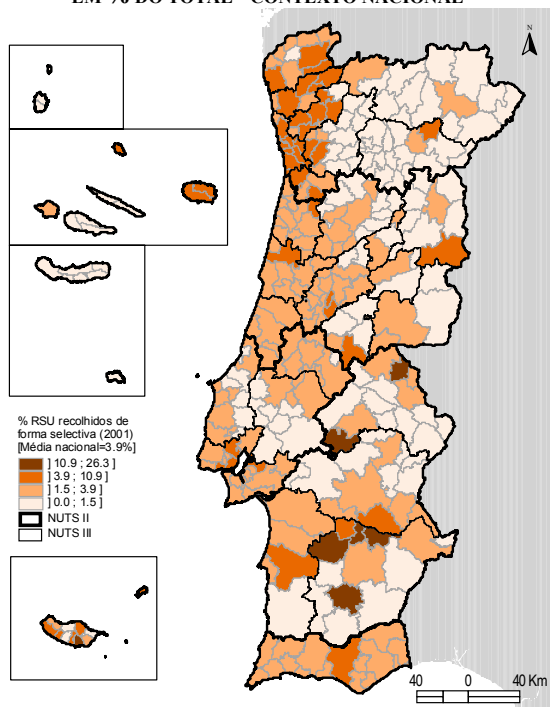
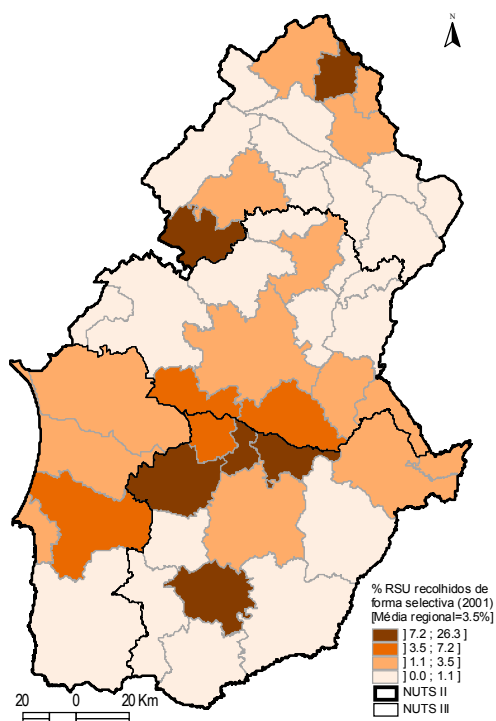
Neste quadro, não é surpreendente que as áreas onde são produzidos mais resíduos urbanos *per capita* correspondam às duas maiores aglomerações (Évora e Beja) e à sua envolvente, à área urbano-industrial de Sines, aos municípios de Castro Verde, Vendas Novas e Campo Maior, onde se localizam unidades industriais importantes (extração de minério, sector automóvel e torrefacção de café) e a Grândola, que funciona como uma “ilha” do turismo de massas, ligado à praia e ao mar – ver Figura 3.3.11.

Quanto à recolha selectiva dos resíduos, esta Região tem registado um progresso significativo na implementação de sistemas de recolha selectiva de materiais recicláveis e de matéria orgânica, acompanhando a tendência dominante à escala nacional, no período 1998-2001, a qual pode ser explicada pelo esforço de sensibilização desenvolvido pela condução de campanhas de reciclagem, no entanto, a Região posicionava-se ainda, em 2001, abaixo do valor global do país.

O Alentejo, com destaque para um conjunto de municípios localizados numa faixa central, balizada a norte por Évora e a sul pelos sistemas Sines-Santiago do Cacém e Beja-Castro Verde, apresentava, em 2001, uma situação prometedora, uma vez que a percentagem de resíduos recolhidos selectivamente era mais elevada do que na maioria dos restantes concelhos do interior do país, embora ainda devesse ser considerada insuficiente (na maioria dos casos, abaixo dos 3,5% do total de resíduos gerados).

FIGURA 3.3.10 – RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU) RECOLHIDOS (1998 E 2001)**(A) – RSU PER CAPITA - CONTEXTO NACIONAL****(B) – RSU PER CAPITA - PERSPECTIVA INTRA-REGIONAL****(C) RSU RECOLHIDOS DE FORMA SELECTIVA, EM % DO TOTAL - CONTEXTO NACIONAL****(D) RSU RECOLHIDOS DE FORMA SELECTIVA, EM % DO TOTAL - PERSPECTIVA INTRA-REGIONAL**

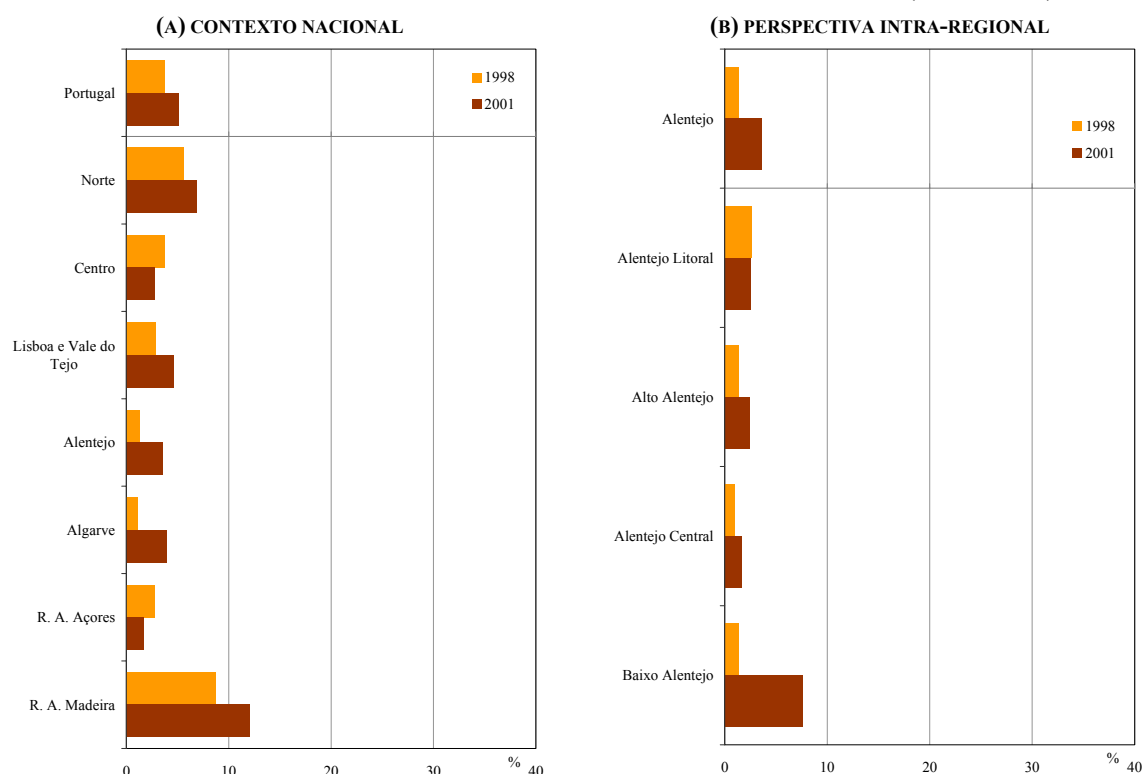
Fonte: INE, Estatísticas do Ambiente

FIGURA 3.3.11 – RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU) RECOLHIDOS: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)**(A) RSU PER CAPITA - CONTEXTO NACIONAL****(B) RSU PER CAPITA - PERSPECTIVA INTRA-REGIONAL****(C) RSU RECOLHIDOS DE FORMA SELETIVA, EM % DO TOTAL - CONTEXTO NACIONAL****(D) RSU RECOLHIDOS DE FORMA SELETIVA, EM % DO TOTAL - PERSPECTIVA INTRA-REGIONAL**

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Estatísticas do Ambiente

No Alentejo, a opção pela reciclagem dos resíduos sólidos urbanos é ainda bastante incipiente, situando-se claramente abaixo da média nacional, não obstante se constatem tendências de evolução favoráveis – ver Figura 3.3.12. O Baixo Alentejo destaca-se claramente neste domínio, reciclando cerca de 8% destes resíduos, valor que quase duplica a percentagem global da Região.

FIGURA 3.3.12 – TAXA DE RECICLAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (1998 E 2001)



Nota: Taxa de reciclagem dos RSU = Resíduos reciclados em % dos RSU recolhidos.

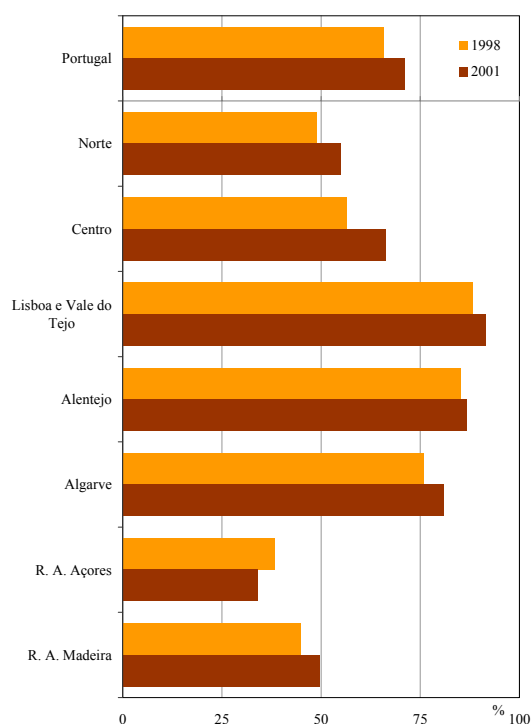
Fonte: INE, Estatísticas do Ambiente

Finalmente, no domínio do tratamento de águas e da drenagem, o Alentejo destaca-se pela positiva, ver Figura 3.3.13, dado que na maioria dos concelhos, mais de 87% da população é servida por sistemas de drenagem de águas residuais. Os espaços que apresentam maiores carências correspondem ao Alentejo Litoral, a três concelhos de dimensões relativamente grandes situados na franja sul da Região (Odemira, Almodôvar e Mértola), a Montemor-o-Novo (outro município extenso) e a dois municípios situados no extremo norte de Alentejo (Nisa e Marvão) – ver Figura 3.3.14.

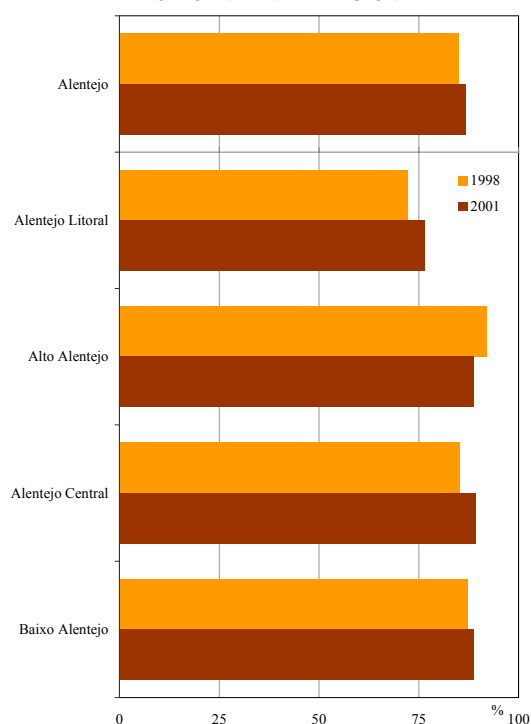
No caso do tratamento das águas residuais, as percentagens de população beneficiárias são mais reduzidas, embora na maioria dos municípios mais de 50% dos habitantes (e, em muitos casos, mais de 70%) beneficiem deste tipo de infraestruturas. Dois grandes conjuntos de municípios parecem destacar-se neste domínio. Por um lado, aqueles que se situam ao longo de uma faixa que se estende de Beja a Évora-Arraiolos. Por outro, um conjunto situado no leste do Norte Alentejano, que inclui Portalegre, vários concelhos da envolvente e, ainda, Campo Maior. Também os municípios fronteiriços de Moura, Mourão e Alandroal registam percentagens muito elevadas de população servida com sistemas de águas residuais.

FIGURA 3.3.13 – POPULAÇÃO SERVIDA COM SISTEMAS DE DRENAGEM E DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS, EM % DO TOTAL (1998 E 2001)

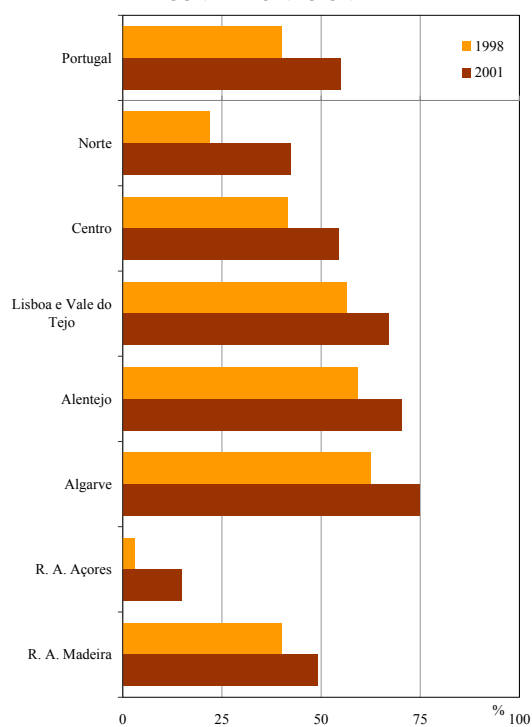
(A) POPULAÇÃO SERVIDA COM SISTEMAS DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS, EM % DO TOTAL – CONTEXTO NACIONAL



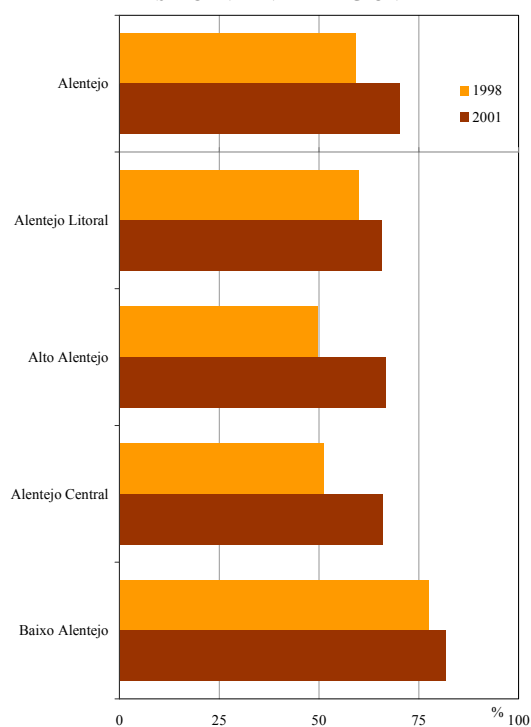
(B) POPULAÇÃO SERVIDA COM SISTEMAS DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS, EM % DO TOTAL – PERSPECTIVA INTRA-REGIONAL



(C) POPULAÇÃO SERVIDA COM SISTEMAS DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS, EM % DO TOTAL – CONTEXTO NACIONAL



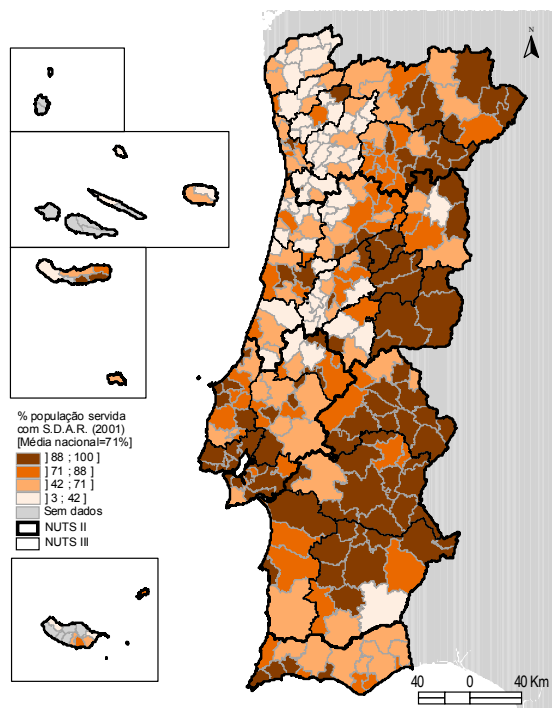
(D) POPULAÇÃO SERVIDA COM SISTEMAS DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS, EM % DO TOTAL – PERSPECTIVA INTRA-REGIONAL



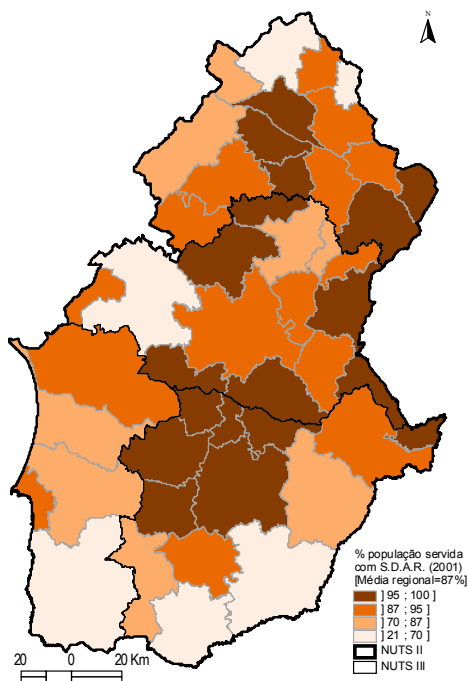
Fonte: INE, Estatísticas do Ambiente

FIGURA 3.3.14 – POPULAÇÃO SERVIDA COM SISTEMAS DE DRENAGEM E DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS, EM % DO TOTAL: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)

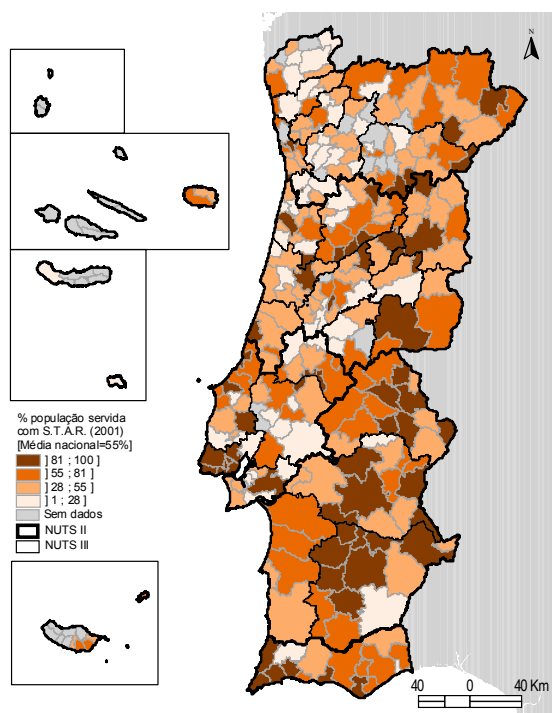
(A) POPULAÇÃO SERVIDA COM SISTEMAS DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS, EM % DO TOTAL - CONTEXTO NACIONAL



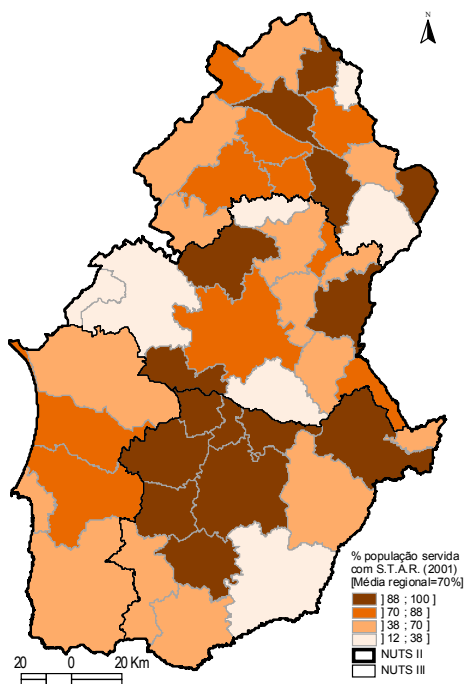
(B) POPULAÇÃO SERVIDA COM SISTEMAS DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS, EM % DO TOTAL - PERSPECTIVA INTRA-REGIONAL



(C) POPULAÇÃO SERVIDA COM SISTEMAS DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS, EM % DO TOTAL - CONTEXTO NACIONAL



(D) POPULAÇÃO SERVIDA COM SISTEMAS DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS, EM % DO TOTAL - PERSPECTIVA INTRA-REGIONAL



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto com base em dados do INE, Estatísticas do Ambiente